



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

FRANK TOSHIMI TAMBA

Estratégias de Reprodução Social em Assentamentos de Reforma
Agrária na Região do Bico do Papagaio-TO

RECIFE-PE
2015

FRANK TOSHIMI TAMBA

Estratégias de Reprodução Social em Assentamentos de Reforma Agrária na
Região do Bico do Papagaio-TO

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Nazareth Baudel
Wanderley

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Maria da Fonte
Monteiro

Tese apresentada à Universidade Federal de Pernambuco ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em sociologia.

RECIFE-PE
2015

Catálogo na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

T154e Tamba, Frank Toshimi.
Estratégias de reprodução social em assentamentos de reforma agrária na região do Bico do Papagaio – TO / Frank Toshimi Tamba. – Recife: O autor, 2015.
260 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley.
Coorientadora: Profª Drª Eliane Maria da Fonte Monteiro.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2015.
Inclui referências e apêndice.

1. Sociologia. 2. Reforma agrária. 3. Camponeses. 4. Agricultura familiar. 5. Reprodução social. I. Wanderley, Maria de Nazareth Baudel (Orientadora). II. Monteiro, Eliane Maria da Fonte III. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2015-27)

*ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO, NO DIA
26 DE FEVEREIRO 2015.*

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze (2015), às 14 horas, na sala de seminários do 12º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa da Tese de Doutorado intitulada "**Estratégias de reprodução social em assentamentos de reforma agrária na região do Bico do Papagaio - TO**" do aluno **FRANK TOSHIMI TAMBA**, na área de concentração mudança social, sob a orientação da Profa. Maria de Nazareth Baudel Wanderley. O doutorando cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de DOUTOR em Sociologia. A Banca Examinadora foi indicada pelo colegiado do programa de pós-graduação em dezanove de dezembro de 2014, na sua décima segunda Reunião ordinária e homologada pela Diretoria de Pós-Graduação, através do Processo Nº 23076.005512/2015-79 em 06/02/2015 composta pelos Professores: **Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley** (Presidente/Orientadora), do Departamento Sociologia da UFPE; **Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte** (Titular interna), do Departamento de Sociologia da UFPE; **Dra. Maria Luíza Lins e Silva Pires** (Titular interna), do Departamento de Sociologia da UFPE; **Dra. Ramonildes Alves Gomes** (Titular externa), da Unidade Acadêmica de Sociologia e Antropologia da UFCG e **Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho** (Titular externo), do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE. Após cumpridas as formalidades, o candidato foi convidado a discorrer sobre o conteúdo da Tese. Concluída a explanação, o candidato foi arguido pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder ao mesmo a menção **Aprovado** da referida Tese. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Secretária de Pós-Graduação, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 26 de Fevereiro de 2015.

Karine Mendes da Silva
Secretária do Programa de
Pós-graduação em Sociologia

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria de Nazareth Baudel Wanderley
Profª Drª Eliane Maria Monteiro da Fonte
Profª Drª Maria Luíza Lins e Silva Pires
Profª Drª Ramonildes Alves Gomes
Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho

Fukumi Tamba: imigrante, ex-colono,
arrendatário, barbeiro, farmacêutico
protético, pedreiro, carpinteiro
e pescador,

Meu pai (*in memoriam*) e

Minha mãe

Kiyoko Iwaya Tamba: imigrante, ex-
colona, costureira, dona de casa,
universitária, professora, diretora de
escola
e aposentada.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco que tornou possível a compreensão de um mundo novo.

À minha orientadora, profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley, pelos ensinamentos, pela compreensão e pelas orientações.

À prof.^a Dr.^a Eliane da Fonte, pela valiosa coorientação, sempre de forma prestativa, motivadora e generosa.

A todas as pessoas e instituições envolvidas direta e indiretamente nesta tese, pelo apoio e colaborações recebidas. Em especial, à secretaria do PPGS; à biblioteca da UFPE; às associações de produtores dos PAs Buriti e Grotão; ao INCRA e ao IFTO.

À minha família, pelo apoio e pelas orações nos momentos cruciais de minha caminhada durante os estudos e a conclusão deste trabalho.

À minha amada esposa, Nahete de Alcântara Silva, que desde 1997 me acompanha nesta jornada dividindo angústias, sonhos e realizações.

A meus filhos Clarissa e Frank, fontes de energia e inspiração para construir um lar de harmonia, amor e compreensão para com o próximo.

Aos meus professores de todas as instituições de ensino por onde passei: Escola Estadual Reinaldo Massi (Diamante do Norte – PR); Escola Estadual Princesa Isabel (Vila União – MS); Escola Estadual Joaquim Gonçalves Ledo (Amandina – MS); Escola Estadual (Agrícola) Engenheiro Herval Bellusci (Adamantina – SP); Colégio Objetivo (Dourados – MS); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Dourados – MS); Universidade Luterana do Brasil (ULBRA – Palmas-TO); Universidade de São Paulo (FEA/USP – São Paulo/SP); Universidade Vale do Acaraú (Sobral – CE); e Universidade Federal do Tocantins (UFT – Palmas –TO).

A todos os assentados dos projetos de assentamentos Grotão e Buriti, que gentilmente me receberam em suas casas, para falarmos sobre a história de suas vidas, lutas e conquistas. Informações imprescindíveis, sem as quais não seria possível a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	13
Metodologia	18
Estrutura da tese.....	25
1 O CAMPONÊS, UM ATOR DO MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	27
1.1 Modelo Original e Modelo Ideal	27
1.2 O Campesinato no Brasil: precariedade e projetos de vida	40
1.2.1 O campesinato subordinado às <i>plantations</i>	43
1.2.2 O Campesinato independente	54
1.2.3 O Campesinato da fronteira	61
2 AS LUTAS PELA TERRA NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA AMAZÔNIA LEGAL	75
2.1 As manifestações políticas de democratização do acesso à terra	75
2.2 O protagonismo da igreja católica nos movimentos sociais de luta pela terra na fronteira Amazônica durante a ditadura militar.....	84
2.3 Militarização da questão agrária e reforma agrária na região do Bico do Papagaio.....	94
2.4 O Fechamento das terras livres na Região do Bico do Papagaio.....	100
3 A BUSCA POR TERRAS LIVRES: FARTURA E SOBREVIVÊNCIA ...	113
3.1 Experiências anteriores.....	113
3.2 Estabelecimento precário na região do Bico do Papagaio: trabalho penoso e subordinação mercantil	122
3.3 Grilagem e a subordinação camponesa no povoado Morada Nova	135
3.4 A luta pela terra no povoado Morada Nova	143
3.4.1 Projeto de Assentamento Grotão.....	143
3.4.2 Projeto de Assentamento Buriti.....	159
4 A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO LUGAR: OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS GROTÃO E BURITI.....	166
4.1 Caracterização geral dos Assentamentos Grotão e Buriti	167
4.1.1 A característica dos lotes	167
4.1.2 Instalação nas áreas	169
4.2 A vida social nos assentamentos	183
4.3 As relações para além do local	190
5 AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL	195
5.1 Terra, trabalho e família na nova unidade de produção	195
5.1.1 O lote	195
5.1.2 A família e o trabalho no lote	196

5.2	Pluriatividade: O trabalho externo dos membros da família	201
5.3	Capacidade de adaptação: arranjos produtivos e estratégias mercantis	208
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	238
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	248
	APÊNDICES	257

LISTAS DE FIGURAS, TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS, SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Região do Bico do Papagaio
- Figura 2 Mapa rodoviário da região do Bico do Papagaio
- Figura 3 Casas construídas nos lotes pelos assentados
- Figura 4 Casas construídas nos assentamentos – Agrovila São José
- Figura 5 Ampliação das residências com material tradicional – PA Buriti
- Figura 6 Reforma da casa com material industrial - Agrovila PA Buriti
- Figura 7 Estrada entre as agrovilas São José e São Francisco
- Figura 8 Mutirão para recuperação da estrada no PA Buriti
- Figura 9 Escola no PA Buriti
- Figura 10 Escola na agrovila São José – PA Grotão
- Figura 11 Campo de futebol – PA Buriti
- Figura 12 Represa – PA Buriti
- Figura 13 Casa de farinha - Assentamento Grotão (próximo a Agrovila São José)
- Figura 14 Casa de farinha comunitária – PA Buriti
- Figura 15 Projeto de piscicultura – PA Buriti

LISTA DE TABELAS

- TABELA 2.1 Primeiros projetos de assentamentos de reforma agrária do Bico do Papagaio (1987)
- TABELA 2.2 Projetos de Assentamentos implantados na Região do Bico do Papagaio, 1985-2010

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 Evolução do número de propriedades em relação à condição legal das terras na região do Bico do Papagaio (1960 a 1985)
- Gráfico 2 Evolução da ocupação das áreas (ha) em relação à condição legal das terras na região do Bico do Papagaio (1960 a 1985)
- Gráfico 3 Utilização econômica das terras do Bico do Papagaio por municípios em 1960
- Gráfico 4 Evolução do nº de estabelecimentos de acordo com a utilização econômica das áreas da Região do Bico do Papagaio (1975 a 1985)
- Gráfico 5 Evolução da exploração econômica em hectares (ha) das terras da região do Bico do Papagaio no período de 1975 a 1985
- Gráfico 6 Exploração das terras (ha) de acordo com as atividades econômicas nos municípios da região do Bico do Papagaio (1985)
- Gráfico 7 Avanço da concentração fundiária em número de estabelecimentos na região do Bico do Papagaio no período de 1960 a 1985

LISTA DE SIGLAS

ABIPA	Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio
APATO	Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins
BASA	Banco da Amazônia S.A
CE B	Comunidades Eclesiais de Base
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CODEARA	Companhia de Desenvolvimento do Araguaia
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores Agrícolas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IGRA	Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
PA	Projeto de Assentamento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TOBASA	Tocantins Babaçu S.A
ULTAB	União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil

RESUMO

A região do Bico do Papagaio, situada no extremo norte do Estado do Tocantins, até meados da década de 1970, era considerada uma área de “terras livres”, receptora de camponeses nordestinos, que durante muitos anos reproduziam socialmente, com relativa liberdade e autonomia. Esses camponeses formavam pequenas comunidades denominadas “centros” e “povoados”, em torno dos quais exploravam os recursos naturais de forma tradicional por meio do cultivo itinerante de roças de subsistência e exploração do babaçu, avançando ano a ano sob as áreas de matas. A partir de 1974, a região passou por um intenso processo de grilagem de terras, desestabilizando o modo de vida e de trabalho das famílias camponesas da região. O acesso à terra, nesse período, se resumia ao trabalho “sujeito” nas fazendas pecuárias na condição de “rendeiros” ou na luta contra os grileiros, resistindo nas posses e/ou retomar as áreas invadidas, tendo inclusive que recorrer à luta armada. No final da década de 1980, esse processo de mobilização e disputa pelo espaço resultou na formação dos primeiros assentamentos de reforma agrária na região, que se ampliou para mais de uma centena nas décadas seguintes. Levando-se em consideração a trajetória dessas pessoas, o objetivo geral desta tese é entender as estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos camponeses a partir do acesso regulamentado à terra no contexto da reforma agrária na região do Bico do Papagaio. Essa análise foi realizada a partir do estudo de caso de dois projetos de assentamentos – Grotão e Buriti, localizados no município de Axixá do Tocantins-TO. Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa que inclui observações de campo e entrevistas semiestruturadas. A análise dos resultados demonstra que os camponeses assentados obtiveram melhoria de qualidade de vida por meio da inserção econômica em atividades agrícolas e não agrícolas, mas suas estratégias, ainda, têm como referência um “modelo original” de base camponesa, gestado no período anterior, a partir do qual tomaram suas decisões, visando à construção de um “modelo ideal” que os mantêm produtores de alimentos com alto nível de autoconsumo, com relativa liberdade, autonomia e pouco dependentes de tecnologia, mercado e capital financeiro.

Palavras chaves: Bico do Papagaio; camponeses; reforma agrária; estratégias de reprodução social; agricultura familiar.

ABSTRACT

The Bico do Papagaio region is located in far north of the State of Tocantins, until the mid 1970s, was regarded as an area of “free land”, a receiver field of peasants from northeastern, who for many years reproduced socially, with investments concerning freedom and square of autonomy. These peasants formed small communities called “centros” and “povoados”, around which exploited the natural resources in the traditional way by means of itinerant cultivation or for subsistence plantations and babassu exploitation, advancing year-to-year under the forest areas. From 1974, the region is replaced by an intense process of illegal occupation of land which disrupted the way of life and work of peasant families of the region. The access to the land, at that time, summed up the “forced labour” in livestock farms as “rentier” or in the fight against the squatters, resisting in possessions and/or in short, the areas they have invaded and even resorted to armed struggle. At the end of the 1980s, this process of mobilization and struggle for space resulted in the formation of the first agrarian reform settlements in the region, which has grown to over a hundred in the following decades. Taking into consideration the history of these people, the general objective of this thesis is to understand the social reproduction strategies developed by the peasants from the regulated access to land in the context of agrarian reform in the Bico do Papagaio region. This analysis was done based on the case study of two settlement projects - Grotão and Buriti, located in the municipality of Axixá Tocantins - TO. Methodologically, the research is characterized as a qualitative research including field observations and semi-structured interviews. Analysis of the results shows that the settlers peasants had improved quality of life through economic integration in agricultural and non-agricultural activities, but their strategies also have reference to an “original model” of peasant-based, gestated in the previous period, from which they took their decisions in order to build an “ideal model” that keep them as food producers with high levels of self-consumption, with relative freedom, autonomy and little dependent on technology, market and financial capital

Keywords: Bico do Papagaio; peasants; land reform; social reproduction strategies; family farming.

RÉSUMÉ

La région du Bico do Papagaio située à l'extrémité nord de l'état de Tocantins, jusqu'au la moitié des années 1970, a été considérée comme un domaine de "la terre libre", en recevant des paysans du nord-est, qui depuis de nombreuses années socialement reproduites avec une relative liberté et d'autonomie. Ces agriculteurs ont formé petites communautés appelées "centros" et "vilarejos" en dehors desquels étaient exploités les ressources naturelles de manière traditionnelle par l'agriculture itinérante de parcelles et l'exploitation de babassu pour la subsistance qui a progressé au fil des années dans les zones de forêts. Depuis 1974, la région a subi un processus intense de l'accaparement des terres qui a dérangé le mode de vie et de travail des familles paysannes dans la région. Accès à la terre durant cette période se résumait au travail "force" de fermes d'élevage dans l'état de «agriculteurs» ou dans la lutte contre les squatters, résister aux biens et/ou de reprendre les zones envahies, y compris avoir à recourir à la lutte armée. À la fin des années 1980, ce processus de mobilisation et de la lutte pour l'espace conduit à la formation des premiers établissements de la réforme agraire dans la région, qui a grandi à plus d'une centaine dans les décennies suivantes. Prenant en considération l'histoire de ces personnes, l'objectif général de cette thèse est de comprendre les stratégies de reproduction sociales développées par les paysans de l'accès réglementé à la terre dans le cadre de la réforme agraire dans la région du Bico do Papagaio. Cette analyse a été effectuée sur la base de l'étude de deux projets des cas - Grotão et Buriti, ils sont situés dans la municipalité de Axixá Tocantins - TO. Méthodologiquement, la recherche est caractérisée comme une recherche qualitative y compris les observations de terrain et des entretiens semi-structurés. L'analyse des résultats montre que les colons paysans avaient une meilleure qualité de vie grâce à l'intégration économique dans les activités agricoles et non agricoles, mais leurs stratégies ont aussi référence à un 'modèle unique' de base paysanne, enfanté dans la période précédente, à partir de laquelle ils ont pris leurs décisions dans le but de construire un 'modèle idéal' qui gardent les producteurs d'aliments avec des niveaux élevés de l'auto-consommation, avec une relative liberté, l'autonomie et peu dépendants de la technologie, du marché et du capital financier.

Mots-clés: Bico do Papagaio; paysans; la réforme agraire; stratégies de reproduction sociale; l'agriculture familiale.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo os agricultores familiares que desempenham suas atividades nos projetos de assentamentos de reforma agrária, fixados na região norte do estado do Tocantins, conhecida como Bico do Papagaio. Localizada entre os rios Araguaia e Tocantins, a região é formada por 25 municípios, possui 105 projetos de assentamentos de reforma agrária, implantados a partir da redemocratização brasileira de 1985, em um total de 5.527 famílias assentadas.

A região do Bico do Papagaio, que desde o final do século XIX já era colonizada, recebeu um fluxo maior de pessoas a partir de 1960, quando aumentou em grande proporção o êxodo da população nordestina, devido à expulsão dos colonos e moradores das fazendas do Nordeste (WANDERLEY, 2009; GARCIA JR., 1989). A grande disponibilidade de “terras livres” nessa região tornava-se, para esses migrantes, uma estratégia para manter sua condição de camponês, evitando a proletarização em empregos nas indústrias localizadas na região Sudeste ou nas periferias das grandes cidades, assim como para livrar-se do “trabalho sujeito” no interior das fazendas de gado, que se formavam nas áreas de colonização mais antigas.

Até o ano de 1970, a região do Bico do Papagaio era considerada uma área inóspita, praticamente sem estradas, carente de infraestrutura econômica e social (rede de energia, saneamento, escolas etc.), tornando as condições de vida desses camponeses precárias. O acesso à terra, sob a condição de posseiro¹, permitia sua reprodução, mas, por outro lado, mantinha-o na situação de vulnerabilidade, uma vez que a inexistência de um documento que legitimasse sua posse, deixava-o suscetível de ser expulso a qualquer momento. As difíceis condições de vida e de trabalho desses camponeses não permitiam que a produção de suas lavouras gerassem excedentes suficientes para acumular recursos, a fim de possibilitar a

¹ Para Guimarães (2009), os “intrusos e posseiros” são os precursores da pequena propriedade camponesa. Refere-se à invasão de áreas (invasão porque o acesso não era como sesmeiro ou conforme a legislação da terra determinava a partir de 1850) que se limitavam primeiramente a terras de ninguém, depois para sesmarias abandonadas, terras devolutas e não raramente para latifúndios semiexplorados. Segundo o autor, muitos pagaram com a vida esse “ato de atrevimento e bravura”.

aquisição definitiva de um lote de terra, conforme previa a legislação brasileira desde 1850.

Conseqüentemente, essas pessoas tiveram uma trajetória social marcada por inúmeras migrações internas. Partiram do Nordeste em busca de áreas de terras devolutas, consideradas “terras livres” ou “sem donos”, localizadas a Oeste do país, em direção à região amazônica, avaliada como uma região de fronteira até a década de 1980. No início dos anos 1980, essa fronteira já estaria sendo “fechada” pelo processo de “ocupação pela pecuária”, como modo de garantir a propriedade privada da terra (GRAZIANO DA SILVA, 1982) e pelos conflitos fundiários que eclodiram em toda Amazônia.

A política de desenvolvimento empreendida pelo Estado durante os governos militares provocou o avanço da frente pioneira², para essa área, a partir da década de 1970; gerou conflitos com os camponeses que cultivavam pequenas lavouras de subsistência e que exploravam o babaçu. O avanço da frente pioneira deu-se por meio do mecanismo da grilagem de terra, transformando o Bico do Papagaio em uma região de intensos conflitos fundiários nas décadas de 1970 e 1980. Nesse período, para que os camponeses tivessem acesso ou permanecessem produzindo nas terras, tinham de ficar subordinados como “rendeiros³” nas propriedades griladas ou resistir, em suas posses, contra a ação de expulsão praticada pelos jagunços contratados pelos grileiros.

Em consequência do aumento dos conflitos, o governo militar criou o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins – GETAT, em 1980, para concretizar a regularização fundiária em toda a região do Bico do Papagaio. No entanto a atuação do órgão causou mais conflitos. Por um lado, os grileiros intensificaram suas ações truculentas por meio de expulsões, incêndios de casas e assassinatos de trabalhadores e de líderes de movimentos. Enquanto os camponeses, sob a

² Martins (1997) caracteriza esse conflito como o confronto entre a frente pioneira, representada pelos capitalistas – a grande fazenda, o banco, o empresário, a ferrovia, o juiz, o cartório, o Estado etc. — e a frente de expansão, representada pelos posseiros ocupantes de terras devolutas – que viviam de uma economia de base familiar e sem nenhum documento que legitimasse a posse da terra.

³ Rendeiros é uma forma de arrendamento que consistia em liberar, ano a ano, uma área de mata dentro da propriedade para os camponeses plantarem suas lavouras de arroz consorciado com milho, para após a colheita semear as pastagens. O preço do arrendamento era de uma saca de arroz por linha de roça (1,2 ha), além de todo o trabalho de realizar o preparo da área (broca/queima/plantio). Muitas fazendas da região foram formadas dessa forma, à custa da exploração da mão de obra camponesa (SADER, 1986).

liderança da Comissão Pastoral da Terra – CPT, se mobilizaram para traçar suas estratégias de luta, a fim de continuar produzindo suas lavouras nas terras que estavam sendo disputadas com os grileiros⁴, recorrendo, em muitos casos, à implantação de roças comunitárias em regime de mutirão, ao tempo que companheiros de luta mantinham vigilância armada (SADER, 1986).

Para os líderes dos movimentos sociais da região, a regularização fundiária promovida pelo GETAT era o reconhecimento das grilagens de terras, pois os títulos expedidos pelo órgão priorizavam propriedades acima de 500 hectares, excluindo a maioria dos posseiros (SADER, 1986). Tornava-se clara a intenção governamental de continuar a implantação de projetos agropecuários embasados na lógica da modernização conservadora⁵.

O aumento dos conflitos gerou uma série de assassinatos de fazendeiros, jagunços e líderes de movimentos sociais. A mando de fazendeiros, Padre Josimo Moraes Tavares, coordenador regional da CPT e considerado líder dos trabalhadores rurais, foi assassinado no dia 10 de maio de 1986 (ALDIGHERE, 1993).

Com o início do período da redemocratização no Brasil em 1985, a reforma agrária entra mais fortemente na agenda política brasileira. O GETAT foi extinto em 1987 e suas atribuições foram assumidas pelo INCRA, que, aos poucos e de acordo com o avanço da legislação brasileira e as pressões sociais no campo, implantou projetos de assentamentos em todo o Brasil. A região do Bico do Papagaio passou a ser uma área de grande concentração de assentamentos, sendo implantados 105 projetos, beneficiando 5.527 famílias em 237.001,80 ha (INCRA, 2014).

A inserção dos assentamentos de reforma agrária na composição da estrutura fundiária do Bico do Papagaio, após mais de duas décadas de lutas diminuiu o número e a intensidade dos conflitos na região. A reforma agrária inseriu grande parte dos posseiros e migrantes nordestinos como novos atores no cenário do desenvolvimento regional, em situação diferenciada da anterior, tornando-os

⁴ Grileiros é um termo utilizado para denominar pessoas ou empresas que se utiliza de documentos falsos para se apropriar de terras devolutas ou de terceiros, podendo muitas vezes agir de forma violenta, expulsando ou assassinando posseiros.

⁵ A modernização conservadora foi assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, teve por objetivo promover o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem alterar grandemente a estrutura agrária, mantendo o monopólio da terra e os privilégios da oligarquia rural à custa da exclusão política dos setores subalternos do campo, da expropriação do campesinato e da sua proletarização irremediável (AZEVEDO, 1982).

donos de uma pequena propriedade familiar (em média 25 ha) e beneficiário das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar.

Levando-se em consideração os três momentos descritos anteriormente: período das terras livres (1950 a 1970); período dos conflitos fundiários (1970 a 1986); e por último, o período nos assentamentos de reforma agrária (a partir de 1987), tendo os camponeses como um dos atores centrais, nosso questionamento central implica sobre: o que significou para os agricultores entrevistados o acesso à terra obtida no processo de reforma agrária da região do Bico do Papagaio? Essa pergunta norteou o percurso investigativo deste trabalho. Para tanto, realizamos um estudo de caso em dois assentamentos de reforma agrária, situados no município de Axixá do Tocantins, implantados em períodos diferentes: o assentamento Grotão, fundado em 1987, época dos conflitos fundiários; e o assentamento Buriti, estabelecido no final da década de 1990, período que houve aceleração da reforma agrária em toda a região do Bico do Papagaio. A partir dessas duas realidades, buscamos responder a outras questões que nos auxiliaram a entender nosso problema central: quais foram as mudanças ocorridas no modo de vida dessas pessoas a partir do acesso à terra? Quais as estratégias utilizadas pelas famílias assentadas para reproduzir a unidade de produção camponesa? Como a família se organiza para explorar o lote de reforma agrária? As atividades desenvolvidas nos assentamentos permitem conservar a autonomia camponesa?

A partir desses questionamentos, a pesquisa teve como objetivo geral entender as estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos camponeses a partir do acesso regulamentado à terra, no contexto da reforma agrária, na região do Bico do Papagaio. Eram seus objetivos específicos: entender as estratégias familiares e de produção praticadas pelos agricultores familiares assentados; identificar as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelas famílias dentro e fora do lote do assentamento de reforma agrária; estudar a sociabilidade dos agricultores familiares nos projetos de assentamentos rurais.

Para elaborar as hipóteses, partimos da teoria de Lamarche (1993), que define os agricultores familiares como sujeitos históricos, portadores de um modo de produzir e viver, constituinte de seu patrimônio sociocultural desenvolvido ao longo da trajetória de vida que serve de referência, mais ou menos consciente, para a tomada de decisões, denominada pelo autor como “modelo original”. A partir desse

modelo e de acordo com o contexto sócio-histórico que estiver inserido, cada agricultor familiar projeta o futuro de sua unidade de produção na direção de um “modelo ideal”. Esses dois modelos seriam, portanto, uma dupla referência que orienta todas as tomadas de decisões da unidade de produção familiar. Tal teoria é desenvolvida no capítulo 1 deste trabalho.

Assim, partimos da hipótese de que os assentados pela reforma agrária no Bico do Papagaio desenvolvem suas atividades e orientam suas ações tendo como referência o modelo camponês, que conforma seu “modelo original”. Tal modelo se caracteriza por um conjunto de práticas recorrentes, tradicionalmente utilizadas visando superar a precariedade e a insuficiência de recursos, desenvolvidas no contexto de suas vidas na região. Embasado nos estudos de Sader (1986), podemos destacar, como exemplo, o sistema de cultivo praticado pelos camponeses e sua família (broque-queima-plantio-pousio), cuja característica era a itinerância da área, para proporcionar a recuperação da fertilidade da terra por períodos de tempo entre cinco e sete anos.

Como segunda hipótese, consideramos que o “modelo ideal” é também o de um agricultor familiar com base camponesa. Porém, nesse caso, uma vez assegurado o acesso à terra, é possível vencer a precariedade anterior e ir mais além, buscando melhores condições para assegurar a subsistência da família e a sua reprodução futura.

A reforma agrária transforma os assentados em novos atores, dando segurança para desenvolver projetos técnico-produtivos; promove sua inserção em um jogo de disputas sociais, econômicas e políticas, visando à sua reprodução e à formação de um patrimônio familiar (LEITE et al., 2004). O acesso a linhas de crédito e à assistência técnica para desenvolver atividades produtivas dentro do lote são mecanismos que podem resultar em maior integração com o mercado e possibilitar acúmulo de reservas. Combinando atividades produtivas dentro e/ou fora do lote, por meio de atividades agrícolas e não agrícolas, o assentado pode adotar “estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar a sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes” (WANDERLEY, 2009, p. 160).

Como terceira hipótese, consideramos que as práticas correspondentes ao modelo originário camponês, gestadas na situação de precariedade vivenciadas no período anterior ao assentamento, não são abandonadas na nova situação. Elas são

agora potencializadas em novo contexto em que se privilegia: novas condições de acesso aos mercados; maior demanda pelos serviços públicos, especialmente educação, saúde e informação; integração complementar com as cidades próximas.

Essas hipóteses derivadas a partir da teoria de Lamarche (1993) serão testadas na realidade empírica do contexto de reforma agrária da região do Bico do Papagaio.

Metodologia

Nesta seção, descrevemos a trajetória do trabalho de pesquisa realizado no espaço social dos assentamentos rurais na região do Bico do Papagaio, estado do Tocantins. Ele é fruto dos nossos estudos em Sociologia Rural e da nossa vivência enquanto pesquisador nessa linha de investigação. Apresentamos a escolha da abordagem e a natureza da pesquisa, fazendo a contextualização do processo investigativo do trabalho, os participantes, os instrumentos utilizados para a coleta dos dados, bem como os procedimentos de análise.

Partimos da visão de que os fenômenos humanos e sociais não podem ser compreendidos somente por meio dos métodos quantificáveis. É por isso que, quanto ao ponto de vista de abordagem do problema, nos ancoramos em Minayo (1993) ao buscar uma abordagem qualitativa em nossa investigação, pois segundo a autora essa modalidade

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1993, p, 21).

Assim posto, essa abordagem permite o contato direto do pesquisador com o campo ao investigar o objeto de estudo a partir da perspectiva das pessoas envolvidas, permitindo considerar todos os pontos de vistas relevantes, a obtenção de vários tipos de dados a serem analisados na busca do entendimento da dinâmica do fenômeno, no contexto em que ele acontece.

Devido ao grande número de projetos de assentamentos distribuídos em um vasto território⁶ composto por 26 municípios, decidimos utilizar o método de “estudo de caso”. Esse método possibilita compreender as interações entre fatos e acontecimentos, sua importância no contexto em que ocorrem (GIL, 1987). Partimos do pressuposto de que, a partir do estudo de caso de um projeto de assentamento, teremos a possibilidade de explorá-lo de forma intensa e particular (BECKER, 1999). Uma das ressalvas que se faz a esse método é que, referindo-se ao estudo de um caso particular, seus resultados não podem ser generalizados, o que não impede que sirva de parâmetro para analisar outros estudos semelhantes.

Esta investigação inscreve-se na modalidade de pesquisa qualitativa com base em estudos de casos. Descrevemos, a seguir, os procedimentos assumidos por nós para a realização da pesquisa de campo.

Pesquisas bibliográficas e documentais: nessa fase, buscamos construir uma base conceitual para guiar nossos procedimentos, por meio do levantamento de fontes bibliográficas, visando a uma revisão da literatura. Para tanto, utilizamos fontes secundárias, como documentos oficiais sobre dados estatísticos do INCRA⁷, IBGE⁸ etc. Esta pesquisa nos permitiu aprofundar o estudo, clarificar nossos pressupostos teórico-metodológicos, esclarecer dúvidas sobre o objeto de estudo e guiar-nos em nossos procedimentos de tratamento e análise dos dados.

Pesquisa de campo: contamos com procedimentos técnicos da pesquisa de campo, observando os fenômenos de acordo com a realidade em que eles ocorreram nos assentamentos. Utilizamos um roteiro para nos guiar em nossas observações, que ocorreram de forma direta, face a face com os pesquisados, por meio das entrevistas.

A entrada no campo foi precedida de uma visita aos presidentes das Associações dos Assentamentos (Buriti e Grotão) em abril de 2012 para obter autorização, a fim de efetivarmos a pesquisa no assentamento e solicitarmos seu apoio, para o que fomos prontamente atendidos. O mesmo procedimento foi repetido

⁶ Referimo-nos à região do Bico do Papagaio no estado do Tocantins.

⁷ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

em outro momento, em uma reunião realizada na sede da associação do assentamento Buriti, em que os assentados participavam na intenção de organizar um mutirão, momento no qual nos apresentamos e falamos sobre a pesquisa. Posteriormente, acompanhamos as atividades do mutirão e estabelecemos alguns contatos e pré-agendamos algumas entrevistas.

No caso do assentamento Grotão, a partir de uma reunião com a presidente da associação, foram a nós repassados os nomes dos assentados que participaram, efetivamente, do movimento de luta pela reforma agrária e que ainda moravam no assentamento. A finalidade era o agendamento de visitas prévias para falarmos sobre a pesquisa, os objetivos, a apresentação do pesquisador, e com isso obtermos a concordância dos assentados em participar das entrevistas. À medida que agendávamos as entrevistas, outros assentados eram indicados e assim procedemos, sempre respeitando o pré-agendamento. O método adotado no PA Grotão foi realizado dessa forma, porque os assentados moram em localidades distintas: povoados Morada Nova, Santa Luzia e em duas agrovilas dentro do próprio assentamento, sendo que uma minoria com a qual não conseguimos agendar visita, devido às condições das estradas, mora dentro dos lotes.

A preocupação de informar ao grupo era para esclarecê-lo sobre o que pretendíamos investigar e as possíveis repercussões favoráveis, advindas do processo investigativo (MINAYO, 1994, p. 55). Nessa primeira visita, foi possível levantar algumas informações preliminares sobre a história e a infraestrutura do assentamento, bem como a origem das famílias.

Ratificamos que a pesquisa foi realizada em dois Projetos de Assentamentos (PAs) localizados no município de Axixá do Tocantins. O Assentamento Grotão foi um dos primeiros da região e está situado em uma região onde ocorreram intensos conflitos pela posse da terra. Já o assentamento Buriti destaca-se como um dos projetos de menor evasão dos lotes na região conforme nos informaram os órgãos de assistência técnica e o próprio INCRA. Outro detalhe dos dois assentamentos é que são compostos por antigos moradores do povoado Morada Nova e atravessaram diferentes fases relativas à posse da terra (período de terras livres, rendeiros e de luta pela terra). Ao optarmos por esses “casos”, estabelecemos um fio condutor lógico e racional que guiava todo o processo de coleta de dados (CRESWELL, 2010).

O presente trabalho aconteceu em dois momentos: No primeiro encontro, estabelecemos interação com a comunidade local ao longo do mês de abril de 2012. O segundo encontro aconteceu no mês de junho do mesmo ano. Do total de 105 PAs, selecionamos dois para este “estudo de caso”. Nossa escolha justifica-se pelos seguintes critérios: os PAs estarem localizados em uma região de intensos conflitos pela disputa da terra; possuírem um baixo índice de evasão dos lotes; terem no mínimo 50 agricultores assentados; as condições de acesso ao assentamento na época da pesquisa; a receptividade dos representantes e assentados com a realização da pesquisa no assentamento; e ter no mínimo 10 anos de fundação dos PAs.

Em consulta prévia aos órgãos de assistência técnica, ONGs e a unidade avançada do INCRA de Araguatins-TO, fomos informados de que as regiões de maiores conflitos localizavam-se entre os municípios de Arixá do Tocantins e Sítio Novo, nas imediações dos povoados de Morada Nova e Juverlândia. Segundo dados do INCRA, esses dois municípios possuem um total de 13 projetos de assentamentos, no entanto apenas quatro possuíam mais de 50 assentados: PA Grotão (67) e PA São Jorge (57), ambos fundados em 1986. O PA Buritys (73) e PA Santa Juliana (100), fundados em 1998. Segundo o critério de evasão dos lotes, fomos informados pelo INCRA de que os assentamentos mais antigos possuíam altos índices de evasão, acima de 60%, restando como opção os assentamentos Buritys e Santa Juliana. Pelas condições de acesso e pronta receptividade dos representantes da associação e assentados, optamos pelo PA Buritys. No entanto decidimos estender a pesquisa para o PA Grotão em virtude do histórico de lutas empreendidas para a conquista da terra, por ser um dos primeiros assentamentos da região e por ter em comum o último local de moradia o povoado Morada Nova, uma decisão acertada que possibilitou o resgate de muitos aspectos históricos narrados na fala dos entrevistados e serviram de bases para entendermos vários aspectos da trajetória dos assentados.

Com base nos propósitos e nos objetivos da presente investigação, buscamos compreender o mundo dos agentes participantes por meio da interação. Para tanto, elegemos a entrevista como dispositivo de geração de dados pelo fato desse instrumento permitir uma aproximação de interatividade entre pesquisador e

pesquisado, promovendo o diálogo e a exposição das histórias de vida dos participantes.

Na pesquisa de campo, utilizamos um roteiro semiestruturado para a realização das entrevistas (Apêndice nº 1). Essa modalidade de roteiro nos permitiu reformular e/ou adequar o diálogo de acordo com o contexto de vida de cada assentado. Nessa interação, totalizamos 60 horas e 21 minutos (60'21") de narrativas, nas quais os camponeses dos assentamentos expuseram suas experiências vivenciadas no campo, seus saberes e suas capacidades. Por meio da entrevista, foi possível apreender o que esses camponeses pensam e seus sentimentos, intenções e objetivos em seu espaço de habitação, em seu trabalho e em sua interação social.

Para a realização das entrevistas, utilizamos um gravador para ampliar o poder de registro e preservar o conteúdo original dos dados gerados. Dessa forma, permitiu registrar não só as palavras, como também pausas, vacilações, mudanças no timbre da voz, o que consente ao pesquisador prestar maior atenção ao entrevistado (FLICK, 2009).

Para a escolha dos entrevistados, utilizamos uma amostra não probalística por acessibilidade, respeitando-se a predisposição das pessoas, em que a preocupação foi obter um número máximo de entrevistas. De um total de 48 assentados no PA Buriti, conseguimos realizar 34 entrevistas; e no PA Grotão, de um total de 22 assentados que ainda estão dentro do assentamento, conseguimos entrevistar um total de 19 assentados, com média de uma hora e dez minutos de duração cada entrevista. Vale frisar que todos são moradores desses PAs desde a fundação do projeto. A faixa etária deles varia entre 40 e 42 anos, e a maioria é do sexo masculino.

As entrevistas ocorreram na residência dos assentados. Em alguns casos, as esposas fizeram questão de também partilhar suas experiências, o que consideramos muito positivo, pois o casal sentia-se à vontade para falar sobre as questões da entrevista de maneira significativa. Uma das preocupações na condução das entrevistas era interagir de forma natural, não intrusiva, "evitando argumentar, discutir ou demonstrar posicionamento pessoal em relação ao que estava sendo comentado" (MINAYO, 1994).

As observações de campo ocorreram durante o período de realização das atividades investigativas *in locus*. Constatamos a eficácia de sua utilidade no estudo de caso, pois elas permitiram o registro de ocorrências de interesse para o trabalho e que não tinham sido previstas. Esse dispositivo auxiliou na compreensão e na interpretação dos fenômenos estudados e elas ocorreram de forma participante e/ou não participante, “depende do envolvimento do entrevistador, ou seja, ele ser ou não mero expectador do fato que está sendo estudado” (YIN, 2010, p. 138).

Ao longo das entrevistas, respeitamos as limitações nos modos de expressão de cada entrevistado, buscamos propiciar a eles a emergência de suas vozes, permitindo que verbalizassem sobre suas experiências vivenciadas, respeitamos suas pausas, o silêncio. Procuramos agir com naturalidade e de forma imparcial, para que pudéssemos criar um clima natural para a conversação. Para tanto, evitamos atentamente não os induzir e nem mesmo sugerir afirmações ou negações em nenhuma de suas respostas, pois isso afetaria nossos objetivos aqui perseguidos. Nossa réplica a cada gesto foi demonstração do nosso interesse sobre as palavras proferidas por cada participante.

As perguntas direcionadas a cada entrevistado antecederam nossas instruções com base no roteiro que elaboramos para a realização da pesquisa, cuja configuração se apresenta em duas etapas, como se seguem:

- 1ª etapa: trajetória social dos pesquisados referente ao histórico de suas vivências anteriores à sua chegada à região, como eles viviam, como eles se estabeleceram na região e o processo de conquista da terra;
- 2ª etapa: sobre a vida deles no assentamento com o objetivo de compreender como eles organizavam o trabalho familiar dentro do lote e quais as atividades produtivas e as estratégias de produção utilizadas; a vida social dos pesquisados nos PAs, a relação com os familiares, com a vizinhança e a sociedade global.

Buscando uma postura ética, ratificamos que, antes de empreender a geração de dados para a constituição do *corpus*, nos apresentamos aos presidentes das associações dos PAs, expomos a justificativa do estudo e solicitamos a autorização para realizar a pesquisa de campo. Obtivemos seu consentimento e passamos, então, a participar de reuniões e realizar visitas às comunidades. Antes

de iniciar as entrevistas, explicitamos, de forma bem geral a cada entrevistado a pesquisa, sua problemática, seus objetivos e as nossas expectativas após a investigação. Deixamos bem claro que a participação de todos seria voluntária e que teriam o direito de desistir em qualquer momento da entrevista e de sua participação no estudo, que não haveria ganho e nem perda em relação a isso. Para maiores esclarecimentos e sanar quaisquer dúvidas referentes ao processo da pesquisa, transmitimos a todos nossos contatos profissionais e acadêmicos.

Em seguida, passamos a vivenciar com os participantes suas experiências adquiridas em seu *modus vivendi* e, logo, procedemos às entrevistas de bom grado por parte de todos e ratificamos que elas tiveram duração média de 1 hora e 10 minutos. O nosso trabalho interativo com a comunidade nos possibilitou transcrição de um *corpus* que totalizou 826 páginas. Essa descrição revela a amplitude do *corpus* da nossa pesquisa.

Após concluir a transcrição das entrevistas, levamos em consideração o anonimato dos nomes dos participantes, os quais foram substituídos com a seguinte configuração (EN 1; EN 2), ou seja, ENTREVISTADO 1; ENTREVISTADO 2, e assim por diante, com o intuito de suprimir as referências pessoais, dando atenção ao papel social exercido por cada um.

- **Pré-análise:** nessa etapa de análise dos dados, foram levados em consideração os objetivos, as questões da pesquisa e a escolha do método qualitativo. Essa etapa iniciou-se com a realização de uma atividade conhecida como leitura flutuante, que tem por objetivo gerar impressões iniciais acerca do material a ser analisado, sem o compromisso objetivo de sistematização, apenas tentando extrair algumas ideias e seus significados gerais. Essa primeira leitura nos possibilitou transcender a mensagem explícita e, de forma menos estruturada, permitiu-nos conseguir apreender pistas e indícios não óbvios.
- **A análise:** conforme exposto anteriormente, o processo analítico se deu em diferentes etapas, marcado por gestos interpretativos profundos de diversas leituras e releituras das entrevistas realizadas, as quais compõem o *corpus* sob análise, desde os primeiros momentos da geração dos dados. Em nossa interpretação, levamos em conta a história, as vivências e as experiências dos

participantes, bem como o contexto geográfico, histórico, político-econômico e cultural das comunidades pesquisadas. Todos esses elementos constituem as categorias analisadas.

Esses foram os procedimentos que mobilizamos para compreender os discursos dos participantes da pesquisa. Sintetizamos

Estrutura da tese

Além da introdução, esta tese está estruturada em cinco capítulos. A introdução é composta pela contextualização da região do Bico do Papagaio, o problema, os objetivos, as hipóteses e a metodologia empregada no trabalho.

O primeiro capítulo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o campesinato, aborda sua persistência no mundo contemporâneo e estende sua análise ao campesinato brasileiro que foi gestado em situação diferenciada de acesso à terra, subordinado às grandes *plantations* ou como produtor livre na fronteira demográfica do país.

O segundo capítulo realiza um resgate sobre as lutas camponesas para democratizar o acesso à terra até culminar com a política de assentamentos rurais em todo o Brasil, estendendo o resultado dessas lutas à região do Bico do Papagaio, em que a Igreja Católica assumiu o papel de principal instituição de organização e conscientização política dos camponeses na luta pela terra em toda a região amazônica.

O terceiro capítulo resgata a trajetória de vida dos assentados para entender como os camponeses da região Bico do Papagaio adaptaram diferentes estratégias, durante dois períodos anteriores ao assentamento, para reproduzirem e manterem sua condição camponesa: O período de terras livres (1950 até 1970): abordando o modo de vida da frente de expansão camponesa que foi a responsável pelo povoamento inicial da região; O período dos conflitos fundiários (Décadas de 1970 e 1980): período que gerou novas estratégias de acesso à terra: *rendeiro x posseiro "invasor"*, culminando na luta pela reforma agrária como alternativa de acesso à terra.

O quarto capítulo aborda o assentamento de reforma como um lugar de morar e trabalhar com segurança, de luta por novos espaços na sociedade. Realizamos uma reflexão sobre o assentamento de reforma agrária como ponto de partida para a construção de um novo lugar, tornando-o espaço de permanentes demandas, bem como a sociabilidade desenvolvida dentro do assentamento e quais as relações para além do assentamento.

O quinto capítulo realiza uma análise sobre as principais estratégias de reprodução social realizadas nos assentamentos, visando à permanência camponesa no horizonte das gerações, persistindo em sua forma característica de produzir e viver de forma relativamente autônoma, com limitada dependência externa (tecnológica, financeira e mercadológica).

E, por último, apresentamos as considerações finais.

1 O CAMPONÊS: UM ATOR DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

1.1 O modelo original e modelo ideal

O camponês é um ator social contemporâneo que, ao longo do tempo, tem persistido em sua forma de produzir e de viver inserido em vários contextos do mundo (WELCH et al., 2009). A sua forma de existência tem sido objeto de vários estudos, pois, apesar de possuir uma grande diversidade de formas sociais em diferentes contextos, apresenta alguns elementos considerados universais e que foram se adaptando às novas realidades do mundo moderno.

Em pleno século XXI, em um mundo dominado pelas leis de mercado globalizado, as regras de inserção econômica das unidades de produção agrícolas, de diferentes locais do globo, são construídas em bases tecnológicas, mercadológicas, creditícias e políticas voltadas à integração dos empreendimentos agrícolas na formação de cadeias produtivas competitivas. No entanto ainda é possível encontrar unidades de produção camponesa que conseguem adaptar-se aos novos desafios que lhes são impostos, mantendo um relativo nível de autonomia em face da pressão do capital.

Os estudos que previam a decomposição⁹ do campesinato nas economias modernas dominadas pelo capital se mostraram equivocados em suas análises ao ignorar as diversas possibilidades internas à família camponesa. Analisar a grande capacidade de adaptação da unidade de produção camponesa nos diversificados contextos históricos, sociais e econômicos foi uma tarefa desempenhada por inúmeros estudiosos. Iremos, nesta seção, apresentar alguns conceitos e categorias de análise que servem de referência para nossa pesquisa e que são importantes para a compreensão de nosso objeto de estudo.

⁹ A tese da decomposição do campesinato é influenciada pelos pressupostos de Marx que na economia capitalista os camponeses se transformariam em pequeno burguês ou em proletários. Sendo assim ou se transformariam em produtores capitalizados integrados às economias de mercado, ou ao contrário em simples trabalhadores assalariados. Tal situação foi defendida, por exemplo, por Velho (1990) na fronteira amazônica.

O campesinato, ao longo da história, tem mostrado que sua persistência no mundo moderno tem como base a manutenção de alguns traços de sua tradição e costumes, mesmo sofrendo com algumas influências externas do capital e cedendo a elas. Dessa maneira, qualquer estudo sobre o campesinato deve partir da premissa de que devemos entendê-lo não somente por meio de seu sistema produtivo, mas também de sua maneira particular de viver e inserir-se na sociedade (WANDERLEY, 2009, p. 156).

O elemento central é o envolvimento da família na gestão e na execução das atividades rurais das unidades produtivas que mantêm sob seu controle. Esse pressuposto foi formulado por Chayanov (1985) em seu clássico estudo sobre as famílias camponesas na Rússia da segunda década do século XX. Apesar da especificidade de seu estudo e do contexto dessa época, esse é um conceito universal que foi verificado em vários países do mundo.

Segundo Chayanov (1985), é internamente entre os membros familiares que a unidade de produção camponesa traça suas estratégias de reprodução ao longo do tempo. Ao assumir a gestão e o trabalho, sem depender do pagamento de salários, visando, prioritariamente, à subsistência familiar, a unidade camponesa não se reproduz segundo uma lógica capitalista. Dessa forma, os estudos que buscam uma razão econômica para a permanência camponesa no mundo contemporâneo não fazem sentido (CHAYANOV, 1976), pois os objetivos da unidade familiar não priorizam o lucro oriundo das trocas comerciais, nem levam em consideração os balanços contábeis de divisão dos resultados do trabalho individual, a viabilidade econômica dos plantios, os custos operacionais para realização das atividades agrícolas etc.

O camponês é um produtor de alimentos que “vive da terra”, cultiva-a por meio da autoexploração da própria mão de obra familiar, visando à subsistência do grupo doméstico como um todo, sem divisões em parcelas individuais do resultado desse trabalho (CHAYANOV, 1985). O resultado obtido da exploração do trabalho familiar é para satisfazer as necessidades do grupo. É imperativo produzir uma diversidade de produtos para suprir a necessidade de alimento dos membros familiares e gerar um excedente para realizar trocas com o mercado envolvente, a fim de suprir demandas de consumo não produzidas internamente (ferramentas, utensílios, produtos industrializados, roupas, calçados etc.) e serviços (médicos,

taxas de energia, água, impostos, aluguel da terra etc.). O dinheiro obtido nessas transações é um intermediador¹⁰ para a obtenção de outras mercadorias ou serviços, e, em caso de sobras, são poupadas para gastos futuros da família, em que a lógica é sempre a reprodução familiar (MENDRAS, 1978).

Devemos nos atentar para o conceito de excedente. Para Martins (1975), não é simplesmente a sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes daqueles que foram utilizados na subsistência (no caso a mão de obra e a terra), intencionalmente calculados para esse fim, ou seja, é do fator excedente que gera o produto excedente.

Garcia Jr. (1989), em sua análise sobre os camponeses marginais na *plantation* do Nordeste, define que o excedente não pode ser caracterizado apenas como a sobra do necessário para o “gasto da casa”. A especificidade de certos produtos, como impossibilidade de armazenamento por período prolongado, por exemplo, leva a um excedente para além do consumo da casa (“mais do que o gasto”) e possibilita a venda para convertê-lo em moeda, para a aquisição de outros itens que são necessários ao consumo doméstico, como café, açúcar, sal e querosene. “Mais do que o gasto”, o excedente, para o autor, representa uma estratégia para adquirir produtos socialmente necessários, por meio da realização da comercialização de parte da produção. O agricultor deve analisar o mercado e realizar a compra e/ou a venda quando os preços forem mais favoráveis, a fim de acumular reservas para compras futuras quando os preços baixarem. O autor chama a atenção para a existência, nos roçados, de certos tipos de plantios voltados ao mercado sem, necessariamente, ir diretamente à mesa da unidade familiar, visando “ao gasto da casa”. A comercialização da produção oriunda desses plantios objetiva convertê-la em moeda de troca para a aquisição dos produtos não produzidos internamente, que assumem um papel similar ao “mais do que o gasto” (GARCIA JR., 1983, p. 143).

O excedente, na visão dos dois autores, implica no esforço de obter colheitas para além do necessário ao “gasto da casa”, que exige uma carga de trabalho variável de acordo com a dimensão da família e a disponibilidade de área para realizar os plantios.

¹⁰ O camponês realiza trocas do tipo M-D-M, em que comercializa uma mercadoria para converter em dinheiro e obter outra mercadoria (OLIVEIRA, 2001).

Chayanov (1985) analisou que a capacidade de autoexploração da mão de obra familiar é variável no tempo, depende da densidade demográfica da família, da faixa etária e do sexo dos membros familiares. Dessa forma, trabalhar para atender as demandas do autoconsumo e do excedente exigirá um maior ou menor grau de intensidade de exploração da força de trabalho. Cabe ao chefe da família a decisão de como atender as necessidades da família, realizando um balanço entre a extensão da terra a ser explorada e o esforço necessário a ser despendido por ele e os demais membros familiares. Esse é um cálculo subjetivo que depende de uma série de fatores internos e do contexto em que a unidade camponesa está inserida. Tal conceito desenvolvido por Chayanov (1985), também, se tornou de uso corrente em várias pesquisas no mundo.

Assim, se a família é o principal motor dessa economia, e essa, demograficamente, é variável no tempo, o chefe da família terá de utilizar-se de estratégias diversas para sustentá-la ao longo do ciclo de vida nos períodos, que podem ocorrer desequilíbrios entre a necessidade de consumo e a disponibilidade de braços para produzir o sustento da casa.

Há de se considerar que “viver da terra” não significa desenvolver somente atividades agrícolas dentro dos limites de sua própria parcela de terra. Pressão por consumo, baixo valor comercial dos produtos de seus roçados, sazonalidade das atividades ou da produção e poucas colheitas são alguns exemplos que podem levar o camponês a buscar complementação de rendimento fora de sua propriedade, em atividades agrícolas e/ou não agrícolas. Nesse sentido, Chayanov (1985) aponta, em seus estudos, a importância das atividades artesanais e comerciais como formas de atingir o equilíbrio doméstico em anos de poucas colheitas. Palmeira (2009) e Garcia Jr. (1989) destacam os “corumbas” ou “curaus”, que, em período de estiagem e pouco volume de serviço em seus roçados, deslocam para as áreas de *plantation* da cana-de-açúcar, para vender a força de trabalho (também chamado de trabalho “alugado”), e retornam no início do período chuvoso para cultivar seus roçados.

Os recursos oriundos dessas atividades são importantes para complementar o sustento da casa em casos de insuficiência dos resultados dos roçados. Também podem ser utilizados para outras finalidades que visam equilibrar a necessidade de mão de obra no trato dos roçados, como, por exemplo, a contratação de trabalhadores e/ou máquinas para a realização de atividades: preparo do solo,

plântio e colheita. Nesse caso, a contratação de trabalhadores alugados é uma estratégia que permite complementar a falta de mão de obra familiar ou para aliviar a pressão de trabalho sobre os membros familiares, deixando-os livres para outros afazeres, como estudo ou dedicação a outras atividades: negócios, empregos urbanos etc. (GARCIA JR., 1989).

A possibilidade dos camponeses combinarem atividades agrícolas e não agrícolas, visando à reprodução familiar, nos remete ao conceito de pluriatividade. A pluriatividade é abordada por alguns autores como uma pressão externa, oriunda da industrialização da agricultura e da urbanização do campo que, ao longo do tempo, força a substituição das atividades agrícolas pelas atividades não agrícolas, chegando ao ponto de transformar o sítio num lugar apenas de moradia (GRAZIANO, 2002). Contudo adotamos, neste estudo, a abordagem de outros autores que consideram a pluriatividade uma estratégia familiar para adaptação à realidade do contexto que estão inseridos (SCHNEIDER, 2005; WANDERLEY 2001; STANEK, 1998) e, portanto, permanente. É um recurso para diversificar as rendas e “viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras” (WANDERLEY, 2009, p. 163), podendo atuar de diferentes maneiras:

[...] constituindo um expediente de sobrevivência usado pelos mais pobres apenas para continuar residindo na área rural, ou propiciando um complemento de renda que viabiliza a modernização da atividade agrícola e alguma acumulação de capital. Pode também tornar-se um seguro contra riscos climáticos e econômicos, impedindo que as famílias caiam abaixo da linha da pobreza nos períodos de escassez agrícola ou de preços baixos e, principalmente, as rendas complementares podem aumentar as chances de obter ativos físicos ou qualificações que ajudem a sair do patamar de pobreza a longo prazo (KAGEYAMA, 2008, p. 149).

Além dessa abordagem, partiremos da concepção de Wanderley (2009, p. 193-194) de que a pluriatividade pode ter diferentes significados de acordo com os diversos membros da família. A verdadeira pluriatividade, aquela em que o chefe da família (o pai) é quem busca a complementação de renda fora do estabelecimento, seja porque dispõe de tempo livre ou porque a propriedade é insuficiente para atender todas as necessidades familiares. Para os filhos adultos, a autora considera que a pluriatividade pode indicar um processo de busca de autonomia econômica, preparatória para constituir nova família, resultando, na maioria das vezes, na migração deles. Essa decisão decorre principalmente, devido à pequena parcela de

terra ser insuficiente para a subsistência de todos, de acordo com a variação demográfica da família ao longo do tempo, nos diferentes estágios de vida dos membros familiares. Para a esposa, a pluriatividade pode ser uma forma de auxílio para custear a manutenção familiar ou investimento na propriedade, podendo ocorrer, a exemplo dos jovens, como uma atividade autônoma que a mantém fora do estabelecimento, tornando-se monoativa. Somente realizando uma análise interna junto à família é que poderemos entender a dinâmica da pluriatividade no equilíbrio interno da família e seus reflexos no projeto de futuro dos estabelecimentos familiares pesquisados.

A migração dos filhos para a cidade não significa, em alguns casos, a proletarianização definitiva (MENEZES, 2009, p. 272), mas condição para a permanência camponesa. Pode ser temporária, com a finalidade de acumular recursos suficientes para atender alguma necessidade sazonal em seus locais de origens. Os recursos obtidos fora servem para complementar os gastos da casa ou possibilitar a contratação de trabalhadores alugados, a fim de auxiliar nas atividades do roçado. Em alguns casos, pode também significar a ascensão à categoria de produtor independente, a partir da inversão da poupança de parte dos salários acumulados na compra de pequenas parcelas de terras, como foi observado por Garcia Jr. (1989) no processo de migração temporária de camponeses do agreste paraibano para a região Centro-Sul.

Woortmann (2009) também contribui com a análise da migração dos filhos de camponeses. Para o autor, a migração temporária pode fazer parte de um ritual pré-emancipatório na fase da transformação do jovem, com o objetivo de acumular algum recurso para iniciar a vida de casado. Simbolicamente, é a fase de transformação do homem que partiu jovem “para enfrentar o mundo”, e os recursos acumulados seriam a prova do sucesso (WOORTMANN, 2009, p. 221).

A migração também pode estar relacionada ao processo de sucessão do patrimônio familiar. Nesse caso, quem parte abre mão da condição de herdeiro em prol de outros, preservando o patrimônio fundiário da família entre as gerações. Geralmente, essa saída é compensada de alguma maneira, seja financeiramente para custear a viagem e os custos iniciais de instalação nos locais escolhidos e/ou por meio do esforço familiar para manter os filhos na escola, para a formação secundarista ou universitária, na esperança de oportunizar o ingresso em empregos

de melhores remunerações (WOORTMANN, 2009; GARCIA JR., 1989). Importante também a observação de Woortmann (2009) sobre a migração de um filho para locais fora do estabelecimento, pois pode, ao longo do tempo, se constituir num capital social, que servirá de base e apoio para outros membros familiares quando também decidirem migrar.

Nesse estudo, a migração temporária ou permanente dos membros familiares é entendida como parte das estratégias de reprodução social para a permanência camponesa, podendo assumir vários significados de acordo com as especificidades de cada unidade de produção.

A contratação de trabalhador “alugado”, para auxiliá-los nas tarefas dos roçados, depende da disponibilidade de dinheiro, o que nem sempre é possível. Assim, é comum observar no meio rural, entre as unidades camponesas, a recorrência de atividades coletivas, realizadas de forma compartilhada, por meio da ajuda mútua¹¹. Para Candido (2001), é praticamente impossível um camponês dispor somente de mão de obra familiar durante todo o ano no cultivo de suas roças. É bastante comum apelar para colaborações vicinais, por meio de ajuda mútua entre os integrantes da localidade (parentes, compadres, amigos etc.) nas atividades produtivas, buscando manter o equilíbrio entre trabalho e o consumo dos respectivos grupos familiares. Entre as formas de ajudas mútuas mais comuns de serem encontradas no meio rural brasileiro, destacam-se o mutirão¹² e a troca de dias.

Nas formas de compartilhamento de trabalhos não são geradas trocas monetárias, mas a cooperação bilateral em atividades que a família, geralmente, não consegue realizar, uma vez que exigem maior esforço físico e urgência na execução, em decorrência das diferentes fases do ciclo vegetativo das lavouras (desmatamento, preparo do solo, plantio e colheita, por exemplo).

O mutirão é uma forma de trabalho coletivo que tem por finalidade suprir a falta de mão de obra da família na execução de algum tipo de trabalho. Geralmente, é realizado para atender a convocação de alguém que, ao final da atividade, retribui com a realização de uma festa de confraternização. Essa festa é dispensada se o mutirão for realizado de surpresa pelos próprios membros da comunidade, que

¹¹ Também chamadas de cooperação vicinal por Candido (2001).

¹² O mutirão também é chamado por trabalho adjunto (colaboração de membros familiares, parentes e vizinhos) em outras regiões do Nordeste, como observado por Garcia Jr. (1983).

pressentem a situação de carência do beneficiário, que, possivelmente, não os convocou em virtude da falta de recursos. Nesse caso, o termo utilizado entre os caipiras paulistas era “terno”. Essas variações do mutirão foram observadas por Candido (2001) em comunidades camponesas localizadas em bairros paulistas. A retribuição, nesses casos, para quem recebe o benefício não ocorre de forma imediata, mas fica a obrigação moral de atender as convocações na comunidade, quando essas ocorrerem.

Sader (1986) destaca que, na região do Bico do Papagaio, o mutirão era uma forma bastante usual de ajuda mútua na realização de atividades no preparo do solo (composto pelas atividades de broque e queima), para o plantio das lavouras de subsistência. Nesse caso, a retribuição era imediata, pois era uma atividade realizada na mesma época, fazendo com que o mutirão só terminasse quando todos os membros do grupo tivessem suas áreas prontas para os cultivos. Na região do Bico do Papagaio, se o número de participantes fosse reduzido, geralmente grupo de 3 a 5 pessoas, a cooperação era chamada de trabalho “adjunto” conforme observado por Sader (1986).

A troca de dias é uma forma de compartilhamento de trabalho, geralmente realizada entre dois chefes de famílias, em que acontece uma permuta de dias de trabalhos, de acordo com a necessidade de ambos (CANDIDO, 2001; SADER, 1986).

Uma importante forma de integração dos camponeses é a vida lúdico-religiosa. Os bairros rurais, como observa Candido (2001), tem a igreja como principal meio de aglomeração das pessoas que nutrem um sentimento de pertencimento àquela localidade. São as pessoas que congregam, na mesma igreja que unem os esforços, os donativos e a responsabilidade para a realização dos festejos religiosos. Tanto é um fator de aglomeração entre os membros do mesmo bairro como de interação com outros bairros, atuando na socialização, rompendo com o isolamento. É comum a participação em festejos na região, em virtude do período comemorativo, alusivo aos padroeiros que ocorre em datas diferentes (QUEIROZ, 1973, p. 65).

Essas formas de colaborações vicinais com os grupos de vizinhanças (parentes, vizinhos e compadres) fortalecem os grupos e os identificam como pertencentes a uma comunidade. Mendras (1978, p. 14-15), ao estudar os

agricultores franceses, enfatizou a centralidade da família no equilíbrio doméstico. Destaca que a característica principal do camponês é fazer parte de uma “sociedade camponesa”, vivendo em coletividades locais com fortes relações de interconhecimento¹³. A vida comunitária enraizada em um determinado local fortalece grupos familiares ao desenvolverem laços de amizade, compartilhando o espaço, a vida em comum, o trabalho, as festas, a religião, crenças e costumes. Enfim, criam um ambiente em que todos se conhecem e se identificam como pertencentes àquela comunidade que, ao mesmo tempo, o distinguem de outros grupos, conferindo a eles autonomia e autarquia relativa.

Mesmo que o convívio no interior desses grupos locais, que no contexto brasileiro podemos chamá-los de “bairros rurais¹⁴” ou “centros e povoados¹⁵”, permita certo grau de fortalecimento em relação à influência da sociedade envolvente, isso não significa isolar-se de seu domínio, nem da necessidade de não relacionar-se com ela, mesmo que seja minimamente, conforme já analisamos acima.

Wanderley (2009) destaca que a autonomia econômica do camponês é caracterizada pela capacidade de manter o sustento e a reprodução da família pelas gerações subsequentes, através do sistema de policultivo-pecuária, bem como a constituição de um patrimônio familiar a ser “transmitido às gerações futuras com todos os investimentos e recursos materiais e de trabalho convertidos no presente”, que lhes conferem um projeto de vida, visando a sua reprodução no horizonte das gerações (WANDELREY, 2009, p. 159).

Compete, no entanto, atentar que esse patrimônio não se resume a simples transferência de bens materiais (a propriedade e suas respectivas imobilizações de recursos na infraestrutura e equipamentos, rebanhos etc.), mas também um patrimônio sociocultural (LAMARCHE, 1993) passado entre as gerações que orientam sua maneira de produzir, de se inserir na sociedade global que, ao longo

¹³ O interconhecimento é uma característica da sociedade camponesa, em que a vida em coletividade permite que cada um conheça a todos os demais e todos os aspectos da personalidade do próximo (MENDRAS, 1978, p. 88).

¹⁴ Os bairros são definidos como um “habitat” disperso centralizado por pequeno núcleo de habitações em torno de uma capela e pelos vínculos sociais que unem seus membros (QUEIROZ, 1973, p. 133).

¹⁵ Centro é relativo a pequenos núcleos de povoamento rurais implantados em áreas de matas para a prática de agricultura de subsistência de camponeses na área da fronteira amazônica. À medida que aumentavam em tamanho e população, passavam a ser chamados de povoados (VELHO, 2009).

da trajetória de vida, vão se adequando aos contextos – históricos, econômicos, sociais, culturais e ambientais – distintos. Obviamente, que o camponês não permanece passivo ao avanço do capital, ele reage a sua maneira, dentro de sua visão de mundo, de diversas formas, fato que o torna “um ator social particular”, com capacidade para adaptar-se às transformações das sociedades modernas (WANDERLEY, 2009).

As abordagens que versam sobre as influências do capitalismo sobre o campesinato tendem a supervalorizar os aspectos econômicos em suas análises e subestimar os aspectos culturais que orientam o modo de vida e a forma de produzir do campesinato. Nesse aspecto, torna-se importante analisar os valores morais e simbólicos que norteiam o modo de vida e a forma de produzir do campesinato.

Woortmann (1990) é um dos autores que procurou realizar uma abordagem dos valores subjetivos que orientam as lógicas camponesas, fugindo da análise puramente econômica. Para o autor, é a partir da moral camponesa constituída pela interpenetração dos conceitos teóricos de honra, reciprocidade e hierarquia, pensados coletivamente e nunca separados, que forma o conceito que ele chamou de campesinidade. A partir desse conceito, podemos entender as relações sociais entre os homens e as coisas baseadas no tripé: terra, trabalho e família. A campesinidade é responsável por estruturar a vida dos agricultores e, nesse sentido, sua relação com a terra, assim como com os espaços sociais internos, à família. O conceito de campesinidade torna-se importante para compreendermos o contexto cultural e de valor em que se estabelecem as práticas e o significado que elas apresentam para as famílias dos agricultores, no contexto em que estão envolvidos.

Nas sociedades modernas, multiplicaram-se outras formas de agricultura não camponesa (WANDERLEY, 2009, p. 164) denominadas “agricultura familiar moderna”. Esta mantém a centralidade da familiar como principal força de trabalho, mas que se diferencia da sociedade camponesa pelo seu maior envolvimento econômico, social e mercantil com a sociedade envolvente, que a torna ao mesmo tempo mais integrada e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba (SCHNEIDER, 2010, p. 111). Mas é

[...] importante sublinhar que estes “novos personagens,” ou pelo menos uma parte significativa desta categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são

também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade (WANDERLEY, 2009, p. 166).

Em nosso estudo, compartilhamos do ponto de vista da autora, posto que as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam uma ruptura definitiva com suas formas anteriores. Pelo contrário, a partir do patrimônio sociocultural construído ao longo da trajetória de vida desses agricultores, é que diferentes estratégias são geradas e lhes conferem enorme capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade, o que torna “o camponês numa categoria de agricultor familiar” (WANDERLEY, 2009).

Para compreensão dos vários modelos de funcionamento da unidade de produção familiar, Lamarche (1993) formulou uma teoria na qual o passado camponês comum é denominado de “modelo original”; as projeções para o futuro e as estratégias para atingi-las, entendidas como “modelo de referência para o futuro”, são definidas como “modelo ideal” (LAMARCHE 1993, p. 17). Cada unidade de produção familiar projetará para si um futuro (modelo ideal), o qual permanece como um produtor familiar. Essa abordagem centra sua reflexão sobre a produção familiar pelo grau de integração à economia de mercado, integração concebida “tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural”. Assim, concebe uma escala que possui como extremidades o “modelo original” e o “modelo ideal”.

As unidades de produção familiar posicionam-se nessa escala segundo suas próprias histórias e o ambiente específico em que estão inseridas. Ou seja, o lugar ocupado nessa escala corresponde aos níveis de influência provenientes, por um lado, do seu patrimônio sociocultural (modelo original) e, por outro, das políticas, expectativas e funções destinadas a ela pela sociedade global em que está inserida.

Os produtores familiares organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro (LAMARCHE, 1993, p. 19).

As possibilidades dos produtores familiares atingirem o “modelo ideal” dependem, segundo Lamarche (1993), da “complementaridade” entre seus projetos e os projetos que a sociedade em que estão inseridos tem para eles. Segundo sua hipótese, nas economias de mercado, quanto mais as unidades familiares estiverem próximas dos extremos da escala, mais dificuldades terão em assegurar sua

reprodução. Como exemplo, demonstra que, nos países industrializados, muitas unidades familiares desapareceram porque não conseguiram se adaptar às novas exigências do mercado e por terem permanecido muito dependentes do “modelo original”. Por outro lado, também, mostra produtores familiares em sérias dificuldades porque já não conseguem mais encontrar alternativas fora do padrão de produção para o mercado, que poderiam ser buscadas no patrimônio sociocultural fornecido pelo modelo original, se não o tivessem renegado ou esquecido (LAMARCHE, 1993).

Apoiados nesse estudo, entendemos que os assentados pela reforma agrária na região do Bico do Papagaio são sujeitos históricos que possuem uma trajetória de vida anterior, que configurou o seu “modelo original” e que serve de base e referência para enfrentar os novos desafios e construir um projeto de futuro (modelo ideal) que se adapte ao novo contexto, mas que os conservem como agricultores familiares.

É necessário que façamos uma distinção da lógica produtiva entre a agricultura camponesa e agricultura familiar moderna. Para isso, vamos nos ancorar nos estudos de Lamarche (1998), que elaborou uma tipologia para compreender as lógicas produtivas das unidades familiares a partir de dois eixos fundamentais do funcionamento da unidade de produção: o grau de importância dos fatores familiares nas estratégias produtivas e o grau de integração e dependência em relação ao mercado, crédito e tecnologia. A “sábua alquimia” entre as variáveis que determinam esses dois fatores define a lógica da exploração familiar (LAMARCHE, 1998, p. 62).

A partir desses dois eixos, as variáveis de análises dos fatores familiares, no estudo das estratégias produtivas de Lamarche (1998), foram: a terra, o trabalho e a reprodução da família. A terra foi analisada conforme relação que o produtor mantém com ela: se é considerada um instrumento de trabalho ou um patrimônio da família. Analisou-se se o trabalho era realizado pela mão de obra familiar ou era utilizada a mão de obra externa. Quanto à reprodução do estabelecimento, o autor teve interesse em saber sobre a função da família na reprodução do estabelecimento e as estratégias para alcançá-las. Para isso, criou uma variável de análise utilizando-se de informações sobre o futuro profissional dos filhos, o desejo dos pais quanto ao futuro profissional dos filhos (atividades agrícolas ou não agrícolas), aspiração em realizar investimentos para estruturar a unidade de

produção familiar ou em outras necessidades não agrícolas (casa, bens duráveis, lazer etc.). A partir da análise dessas variáveis, o estabelecimento é classificado em: pouco familiar, muito familiar e medianamente familiar.

Quanto aos elementos de análise do grau de dependência externa dos estabelecimentos, foram considerados nos estudos de Lamarche (1998): dependência tecnológica, dependência financeira e dependência de mercado. Para análise da dependência tecnológica, verificou-se a técnica utilizada nos sistemas produtivos, o nível de produtividade (agrícola e pecuária), a taxa de lotação das pastagens/ha, o grau de mecanização da área, a utilização de insumos modernos e o acesso à assistência técnica. Em relação à dependência financeira, considerou o acesso ao crédito, o grau de endividamento da unidade de produção e a importância que os produtores dão ao uso do crédito para o desenvolvimento das atividades. Na dependência do mercado, o autor analisou duas questões: a importância da produção para o autoconsumo e a importância da produção comercializada. A partir da análise dessas variáveis, o autor classifica os estabelecimentos em: pouco dependente, muito dependente, medianamente dependente.

A partir dessas caracterizações das lógicas familiares formuladas por Lamarche (1998), são originados quatro modelos de estabelecimentos familiares: modelo empresa, modelo empresa familiar, modelo agricultura familiar moderna e modelo agricultura camponesa (e de subsistência). Entre eles, o modelo de agricultura camponesa e agricultura familiar moderna são os que interessam ao nosso estudo de caso. Cabe a ressalva de que esses modelos não são absolutos, apenas modelos de referência para os quais tendem os agricultores (LAMARCHE, 1998, p. 71).

Esses dois modelos, de acordo com Lamarche (1998), têm como características maior ênfase na lógica familiar e menor nível de dependência externa. O modelo de agricultura camponesa diferencia-se da agricultura familiar moderna pelo uso de técnicas bastante tradicionais, voltadas, prioritariamente, para a satisfação das necessidades familiares. A agricultura familiar moderna busca reduzir constantemente a participação familiar nas relações de produção e, ao mesmo tempo, manter um nível máximo de autonomia possível, sem depender muito de recursos externos. No entanto ela conserva as vantagens que uma família ainda presente pode oferecer.

Nessa perspectiva, cada assentado manterá uma estratégia de resistência embasada em seu modelo original (modelo camponês) e, dentro de suas possibilidades, sem comprometer sua autonomia, desenvolverá estratégias que o aproxime do modelo ideal (agricultor familiar moderno de base camponesa), por meio do acesso ao crédito, da inserção de novas atividades produtivas (agrícolas e não agrícolas) e do sistema produtivo tradicional com pouca inovação e uso de insumos, mantendo-se pouco dependente do mercado envolvente.

1.2 O campesinato no Brasil: precariedade e projetos de vida

O campesinato brasileiro foi gestado a partir de uma mistura de portugueses pobres, índios e africanos que faziam parte de nossa formação social, nas regiões do Centro-Sul e Nordeste, até as últimas décadas do período colonial (OBERG, 2009; CARDOSO, 2009; LINHARES; SILVA, 2009; PALACIOS, 2004). Marcada pela exclusão social, política e econômica, a origem camponesa se caracteriza pela dificuldade do camponês no acesso à terra em condições de se realizar como produtor independente, com liberdade e autonomia para gerenciar o próprio tempo, a mão de obra familiar e dispor dos resultados do trabalho.

O regime de sesmaria¹⁶, implantado no princípio de nossa colonização, concedia terra apenas a quem dispusesse de recursos financeiros para explorá-la produtivamente. Dessa forma, a Coroa impedia o acúmulo de terras sem fins de exploração econômica, bem como evitava que os pobres livres aspirassem à condição de proprietários. Por outro lado, o regime de sesmaria permitia que somente o primogênito¹⁷ da família herdasse o direito de explorar a propriedade, ao tempo em que proibia os impuros de sangue (MARTINS, 1990, p. 32), ou seja, os filhos mestiços dos diversos cruzamentos entre branco, índio e negro de se tornarem proprietários de terras. Nesse período, nada impedia que “homens livres pobres ou

¹⁶ O regime de sesmarias era uma “concessão de uso” de terras com direito a herança, mas não era equivalente a uma propriedade privada que podia ser negociada (STÉDILE, 2011, p. 22).

¹⁷ O Morgadio permitia a sucessão da sesmaria somente ao primogênito da família, mas não impedia que ele abrisse uma posse e depois que abrisse a fazenda solicitasse a legitimação da sesmaria. Tal sistema de sucessão foi extinto em 1835 (MARTINS, 1990, p. 32).

negros fugidos fossem, aos poucos, se internando nos sertões e estabelecendo suas roças ao longo de rios ou caminhos, constituindo-se numa retaguarda da ocupação branca do litoral” (LINHARES; SILVA, 2009, p. 128).

Antonio Candido (2001) faz referência ao processo violento de ocupação do território indígena e ao constante deslocamento desses povos nativos para fugir dos bandeirantes paulistas, que adentravam nos sertões a fim de capturá-los e torná-los escravos. Dessa luta, surgiu uma população de miscigenados, “cablocos” que herdaram alguns costumes e tradições dos povos autóctones, como o sistema de plantio de roças itinerantes e o cultivo de algumas plantas originárias desse trópico: o milho e a mandioca.

Uma das características desses grupos que foram se formando ao longo do tempo e nos caminhos para o sertão e, posteriormente, para a Amazônia era a precariedade de vida, com um sistema produtivo tradicional (roças itinerantes), cuja energia utilizada se resumia ao fogo para realizar a queima do material, após o desmatamento de áreas virgens, e a força de trabalho dos membros da unidade familiar nas atividades agrícolas (MAESTRI, 2012, p. 220). Tal sistema itinerante permitia explorar a fertilidade natural do solo e era facilitado pela grande disponibilidade de terras, que permitia a abertura de novas áreas sem qualquer ônus de compra ou arrendamento, simplesmente pelo sistema de posse. Era uma população que se ajustava ao meio através dos mínimos vitais e sociais, que segundo Cândido (2001) era baseada numa dieta mínima e na vida comunitária autárquica em pequenos bairros rurais.

Nesse mesmo sentido, Andrade (1986) faz referência aos fugitivos das senzalas que formavam os quilombos, onde podiam viver com relativa liberdade e autonomia por meio de cultivos de lavouras de subsistência e pequenos excedentes. As lutas para defender a liberdade eram constantes e exigiam novos deslocamentos. Essas comunidades não cultivavam plantas perenes, suas moradias eram construídas com material tradicional (taipa e palha), e os utensílios eram simples, o que os permitiam se deslocar para outras regiões sem “maiores traumas” (MAESTRI, 2012, p. 247).

O sistema de cultivo itinerante também foi observado por Andrade (1986) no Nordeste brasileiro, inclusive para as áreas canavieiras que só generalizaram o uso do arado a partir do século XIX. As miscigenações resultantes desses povos foram

se adaptando às mais diversas condições precárias e incorporando costumes e tradições entre as gerações desses excluídos da terra.

Queiroz (1973) apresenta, em seus estudos sobre os bairros do sertão de Itapeçerica, a transição do sistema de cultivo das roças itinerantes realizadas sobre áreas de matas virgens durante três gerações de famílias. Essas famílias detinham a propriedade de terras relativamente extensas para o sistema de rodízio de áreas, após um período de descanso. A fixação sobre uma mesma porção de terra, além de tornar a terra menos produtiva, levou à necessidade de alguns agricultores arrendarem áreas de solos virgens para cultivos de roças, enquanto a terra permanecia em pousio (QUEIROZ, 1973, p. 97).

Essa preferência por solos de matas virgens é característica de camponeses das frentes de expansão na Amazônia. Diante da grande abundância de áreas, realizavam o plantio de roças de subsistência sobre terras de matas ano a ano, sem a preocupação de fixarem-se em uma parcela de terra, até a década de 1970 (ALMEIDA, 1986; SADER, 1986; MARTINS, 1996).

O controle do Estado sobre o acesso à terra desde o princípio de nossa colonização priorizava uma minoria que detinha o controle do capital e forçava uma ampla maioria de mestiços e pobres a sobreviver da agricultura

[...] à frente do minifúndio, quando o trabalhador tem acesso a essa forma precária de propriedade da terra, onde (sic) subutiliza sua capacidade de trabalho e está praticamente impossibilitado de capitalizar e melhorar seu nível técnico; a fronteira móvel sem apoio logístico ou financeiro onde (sic) se dedica a abrir terras com técnicas primitivas, sem qualquer possibilidade de fixar-se e ascender à situação de proprietário; e integrar-se em uma empresa agromercantil como parceiro, foreiro, renteiro, trabalhador assalariado, etc., ou mediante a combinação de mais de uma dessas relações de trabalho (FURTADO, 1982, p. 117).

Partimos da compreensão de que as unidades de produção camponesas fazem parte de nossa história desde o período colonial. Por um longo período de tempo, dividiam-se em três categorias: o campesinato subordinado às grandes plantations; o campesinato livre que vivia nas regiões de fronteira; e o campesinato independente que conseguia sobreviver às margens da *plantations*, sem necessariamente deslocar-se para além da fronteira demográfica do país.

Buscamos, nesta seção, fazer uma breve retrospectiva dessas formas particulares do campesinato brasileiro, contribuindo para o entendimento do objeto de pesquisa. Iniciaremos pelo campesinato subordinado à *plantation* e ao campesinato livre, que se desenvolviam em áreas consideradas inaptas para o cultivo das monoculturas. Posteriormente, abordaremos o campesinato da fronteira que ao longo do tempo foi se infiltrando para além da fronteira demográfica brasileira, promovendo a abertura de novas áreas rumo às terras localizadas a Oeste do país.

1.2.1 O campesinato subordinado às *plantations*

Por um longo período de tempo, a economia brasileira esteve dependente dos estímulos externos de valorização dos produtos oriundos das *plantations* e ficava exposta às flutuações de mercado, seja pela superprodução ou pela saída de concorrentes do cenário internacional (FURTADO, 2003). O campesinato gestado no período colonial esteve diretamente envolvido nesses processos cíclicos da economia agroexportadora, por vezes subordinado em maior ou menor grau às *plantations*. Nos momentos de crises e retração de mercado internacional das *plantations*, em alguns casos, pode se desenvolver com relativa liberdade e autonomia.

Para Cardoso (2009), uma das primeiras formas camponesas desenvolvidas no interior das *plantations* foi o protocampesinato escravo, considerado uma “brecha no sistema escravista”. Dessa forma, os grandes fazendeiros colocavam pequenas áreas de terra e reserva, em um dia da semana, à disposição dos escravos, para que cultivassem pequenas lavouras de subsistência (PRADO JR., 1981; LINHARES; SILVA, 2009; ANDRADE, 1986). Assim, o fazendeiro minimizava os custos de manutenção e reprodução da força de trabalho, sobretudo em épocas de queda dos preços internacionais do açúcar. Por outro lado, o escravo podia ter um mínimo de liberdade e autonomia para produzir o próprio alimento e, às vezes, até mesmo

comercializar excedentes na própria fazenda ou mercados locais¹⁸. Era o grupo representativo da total “sujeição” ao dono da terra, “viviam como animais em senzalas infectas, mal alimentados, sem direitos e sem conforto” (ANDRADE, 1986, p. 79). Outras formas de subordinação foram desenvolvidas ao longo da história do Brasil desde o período colonial até a consolidação do trabalho livre nas lavouras brasileiras.

O alto custo de aquisição de mão de obra escrava e as flutuações dos preços do açúcar, motivados pela concorrência internacional, levaram os donos de engenho e latifundiários a desenvolver outras formas de captação de mão de obra: o “campônio marginal” (OBERG, 2009). Esses camponeses trabalhavam no interior das *plantations* sujeitos a uma série de regras impostas pelos fazendeiros, para poder ter acesso a um pequeno pedaço de área e cultivar pequenos roçados.

Garcia Jr. (1989) destaca que os trabalhadores que procuravam trabalho nos engenhos nordestinos eram chamados de “morador”, pois o acordo envolvia casa de morada e uma pequena porção de terra para o agricultor e sua família realizarem o plantio de suas roças de subsistência, denominados “roçados”. A obrigação do morador nos engenhos era

[...] trabalhar para o proprietário cinco dias por semana durante a estação seca, quando a cana é cortada e se processa a moagem, e três dias durante a estação úmida, época em que são plantados os cultivos de subsistência, mas quando o canavial exige menos trabalho. Esses dias trabalhados para o patrão eram remunerados a dinheiro, a taxas inferiores às pagas aos não moradores para tarefas idênticas (GARCIA JR., 1989, p. 40).

Portanto, o regime de morada não se resumia a uma simples relação de prestação de serviços. Segundo Garcia Jr. (1989, p. 39), o pai de família buscava morada no engenho por não visualizar oportunidades melhores, apelando para o trabalho subordinado nas terras do senhor de engenho. Ao se transformar em morador, podia contar com o apoio do patrão para socorrê-lo nos momentos de dificuldades (em casos de doença na família, por exemplo), ter acesso à água, à lenha, às pastagens para animais (quando era permitido) e à compra a prazo nos barracões da fazenda. Em contrapartida, o morador devia ficar todo o tempo “sujeito”

¹⁸ Embora isso não seja passível de afirmar que ocorresse em todos momentos e circunstância e contando com o consentimento do senhor de escravo (LINHARES; SIVA, 2009, p. 130).

às ordens do patrão, inclusive dependia de autorização para trabalhar fora, mesmo em dias considerados de repouso.

Para Garcia Jr. (1989), os pequenos roçados disponibilizados aos moradores eram insuficientes para garantir a subsistência familiar. O trabalho nos canaviais do patrão, além de uma obrigação, era a única maneira de conseguir algum recurso para compra de mantimentos ou para quitar as dívidas nos barracões da fazenda.

Os barracões eram utilizados pelos fazendeiros como uma estratégia de manter os moradores sempre endividados e impossibilitados de encerrar o vínculo de trabalho, enquanto não quitassem o débito junto ao fazendeiro (GARCIA JR., 1989; PARPET, 2008; CAÍRES, 2008). A compra a prazo, além de comprometer parte da produção disponível do ciclo agrícola futuro,

[...] redobrava o isolamento dos moradores, ao evitar os deslocamentos semanais para as feiras da cidade; então o trabalho, a residência e as trocas necessárias à vida quotidiana se passavam no interior do domínio do senhor de engenho (GARCIA JR., 1989, p. 40).

Quando o morador recebia uma terra de maior extensão, geralmente calculada em função do tamanho da família (ANDRADE 1986; GARCIA JR., 1989), podia formar um “sítio”, plantando frutíferas e cultivos comerciais, como algodão, cana e café. Nesses casos, recebia a denominação de “morador foreiro” ou simplesmente foreiro, diferenciando do “morador de condição”, que ainda não tinha esse privilégio (PALMEIRA, 2009, p. 208).

O foreiro era autorizado a cultivar plantios comerciais, pagando uma taxa em dinheiro, “o foro”. Em alguns casos, ele tinha a obrigação de ceder alguns dias de trabalho gratuito, o “cambão”, para fazer obras de manutenção na fazenda. Em épocas de picos de atividades, trabalhava nas *plantations*, recebendo remunerações de acordo com o estabelecido pelo patrão. Essa condição era uma situação que denotava uma relação mais duradora e de maior prestígio junto ao senhor de engenho, no qual “todos os moradores eram candidatos” (PALMEIRA, 2009, p. 209). O foreiro realizava o plantio de cana-de-açúcar com a obrigatoriedade de entregar a cana no engenho do patrão, que cobrava de 25% a 33% da produção como tributo

do arrendamento da terra (foro) e 50% da produção para custear as despesas do processamento do açúcar (FERLINI, 1998, p. 152).

Os excedentes das roças de subsistências eram comercializados pelos foreiros nas feiras. Sobre esse aspecto, Garcia Jr. (1983) observa que nem sempre isso era possível em virtude de algumas imposições por parte dos fazendeiros. Estes não permitiam criação de animais de carga no interior da fazenda, dificultavam o escoamento da produção e/ou, muitas vezes, os excedentes eram utilizados para abatimentos de dívidas nos barracões.

A obediência dos “moradores” era motivada pelo reconhecimento aos “dons generosos” do patrão que lhe cedia morada e as condições para organizar sua existência social, “uma dívida que não podia ser saldada” (GARCIA JR., 1989, p. 41). Para Sabourin (2009, p. 62), a submissão do morador aos senhores de engenho/fazendeiros pode ser definida como uma relação de reciprocidade desigual que gerava uma dívida moral perante o fazendeiro.

A reciprocidade desigual pode ser observada no estudo de Andrade (1986) sobre as relações entre fazendeiros e moradores no Nordeste brasileiro. O autor demonstra que o foreiro dependia do patrão para autorizá-lo fazer o corte da cana na época certa a fim de evitar perda de rendimento do açúcar, caso passasse do ponto de maturação; podia realizar o processamento da cana produzida no sítio tão logo chegasse ao engenho, pois, dentro de três a quatro dias, ela ficava azeda e imprestável. Nos dois casos, a negação do patrão podia significar um ano todo de serviço perdido, podendo deixar o foreiro em situações difíceis. Tais exemplos denotam que a relação entre morador-senhor era uma “troca de favores” constantes, em que o morador dependia dos dons generosos do “senhor” como contrapartida de sua fidelidade.

Nesse tipo de “contrato”, quanto maior o número de membros familiares em idade para o trabalho, maiores eram as chances de um pai de família encontrar morada nas fazendas. Porém o patrão podia mandar embora a qualquer tempo, quando as obrigações deixavam de ser atendidas ou simplesmente não mais interessava a permanência do grupo familiar dentro da área.

Os deveres dos moradores, além de sujeitar-se às ordens do patrão, se estendiam a outras obrigações pelas quais o patrão podia

[...] determinar que produtos serão plantados pelo morador no lote a ele atribuído, ou aqueles produtos que não podem ser cultivados. Além disso, a comercialização da produção era esfera própria do patrão. No caso se o patrão atribuir um lote de terra para um morador botar roçado de algodão e a venda do algodão ser feita pelo proprietário, o algodão era dito “obrigado” ao patrão. Plantações em parceria ou meação caem, em geral, nesta categoria (GARCIA JR., 1983, p. 63).

Garcia Jr. (1983) realiza uma análise comparativa dos moradores dos engenhos com os agricultores livres que viviam às margens das *plantations*. Para o autor, um dos fatores que caracterizava a “sujeição” era a moradia nos domínios do engenho. O fato do “corumba”¹⁹ ou trabalhador assalariado não ter morada dentro da fazenda dava-lhe liberdade para escolher quando e por quanto (salário ou diária) trabalharia para o senhor do engenho, mantendo, assim, o controle sobre seu tempo e/ou de seu grupo doméstico. No caso de produtores livres que precisavam complementar a subsistência familiar, recorrendo aos sistemas de “meeiros”²⁰ ou “rendeiros”²¹, a subordinação se dava na circulação dos produtos. Enquanto o meeiro tinha sujeição nos produtos que deveriam ser partilhados com o proprietário, o rendeiro sujeitava-se às restrições de realizar plantios de ciclo longo como a mandioca, podendo apenas semear cultivos de ciclo curto como feijão, milho e algodão.

Tal exigência, no caso dos rendeiros, era porque o patrão precisava dos restos culturais dessas lavouras para alimentar o gado durante o período do verão (GARCIA JR., 1989, p. 57). Essa situação também foi observada por Andrade (1986) na região do agreste nordestino. Fazendeiros cediam terras para “produtores independentes” fazerem seus roçados por um ano a troco da palha para o gado pastar no período seco. O “restolho das culturas”, nesse caso, podia ou não ser

¹⁹ Os corumbas deslocavam-se de locais longínquos (do sertão para os canaviais) e ficavam alojados no interior dos canaviais em antigas senzalas ou outros tipos de alojamentos, mas, nesse caso, não era um morador fixo da propriedade. Assim que recomeçavam as chuvas, eles retornavam para o agreste ou sertão para iniciar o plantio de seus roçados.

²⁰ Meeiros são pequenos produtores que plantam roçados em propriedade alheias, pagando com uma parte da produção obtida (GARCIA JR., 1989, p. 53).

²¹ Rendeiros são pequenos produtores que plantavam roçados em propriedade alheia, sobretudo no agreste, durante o inverno, pagando em dinheiro pelo uso da terra (GARCIA JR., 1989, p. 53). Nesses termos, o rendeiro era, na verdade, um arrendatário, diferenciando-se do rendeiro citado por outros autores como Heredia (2008), Sader (1986) e Andrade (1986), alusivo ao sistema de trabalho nas fazendas de gado em que o acordo de uso da área era restrito ao cultivo de roças de subsistência seguida do plantio das pastagens. Tal contrato era informalmente realizado ano-ano, dependendo da vontade do fazendeiro renová-los ou não.

cobrado um valor monetário pelo uso da terra. Apesar dessa restrição, o rendeiro mantinha controle sobre seu tempo e dos membros da família, podendo dispor do resultado da produção doméstica sem a interferência do dono da terra, mediante apenas ao pagamento em dinheiro pela utilização do terreno. O autor observou que a insuficiência de terra é que levava o produtor independente a trabalhar nas áreas das *plantations* (GARCIA JR., p 1986, p. 23), seja como trabalhador alugado, rendeiro ou meeiro.

Por meio da exploração do trabalho familiar nos interior dos roçados, o fazendeiro conseguia superar as flutuações de preços do açúcar no mercado internacional. Caso os preços fossem favoráveis, o fazendeiro tenderia a diminuir progressivamente o tempo livre para o “morador” tratar dos próprios roçados (SCOTT, 2009, p. 250). Em situações desfavoráveis,

[...] o senhor de engenho pode até mesmo reduzir a remuneração monetária e/ou dias de trabalho sujeito, compensando a queda de remuneração do morador com concessões sobre os produtos que pode plantar nos sítios, roçados, sobre o tamanho das terras cedidas em cultivo, ou nas possibilidades de criação (GARCIA JR., 1989, p. 96).

O sistema de morada expandiu-se após a criação da Lei das Terras²² em 1850 e com a promulgação da Lei Áurea, que libertou os escravos em 1888. Tais sistemas de “moradores foreiros” e “moradores de condição” se intensificaram no Nordeste brasileiro, tornando-se principais formas de exploração do trabalho no interior das *plantations* nordestinas.

Na região Centro-Sul, desenvolveu-se um campesinato subordinado em condições semelhantes às *plantations* nordestina. Nos engenhos do Rio de Janeiro, Neves (2008) observou que os moradores tinham acesso às áreas para plantio de lavouras de subsistência ou realizavam o plantio nas entrelinhas da cana em áreas de reforma dos canaviais. Recebiam um salário bem menor que o salário mínimo vigente, sob a alegação que esse era complementado por meio de outros benefícios como moradia, lenha para queimar, terra para cultivo, leite, crédito para realizar compras a prazo no barracão da fazenda etc. (NEVES, 2008, p. 145).

²² Essa Lei estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra e abolia, em definitivo, o regime de sesmarias (LEI Nº 601/1850).

Em situação similar aos foreiros do Nordeste, o sistema de contrato era o “colonato”. Este consistia, geralmente, no acesso a um sítio e realizava o plantio de cana no sistema de meação, podendo abrigar algumas cabeças de gado de corte nas pastagens da fazenda (NEVES, 2008).

A região Sudeste, por um longo período de tempo, teve a cafeicultura como principal cultura até as primeiras décadas do século XX. Em meados do século XIX, após a proibição do tráfico internacional de escravos e as pressões internas pela abolição da escravatura, visando à continuidade a expansão das *plantations*, que era a base da sustentação da economia brasileira, iniciou-se a importação de mão de obra estrangeira. Entre 1887 e 1897, chegaram ao país 1,3 milhões de imigrantes (MENDONÇA; PIRES, 2002) para trabalhar exclusivamente na região sob a forma de colonato nas lavouras de café.

Segundo Martins (1998), a monocultura do café era altamente demandante de mão de obra e, por se tratar de uma cultura perene, exigia muitos cuidados desde a formação do cafezal, nos tratos culturais de manutenção e na colheita. As relações contratuais entre fazendeiros e colonos, para realizar as três operações, eram diferenciadas. Na fase de implantação da cultura do café, os investimentos de desmatamento da área, coveamento, plantio e tratos culturais, até que ele inicie a fase produtiva geralmente no quarto ano, podiam ser realizados dispendendo poucos recursos, explorando o trabalho familiar do colono. O sistema utilizado consistia no regime de empreitada, no qual o colono recebia uma remuneração monetária para a formação de um determinado número de pés de café, o direito de colher a primeira safra e realizar o plantio de suas roças de subsistência nas entrelinhas do cafezal. Dessa forma, com pouquíssimo dispêndio de dinheiro, convertia o trabalho camponês “diretamente em capital constante no cafezal”, em estágio vegetativo considerado economicamente produtivo. Para o autor, na prática, não era o fazendeiro quem pagava ao colono pela formação do cafezal, ao contrário, era o trabalhador quem pagava o direito de utilizar a terra do fazendeiro para o plantio de lavouras de subsistência, durante um período de quatro anos, com o trabalho de formação do cafeeiro (MARTINS, 1998, p. 74).

Na fase produtiva do cafezal, cada colono empreitava um talhão para realizar os tratos culturais (3 a 5 capinas) de acordo com o tamanho e a composição da família, sendo em torno de 2.000 pés por trabalhador masculino adulto, e 1.000

pés de café para mulheres e crianças acima de 12 anos (MARTINS, 1998, p. 82). A colheita, atividade que envolvia todo o grupo doméstico (pais, mulheres, jovens e crianças), era remunerada de acordo com o volume de produto (sacas) entregue pelo camponês no carreador²³ do cafezal.

Em todas as atividades do cafeeiro, o rendimento monetário anual do colono dependia da disponibilidade de mão de obra familiar e do grau de intensificação do trabalho que podia impor à família. Para cumprir com suas obrigações, os colonos tinham de estender sua jornada de trabalho entre as *plantations* e suas lavouras de subsistência. Conforme a dimensão demográfica da família, o colono ainda tinha de complementar os rendimentos com trabalho alugado na própria fazenda ou outras da região, pois, mesmo cultivando as roças de subsistência, elas eram incapazes de suprir a necessidade de uma família com até seis pessoas adultas (MARTINS, 1998, p. 85).

No final do século XIX até meados do século XX, o processo de modernização industrial transformou, aos poucos, alguns engenhos do Nordeste em usina de açúcar, provocando alterações nos sistemas de moradas e nas relações sociais no campo. No entanto essa mudança não aconteceu uniformemente. As usinas se instalaram em regiões de terras mais férteis, próximas ao litoral, onde, tradicionalmente, se cultivava a cana, e em algumas regiões localizadas no agreste nordestino. O engenho

[...] apesar de sua fraqueza econômica e das vantagens conseguidas pelos usineiros perante as instituições governamentais, só no fim das décadas de 1950 e 1960, veio praticamente a extinguir-se. Assim, o banguê²⁴ reagiu por mais de 70 anos à investida das usinas, para só baquear realmente depois de 1950 (ANDRADE, 1986, p. 95).

Segundo Garcia Jr. (1983), nesse processo de modernização industrial, alguns engenhos foram incorporados nas áreas produtivas das próprias usinas (pela venda da terra ou por endividamento junto às usinas), transformaram-se em fornecedores de matéria-prima ou mudaram de atividade, passaram para o plantio de algodão, café ou pastagens. Alguns se transformaram em sítios das seguintes

²³ Carreador é uma estrada interna para realizar o transporte de insumos e produtos para abastecer a lavoura ou transporte da colheita até o local do armazenamento, no caso do café, o terreiro onde realizava a secagem dos frutos para o posterior armazenamento nos galpões da fazenda.

²⁴ Engenho banguê: engenhos movidos à tração animal ou água (ANDRADE, 1986, p. 80).

maneiras: aforaram suas terras aos trabalhadores e passaram a viver somente da cobrança de foro, exigindo ou não o cambão para a manutenção da propriedade; venderam as terras de forma parcelada em lotes de tamanho em geral menor que 10 ha; e por último, parcelaram em pequenos sítios entre os herdeiros, quando da morte do proprietário.

Por outro lado, as antigas relações tradicionais de morador-patrão de reciprocidade foram aos poucos abandonadas e transformadas. Segundo Garcia Jr. (1983), os foreiros, por exemplo, passaram à condição próxima de um arrendatário, já que, na maioria dos casos, se resumia ao simples pagamento de aluguel da terra (e cambão em alguns casos), enquanto os moradores de condição tendiam a se transformar em foreiros. Sem a intermediação do senhor de engenho, puderam realizar a comercialização dos excedentes das roças de subsistência e dos plantios comerciais. Isso despertava o interesse e a possibilidade para o foreiro intensificar o trabalho familiar em atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora do sítio, possibilitando que se apropriassem do resultado desse esforço. As estratégias utilizadas se tornavam semelhantes às possibilidades desenvolvidas pelos produtores livres.

Entre essas estratégias, além de realizar a venda de seus produtos na feira e dos cultivos comerciais, havia a possibilidade de acumular recursos com a criação de gado. Essa acumulação poderia ser revertida na aquisição de uma propriedade rural, oriunda do parcelamento de alguns engenhos falidos da região (ANDRADE, 1983).

Na região Centro-Sul, a industrialização teve outros efeitos sobre os sistemas subordinados às *plantations*. O sistema de colonato e de morada começou a entrar em declínio após a decadência do café a partir de 1930. A expansão da cultura do café no Brasil, na Colômbia e em países da América Central gerou uma crise de superprodução no início do século XX, que levou o governo brasileiro a adotar medidas drásticas para tentar manter a viabilidade da produção cafeeira, via aquisição de estoques internos (convênio de Taubaté em 1906²⁵) até a queima de

²⁵ O Convênio de Taubaté foi um acordo entre os governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e, posteriormente, o Governo Federal, que se comprometeram em realizar empréstimos no exterior, visando comprar os excedentes da produção cafeeira e mantê-los nos portos brasileiros, evitando, dessa forma, a baixa de preço no mercado internacional. Apesar de obter êxito nos primeiros anos, a medida se tornou insustentável ao longo do tempo, tendo em vista a continuidade

estoques em 1930 (MENDONÇA; PIRES, 2002; FURTADO, 2003). Essas ações inviabilizaram as atividades nas grandes lavouras cafeeiras, erradicadas e substituídas por meio de crédito financeiro para outras atividades, como, por exemplo, a pecuária bovina.

A transformação de grande parte dos latifúndios cafeeiros em fazendas pecuaristas, a partir de 1940, era uma solução que significava o fim do sistema de colonato e dos moradores na região Centro-Sul (MARTINS, 1998; NEVES, 2008), que aos poucos se converteram em trabalhadores assalariados. No geral, o que ocorria era o êxodo dessas pessoas para as cidades e sua conversão em proletários rurais ou urbanos. Restava a alguns colonos e moradores a oportunidade de permanecer por um determinado período no latifúndio, para trabalhar no arrancamento dos pés de café e formar pastagens em regime de parceria, utilizavam a área para plantio de milho e feijão e no final da colheita semear o pasto. À medida que as pastagens avançavam, eles eram aos poucos obrigados a se retirar da área e procurar outra ocupação no campo ou na cidade.

No estado de São Paulo, Prado Jr. (1977) observou que a crise do café, a partir de 1930, gerou oportunidades para a expansão da pequena propriedade pelo retalhamento de alguns latifúndios em pequenos lotes²⁶, para venda a preços acessíveis a colonos e pequenos produtores pobres sem terra que conseguiram acumular alguma reserva. Mesmo assim, por um período curto de tempo, a valorização de mercado internacional do algodão, ainda nos anos de 1930, e do açúcar, na década de 1950 (em virtude da revolução cubana), colaborou para provocar a conversão de latifúndios cafeeiros em grandes plantações canavieiras de dezenas de milhares de hectares, cultivo ainda inédito no solo paulista. Também o incentivo governamental para a progressiva diversificação do plantio de produtos agrícolas, como laranja, abacaxi, banana, oleaginosas, cereais, hortaliças e derivados animais (PRADO JR., 1977) contribuiu para essa conversão. A maioria desses cultivos se adequava às pequenas propriedades familiares, servindo de base

da expansão cafeeira no Brasil e outros países produtores sem o respectivo aumento de demanda no mercado internacional, terminando na formação de estoques invendáveis (MENDONÇA; PIRES, 2002).

²⁶ Na grande maioria das vezes, tratava-se de minifúndios, excessivamente, pequenos que dificilmente seriam capazes de prover razoavelmente a subsistência de um grupo familiar (PRADO JR., 1977, p. 192).

para a consolidação desses estabelecimentos em certas áreas, especialmente com a cultura do algodão.

Na cultura da cana nordestina, o sistema de morada entrou em declínio com a retomada econômica da indústria açucareira, estimulada pela saída de Cuba do mercado em consequência do bloqueio econômico americano. Com a retomada dos preços internacionais, tornava-se mais lucrativo ao fazendeiro produzir ou arrendar as terras por um valor monetário mais vantajoso às usinas ou aos próprios foreiros que já cultivam as terras (SIGAUD, 1979, p. 37). Segundo a autora, o foreiro era cada vez mais pressionado a sair da propriedade, seja pelo aumento do “foro”, que exigia intensificar cada vez mais a exploração da mão de obra familiar atingindo um nível acima da capacidade do esforço familiar, seja pela diminuição da área do sítio, das lavouras de subsistência e/ou do aumento dos dias dedicados ao “cambão”.

Havia por parte do fazendeiro a preocupação de livrar-se do pagamento de direitos trabalhistas, conforme a consolidação da Lei do Trabalho (1943), em que estabelecia obrigações de pagamento de um salário mínimo, décimo terceiro e férias remuneradas. Esses direitos geraram pressões e movimentos em todo o Brasil para a extensão nas relações trabalhista no campo. Tal reivindicação foi atendida pelo Estatuto do Trabalhador Rural (1963), por meio do Decreto-Lei nº 4214, publicado em 2 de março de 1963. Como consequência, os fazendeiros usaram de variadas formas de pressão diretas e indiretas²⁷ para aos poucos expulsar os moradores de suas terras, pois,

[...] no momento em que moradores não mais vão disputar entre si os favores dos proprietários, mas se articular para reivindicar aumento de salários e melhores condições de trabalho, sua presença dentro do engenho se torna uma ameaça bastante real (SIGAUD, 1979, p. 57).

Esse procedimento também foi utilizado por fazendeiros no Centro-Sul para expulsar os moradores, por meio da quebra de relações de reciprocidade (deixá-lo sem moradia, sem manutenção, menos tempo livre para cuidar dos roçados etc.), de

²⁷ Com o estabelecimento da legislação trabalhista, encerravam-se todas as formas de acordos consensuais e informais que na prática era a perda da casa onde o “morador” residia na fazenda, perda do sítio, exigir mais dias de serviço etc. (SIGAUD, 1979).

acordos entre as partes ou por processos judiciais que perduravam por anos, ou até mesmo pela violência explícita (NEVES, 2008; PARPET, 2008).

O mais perverso nisso tudo era que, ao ir morar nas periferias das cidades, o homem continuava sua dependência da venda de sua força de trabalho para sobreviver, na maioria das vezes, de volta aos canaviais como assalariados, alugados ou clandestinos²⁸.

1.2.2 O campesinato independente

Há, na literatura, várias referências sobre a existência de um campesinato livre, nos espaços próximos a *plantations*, em áreas consideradas não aptas para o plantio da cana de açúcar, em que pequenos produtores de lavouras de subsistência puderam viver com relativa liberdade e autonomia. Para Garcia Jr. (1989), enquadram-se na categoria de agricultores livres os pequenos proprietários, rendeiros e meeiros que cultivam a terra por meio da força de trabalho de suas unidades domésticas, associadas ao trabalho alugado, excluindo tanto os senhores de engenho e fazendeiros quanto os moradores sujeitos. Esses agricultores livres, moradores de bairros ou sítios, também, submeteram parte de seu tempo em trabalhos nos engenhos de açúcar, para complementar o “gasto da casa”.

Palacios (2004) demonstra em seu estudo que o campesinato livre no Brasil, ao longo do tempo, passou por alguns momentos de ascensão e refluxos de acordo com estímulos e oscilações dos mercados internacionais. Contudo, do ponto de vista político e econômico, sempre foi um setor excluído, considerado subsidiário da economia colonial. Várias lutas por terras citadas pelo autor tiveram a presença das forças armadas, expulsando os camponeses das áreas próximas ao litoral, proibindo e/ou destruindo os cultivos de produtos de exportação, como o tabaco e o algodão.

Os engenhos, nos períodos de prosperidade ou de dificuldades econômicas, continuamente contaram com a participação de mão de obra externa, devido à grande necessidade de atender os picos culturais da lavoura, principalmente na

²⁸ Clandestinos referem-se a trabalhadores contratados ilegalmente sem carteira assinada, sem nenhum direito trabalhista (GARCIA JR., 1989, p. 220).

época da colheita e fabricação do açúcar. Os povoados, onde os camponeses livres moravam, eram visitados pelos senhores de engenho no sentido de estender seus domínios e influência para captar possíveis moradores, para viverem no interior dos engenhos.

Garcia Jr. (1983) cita alguns casos de agricultores livres que se transformaram em moradores de condição porque contraíram dívidas nos barracões, quando arrendaram terras para trabalhar nos engenhos. Pequenos agricultores se transformaram em foreiros para ter acesso a outras vantagens, como pastagens para a criação de gado. Interessam-nos, para esse estudo, as análises dos autores sobre as estratégias produtivas adotadas pelos trabalhadores livres, nesse longo período de tempo de transformação das relações trabalhistas no campo.

De acordo com Garcia Jr. (1989), todos os camponeses que tinham disponibilidade de tempo e necessidade de complementar o consumo doméstico recorriam ao trabalho alugado para atender necessidades imediatas ou futuras. O autor expõe que,

Enquanto o agricultor “fraco” garante a subsistência através do produto do roçado que consegue botar e do trabalho alugado que fornecem, o agricultor “forte” combina agricultura com negócio em feiras, utilizando o trabalho alugado em seus sítios e/ou roçados (GARCIA JR., 1989, p. 56).

A combinação agricultura negócio, na visão do autor, permite acumulação de recursos para ampliação das atividades (agricultura e/ou negócios), garante o consumo da unidade doméstica e substitui, com trabalhadores alugados, o esforço dos membros domésticos. Essa combinação acontece tanto com pequenos proprietários de terras como entre rendeiro e meeiros, enquanto o alugado mal consegue atingir o mínimo necessário para a subsistência do grupo doméstico.

Antonio Candido (2001), ao analisar os caipiras do bairro Rio Bonito, verificou que, quando os camponeses estão passando por uma crise, tendem a retrair-se econômica e socialmente a um equilíbrio mínimo de níveis vitais e sociais. Nesse caso, aproximam-se do trabalhador alugado mencionado por Garcia Jr. (1983), que, apesar de se caracterizar pela dependência do trabalho alugado para completar o gasto da casa, também plantava pequenos roçados visando à subsistência da família.

Queiroz (1973) analisou bairros rurais em quatro diferentes municípios de São Paulo e chegou a diferentes conclusões. Inicialmente, havia dois tipos de bairros: o primeiro formado por camponeses (proprietários ou não de terras), que viviam das roças de subsistência e comercializavam pequenos excedentes, também chamados de caipiras; e o segundo composto de agricultores, que se diferenciavam dos camponeses pela menor dependência das roças de subsistência, em virtude de negociarem um produto principal que cultivam e do qual retiram a manutenção financeira²⁹.

Para a autora, o duplo papel lavradores e negociantes caracteriza os sítiantes brasileiros. Ambos necessitam realizar trocas com o mercado, não existindo isolamento total das comunidades (QUEIROZ, 1973, p.133). A dinâmica interna do grupo pode realizar mudanças significativas, como foi o caso de camponeses do bairro de Paraibunas-SP, que se transformaram em pecuaristas. A principal interferência foi a chegada de pessoas externas (mineiros) no bairro, que adquiriram terras e investiram no gado, levando os demais a investir no gado e deixar a roça como atividade secundária, sem modificar sua estrutura e relações internas.

A passagem de uma economia de subsistência tradicional para uma economia comercial foi possibilitada, segundo a autora, pela introdução de um “produto democrático” (gado), que exige mínimos investimentos, baixo custo de manutenção e gera excedentes suficientes para transformar-se na principal atividade econômica, enquanto as culturas de subsistência ficam apenas como complementares. Outros exemplos ocorreram, segundo a autora, com os produtores de algodão ou mandioca no município de Leme-SP. A produção desses produtos visando ao mercado não provocou grandes abalos nas estruturas dos bairros.

Ter uma lavoura comercial sempre foi uma forma de obter renda monetária em face das despesas em dinheiro com mercadoria de que não se é produtor (GARCIA JR., 1986, p. 4). O autor observou que os camponeses comercializavam, preferencialmente, “no grosso” todo o produto levado para venda, para não desperdiçar o esforço de transporte e despesas de frete da mercadoria até a feira. O

²⁹ Podemos considerar como agricultor familiar moderno em virtude de sua maior dependência do mercado. Em alguns casos estudados pela autora, há uso de insumos modernos e mecanização nos cultivos, mas permanece a mão de obra familiar e, em algumas ocasiões, recorre-se à ajuda mútua, e/ou trabalho “alugado”.

autor observa que nem sempre o agricultor comercializava apenas os produtos de seus roçados. Embora

[...] possa levar para a feira o feijão mulatinho de seu roçado, [...] venderá este feijão aos negociantes de cereais, que por sua vez o retalharão e, durante o tempo da feira, venderá a retalho só carne de porco (GARCIA JR., 1989, p. 104).

O negócio pode ser desenvolvido nos próprios sítios ou bairros na forma de bodegas, em que se encontram geralmente os mesmos produtos da feira, mas a um preço mais elevado, podendo ser vendido a prazo. Geralmente, esses negócios são pequenos estabelecimentos informais (sem registro comercial e não pagam impostos), montados no próprio espaço da casa em que mora o agricultor.

Garcia Jr. (1983) observa que o negócio é visto de forma negativa pelo camponês, pois se apropria do fruto do trabalho de outrem, às vezes tirando tudo sem dar nada em troca. Para o autor, o que legitima o negócio praticado pelo camponês é o fato que o

[...] negócio que os pequenos proprietários praticam não lhes permite um acumulação de riquezas como para os grandes comerciantes, mas apenas complementar a renda necessária à subsistência familiar. Toda a ambiguidade na valorização do negócio vem da própria situação em que se encontram os pequenos proprietários, que têm nele não uma forma de romper com sua situação, mas uma forma de lutar pela manutenção desta situação. O negócio chega a assumir o lugar do trabalho enquanto atividade que permite o necessário à subsistência familiar. Mas isto mesmo é sinal, para o pequeno proprietário, da escassez de terra com que se defronta. Pelo trabalho, todos podem tirar da terra o necessário ao seu sustento. Dificultada essa possibilidade, a luta do pai de família não pode ser para aumentar o produto de trabalho, mas para conseguir o necessário para sua unidade doméstica, o que pode ser feito à custa de alguém (GARCIA JR., 1983, p. 78).

Woortmann (1990, p. 41) ressalta que isso implica sair de uma ordem moral para uma ordem econômica, com a finalidade de realizar a honra do pai, uma relação ambígua, já que todo negociante, na ética camponesa, é desonesto (possui informações privilegiadas que não compartilha com o outro). Mas, por outro lado, é um caminho para conquistar a liberdade, pois,

Se trabalho e negócio se opõem num plano, noutro plano se articulam, na medida em que um é meio para chegar ao outro. Se,

num contexto, ele nega a reciprocidade³⁰, noutra ele garante a liberdade e ambos são princípios constituintes da honra do pai (WOORTMANN, 1990, p. 41).

Segundo Garcia Jr. (1983), as atividades agrícolas dentro dos roçados/sítios e os negócios são de responsabilidade do chefe da família, enquanto à esposa cabe as decisões da casa, o preparo dos alimentos e a educação dos filhos. No entanto, segundo o autor, é comum encontrar mulheres trabalhando no roçado por dois motivos:

[...] primeiramente, há nos roçados tarefas consideradas próprias para as mulheres, como, por exemplo, colocar semente na terra. Em segundo lugar, o consumo considerado necessário ao grupo doméstico pode superar o que se pode ser obtido apenas pelo uso dos homens do grupo doméstico. Neste caso cabe às mulheres ajudarem o pai na obtenção do produto necessário. Neste contexto, o trabalho feminino é sempre percebido como manifestação de uma situação difícil em que está o grupo doméstico (GARCIA JR., 1986, p. 118).

Além das atividades descritas acima, as mulheres cultivam plantas hortícolas e criam pequenos animais (miunças) no quintal da casa. Quando os pais de família recorrem à contratação de trabalho alugado, buscam preservar, prioritariamente, a mão de obra feminina, seguida dos filhos mais novos não aptos para as atividades agrícolas, apesar de iniciarem novos nos roçados aos 10 anos de idade (GARCIA JR., 1986). Queiroz (1973) verificou que, nas lavouras paulistas, a colheita é uma atividade desempenhada com ajuda feminina, principalmente o algodão, e, em casos de necessidade, todos os membros da família ajudam. Sader (1986) destaca a importância das mulheres no equilíbrio doméstico na região do Bico do Papagaio, por meio do extrativismo do babaçu.

Além dos negócios, a pecuária é outra forma de acumulação que faz parte das estratégias camponesas. Garcia Jr. (1989, p. 136-137) destaca que

A criação de gado soma-se à agricultura e ao negócio como forma de obtenção de renda que garante o consumo doméstico necessário e permite a reprodução das condições sociais de produção. Entretanto a criação de gado preenche a função de reserva e acumulação [...] para a agricultura e negócio, ou mesmo, quando essas proporcionam

³⁰ Para Woortmann (1990, p. 67), reciprocidade é o contrato social do camponês hierárquico no interior do todo que é a comunidade.

apenas uma renda insuficiente para o consumo necessário, a criação de gado pode garantir o abastecimento da casa em ocasiões difíceis ou a realização de uma despesa eventual particularmente grande.

Entre as despesas grandes, citamos como exemplos tratamento de saúde, festas, construção, reforma e ampliação de casas etc. Essa disposição e combinação das atividades agricultura-pecuária-negócios permite a intensificação da mão de obra familiar, aproveitando o tempo disponível dos membros entre as atividades de acordo com o comando do pai de família, principal responsável pela gestão e pelas decisões dentro da unidade de produção familiar. Para Garcia Jr. (1983), é justamente a complementação das três atividades que possibilita um balanço positivo de recursos em relação à necessidade de consumo doméstico.

A criação de gado exige disponibilidade de área para pastagens, o que dificilmente os rendeiros e os meeiros conseguem entre as *plantations*. Assim, praticamente, somente os pequenos sítiantes independentes ou moradores de propriedades abandonadas dispõem de áreas para implantar pastagens (ANDRADE, 1983).

Queiroz (1973), em sua análise dos bairros rurais do sertão de Paraibuna-SP, verificou que o arrendamento era uma estratégia utilizada pelos agricultores locais, para aumentar a área de pastagens em suas terras, enquanto plantavam as lavouras de subsistência nas terras arrendadas dos vizinhos. O aumento do rebanho tinha por finalidade acumular reservas para ampliar a área da propriedade por meio da compra de terras. Contribuíam para esse objetivo a integração dos agricultores aos laticínios da região e maior nível tecnológico, como implantação de pastagens mecanizadas, utilização de insumos e estratégias de suplementação dos rebanhos nos períodos secos por meio da implantação de capineiras (QUEIROZ, 1973, p. 57).

Por outro lado, Sabourin (2009) destaca os produtores livres da região de Massaroca no sertão baiano, próximo a Juazeiro-BA. Eles exploravam as terras devolutas e compartilhavam o uso de pastagens naturais, localizadas em áreas de caatinga para alimentar os rebanhos, retirar madeira, frutas, mel, água, animais silvestres etc. (SABOURIN, 2009, p. 70). Tal adaptação camponesa nas áreas semiáridas do sertão nordestino demonstra a possibilidade de uso compartilhado de recursos naturais, como adaptação à falta de terras e/ou pastagens, definida pelo autor como uma das instituições estruturantes da reciprocidade ligadas à produção agrícola, à vida familiar e doméstica. Sabourin e Caron (2009) descrevem que, na

região de Massaroca, as áreas de terras livres e de uso coletivo foram aos poucos apropriadas individualmente, com cultivos de plantas comerciais e perenes, como o algodão arbóreo, a palma forrageira e as pastagens, o que gerou a necessidade de cercar as propriedades para criação de gado zebu. Os avanços técnicos e a adaptação de raças zebuínas geneticamente superiores ao gado “pé duro” do sertão obrigavam a adoção de técnicas intensivas de produção, substituindo as utilizadas no sistema extensivo.

Andrade (1986) verificou, na região do agreste nordestino, a intensificação das técnicas produtivas para a atividade pecuária de leite ou corte. O autor destaca a formação de pastos com a palma forrageira, assumida pelos reideiros que se responsabilizavam pelo plantio e permaneciam na área até a idade do primeiro corte (4º ano), enquanto cultivavam roças de subsistência nas entrelinhas da cultura. A implantação de pastagens permitia maior lotação de animais por área e liberava áreas para o cultivo de outras culturas, como o algodão associado a culturas de subsistência.

Nas áreas de povoamento mais antigas, localizadas próximas às usinas de cana-de-açúcar, houve concentração fundiária convertendo pequenas propriedades e engenhos antigos em grandes latifúndios canavieiros para atender a produção da própria da usina. Em outras áreas, os antigos proprietários investiram na atividade pecuária, substituindo as áreas de cana por pastagens artificiais, principalmente o capim pangola. A implantação das pastagens era realizada pelo arrendamento de áreas em período de dois anos e exigia como pagamento da renda a formação das pastagens no final do segundo ano (GARCIA JR., 1986, p. 21). Dessa forma, o fazendeiro recebia a área formada de pastagens explorando apenas trabalho familiar do camponês, similar aos contratos realizados na formação de cafezais e na formação de pastagens na região Centro-Sul, conforme observado por Neves (2009) e Queiroz (1973).

Segundo Garcia Jr. (1983), a introdução do capim pangola modificou o tradicional ciclo: mato – roçado – mato, utilizado pelos camponeses, prolongando o ciclo de repouso da terra e o próprio estoque de terras consideradas de boa qualidade (de mato) para o plantio dos roçados. Nesse sentido,

[...] aparece a oposição terra de trabalho – terra de gado. Terra de trabalho é onde os homens pode obter sua subsistência mediante a

fecundação da terra, enquanto terra de gado é aquela que só nasce o capim, que serve a reprodução física do gado. É o roçado que fica subordinado à expansão da criação de gado, e não o inverso. Neste contexto, a imagem que “o boi está substituindo o homem” aplica-se perfeitamente (GARCIA JR., 1986, p. 219).

A pecuária é uma atividade que demanda pouca mão de obra, sua expansão diminui a “terra de trabalho” e pode levar a migração de pequenos agricultores, reideiros e trabalhadores alugados para outras regiões de fronteira.

Os estudos de Queiroz (1973) demonstram que os bairros rurais de São Paulo não, necessariamente, eram pobres. Essa avaliação depende de uma série de fatores: localização geográfica, grau de integração com a sociedade, mudanças internas do grupo, oportunidades criadas na região e integração com o mercado. Tanto podem viver em situações de precariedade como integrados ao mercado e com nível econômico satisfatório, evidenciando a diversidade de arranjos internos à família que podem gerar estratégias diferenciadas, adequando-se aos diferentes contextos em que estiveram inseridas.

Ainda na análise de Queiroz (1973), a intensificação de atividades agrícolas por meio de mecanização e utilização de insumos modernos permite superar a falta de braços na preparação de terras de maior dimensão, bem como recuperar a fertilidade natural sem a necessidade de pousio. Mas, por outro lado, a aquisição de máquinas e implementos agrícolas torna-se inviável caso a propriedade seja de pequena dimensão. O aluguel de máquinas e o uso dos insumos podem encarecer, em demasia, os custos de produção, inviabilizando a adoção dessas tecnologias. Mesmo que a propriedade tenha dimensões suficientes, o risco de endividamento e comprometimento da economia doméstica ainda é considerável em virtude das variações climáticas, dos problemas fitossanitários e das flutuações dos preços dos produtos no mercado.

1.2.3 O campesinato da fronteira

A fronteira é abordada por Linhares e Silva (2009) como um local distante do domínio das *plantations*, para onde era possível ocupar, provisoriamente, a terra na condição de posseiro. Podia habitar com relativa liberdade e autonomia por um

determinado período de tempo, vivendo da agricultura de subsistência em pequenos bairros ou povoados, como se fosse uma “retaguarda da atividade maior”. Porém outros autores como Graziano (1981) destacam que a fronteira, necessariamente, não é um local situado em uma região geográfica distante e vazia. “Ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 115). Segundo Graziano (1981), tradicionalmente, o movimento de expansão das áreas agrícolas brasileiras era caracterizado pelo avanço das áreas produtivas, das regiões mais antigas, sobrepondo as áreas de exploração mais recentes, em que a produção capitalista substituíra a produção de subsistência dos antigos posseiros.

José de Souza Martins (1996) expõe que esse movimento da fronteira brasileira era promovido em dois momentos. Primeiramente, pela abertura de novas áreas agrícolas e por grupo de posseiros, denominado “frente de expansão” camponesa. Essa frente ocupava, provisoriamente (embora de forma duradora), regiões localizadas sob territórios indígenas (à frente da fronteira demográfica), onde o capital ainda não tinha condições favoráveis para reproduzir, pois ainda não estavam incluídas na fronteira econômica. Nesse caso, para o autor, a frente de expansão desempenhava duas importantes funções: a abertura de novas terras e a inserção econômica dessas áreas a partir das trocas mercantis dos excedentes em pequenas feiras locais. Ainda de acordo com o autor, o segundo momento era caracterizado pelo avanço da “frente pioneira”, representada pelos agentes da modernização da economia capitalista, de mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. Essa agricultura capitalista investia, nessas áreas, quando era possível obter retorno econômico suficiente para cobrir os custos de produção, transporte e garantir atrativas margens de lucro.

A partir desses autores citados, observamos que a fronteira está relacionada à qualquer localidade onde a agricultura capitalista não tinha condições para reproduzir-se economicamente. Para fins deste estudo, estamos considerando como objeto de análise apenas a expansão da fronteira amazônica oriental, provocada por meio da migração interna de camponeses nordestinos para a região das matas úmidas do estado do Maranhão e, posteriormente, outras terras além dos rios Araguaia e Tocantins rumo ao estados de Goiás (Tocantins) e Pará a partir da década de 1950.

Segundo Velho (2009), até a década de 1950, a região contava com poucos municípios, em sua maioria, ribeirinhos (também chamados de municípios “beira” por estarem localizados às margens dos rios) fundados, basicamente, por três frentes. A primeira, no século XIX, por iniciativa da Coroa, fundaram-se pequenas colônias militares às margens dos rios Araguaia e Tocantins, localizadas em Porto Nacional, Natividade, Carmo e Paranã (municípios do atual estado do Tocantins), com o intuito de defender de possíveis contrabandos do ouro extraído das minas. A segunda frente foi formada pela expansão da pecuária nordestina, responsável pela abertura de novas áreas por meio da exploração das pastagens naturais existentes, que se estendiam entre a caatinga até os cerrados localizados no estado do Maranhão, seguindo rumo aos estados de Goiás (Tocantins) e Pará. Essas duas frentes, basicamente, criaram pequenos pontos esparsos de civilização, resultando em pequeno aumento populacional e na ligação econômica frouxa com o litoral maranhense e outras regiões de maior dinamismo.

A terceira frente de expansão foi formada pelo

[...] avanço propriamente maranhense a partir do litoral, da civilização do babaçu, do arroz e do algodão, até as primeiras décadas do século XX só alcançava praticamente o curso inferior e médio do Itapecuru e a porção inferior do Turiaçu e do Pindaré, até onde se fora pela existência de planície e graças ao cultivo de algodão relativamente longe do litoral. Algumas cidades existentes nessa linha, aproximadamente paralela à costa, a uma distância de 200 a 300 km por esta altura e mais a Leste, na direção do Paranaíba – como Pindaré Mirim, Bacabal, Pedreiras, Codó, Caxias, haviam regredido ou estacionado, relativamente, com a queda do algodão no mercado internacional após a guerra da secessão e com a entrada do algodão egípcio no mercado europeu. Isso levou, inclusive, a uma expressiva redução nas unidades de produção (VELHO, 2009, p. 89).

A partir do final da década de 1940, começa a se criar no imaginário nacional a existência de uma grande fronteira a ser integrada ao desenvolvimento do país, que consistia nas terras localizadas no interior do Brasil, longe do litoral. Por vezes, a região era citada pelos agentes governamentais ora como um “grande vazio demográfico”, ora como uma “terra sem homens na Amazônia para homens sem terra do Nordeste”, ou uma “grande área de pastos naturais”, visando estimular a abertura dessa região, considerada como uma das últimas fronteiras agrícola do Brasil. No entanto, antes de qualquer planejamento de governo, desde os anos de

1920, essa região já passava por um processo de expansão “espontânea” sobre as áreas de matas em direção a Oeste, rumo aos limites da floresta amazônica no estado do Pará (VELHO, 2009, p. 184).

Segundo Velho (2009), a abertura de novas áreas por essa frente de expansão, na maioria das vezes, iniciava-se com um grupo familiar abrindo roças de subsistência no interior das matas, onde logo se aglomeravam outras famílias interligadas por laços de parentesco e amizade, formando núcleos de povoamento que ficavam conhecidos por “centro” em alusão ao “centro da mata” ou “povoado”, quando se aglomerava um número maior de pessoas, pequenas quitandas, igrejas etc., chegando, às vezes, até a categoria de cidades.

A vida nesses centros ou povoados tinha como característica o uso comum das terras coletivamente exploradas em parcelas dispersas, nas quais as próprias famílias estabeleciam, consensualmente, os locais das lavouras de cada grupo familiar, de acordo com a necessidade de cada um, sem a exigência de continuidade em uma parcela que ano a ano poderia mudar (MARTINS, 1996; ALMEIDA, 2009). Havia um forte grau de solidariedade promovendo redes de relações sociais, fundamentais para o equilíbrio social do grupo diante da precariedade e adversidades da região (ALMEIDA, 2009, p. 58), tornando as atividades coletivas e as cooperações vicinais uma regra entre os moradores do povoado.

A coincidência no tempo, das etapas do calendário agrícola, aproxima diferentes grupos familiares, fixando padrões de ajuda mútua e normas que regem as atividades produtivas. Se interdita o centro à criação de animais, mantendo-se os roçados sem cercar; não se autoriza seja semeado capim e se preveem reservas de mata, igarapés e cocais, que não podem ser apropriados individualmente (ALMEIDA, 1986, p. 267).

O extrativismo da castanha de babaçu era uma atividade de grande importância para esses camponeses. Soares (1981) observou, em seu estudo no território de Bom Jesus, na região do médio Mearim, no estado do Maranhão, que o babaçu, embora considerado uma atividade complementar realizada pelas mulheres e, às vezes, pela força de trabalho familiar infantil, terminava se tornando a “tábua de salvação”, a “remissão”, dada a carência generalizada de recursos alternativos” (SOARES, 1981, p. 85).

Não se observava, nessa frente de expansão, a intenção de formar uma “propriedade particular”. O próprio sistema de cultivo itinerante e a abundância de terras não despertavam o interesse do camponês em apropriar-se, definitivamente, da área, ou seja, torná-la uma propriedade privada (ALMEIDA, 2009, p. 56; SADER, 1986, p. 115), nem tão pouco convertê-la em mercadoria, o que indicaria os pressupostos básicos da penetração do capitalismo no campo. No entanto, quando havia alguma negociação envolvendo a terra, o valor dispendido era relativo a indenizações referentes ao trabalho realizado para a implantação de benfeitorias sobre a terra.

Sob esse aspecto, Soares (1981, p. 75) demonstra, em seu estudo, que os camponeses de Bom Jesus apesar

[...] de as terras serem comunais, não só as roças são “direito” adquirido pelos lavradores que as cultivaram, como sua utilização lhes garante, uma vez abandonadas, o “direito de capoeira”, isto é, o direito sobre a terra em descanso temporário. Ou seja, lhes é reconhecida a prioridade no caso de se voltar a empregá-las.

Essa observação também foi constatada nos povoados de Barro Vermelho-MA nos estudos de Musumesci (1988). Ela notou que o uso da capoeira somente era transferido a outra pessoa com o expresse consentimento do antigo agricultor, seja por meio da cessão do direito ou da venda propriamente dita. Para a autora, apesar da área de mata exigir maior esforço inicial no plantio, era mais vantajosa para o agricultor em relação à área com capoeira. Para os camponeses, a área de capoeira

[...] exige mais trabalho de capina durante o ciclo agrícola, pois a queimada mais fraca não impede tão eficientemente o desenvolvimento da vegetação espontânea; além disso, em relação aos terrenos de mata virgem, fornece menor quantidade, por área plantada, dos principais produtos da roça camponesa: o algodão arbóreo e o arroz (MUSUMESCI, 1988, p. 86).

Havia, portanto, uma preferência em realizar o plantio sobre áreas de mata consideradas “terra livre”, uma vez que eram abundantes e geravam uma crença de que a terra era um bem ilimitado (VELHO, 1982, p. 100). Por outro lado, segundo Musumesci (1988), as fortes relações de reciprocidade entre os camponeses

levavam a cederem capoeiras quando solicitadas ou seu dono não pretendesse utilizá-las de imediato.

Em algumas localidades, mesmo explorando as terras em intercalados períodos de cultivo e pousio, com o passar do tempo, essas áreas mostram sinais de enfraquecimento da fertilidade, momento no qual os camponeses novamente migravam para outras áreas de matas mais afastadas, para formar novos centros (VELHO, 2009, p. 192). Martins (1996) destaca que, nesse processo de migração, muitas vezes o camponês seguia um fluxo orientado pela rede de parentesco, ex-vizinhos e compadrios que, já estabelecidos em locais adiante, “acolham-no e mais adiante eram acolhidos”. Essa estrutura migrante de intercomunicação sobre novos locais para se instalarem espalhava-se em um raio de centenas de quilômetros (MARTINS, 1996, p. 41). Esse movimento de expansão promovia a efetiva ocupação do território ao desmatar as áreas localizadas longe das margens dos rios, e, com o tempo, resultou na transformação de antigos centros em cidades. Surgem, dessa forma, os primeiros municípios “ruas” que ficavam localizados longe das beiras de rios, às margens das estradas de interligação entre as cidades e povoados (VELHO, 2009, p. 193).

Antonio Candido (2001, p. 177) cita que a migração era uma estratégia do caipira paulista para restabelecer o equilíbrio ecológico e social próprio de sua cultura: terras virgens e livres, áreas com abundância de caça e de pesca e fraca densidade demográfica. Apesar da especificidade de seu estudo, podemos dizer que tal situação também ocorria no campesinato da Amazônia, região rica em recursos naturais e terras livres em abundância.

A migração se inscrevia na trajetória de vida dessas pessoas de diferentes maneiras. O elemento central era a busca por um novo lugar onde pudessem reproduzir socialmente, com liberdade, autonomia e livre da sujeição. Wanderley (2009 p. 173) destaca que as constantes e sucessivas migrações dos camponeses revelam uma das dimensões mais importante dos camponeses brasileiros, a busca por um local de vida e trabalho em que possam fixar-se e constituir um “patrimônio familiar”. A fronteira aberta, para a autora, era uma possibilidade de cada filho, ao emancipar-se, ter acesso a um estabelecimento agrícola, mesmo que a precariedade da posse, na maioria das vezes, não proporcionasse a superação das dificuldades das quais tentavam escapar. Nesse caso, não era a propriedade que se

reproduzia, mas apenas o “modo de vida”, exigindo, com o tempo, novos deslocamentos para outras áreas e o recomeço de outro ciclo.

À medida que os povoados aumentavam a extensão, a frente de expansão camponesa era alcançada pelo avanço da frente pioneira de característica pecuarista que, paulatinamente, se apropriava do espaço e impulsionava os camponeses para abertura de novas áreas. Esse era, tradicionalmente, o processo de ocupação e desenvolvimento da fronteira amazônica citada por vários autores (ALMEIDA, 1986; MARTINS, 1996; VELHO, 2009).

As áreas de matas foram, por um longo período de tempo, obstáculo natural para o avanço da pecuária na região amazônica. Sader (1986), em seu trabalho na região do Bico do Papagaio que envolveu área dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins³¹, destaca que as áreas de cerrado foram as primeiras a serem ocupadas por fazendas de gado. No entanto essa realidade passou a mudar a partir do final da década de 1950, quando foi introduzido o gado zebu e iniciada a implantação das pastagens sob as áreas desmatadas para o cultivo de roças de subsistência dos camponeses da frente de expansão.

O avanço da pecuária de padrão mais desenvolvido e tecnificado na região foi facilitado pela construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153) no final da década de 1950, facilitando o acesso à região e rompendo o relativo isolamento da área, que antes só era transitada, praticamente, por meio de pequenas embarcações no período do inverno.

A partir dessa época, a região passou por investimentos em estradas, criando ramais com essa rodovia (BR-153), interligando-a com estradas de acesso a outras regiões do Nordeste, interior do Maranhão, do Pará e do Tocantins. Tais estradas oportunizaram a comercialização, com o mercado do Centro-Sul, de excedentes do arroz produzido pelos camponeses, além de facilitar e aumentar o fluxo de nordestinos para a região. Pode-se citar como exemplo a cidade de Imperatriz-MA, localizada às margens do rio Tocantins, que, na década de 1950, possuía cerca de 3.000 habitantes, chegando aos anos de 1960 com 40.000 habitantes, transformando-se na segunda maior cidade do Estado.

³¹ Sader (1986), em seus estudos, não considerou o município de Tocantinópolis como pertencente à região do Bico do Papagaio. Ficaram inclusos em seu estudo apenas os municípios localizados mais ao norte da região, originados a partir do desmembramento do município de Itaguatins e Araguatins.

O maior impacto aconteceu com a construção da rodovia Transamazônica, inaugurada em 1972, que interligou a região Nordeste com a região Norte. Nesse período, a população de Imperatriz parte de 83.630 habitantes, em 1970, para 220.095, em 1980. A região do Bico do Papagaio, que antes da construção das rodovias possuía 58.443 habitantes, salta para 110.142 habitantes, segundo dados do IBGE (1980).

Quando as condições de infraestrutura tornaram-se favoráveis e/ou estímulos externos ou internos foram viabilizados para a reprodução do capital, a “frente pioneira” (MARTINS, 1996) de caráter capitalista avançou sobre essas áreas da “frente de expansão”, impondo sua lógica de produção pautada na propriedade privada, exploração comercial, subordinação da mão de obra ao capital e, como regra, o uso da violência no processo de grilagem de terra.

É importante frisar que não são somente pessoas da frente pioneira que “grilavam” a terra. Tal observação foi realizada nas análises de Musumeci (1988), demonstrando que o movimento externo de expansão da frente pioneira, em meados da década de 1960, no povoado de Barro Vermelho, município de Poço das Pedras-MA, região conhecida como Médio Mearim, provocou “grilagens” de terras praticadas por camponeses da própria comunidade, que de alguma forma, conseguiram acumular alguma reserva.

Esses camponeses, geralmente quitandeiros, foram ampliando suas posses e investindo na construção de cercas, aquisição de gado e formação de pastagens, para “situar a propriedade”, antes de os “grileiros de fora” avançarem sobre as áreas do povoado. Na visão da autora, o grileiro não é necessariamente alguém estranho que provém de fora, mas pessoas que se diferenciam pela acumulação de capital e que, de certa forma, desvinculam-se do coletivo para o individualismo e buscam formar uma propriedade familiar que é a maneira de enraizar-se na localidade.

Os estudos de Otávio Velho (2009) destacam que os comerciantes eram os principais responsáveis pela compra do arroz e do babaçu, para comercializar com indústrias de extração de óleo de babaçu e as arrozeiras, localizadas na região. Nesses estabelecimentos, os camponeses realizavam troca de mercadorias, compra de mantimentos a prazo, contraíam empréstimos de arroz ou de dinheiro para financiamento de atividades em suas lavouras ou atender alguma emergência na família.

As dívidas contraídas “obrigavam” o camponês a realizar a venda das safras de arroz nesses estabelecimentos. Nesses casos, o montante recebido pela venda do arroz era o saldo após o pagamento das mercadorias compradas a prazo. Quanto aos empréstimos de dinheiro, também, eram quitados com parte da safra de arroz, mas era cobrada uma taxa média de 100% de juros. Nesse caso, o dinheiro emprestado era uma compra antecipada da safra de arroz que ainda seria colhida, comumente chamada na região de venda do “arroz na folha”, por um preço equivalente a 50% do valor de mercado (SADER, 1986; VELHO, 2009).

Outra forma de empréstimo bastante utilizada na região consistia na aquisição do arroz para o próprio consumo familiar do camponês, tendo em vista o esgotamento de seu estoque no período da entressafra. Nesse caso, solicitava um saco de arroz emprestado para pagar dois quando realizasse a colheita (SADER, 1986).

Para Velho (2009), esses comerciantes eram uma espécie de burguesia camponesa (menos de 3% da população) que estava em um processo de acumulação e de diferenciação. Geralmente, suas propriedades ou posses eram cercadas, criavam gado em quantidade suficiente para não depender tanto das roças de subsistência e empregavam pessoas permanentemente. Era uma espécie de burguesia-camponesa que estava se transformando em capitalistas (VELHO, 2009, p. 196). No entanto a grande massa do campesinato que ocupava o extrato inferior era formada por camponeses pobres, que necessitavam ano a ano comprar a prazo ou recorrer a empréstimos aos “cuaques³²”, como denomina Otávio Velho a burguesia-camponesa em formação (VELHO, 2009, p. 196). Aqueles eram, geralmente, camponeses que não demarcavam terras, recém-chegados à região recorriam aos trabalhos coletivos e ajudas mútuas em atividades do campo que demandavam muito esforço físico e mão de obra como o desmatamento e a colheita do arroz.

Entre essas duas camadas, Velho (2009) observou que havia um campesinato médio composto por camponeses que conseguiam se sustentar sem

³² Os “cuaques” ocupavam uma posição extremamente ambígua. Apesar de manter laços econômicos e políticos com a classe dominante, eles pertenciam e tinham interesses em comum com a classe camponesa. “Não só podiam favorecer uma expropriação completa dos camponeses – pois o seu negócio dependia deles como clientela – mas também tinha os mesmos interesses em termos de garantir a sua terra contra forasteiros” (VELHO, 2009, p. 196).

recorrer a empréstimos. Apesar de acumular algumas cabeças de gado, sua principal ocupação era a agricultura com a predominância da utilização da mão de obra familiar. Essa camada representaria cerca de 15% dos camponeses.

O autor caracteriza que o campesinato da região, após a construção das estradas, estava saindo da marginalidade e em processo de decomposição que, ao longo do tempo, imporá a lógica capitalista, transformando o modo de produção na região que aos poucos excluiriam os camponeses menos capitalizados, enquanto outros ascenderiam a outros níveis do estrato social.

No caso, os culaques e alguns camponeses médios tenderiam a enriquecer por meio dos negócios e/ou da criação de gado, adaptando-se ao sistema parcelar da propriedade. No nível inferior, os camponeses que não conseguiram traçar estratégias ascendentes (por estarem apegados ao modelo de terra livre) (VELHO, 1982, p. 77 – ou modelo original LAMARCHE, 1993) migravam ou permaneciam em uma situação intermediária e “forçada” como “rendeiros³³”, que posteriormente tenderiam a se tornar proletários, dependendo de alugar a força de trabalho para sobreviver.

Sader (1986, p. 11) concorda com a visão de Velho ao analisar a luta pelo espaço na região do Bico do Papagaio. Cita que, a partir da divisão da terra, a diferenciação de classe emerge. Houve casos de camponeses que conseguiram o título do GETAT e se filiaram à poderosa União Democrática Ruralista – UDR por entender que a reforma agrária ia contra os seus interesses.

Queiroz (1973), ao contrário, defende que somente nos momentos de decadência da economia tradicional é que poderá surgir alguma diferenciação na formação de uma hierarquia social, expressa nas maiores possibilidades econômicas de alguns e nas dificuldades cada vez maiores de outros. Geralmente, são indivíduos de dentro da vizinhança que assumem a camada superior e

³³ Rendeiros eram camponeses que ano a ano desmatavam áreas e cultivavam roças de subsistência em terras alheias e pagavam renda equivalente a um ou dois sacos de arroz/linha de área (3.025 m²), deixando a área logo após a colheita, geralmente, com as pastagens semeadas ou em formação. Era uma relação que podia durar muitos anos, dependendo da disponibilidade do fazendeiro, em oferecer ou não, novas áreas para o cultivo (SADER, 1986).

exploradora, servindo de intermediária entre o bairro e a sociedade global, mas isso acontece quando não funcionam mais os mecanismos de igualitarismo³⁴.

Deve-se levar em consideração que, por vezes, o camponês vivenciou uma experiência anterior de expulsão e/ou expropriação em outros locais, que pode ter influenciado na tomada de decisão (entre outras), para que a história não se repetisse (VELHO, 1982, p. 80). Nesse mesmo sentido, Martins (1996, p.29) afirma que a frente pioneira não é somente o deslocamento de pessoas, ela traz também uma nova sociabilidade, fundada no mercado, na contratualidade das relações sociais que, necessariamente, não excluem e não expropriam a todos da localidade.

A região de fronteira tem característica de ser um território de ocupação temporária que, no transcorrer do tempo, formou um campesinato migrante que fugia das áreas de sujeição ou era expulso pela grilagem de terras. Havia, na fronteira, um processo contínuo de descampenização (quando o camponês era expulso da região) e recampezição permanente (quando migrava para abrir novas áreas mais adiante). Isso aconteceu ao longo da história do campesinato brasileiro, seja nos constantes deslocamentos das comunidades quilombolas, dos caipiras paulistas estudados por Candido (2001) ou dos posseiros que migravam rumo ao Oeste. Sader (1986) destaca a grande mobilidade dos camponeses que chegavam ao Bico do Papagaio, alguns já haviam morado em mais de vinte locais diferentes.

Martins (1996) observa que o uso da violência era uma marca comum na fronteira, afetava as posses tanto do camponês das roças itinerantes quanto as posses em fase de estruturação, pertencentes aos culaques ou do campesinato médio, classificados por Velho (2009).

Na fronteira paraense, por exemplo, os posseiros que lutam pela terra tendem a discriminar as pessoas de maior nível econômico, pois geralmente possuem algumas predisposições características: a pressa em desmatar a área; a dimensão da área de lavoura desproporcional ao tamanho da família; a extensão da área de pastos em formação; a permanência dentro da área; a pouca convivência com o grupo. Essas características revelam não apenas maior disponibilidade de recursos, como predisposição para abandono e venda da posse a qualquer sinal de

³⁴ Mesmo quando há diferenças de nível econômico entre os moradores do bairro, todos têm a mesma técnica de cultivo, estilo de vida, recorrem à ajuda mútua, enfim se organizam de forma igualitária (QUEIROZ, 1973, p. 93).

dificuldade (GUERRA, 2001, p. 77), não se traduzindo, necessariamente, na permanência na área, exercendo domínio hierárquico no grupo social. Nesse caso, o próprio engajamento na luta pode ser considerado um mecanismo de igualitarismo, já que a violência dos grileiros pode atingir todas as camadas do campesinato da fronteira.

Considerando o aspecto econômico, os culaques teriam mais condições de resistir ao avanço da frente pioneira, enquanto o campesinato médio e a massa pobre, que ainda não demarcaram posses ou pouco evoluíram na construção de benfeitorias, seriam os mais expostos à violência da grilagem de terra, pressionados a vender as posses, serem simplesmente expulsos da terra e/ou permanecerem, temporariamente, na área trabalhando como rendeiro das fazendas griladas (MUSUMESCI, 1988; SADER, 1986).

Sader (1986, p. 230) resume da seguinte forma a situação precária dos camponeses da região do Bico do Papagaio no ano de 1986, época de grande conflito provocado pelo avanço da frente pioneira na região, por meio da grilagem de terra e subordinação dos trabalhadores ao pagamento de renda:

Desde 1985 os meeiros em boas porções do Bico Goiano já não conseguem praticamente nada da colheita do arroz após o pagamento da renda: o arroz deve ser cultivado junto com o capim. Vastas matas de cocais de babaçu foram abatidas, e as “quebradeiras” são perseguidas com violência e ameaças por pistoleiros contratados pelos fazendeiros. Os povoados se despovoam. Trinta famílias partem do centro do Firmino, cinquenta do Carrasco Bonito, Bom Jesus desaparece do lado Maranhense.

Se as condições de vida já eram precárias para a grande maioria do campesinato da fronteira amazônica, com a chegada da frente pioneira, tornou-se ainda mais penosa. O acesso à área, na condição de rendeiro, é altamente benéfico ao grileiro. Por um lado, a permanência pacífica de camponeses trabalhando no interior da propriedade corrobora para caracterizar o reconhecimento da posse de quem domina a propriedade da terra (MUSUMESCI, 1988, p. 136), mesmo que de forma ilegal e coerciva. Por outro lado, contribui para a implantação da infraestrutura da propriedade, pois, além da renda paga em produto, o camponês semeava a pastagem consorciada com o plantio do arroz, ou seja, praticamente sem nenhum investimento, o fazendeiro formava o pasto, explorando o sobretrabalho camponês.

Ironicamente, à medida que se abrem novas áreas para o plantio, avança a área de pastagem que, em médio prazo, significa a expulsão dos camponeses.

Outro detalhe era que o plantio das roças dos camponeses limitava-se às culturas de ciclo curto como arroz, milho e feijão, excluindo o plantio de ciclo longo como a mandioca e a fava, o que gerava o desequilíbrio do cálculo camponês, uma vez que os excedentes são reduzidos a apenas alguns cultivos. Nessas circunstâncias, aumentou ainda mais a necessidade de o camponês complementar os rendimentos por meio do trabalho alugado nas propriedades da região, na exploração do babaçu (que está em constante litígio com os fazendeiros) e na migração para os garimpos ou para as cidades. No início dos anos de 1980, toda a região estava sob pressão e, praticamente, não há áreas de “terras livres” em toda a Amazônia legal. A fronteira estava fechada pelo processo de cercamento das propriedades para a criação de gado, com a finalidade precípua de garantir a propriedade da terra (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 117).

A situação de “fronteira fechada” deixava aos camponeses que permaneciam na região apenas duas alternativas: a subordinação temporária na condição de rendeiros, o que, em médio prazo, significava a proletarianização; ou a rebeldia contra as ações dos grileiros. Ambas as alternativas foram adotadas, houve aqueles que se subordinaram e houve aqueles que se rebelaram. A reprodução social do camponês na fronteira estava ameaçada de extinção, pois a migração em busca de “terras livres” não era mais possível, a permanência por outro lado, significava a luta pela terra.

Neste capítulo, resgatamos a importância do camponês da frente de expansão na formação de centros urbanos na fronteira, abrindo áreas por meio de seu sistema tradicional de cultivos e formas particulares de posse, uso do solo, formas coletivas de trabalho e modo de vida em comunidades com fortes laços de interconhecimento, parentesco e amizade. Um campesinato migrava em virtude de uma série de fatores: esgotamento da fertilidade do solo da região (que se configurava quando se acabavam as reservas de matas no entorno do povoado); fuga da frente pioneira, porque foi expulsa ou forçada a vender sua posse; ou fuga da “sujeição” do trabalho agregado nas fazendas em formação.

A nossa pesquisa foi realizada na região do Bico do Papagaio, localizada no extremo norte do Tocantins, pertencente à Amazônia Legal e, portanto, os assuntos

aqui abordados são importantíssimos para entendermos a trajetória dos camponeses dessa região e as estratégias de reprodução social desenvolvidas por eles, que foram se adaptando ao contexto regional antes de finalmente conquistarem a terra por meio da reforma agrária.

2 AS LUTAS PELA TERRA NA AMAZÔNIA LEGAL

Nesta seção, pontuamos alguns aspectos da longa trajetória do camponês, ao começar pela sua saída do relativo isolamento para o protagonismo político, social e econômico em defesa de seus direitos e luta pela democratização do acesso à terra. Iniciamos pelo fim dos regimes subordinados que originaram alguns movimentos políticos significativos, envolvendo os camponeses e sua organização social em favor da permanência na terra em que trabalhavam. Com isso, surgiram duas diferentes organizações que disputaram a hegemonia do movimento de luta pela terra no Brasil: a ULTAB e as Ligas Camponesas.

A partir da década de 1960, a Igreja Católica do Brasil também se envolveu no debate político da questão agrária brasileira e aos poucos assumiu o protagonismo pela organização e defesa dos direitos dos camponeses, vindo a fundar uma das principais instituições de luta pela reforma agrária no Brasil: a Comissão Pastoral da Terra - CPT. Apresentamos os fatores que influenciaram e transformaram a Amazônia Legal na principal e mais violenta área de conflitos pela disputa da terra no período da ditadura militar, colocando, de um lado, os camponeses e a Igreja e, do outro, os fazendeiros e as grandes empresas.

2.1 As manifestações políticas de democratização do acesso à terra

Os quatro séculos de domínio e influência dos latifúndios nas decisões governamentais das áreas econômicas, sociais e políticas do Brasil foram, ao longo do tempo, excluindo uma grande massa de trabalhadores. Esses, sem acesso à propriedade fundiária própria, submeteram-se às mais diversificadas formas de subordinação dentro das grandes propriedades e, quando “livres”, tiveram de adaptar-se às condições adversas de produção em diferentes contextos.

Em vários episódios da história rural brasileira, os camponeses lutaram pela terra, mas foram massacrados pelos jagunços contratados pelos latifundiários ou, dependendo da dimensão, pela ação direta das forças militares do governo. Entre os conflitos de grandes repercussões no Brasil, destacam-se as rebeliões messiânicas

ocorridas no final do século XIX e início do século XX nos sertões brasileiros (Canudos e Contestado, respectivamente), exigindo intervenção militar dos governos federal e estadual.

O arraial de Canudos, na Bahia, e a região do Contestado, entre Santa Catarina e Paraná, foram locais onde grupos de camponeses se instalaram sob a influência de líderes religiosos. Nesses lugares, comunidades camponesas sobreviviam da agricultura familiar e da organização comunitária, compartilhando espaço, trabalho e religiosidade. Após serem acusados de defender a volta da monarquia, eles foram atacados pelas tropas do exército brasileiro até serem massacrados (MARTINS, 1990, p. 27), colocando fim ao sonho de construir uma organização livre da subordinação ao latifúndio, da sujeição e da miséria. “Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatia, mas sim a insurreição dos pobres do campo” (FERNANDES, 1999, p. 4).

Outro movimento de luta pela terra considerado na literatura brasileira refere-se ao banditismo social, representado pelo cangaço. No sertão brasileiro, virar cangaceiro era uma forma de rebeldia camponesa para vingar-se contra as injustiças dos coronéis. Para Martins (1990), o cangaceiro era um “camponês expropriado, expulso, esbulhado por um fazendeiro ou um comerciante determinado, mas que em resposta se vingava da classe”. O autor destaca que o cangaceiro distinguia-se do jagunço, pois era livre e não trabalhava para um patrão (MARTINS, 1990, p. 59). Para Martins (1990) e Fernandes (1999), até 1940, o messianismo e o cangaço foram as principais formas de manifestação camponesas no período da República Velha.

A grande propriedade influenciava as decisões políticas e econômicas do Brasil. No entanto, depois de seguidas crises na superprodução agrícola das décadas iniciais do século XX, a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1930 foram perdendo aos poucos sua força política para a classe industrial e burguesa, que se formava no Brasil desde o fim do século XIX. Apesar disso, a questão da propriedade da terra permanecia como uma política intocada, sem nenhuma iniciativa de se promover alguma alteração. Essa aliança entre o governo e os

latifúndios³⁵, que se mantinha ao longo dos tempos, é aos poucos contestada pelos diferentes movimentos de luta pela terra, em prol da função social e a democratização do acesso à terra para quem nela trabalhava.

Inicialmente, o Partido Comunista Brasileiro – PCB, no período pós-redemocratização brasileira de 1945, foi o primeiro partido político a articular o movimento de organização e defesa dos interesses camponeses. Segundo Moraes (2012), foi por meio do PCB que teve início o movimento conhecido por Ligas Camponesas, que tinha como objetivo ampliar a base eleitoral do partido. A ideia era preparar uma ação coletiva entre setores urbanos e camponeses para contrapor ao imperialismo e ao poder das oligarquias agrárias dos coronéis e, com o tempo, implantar uma república socialista no Brasil. A ação do PCB logo despertou a repressão por parte do governo Eurico Dutra, que alinhava suas políticas com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e cassou o registro do partido em 1947, deixando-o na ilegalidade. Com isso, as centenas de ligas, formadas nesse período, ficaram inoperantes ou extintas em virtude da limitada capacidade de articulação do partido.

Mesmo agindo na clandestinidade, o PCB apoiava os camponeses nos conflitos que surgiam em diferentes locais do Brasil, principalmente desencadeados pela disputa entre posseiros e fazendeiros em áreas de fronteiras. As estratégias de ação, muitas vezes, recorriam à luta armada como forma de reprimir e resistir às ações de violência praticadas pelos jagunços ou pela polícia militar a mando de fazendeiros e grileiros.

Um dos primeiros conflitos, que contou com a participação do PCB na organização de resistência e enfrentamento, foi durante a revolta de Porecatu (entre os estados do Paraná e São Paulo), travada por posseiros que foram atraídos pelo Governador Manoel Ribas a fim de povoar a região norte do Paraná no início dos anos 1940, sob a promessa de que teriam suas posses regularizadas pelo governo após seis anos de permanência na área. A partir de 1946, com a entrada de Moisés Lupion no governo, passaram a ser expulsos por grileiros e pelas tropas da polícia militar.

³⁵ O desenvolvimento industrial brasileiro, a partir de 1930, com amplo programa de substituição de importações tirava a hegemonia dos latifundiários nas influências políticas econômicas do Estado, mas, ao mesmo tempo, mantinha o pacto na manutenção das grandes extensões de áreas ao latifúndio.

O PCB conseguiu organizar a resistência dos camponeses por meio da luta armada para defender as posses. Promoveu uma ampla campanha de mobilização das ligas camponesas da região, para sensibilizar a opinião pública, o governo e os políticos para a regularização das terras dos posseiros. Sem conseguir o apoio político do governo estadual, os camponeses não tiveram como manter o movimento armado na região por longo período de tempo. Foram derrotados em junho de 1951, resultando na prisão das principais lideranças do partido e na expulsão e deslocamento dos camponeses para outras regiões (MORAIS, 2012, p. 25). Apesar de não obter êxito, essa foi a primeira experiência do PCB na mobilização de grupos camponeses visando à conquista da terra por meio da resistência armada e colocar em prática as ideias e estratégias elaboradas pelo partido (PRIORI, 2009).

Após esse período, ocorreu o conflito de terras na região de Trombas e Formoso no estado de Goiás, iniciado em 1952. Depois da previsão da transferência da capital brasileira para Brasília, um grupo formado por fazendeiros, juiz e dono de cartório local resolveu grilar as terras sobre as quais se encontravam migrantes, em sua maioria nordestinos, que cultivavam as terras devolutas há algum tempo. Os camponeses haviam fundado a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, sob a influência de militantes do PCB que organizaram a resistência na região, utilizando como estratégias de luta: trabalhos coletivos por meio de mutirão, capacitação de líderes em cursos de conscientização política e, nos momentos de maior tensão, recorreram às armas como forma de defender dos ataques dos jagunços e da polícia militar (CUNHA, 2009, p. 62).

Após cinco anos de resistência, em 1957, o PCB mediou o fim do conflito, resultando na retirada das tropas da polícia militar da área e na regularização das terras em prol dos camponeses a troco de apoio político, que contribuiu para eleger Mauro Borges para a sucessão ao governo de Goiás e José Porfírio (líder dos camponeses) para deputado estadual. Dessa forma, Trombas e Formoso se transformaram em território livre aos camponeses, sujeito ao governo próprio, uma espécie de governo popular (MARTINS, 1990, p. 72).

Os conflitos fundiários eclodem em diferentes localidades do Brasil. O processo de conscientização e de mobilização era aos poucos construído em nível cada vez maior de organização. Para isso, por meio da iniciativa do PCB, foi criada a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, fundada em 21 de setembro

de 1954³⁶, durante a realização do II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em São Paulo (MARTINS, 1990, p. 85). O papel da ULTAB era ampliar apoio popular e organização política da sociedade civil, por meio da fundação de associações³⁷ que somariam forças para reivindicar interesses e direitos dos trabalhadores agrícolas (assalariados) e camponeses, como forma de pressionar as reformas de base da economia brasileira.

Segundo Martins (1990), a partir de 1958, o PCB passou a defender a formação de uma frente única envolvendo os setores urbanos e rurais pela via democrática e legalista dentro do sistema vigente, combinando a ação parlamentar ao apoio popular da sociedade civil contra o avanço das ações imperialistas do governo americano, que ficou conhecida como uma revolução democrático-burguesa. Entre as medidas dessa frente única, incluíam-se a reforma agrária, a regularização fundiária e o combate à grilagem de terras, regulamentação dos contratos de arrendamento rural e aplicação da legislação trabalhista no campo (MARTINS, 1990, p. 85).

Nessa mesma época dos conflitos de Trombas e Formoso, ocorreu um importante movimento de luta pela terra em Pernambuco. Em 1955, o proprietário do Engenho da Galileia, localizado em Vitória de Santo Antão, receoso pela criação de uma associação, ligada aos antigos militantes do PCB, denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco – SAPPP, ordenou que os “foreiros” se retirassem de suas terras. As 140 famílias resistiram e encontraram respaldo nos vários partidos, principalmente, de esquerda. Em 1959, conseguiram o assentamento de 47 famílias em lotes de 10 hectares e as outras 100 famílias foram assentadas em outras duas áreas compradas pelo Estado (BERGAMASCO; NODER, 1996).

Esse movimento significou o renascimento das ligas camponesas, denominadas assim pelos fazendeiros e pelas forças opressoras, com a finalidade de caracterizá-las como organização comunista em alusão às antigas ligas da região

³⁶ Mesmo na clandestinidade, o PCB já havia tentado realizar uma ação de institucionalizar uma organização de apoio à luta camponesa, em agosto de 1954 durante o *I Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícola* realizado na cidade de Limoeiro-PE, mas o evento foi violentamente interrompido pela polícia militar (MORAIS, 2012, p. 27).

³⁷ Nesse período, a fundação de sindicatos de trabalhadores rurais dependia de autorização do Ministério do Trabalho. Era um processo burocrático que demorava anos para ser analisado. Por isso o recurso era registrar como associação, bastando para isso de apenas um registro no cartório civil (MARTINS, 1990, p. 78).

organizadas pelo PCB (MORAIS, 2012, p. 30). Ao contrário de refutar, os líderes do movimento adotaram o nome e fundaram ligas em vários lugares do Brasil, destacando-se nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará e Alagoas.

Segundo Julião (2009), as ligas eram compostas essencialmente por camponeses³⁸ arrendatários, foreiros e moradores dos engenhos que reivindicavam o direito de permanecer na terra, bem como a indenização das benfeitorias realizadas por eles. Por outro lado, outras questões eram contestadas na justiça como o “cambão”, os direitos trabalhistas, as jornadas de trabalho e as formas de remuneração do trabalho nas lavouras canavieiras. Dessa forma,

[...] reinterpretando os próprios elementos da vida no engenho, os moradores vão transformar o barracão, de local de onde se abasteciam, em local de aglutinação e discussão; as casas isoladas nos cargos em centros de reunião; os instrumentos de trabalho em armas de luta; a terra e a criação em retaguarda para abastecê-los durante os enfrentamentos prolongados; e o companheiro, de homem de confiança do proprietário como deveriam ser todos moradores, em homem de sua confiança investido na condição de delegado sindical (SIGAUD, 1979, p. 40).

As ligas rompiam o isolamento dos camponeses subordinados às *plantations* por meio de alianças com setores urbanos. Para diminuir as forças dos grandes proprietários no poder local, as ligas foram fundamentais para ganhar notoriedade e transformarem-se em questão nacional, em um dos capítulos mais importantes da história contemporânea do campesinato brasileiro (MARTINS, 1990, p. 76). Entre seus objetivos, defendiam a realização de uma reforma agrária radical, que na prática significava um rompimento do monopólio de classe sobre a terra, dando lugar à propriedade camponesa. As lideranças das ligas passaram a defender esse propósito a partir de 1960, depois que o presidente de honra, deputado Francisco Julião do Partido Socialista Brasileiro e outros dirigentes das ligas visitaram Cuba.

As medidas “radicais” a serem adotadas eram:

³⁸ Esses camponeses, na concepção de Julião (2009, p. 286), concentravam três fatores essenciais para organizar uma classe: a) jurídico: embasado no Código Civil ao registrar a liga; b) financeiro: a autonomia sobre os instrumentos de trabalho, a produção e os excedentes das roças conferia menos dependência do patrão; c) econômico: quanto maior o período de litígio de uma causa, o prejuízo econômico tende a ser maior para o fazendeiro ou o dono do engenho, pois a permanência dos camponeses na fazenda impedia a venda da terra ou diminuía a área de plantio da cana-de-açúcar.

[...] desapropriação de terras não cultivadas com área superior 500 ha que fiquem próximas dos grandes centros urbanos, açudes, ou principais vias de comunicação; indenizações, em longo prazo, das terras desapropriadas; alteração do art. 147 da Constituição, que se refere à indenização de terras desapropriadas; imposto territorial proporcional ao tamanho da terra (e isenção desse imposto à pequena propriedade agrícola); doação das terras devolutas àqueles que nelas quiserem trabalhar; o incentivo à produção cooperativa e facilidade de crédito agrícola (AUED, 2012, p. 87).

Ainda havia uma corrente dentro das ligas camponesas que pregava uma radicalização cada vez maior, podendo evoluir para uma luta armada tendo o campesinato como a principal força hegemônica (AUED, 2012, p. 87; MARTINS, 1990, p. 78).

Além de divergirem na concepção da luta pela reforma agrária, as ligas e o PCB tentaram conquistar a hegemonia da organização dos camponeses, cada qual protegendo suas propostas teóricas sobre a forma de atingir os objetivos: radicalização das lutas no campo ou união dos trabalhadores para a formação da frente única. Tais propostas foram defendidas no *I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas* ocorrido em Belo Horizonte, em novembro de 1961, cuja palavra de ordem aprovada como bandeira do movimento foi: “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”, em clara demonstração da intenção de radicalização do movimento, proposta defendida pelas ligas camponesas (AUED, 2012, p. 85).

Após esse congresso, o PCB alinhou-se com o governo de João Goulart. Passou a fundar uniões de trabalhadores agrícolas de caráter municipal, reunidas em federações estaduais por meio da ULTAB. Posteriormente, as organizações fundadas pela ULTAB foram convertidas em sindicatos. O Ministério do Trabalho desburocratizou o processo de regularização dos sindicatos de trabalhadores rurais, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (BRASIL, LEI 4.214, de 2 de março de 1963).

Após o *I Congresso Camponês de Belo Horizonte*, o governador Leonel Brizola apoiou o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER no Rio Grande do Sul (ECKERT, 2009, p. 74). O referido Movimento, criado em 1960, buscava implementar a constituição do estado do Rio Grande do Sul nos arts. 173 e 174, que versavam sobre a obrigação do Estado na prestação de assistência técnica aos pequenos produtores, proporcionando-lhes meios de trabalho, crédito, saúde, além

de combater o latifúndio improdutivo, desapropriando-o para fins de colonização, na existência de reivindicação por grupo de no mínimo 100 pessoas (ECKERT, 2009, p. 75). Ainda segundo o autor, outra medida adotada pelo governador foi a criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária – IGRA.

O apoio do governador ao MASTER provocou a formação e a multiplicação de acampamentos no Rio Grande do Sul, ao lado das terras cuja desapropriação era reivindicada pelo movimento (conforme previa a constituição estadual). O primeiro acampamento ocorreu no dia 8 de janeiro de 1962, no município de Sarandi, e logo acumulou um total de 1.300 pessoas. No dia 15 de janeiro, uma semana após o início do acampamento, Brizola anunciava a desapropriação de 25 mil hectares para fins de reforma agrária, onde foram parcelados 62 lotes familiares de 25 hectares e 16 propriedades de 250 hectares para tricultores mecanizados (ECKERT, 2009, p. 77). Essa resposta tão rápida levou à implosão de acampamentos no Estado, e, por isso, o governo não teve capacidade de suprir a demanda do movimento, nem de suspender ou impedir o surgimento de novos acampamentos até o fim do mandato de Brizola.

Sucedendo a Leonel Brizola, o governador Meneghetti tomou posse em 1º de janeiro de 1963 e passou a reprimir os acampamentos, ordenando despejos, espancamentos, prisões e perseguição aos líderes do movimento. Apesar de não invadir as áreas, os acampamentos eram vistos como ameaça aos latifúndios e foram duramente combatidos, porém se consolidou em uma estratégia que foi largamente utilizada (ECKERT, 2009, p. 85).

Em dezembro de 1963, por meio da articulação do PCB, juntamente com a frente católica, foi criada a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas – CONTAG (MARTINS, 1990, p. 85). O público-alvo eram os trabalhadores rurais (assalariados agrícolas) e os camponeses, pois se acreditava que eles agregariam maior contingente de pessoas. Em poucos meses de funcionamento, a Confederação agregava mais de um milhão de trabalhadores rurais, distribuídos em 270 sindicatos e 10 federações sindicais oficialmente registradas, além de 557 sindicatos e 33 federações em processo de regularização (YANNI, 2011, p. 143).

Enquanto isso, as ligas camponesas, em atrito interno, reduziram-se a pouco mais de dez mil associados, concentrados apenas nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, onde ainda foram responsáveis pelos principais

movimentos de lutas camponesas até o ano de 1964 (MORAIS, 2012). Para Aued (2012), a proposta de radicalizar cada vez mais o movimento parecia assustar os camponeses, que, diante de uma liderança desgastada, preferiram seguir outra orientação, aderindo ao processo de sindicalização da CONTAG.

Os conflitos no campo, em várias partes do Brasil, influenciaram as propostas da campanha eleitoral de Jânio Quadros em 1960. Em agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou ao poder sem executar seu plano de governo que previa desapropriar área por interesse social, eliminar o latifúndio e condicionar a posse da terra e a monocultura ao interesse social.

Seu sucessor, João Goulart, deu continuidade às propostas de reforma agrária, procurando manter a união entre camponeses e trabalhadores urbanos, bem como controlar os conflitos sociais no campo e na cidade. Nessa conjuntura, Goulart defendia as desapropriações de terras situadas em um raio de 10 km às margens das rodovias, ferrovias e açudes para fins de reforma agrária (LIMA, 2012, p. 35) por meio da regulamentação de pagamento com títulos da dívida pública, ao invés de moeda que inviabilizava uma reforma agrária de maior amplitude. Em 13 de março de 1964, Goulart decretou a desapropriação de áreas improdutivas, mas foi deposto duas semanas depois.

O golpe militar de 1964 interrompeu grande parte das conquistas das lutas sociais no campo e a articulação dessas instituições nos movimentos camponeses em todo o Brasil. Os líderes das ligas camponesas, representantes sindicais e lideranças ligadas ao PCB, sofreram perseguições, foram presos, torturados e assassinados sob a acusação de subversivos. O temor de uma revolução camponesa era a justificativa de atos violentos praticados pelos militares, muitas vezes até com a ajuda de jagunços contratados pelos fazendeiros, grileiros e grandes empresas que passaram a vingar-se de seus desafetos camponeses, assassinando-os muitas vezes com a conivência de autoridades (MARTINS, 1985, p. 59). Com o desbaratamento dessas organizações, os moradores foram expulsos, em massa, dos latifúndios (SIGAUD, 1979, p. 41).

A ditadura militar sufocou as principais instituições de mobilização dos camponeses no campo, combatendo as resistências que ainda persistiram por alguns anos, a exemplo da Guerrilha do Araguaia na década de 1970, quando cerca de 60 militantes do PC do B não obtiveram êxito nos planos de organizar a

revolução camponesa. Os conflitos fundiários se intensificaram em todo o Brasil, camponeses se mobilizaram contra as ações de expulsão seja nas áreas de colonização antiga ou nas áreas de fronteiras, principalmente a amazônica.

A análise desse período anterior à ditadura militar mostra o início de um longo processo político de luta pela terra, que se consolidou pela implantação da reforma agrária no Brasil no período de redemocratização pós-1985. É nesse período que os regimes subordinados às *plantations* foram extintos, significando a expulsão dos camponeses para as periferias das cidades, transformando-os em proletários rurais ou urbanos, ou ainda a migração para áreas distantes em busca de terras devolutas da Amazônia Legal. Surgiram, a partir desses movimentos, a categoria do trabalhador sem-terra e algumas estratégias de resistência e mobilização para lutar pela terra: os acampamentos no Rio Grande do Sul; os mutirões e a resistência armada em Porecatu, Formoso e Trombas; a busca por direitos trabalhistas, a representação sindical e a necessidade da construção de uma conscientização política por meio das mobilizações e ações sindicais.

2.2 O protagonismo da Igreja Católica nos movimentos sociais de luta pela terra na fronteira amazônica durante a ditadura militar

No período anterior ao golpe militar, a Igreja Católica entrou no debate sobre o movimento camponês no Brasil. Em setembro de 1950, D. Inocêncio Engelke elaborou uma carta “mobilizada por iniciativa de fazendeiros, padres e professores rurais, e não numa reunião de camponeses e trabalhadores rurais” (MARTINS, 1990, p. 88). Ainda segundo o autor, a preocupação era quanto a uma possível perda de fiéis, pois com o êxodo rural fariam parte dos movimentos urbanos e aliciados pelas facções comunistas, como aconteceu com a classe operária. A fixação do homem no campo, transformando-os em pequenos proprietários, evitaria a proletarização do camponês e servia de barreira ao crescimento da onda comunista no Brasil. Com o tempo, a participação e a postura da Igreja se modificaram em virtude do surgimento de outras correntes de pensamento, consideradas progressistas e que aos poucos ganharam novos adeptos e se

tornaram protagonistas no processo de mobilização e organização camponesa na luta pela terra.

Em 1962, Igreja Católica lançou o Movimento de Educação de Base – MEB, programa voltado para a educação de adulto, com transmissão via rádio, em parceria com o Governo Federal, por meio de monitores contratados para organizar encontros, reuniões e cursos no meio rural. Esse movimento buscava conscientizar a massa rural, desenvolver o senso de cidadania para capacitá-la a compreender e questionar a realidade vivenciada em seu dia a dia, incentivar busca dos direitos trabalhistas, políticos e preparação de lideranças, contribuindo com a ULTAB para fundar os sindicatos, congregá-los em federações estaduais e, futuramente, numa confederação. Em algumas localidades, as sedes dos sindicatos ficavam na própria Igreja, como, por exemplo, no estado do Pernambuco (LIMA, 2012, p. 55).

A partir de 1963, a CNBB mudou o posicionamento com relação à questão fundiária e passou a apoiar a desapropriação de terras para fins de reforma agrária, desde que houvesse a indenização em dinheiro ou títulos, aderindo à concepção de que a propriedade da terra deveria desempenhar uma função social.

A Igreja, que possuía um discurso conciliatório, inicialmente, não sofreu retaliações durante o período do golpe militar de 1964, chegando a certos setores católicos, mais à direita, como os Círculos Operários Católicos, colaborar com o governo como interventores nos sindicatos organizados pelo PCB, desmobilizados pela perseguição militar em alguns estados. Sua estrutura era a única que escapava do controle direto e intervenção dos poderes públicos, “não havia como destituir nenhum arcebispo nem nomear nenhum militar para presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB” (BETTO, 1981, p. 8).

Durante o período militar, uma das primeiras mudanças foi a promulgação do Estatuto da Terra (Lei 4.504), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado em 30 de novembro de 1964 pelo Presidente da República. Essa Lei, inicialmente, criava dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que se encarregaria da reforma da estrutura fundiária; e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), que dirigia o processo de colonização. Em 1969, após uma reformulação institucional, esses dois órgãos fundiram-se originando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

As ações dos governos militares eram, claramente, voltadas para privilegiar o grande proprietário de terra. Em vez de realizar a reforma agrária em áreas de colonização antiga, priorizavam colonizar as terras pertencentes à União e aos estados em áreas de fronteira, para atenuar pressões dos trabalhadores sem terra, removendo-os das áreas consideradas críticas e de tensão social. As grandes extensões de terras disponíveis estavam localizadas nos estados que compõem a Amazônia Legal, ou seja, a região Norte e parte da região Centro-Oeste, no caso Mato Grosso, Goiás (Tocantins) e ainda o Maranhão.

Ao mesmo tempo em que o governo incentivava a migração para essas regiões de fronteira amazônica, estimulava a ocupação dessas áreas por grandes empresas agropecuárias privadas com uma ampla campanha de incentivos fiscais e linhas de crédito por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, criada em 1966 (MARTINS, 1985). Foram construídas várias obras de infraestrutura, principalmente, grandes rodovias interligando a Amazônia aos demais estados do Brasil. A intenção do governo era a retomada da “marcha para o Oeste”³⁹, que visava desenvolver a região amazônica, integrando-a às outras regiões brasileiras.

A política econômica do governo gerou a implosão de vários conflitos fundiários na Amazônia que, desde o final da década de 1950, com a construção da Rodovia Belém-Brasília já era alvo de grilagem de terras nas regiões do Vale do Itapecuru, do Mearim, Pindaré Mirim em direção a Imperatriz/Maranhão, provocando expulsão de camponeses para áreas localizadas mais a Oeste, rumo à floresta amazônica do estado do Pará, Goiás (Tocantins) e Mato Grosso (ASSELIN, 1982). Quando as grandes empresas chegavam à região amazônica, encontravam camponeses da Frente de Expansão sobrevivendo por meio de suas roças itinerantes, explorando os recursos florestais de forma coletiva e com suas regras consensuais de utilização e exploração dos recursos naturais. A grande maioria dos camponeses que vivia nessas áreas já havia passado pela experiência do processo

³⁹ A marcha para o Oeste iniciada em 1938 no Governo de Getúlio Vargas era um projeto que tinha como objetivo ocupar o desenvolver o interior do Brasil, principalmente as regiões Norte e Centro-Oeste que eram esparsamente povoadas. A ocupação do Centro-Oeste também era vista como uma fase preliminar de ocupação da Amazônia.

de expropriação e sujeição, característica das regiões de ocupação mais antigas e do avanço da frente pioneira⁴⁰ (VELHO, 2009).

Para Martins (1996), a dinâmica de inserção de áreas de fronteira durante o governo militar foi alterada. Antes, a frente pioneira se deslocava para a fronteira após a expulsão do índio e o início do desbravamento da região, realizada pela frente de expansão camponesa. Agora, é a própria frente pioneira que expulsava os índios e os camponeses ao mesmo tempo. À medida que as estradas foram abertas, o conflito pela terra intensificava-se no interior do Brasil.

Nesse aspecto, um dos primeiros conflitos envolvendo grandes empresas e índios ocorreu nos anos de 1960, quando a empresa Suiá Missu apropriou-se de 695.843 ha de terra na região do município de São Félix do Araguaia e começou a expulsar um grande número de pequenos produtores e toda uma aldeia de índios Xavantes, transportados, em 1966⁴¹, por aviões do exército para outra área distante de suas terras tradicionais (ESTERCI, 2009, p. 225).

A partir da rodovia Belém-Brasília, ramificavam-se outras estradas que interligavam as cidades localizadas à “beira” dos rios Araguaia e Tocantins, alterando toda a dinâmica econômica dessas regiões que antes eram isoladas, marcadas pelo ritmo das embarcações na mansidão dos rios, acelerando o choque das “alteridades” em que a violência se estabelece de forma generalizada (MARTINS, 1996). Esterci (2009) também destaca a violência praticada pelos grileiros e até mesmo com a conivência das autoridades constituídas,

Na fronteira amazônica dos anos 60, apesar da existência de leis que teoricamente conferiam direitos a camponeses e povos indígenas, muitos moradores desses locais não tiveram como se contrapor aos novos pretendentes às terras que ocupavam e foram expulsos sem

⁴⁰ Velho (2009, p. 222) considera que o camponês da frente de expansão tem uma clara predisposição a idealização do passado (representada pela vida no cativeiro ou o trabalho “sujeito”) em contraste com o presente (liberdade e autonomia na terra livre). A volta ao passado seria a volta do cativeiro e isso seria representada pela chegada da “Besta Fera”, que seriam os ricos, os empresários, os estrangeiros e o governo (frente pioneira) que tomam as terras e proletariza o camponês.

⁴¹ Os índios aceitaram a transferência acreditando que se tratava de uma área de antigas aldeias localizadas na cabeceira do rio Xavantinho. Foram convencidos pelos padres a ficar na missão salesiano de São Marco, distante 400 km da Suiá Missu, dada a violência que sofriam na região (FASE, 2003). Na década de 1990, por meio de várias negociações foram restituídos 200.000 hectares das terras para a demarcação da reserva dos Xavantes, sendo 168.000 ha localizados em áreas da fazenda Suiá Missu. No entanto, até hoje, ainda não foram autorizados a retornar ao território de origem (MILANEZ, 2012).

que seus direitos fossem sequer considerados (ESTERCI, 2009, p. 225).

Ao longo das margens do rio Araguaia, em São Félix do Araguaia-MT, em Conceição do Araguaia-PA e no Bico do Papagaio-TO, eclodiram conflitos envolvendo os camponeses e a Igreja contra a ação de grilagem de terras realizada por fazendeiros e grandes empresas, desde a década de 1960 até meados da década de 1990.

Em 1965, mais um conflito de grande repercussão foi incitado. A Companhia de Desenvolvimento do Araguaia – CODEARA alegou ser proprietária de um total de 169.497 hectares na área do povoado de Santa Teresinha-MT, no entanto a área pertencia ao município de Luciara, próximo a São Felix do Araguaia. Desde o início do século XX, o povoado era ocupado por camponeses que exploravam a terra por meio de roças itinerantes e dividiam o espaço ao redor do povoado. Os conflitos se iniciaram com a resistência dos camponeses em abandonar as áreas, apesar da violência praticada pelos jagunços e até pela intervenção da polícia militar e forças do exército, que quase sempre deixavam de observar os direitos dos camponeses (ESTERCI, 2009, p. 225).

A luta pela terra na região, segundo Esterci (2009), passou a ser uma luta pelo espaço. A estratégia dos camponeses e da CODEARA se baseava na afirmação da posse da terra por meio da implantação de benfeitorias, como construção de cercas, implantação de roças e pastagens que, posteriormente, poderiam servir de comprovação do uso produtivo da terra para fins de titulação da área.

Ainda segundo a autora, os camponeses mantinham-se dentro de suas áreas, realizando atividades coletivas tanto na produção das roças, quanto nas ações de defesa para evitar expulsões ou morte dos companheiros. O pároco da Igreja de Santa Terezinha, Padre François Jentel, passou a mediar as negociações e realizar as denúncias das arbitrariedades da empresa, sempre seguindo as vias legais, sem permitir o apelo à violência por parte dos camponeses.

Por outro lado, além das grandes empresas, novos fazendeiros chegaram à região para formar novas fazendas de extensão menores que as da Suiá Missu e da CODEARA, porém o modo de ação era muitas vezes semelhante. Utilizavam mecanismos coercivos e violentos, conforme foi observado no povoado de

Pontinópolis, pertencente ao município de São Félix do Araguaia (DUARTE, 1990, p. 172).

A atuação da Igreja Católica na região era realizada, inicialmente, pela prelazia de Conceição do Araguaia comandada pelo bispo Dom Tomás Balduino. Em 1970, a equipe foi fortalecida pela criação da prelazia de São Felix do Araguaia (MT) em 1970, assumida pelo espanhol Pedro Casadáliga, que, juntamente, com a prelazia de Goiás Velho-GO formou uma frente dentro da Igreja Católica contra as políticas dos militares, denunciando as práticas ilegais das empresas e latifundiários na região amazônica (ESTERCI, 2009, p. 239). Essas prelazias foram, aos poucos, abrigando novos militantes de esquerda que, sob o “manto protetor da igreja”, encontravam espaço para atuar na movimentação de organização e conscientização políticas dos camponeses da região (ESTERCI, 2009, p. 239).

Um dos maiores incidentes ocorreu em 1972, quando os camponeses, após um intenso tiroteio, expulsaram um grupo de jagunços e policiais militares que queriam, pela segunda vez, destruir uma obra da Igreja, que segundo a CODEARA estava localizada numa área fora do projeto de colonização da empresa. Passado o episódio, o padre Jentel foi preso, acusado de subversão e condenado a 10 anos de prisão (solto posteriormente a partir de acordo com a Igreja, retornou para a França). A área do povoado foi reduzida a 250 hectares, enquanto os camponeses perderam o acesso às áreas de uso comum: pastos; aguadas; cocais e madeira (ESTERCI, 2009).

As questões fundiárias dividiam o clero, mas ao mesmo tempo coincidiam com o debate sobre uma mudança de concepção sobre o papel da Igreja em relação aos problemas sociais do mundo moderno. Essa transformação da postura da Igreja em relação aos problemas sociais, que afligiam as camadas mais pobres, foi influenciada pelo Concílio Vaticano II, realizado no período de 1962 a 1965 e, posteriormente, ampliou-se para a América Latina por meio da III Conferência em Puebla, no México (1979). Por meio desse movimento de renovação da Igreja pela Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base tornaram-se espaços de reflexão e aprendizado de como transformar a realidade, por intermédio da luta pela terra, recusando a condição imposta pela modernização conservadora. A Teologia da Libertação, desde a década de 1960, conquistava adeptos, influenciando a ala chamada de progressista na Igreja Católica do Brasil, principalmente a equipe

religiosa que apoiava e articulava as lutas camponesas na região amazônica, formada pelas prelazias de São Félix-MT, Conceição do Araguaia-PA e Goiás Velho-GO, localizadas às margens do rio Araguaia. Aos poucos expandiram também no leito do Tocantins com a criação de prelazias em Marabá-PA, Porto Nacional-TO, Tocantinópolis-TO e Imperatriz-MA.

Os conflitos pela posse da terra acirravam-se cada vez mais em toda a Amazônia Legal e levaram o Governo Federal a assinar o Decreto nº 1164, de 1º de abril de 1971, no qual declarava indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas, situadas na faixa de 100 km de largura de cada lado das margens das rodovias na Amazônia Legal. Caberia ao INCRA titular as terras de quem pudesse comprovar a posse efetiva, caracterizada pela existência de moradia habitual e cultura efetiva, conforme preconizava o Estatuto da Terra, no art. 97, parágrafo.

Todo o trabalhador agrícola que, à data da presente Lei, tiver ocupado, por um ano, terras devolutas, terá preferência para adquirir um lote da dimensão do módulo de propriedade rural, que for estabelecido para a região, obedecidas as prescrições da lei.
(ESTATUTO DA TERRA, 1971)

Ainda de acordo com o referido Decreto, caberia ao Conselho de Segurança Nacional estabelecer as normas para implantação de projetos de colonização ou de concessão de terras, bem como para estabelecimento ou exploração de indústrias que interessassem à segurança nacional na faixa dessas terras devolutas. No entanto ficava clara, nas ações das instituições governamentais, a opção pelas grandes empresas em detrimento da população camponesa e indígena que já vivia na área.

Em resposta às constantes denúncias sobre os acontecimentos envolvendo a grilagem de terras na Amazônia e a repressão que se abatia sobre os bispos da região, principalmente a prelazia de São Félix, em que alguns membros foram presos e torturados pelas forças de repressão (IOKOI, 1996, p. 119), a CNBB criou, em 1972, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, com o objetivo de promover a ação pastoral junto aos indígenas para defender seus territórios contra a ação de grileiros e grandes empresas na Amazônia. Em 1975, na cidade de Goiânia,

autorizou-se a criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, uma entidade autônoma quanto a sua organização e atuação (ESTERCI, 2009, p. 241).

O trabalho da CPT logo se integrava e se disseminava por meio do estabelecimento das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que, através dos agentes pastorais (padres, religiosos, outros profissionais e leigos formados pela própria comunidade), realizavam ações de conscientização política e formação de lideranças para o enfrentamento dos problemas do dia a dia, tudo à luz do evangelho, por meio de uma releitura da bíblia refletindo sobre o contexto da realidade que eles viviam.

A CPT auxiliava as comunidades na compreensão da realidade vivida, estimulava a tomada de consciência dos problemas, apoiava e incentiva a luta, ao mesmo tempo que disponibilizava equipes de profissionais e a própria estrutura da Igreja Católica para prestar serviços de assessoria jurídica em defesa dos camponeses, organização dos sindicatos, bem como divulgação e encaminhamento das denúncias das ilegalidades cometidas na região.

A definição de Frei Betto (1981) sobre a CEBs nos mostra que “era comunidade porque reunia pessoas que tinham a mesma fé, pertenciam à mesma paróquia e moravam na mesma região”. No nosso meio rural, os camponeses historicamente moravam em “bairros” ou nos “centros e povoados”, principalmente no caso da área de abrangência de nosso estudo. Assim, as CEBs tinham um campo propício para se desenvolver porque o camponês encontrava na Igreja seu principal referencial ideológico (BETTO, 1981, p. 26) e, por outro lado, já vivia em comunidades com fortes traços de interconhecimento que, tradicionalmente, compartilhavam o espaço de vida, de trabalho e a religiosidade como um dos principais pontos de agregação do grupo.

Inspirada pela teologia da libertação, as CEBs utilizavam como estratégia de ensino o método “ver, julgar e agir”, pelo qual o sujeito aprendia a observar a realidade ao seu entorno, depois em grupo, procurava entender essa realidade, comparando-a com o contexto global e os ensinamentos bíblicos, para depois traçar estratégias de ação coletiva (MITIDIERO JÚNIOR, 2010, p. 129).

O texto bíblico é rico em citações que fazem alusão à luta pela terra, à opressão e à busca pela libertação que, facilmente, era comparada à realidade vivida no Brasil no período da ditadura militar. A história de libertação do povo

hebreu do Egito em busca da terra prometida é um dos exemplos que se aplicava à realidade dos camponeses brasileiros sem terra. Esses estudos e a reflexão dos problemas vivenciados no contexto da época serviam para criar nos grupos uma identidade comum, fortalecendo-os para enfrentar as forças opressoras das quais essas comunidades eram vítimas (MITIDIERO JÚNIOR, 2010, p. 92).

Apesar de iniciada por intermédio dos Bispos da Amazônia, a CPT logo ganhou abrangência nacional (NETO, 2007, p. 335), vindo a se constituir na principal articuladora dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais em várias localidades do Brasil e congregava com todos os grupos oprimidos ou em situação de vulnerabilidade no campo, sem fazer discriminação de ordem religiosa quanto aos trabalhadores, nem quanto à inserção de agentes e leigos de outras religiões na composição e trabalhos das equipes.

A Igreja percebeu que sozinha não era capaz de mobilizar as comunidades locais nas diferentes regiões, assim como influenciar as políticas fundiárias do governo militar, por isso incentivava a criação dos sindicatos como estímulo ao surgimento de novas lideranças e um fortalecimento de grupos locais, que procuravam entender e resolver seus problemas por meio de mobilizações coletivas, incentivando a participação da comunidade. Para isso, as reuniões e os cursos de conscientização política e capacitação de lideranças promovidas pelas CEBs eram determinantes. As novas lideranças surgidas nesse processo dão um caráter mais autônomo aos movimentos, mas não anulam a influência da Igreja, nem dela se distanciava.

Mesmo com a criação dessas entidades, a violência aumentava inclusive sobre os agentes das pastorais. Em 1976, foram assassinados dois padres: João Bosco Penido Burnier e Rodolfo Lunkeinen, missionários atuantes no CIMI, ligados à prelazia de São Félix do Araguaia (IOKOI, 1996, p 120-121). No entanto as lutas por terras persistiram na agenda política, os camponeses resistindo nas terras, e as entidades representativas, formadas pelos sindicatos, CPT, lideranças populares e agentes pastorais e a CONTAG, pressionavam o governo para a realização da reforma agrária.

Nesse período, a região do Bico do Papagaio também já estava passando por intensos conflitos pelo processo de grilagem de terras. Segundo Aldighieri (1993), a paróquia de Wanderlândia-TO iniciou, no final dos anos 1970, a

mobilização e a conscientização camponesa para lutar pela terra. Os principais personagens que atuavam em defesa dos camponeses eram o missionário italiano Nicola Arponi, juntamente com o padre Atílio Berta. Mas a repressão logo se abateu sobre a paróquia. Em 22 de julho de 1979, Nicola Arponi foi preso por tropas do exército brasileiro, mas logo foi solto em Goiânia. Atílio Berta foi transferido para o município de Mogi das Cruzes, precavendo-se de possíveis atentados contra sua pessoa.

Com a transferência de Atílio Berta, a paróquia foi assumida por Padre Josimo Tavares, que também estendeu o apoio à mobilização camponesa na região, enquanto Nicola Arponi infiltrou-se no interior da região do Bico do Papagaio com a finalidade de continuar suas atividades pastorais. A partir dos anos 1980, novos militantes chegaram à região para atuar nas atividades da CPT. Padre Josimo Tavares, que esteve junto aos camponeses de Wanderlândia e região em vários episódios de luta pela terra, transferiu-se, em 1983, para a paróquia de São Sebastião do Tocantins para coordenar a CPT em toda a região do Bico do Papagaio (ALDIGHERI, 1993).

Em virtude do aumento dos conflitos na Amazônia e antecipando-se a um possível levante camponês na região, o governo militar publicou o Decreto-Lei nº 1767, em 1º de fevereiro de 1980, criando o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT para executar a regularização fundiária no sudeste do Pará, nordeste de Goiás e oeste do Maranhão, tornando essas regiões em espaços de intervenção federal (BRASIL, 1980). Na prática, era a militarização da questão fundiária na Amazônia (MARTINS, 1985).

Na seção a seguir, tratamos como era realizada a regularização fundiária na região do Bico do Papagaio.

2.3 A militarização da questão fundiária e a reforma agrária na região do Bico do Papagaio

O Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins – GETAT, criado pelo Decreto-Lei nº 1.767, de 1 de fevereiro de 1980⁴², detinha amplos poderes para promover a colonização e a regularização fundiária, inclusive, relativos à discriminação; arrecadação; destinação; licitação; alienação e desapropriação de áreas rurais; legitimação de posses; assentamento de agricultores; emissão de títulos de domínio; recebimento de doações de terras em favor da União; celebração de convênios, contratos e termos, entre outros.

O art. 6º do Decreto estabelecia que, para efeito de regularização fundiária, se dispensava a exigência de licitação às alienações de imóveis rurais de até 500 ha, ampliando os limites antes estabelecidos pelo art. 29 da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976, que fixava em 100 ha para fins de legitimação da posse e da preferência, para aquisição de terras públicas (BRASIL, 1980).

De acordo com o art. 1, a presidência do órgão seria ocupada por representante da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. O Ministro de Estado, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, deveria designar, em caráter excepcional, militares da SG/CSN para exercer funções no GETAT. Essa medida era a militarização da questão agrária (MARTINS, 1985).

Tal medida justificava-se porque a área estava sobre controle militar. Nos anos de 1972 a 1974, 20 mil soldados do exército brasileiro ocuparam a região em virtude da presença de guerrilheiros urbanos, estabelecidos à margem esquerda do rio Araguaia, no município de São Geraldo do Araguaia-PA. Tratava-se de militantes do PC do B, instalados em diversos povoados da região, no final da década de 1970, para conquistar a confiança dos nativos e articular a revolução camponesa. Após desarticular os revolucionários, o exército permaneceu ainda por mais dois anos na região.

A atuação do GETAT não contribuiu para diminuição dos conflitos entre os camponeses e grileiros, tão pouco mudou o quadro de expropriação das terras dos

⁴² Esse Decreto foi alterado pelo Decreto-Lei 1.799, de 5 de agosto de 1980, reestruturando o GETAT e dando-lhes novas atribuições (BRASIL, 1980).

camponeses. São comuns relatos de trabalhadores rurais sobre a atuação truculenta do GETAT. De julho a setembro de 1980, por exemplo, são inúmeros os casos de ações de despejos, acompanhados de violência como espancamentos, queima de roças e casas, torturas e prisões. Beira do Socó, Centro do Moacir, Centros dos Carros, Jiboia, São Félix, Sete Barracas, Água Amarela, Centro de Pedro Sousa, Sumaúma, Santa Luzia são nomes de povoados que sofreram a repressão, com forte presença do GETAT (ALDIGHERI, 1993, p. 69).

A militarização da questão fundiária na Amazônia seguia o plano governamental de implantação dos grandes projetos de desenvolvimento na região, desalojando os camponeses e priorizando a regularização de grandes áreas, acima de 500 ha, provocando a concentração fundiária e expulsão dos camponeses. Dessa forma, a intensificação dos conflitos fundiários na Amazônia coincide justamente com o período de atuação do GETAT, sendo observado no período de 1979 a 1986 um total de 161 conflitos fundiários em toda a região do Bico do Papagaio (ALDIGHERI, 1993, p. 177).

Para os líderes da CPT, o GETAT se afastou das funções de organismo de regularização fundiária e acabou se tornando um aparato de repressão às lutas dos trabalhadores rurais durante a ditadura militar. A regularização fundiária, promovida pelo órgão, era o reconhecimento das irregularidades, dotando os grileiros da escritura definitiva das terras expropriadas dos posseiros da região.

Os dados sobre a regularização fundiária executada pelo órgão ainda são difíceis de serem acessados. Sader (1986, p. 219) destaca o relatório de atividades de 1985 do GETAT, em que foram expedidos 161 títulos de ocupação, destes: 67% (98 títulos) do total foram destinadas para propriedades com mais de 500 hectares, 26 títulos (16%) para propriedades entre 100 e 500 hectares; 7% para propriedades com menos de 50 hectares; e apenas 1% para propriedades com menos de 20 hectares. A autora destaca que 98% dos estabelecimentos do Bico do Papagaio⁴³, em 1960, não eram titulados, e isso facilitava a atuação do GETAT e, ao mesmo tempo, inflamou a disputa pela posse da terra, gerando a violência no campo.

Para fins de regularização fundiária, o GETAT exigia que o proprietário morasse a mais de um ano e um dia no estabelecimento ou no distrito onde se

⁴³ Sader (1986), em seu estudo, não considera que o município de Tocantinópolis pertence à região do Bico do Papagaio.

localizava a terra; a exploração da área deveria ter como principal atividade a agropecuária; comprovação de “mansidão” da posse, efetivamente ocupada com benfeitorias – lavouras ou pastagens e livre de conflitos (SADER, 1986, p. 214).

Ainda segundo a autora, cumpridos esses três pré-requisitos, o GETAT realizava a vistoria da área, estabelecendo os limites da propriedade e o grau de ocupação. Com base no art. 28 da Lei nº 6.383/76, fazia a arrecadação da área e matriculava em nome da União. Em seguida, emitia o título⁴⁴ para registro no cartório, pagando por ela o preço da terra nua.

As áreas de conflitos graves eram declaradas de “interesse social para fins de desapropriação”. Uma vez desapropriadas, eram demarcadas e tituladas em pequenos lotes para os posseiros ou para o grande proprietário, se fosse o caso. Às vezes, para solucionar conflitos o GETAT oferecia “permuta de área” a uma das partes interessadas, isto é, oferecia terras da União disponíveis em outras áreas.

Todo esse processo era realizado com muitas irregularidades, nem sempre a área era vistoriada, e a posse “mansa” da área, na maioria das vezes, era de forma violência: ameaças, queima de casas, ordens de despejos assinadas por juízes da região e cumpridas com ajuda da polícia militar, assassinatos de camponeses, conivência das autoridades políticas e representantes do GETAT etc. Agindo dessa forma, muitos grileiros conseguiram obter o documento “limpo” do GETAT, podendo a partir daí requerer incentivos fiscais e/ou financiamento para investir em atividades produtivas e de infraestrutura na propriedade ou, futuramente, vendê-las quando atingirem maiores valorizações imobiliárias (SADER, 1986, p. 216).

Os camponeses que viviam na região desconheciam todo esse processo de legalização e se tornavam vítimas fáceis diante das pressões e violências praticadas pela grilagem de terras e, quando permaneciam dentro das terras, com a autorização do grileiro, era somente com a assinatura da carta de agregado, em que concordava em permanecer na área como rendeiro, reconhecendo a posse do suposto dono da propriedade.

⁴⁴ Caso o interessado possuísse algum título com vícios na origem, adquirido de “boa fé” e mesmo que *sub judice*, após a vistoria da propriedade, ele procurava o cartório de registros de imóveis do município e renunciava dos registros até suas origens, em favor da União, para que o GETAT em contrapartida emitisse o título em seu nome.

O trabalho da CPT consistia em incentivar os camponeses a permanecer dentro das áreas ou retornar às terras griladas para descaracterizar a posse “mansa e pacífica da área”. Restava aos camponeses pleitear a regularização de suas posses, se conseguissem manter-se dentro da terra ileso, ou resistir à pressão e à violência praticada pelos grileiros.

Um dos fatores que contribuiu para a regularização fundiária, priorizando a grande propriedade na região do Bico do Papagaio pelo GETAT, foi o plano governamental de transformar a região em uma grande produtora de gado, visando à exportação por meio da ferrovia de Carajás até os portos localizados em São Luís/MA. Esse projeto integrava o Projeto Grande Carajás⁴⁵, que compreendia a exploração agropecuária, industrial e mineral e contava com capital nacional e, principalmente, estrangeiro para a formação desse corredor de exportação via norte do país (SADER, 1986; ALDIGUIERI, 1993).

A concepção de que o setor rural deveria participar de forma mais efetiva do processo de desenvolvimento do país levou o governo a estimular a abertura das áreas de fronteira, principalmente do interior em direção à Amazônia, antes vista como grandes vazios demográficos, um local “de terra sem gente para gente sem terra”⁴⁶ do Nordeste ou uma grande “reserva de pastos naturais” para a expansão da pecuária.

A chegada da CPT foi determinante para a mobilização dos camponeses. Apesar de resistirem, quer seja pela venda, expulsão ou a negativa de pagar renda aos grileiros, era de forma desarticulada, quase sempre em situações de desvantagem e desigualdade perante os grileiros e as autoridades locais. A CPT trouxe esclarecimento dos direitos legais dos camponeses e, principalmente, sobre a ilegalidade dos grileiros, encorajando-os para a luta pela terra.

Uma das lutas emblemáticas, na região, ocorreu no povoado de Sete Barracas no município de São Miguel do Tocantins. Alguns moradores empreenderam uma luta para retomar a área da fazenda Pontal, invadida desde

⁴⁵ Projeto Grande Carajás é um projeto de exploração mineral, iniciado em 1980, pela Companhia Vale do rio Doce, durante o governo Figueiredo. Estende-se por 895 mil km², em uma área que engloba terras do sudeste do Pará, norte de Tocantins e sudoeste do Maranhão (ALMEIDA JR., 1986).

⁴⁶ *Slogan* da campanha do Governo Médice (1969-1974) para a integração da Amazônia ao desenvolvimento do Brasil (MORBACH, 2001).

1976, por Joaquim de Lima Quinta⁴⁷, político que na época morava em Araguaína (RODRIGUES, 1997, p. 117). O conflito se iniciou, em 1983, quando camponeses organizaram um mutirão e invadiram a fazenda para formar as roças coletivas, dispostos a não pagarem renda, enfrentando o capataz da fazenda. A intenção era firmar-se na terra para requerer a titulação da área em prol dos próprios camponeses.

Os camponeses foram despejados por ordem judicial em 18 de setembro de 1984, mesmo assim não se intimidaram nem se afastaram da luta pela área, tornando a invadi-la no ano seguinte. Em 28 de junho de 1986, após dias acampados em Brasília, intermediados pela presidência da CNBB junto ao Governo Federal, saíram com a situação definida em prol de suas lutas (RODRIGUES, 1997, p. 124).

As roças coletivas foram principais estratégias de luta adotadas pelos camponeses. Elas se multiplicaram em diversos povoados da região e se tornaram os principais mecanismos para pressionar a demarcação dos lotes pelo GETAT. Sader (1986, p. 202) destaca alguns camponeses que, por meio de mutirão, formaram roças coletivas para conseguir a demarcação de lotes após retomar uma fazenda no município de Esperantina, próximo ao encontro das águas dos rios Araguaia e Tocantins.

Esse grupo de camponeses expulsou a empresa Tocantins Babaçu S.A - TOBASA que estava, há algum tempo, tentando “limpar a área” com a ajuda de jagunços, aterrorizando os posseiros. Sader (1986) cita ainda o assassinato do fazendeiro José Palmério, em 10 de novembro de 1984, acusado de mandar atear fogo em 33 nas casas do povoado Centro dos Canários. Pouco mais de um ano desse episódio, em 10 de maio de 1986, fazendeiros mandam executar a tiros, na cidade de Imperatriz-MA, o líder da CPT, Padre Josimo Moraes Tavares.

Segundo Sader (1986), a situação dos camponeses na região era desalentadora, os povoados aos poucos eram esvaziados pela expulsão ou migração dos moradores. Os trabalhos nas propriedades como reдеiros restringiam-se à colheita do arroz e do milho, seguido do plantio das pastagens. O

⁴⁷ Ex-deputado estadual pela ARENA, no período de 1971 a 1975, ex-prefeito de Corumbáiba-GO (1966 a 1969) e Araguaína nos períodos de 1977 a 1982, e 1993 a 1996 (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, 2014).

babaçu era abatido pelo desmatamento das áreas para plantios de pastagens e algumas propriedades proibiam a coleta do coco. Apesar disso, grupos de camponeses organizados, em vários povoados, continuavam lutando, inseridos no campo da política, debatendo sobre a reforma agrária.

A reforma agrária iniciou-se na região após a extinção do GETAT pelo Decreto-Lei nº 2.328, de 5 de maio de 1987, e as suas atribuições foram assumidas pelo INCRA, que, aos poucos, de acordo com o avanço da legislação brasileira e as pressões sociais no campo, passa a implantar projetos de assentamentos em todo o Brasil. Os primeiros projetos de assentamentos de reforma agrária foram, oficialmente, implantados na região em 25 de agosto de 1987, conforme a Tabela 2.1.

Tabela 2.1: Primeiros projetos de assentamentos de reforma agrária do Bico do Papagaio (1987)

<i>Nome do projeto</i>	<i>Município</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Nº de famílias</i>
PA-Grotão	Axixá do Tocantins	1.728,16	67
PA-Camarão	Praia Norte	1.553,05	53
PA-Montes Altos	Sítio Novo do Tocantins	491,23	14
PA-Tobasa	Esperantina	1.908,08	57
TOTAL		5.680,53	191

FONTE: INCRA (2010)

Seguindo a mesma tendência do restante do país, a reforma agrária na região do Bico do Papagaio, inicialmente, se concentrava na desapropriação de áreas de maiores tensões, em que os movimentos estavam mais atuantes, amenizando aos poucos os conflitos existentes. As áreas utilizadas para fins de reforma agrária foram praticamente todas (98%) oriundas das propriedades acima de 500 ha, assentando grande parte dos posseiros e migrantes.

TABELA 2.2: Projetos de Assentamentos implantados na Região do Bico do Papagaio, 1985-2010.

<i>Governo/Período</i>	<i>Quant. de projetos</i>	<i>Área total (ha)</i>	<i>Famílias assentadas</i>
Governo Sarney (1985-1990)	15	43.248,54	1.198
Governo Collor/Itamar (1991-1994)	11	22.252,80	419

Governo FHC (1995-2002)	59	125.934,51	3.298
Governo Lula (2003-2010)	20	48.783,16	612
TOTAL	105	237.001,80	5.527

FONTE: CIPRA/INCRA, 2014.

A regularização fundiária na região era um processo que beneficiava os grandes proprietários de terra, na maioria grileiros, que sob diversas formas ilícitas, coercivas, com apoio político e jurídico das instituições governamentais provocavam a exclusão dos camponeses e a sua proletarização. A inserção dos camponeses na estrutura fundiária da região aconteceu em virtude dos vários focos de resistência e luta armada em defesa dos direitos até então ignorados pelos poderes públicos e desconhecidos pela grande massa dos camponeses.

A partir da conscientização política e da mobilização dos camponeses foi possível a permanência na terra e sua paulatina inclusão social na agenda política institucional dos governos posteriores à ditadura militar. As estratégias de luta eram pautadas nas ações coletivas, visando, principalmente, aderir às regras praticadas no campo. A regularização fundiária e a violência praticadas pelos grileiros passaram a ser empregadas como forma de revide contra pistoleiros e fazendeiros. Esses, em menor número, foram abatidos ou abandonaram as terras.

A luta pela reforma agrária, encampada sob a influência da CPT, organizou os sindicatos de trabalhadores rurais e promoveu sua inserção política no cenário regional, saindo do isolamento e da marginalidade do processo, para assumir novos papéis em busca de liberdade e autonomia que seriam conquistadas por meio da luta pela terra.

2.4 O fechamento das “terras livres” na região do Bico do Papagaio

Segundo Velho (1982), o início do povoamento da região do Bico do Papagaio deu-se por iniciativa do imperador D. Pedro II, por intermédio de carta Régia em 1798, na qual determinava aos governos de Goiás e Pará exploração dos rios Tocantins e Araguaia, considerados importantes elos de integração do interior do Brasil com a região Norte. Enquanto isso, o governo do Maranhão devia explorar,

via terrestre, a margem direita do rio Tocantins, tendo em vista que o movimento da expansão da frente pecuarista proveniente da Bahia, em meados do século XVIII, já havia alcançado o sertão de Pastos Bons/MA. O movimento dessas três frentes originou a formação dos três primeiros municípios da região do Bico do Papagaio.

A primeira corrente era formada por bandeirantes que partiram de Pastos Bons/MA, em 1818, e fundaram um povoado com o nome de Boa Vista do Tocantins, emancipado, em 1858, com o mesmo nome. Somente em 1943, passou a ser chamada de Tocantinópolis (SECRETARIA DA CULTURA DO TOCANTINS, s/d).

A segunda corrente de povoamento partiu de Belém-PA, em 26 de junho de 1849, e era composta por onze pequenas embarcações com 92 pessoas. O objetivo era estabelecer um presídio, implantar colônia militar e fundar uma missão religiosa. A fundação da colônia deu-se às margens do rio Tocantins, no lado maranhense, em 16 de julho de 1852, recebendo inicialmente o nome oficial de Colônia Militar de Santa Tereza do Tocantins (atual município de Imperatriz-MA). Oito anos depois, a partir dessa colônia, saiu uma expedição que fundou, entre essa colônia e Boa Vista, o povoado de Santo Antônio da Cachoeira, em 1860. Ao emancipar-se, em 1943, esse povoado recebeu o nome de Itaguatins-TO (PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, 2009).

Pelo lado goiano, via Rio Araguaia, veio a terceira corrente de povoamento com as colônias militares edificadas no ano de 1868. No rio Araguaia, margeando a região do Bico do Papagaio construíram os presídios de Chambioás, hoje Xambioá-TO e São Vicente do Araguaia, atual Araguatins-TO (PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBIOÁ, 2005). Dessa forma, esses três municípios ribeirinhos de origem centenária (Araguatins-TO nas margens do rio Araguaia; Tocantinópolis-TO e Itaguatins-TO margeando o rio Tocantins), formam a base do povoamento da Região do Bico do Papagaio.

A grande maioria das pessoas que se deslocavam para a região do Bico do Papagaio era composta por camponeses nordestinos, que viviam às margens da *plantation*, atraídas pela grande extensão de “terras livres” (MARTINS, 1975) e pela existência de ocupações alternativas e complementares na coleta de castanha, caucho, babaçu, as chamadas “drogas do sertão” (VELHO, 2009, p. 188). A atividade pecuária extensiva se estendeu sobre as áreas de pastagens naturais dos

cerrados mais ao sul da região, dividindo a ocupação em duas áreas distintas: pecuária nas áreas de campo e agricultura itinerante, aliada ao extrativismo mais ao norte em direção ao encontro das águas.

A partir dos núcleos urbanos localizados à beira desses rios, as frentes de expansão camponesas foram se infiltrando pela região, formando centros e povoados que serviam de ponta de lança para novas formações mais adiante. Era uma frente espontânea, que sem nenhum estímulo governamental, motivada pela necessidade de reprodução social. Embasada na agricultura itinerante, promovia a abertura das áreas de matas para realizar o plantio de suas roças de subsistências.

Até 1950, segundo dados do IBGE, os povoados de São Vicente (Araguatins) e Santo Antônio da Cachoeira (Itaguatins) somavam um total de 10.602 habitantes. Boa Vista (Tocantinópolis), por sua proximidade com o estado do Maranhão, já possuía 28.750 habitantes, equivalente a 73% da população do Bico do Papagaio.

A intensificação do movimento migratório para a região do Bico do Papagaio (Figura 1) deu-se a partir da década de 1960, após a conclusão das rodovias Belém – Brasília⁴⁸ (BR-153), que cortam todo o estado do Tocantins, atravessando em direção ao município de Estreito-MA e seguindo até Belém-PA, passando pelo município de Imperatriz-MA. Além dessa rodovia, a malha viária da região foi complementada com a construção da BR-222, que interligava Imperatriz ao município de Bacabal e a BR-230 (Transamazônica) na década de 1970, interligando a região Nordeste com a região Norte, cortando a região do Bico do Papagaio no sentido Leste-Oeste, interligando o município de Tocantinópolis-TO, localizado à margem do rio Tocantins, ao município de Araguatins-TO, que está situado à margem direita do rio Araguaia, seguindo para Marabá-PA.

⁴⁸ A rodovia Belém-Brasília é um conjunto de rodovias que se sobrepõem em alguns trechos. O trecho de Brasília a Wanderlândia no Tocantins é denominada Transbrasiliana (BR1-53), que nesse ponto desvia para o município de Xambioá e segue até o município de Marabá-PA. A partir de Wanderlândia a rodovia (Belém-Brasília) segue até o município de Porto Franco-MA com a denominação de BR-226, que prossegue para o município de Grajaú-MA e para Teresina e termina em Natal-RN. A partir de Porto Franco-MA, a BR Belém-Brasília segue como rodovia BR-010 (Bernardo Sayão), que provém de Brasília seguindo via interior do estado do Tocantins e atravessa para o Maranhão na altura do município de Goiatins-TO e segue até Porto Franco dando continuidade à BR Belém-Brasília passando por Imperatriz-MA seguindo até Belém-PA. No município de Acailândia-MA, há uma importante junção com a rodovia BR-222 (que provém de Fortaleza-CE passando pelas regiões de Bacabal, Santa Luzia, Santa Inês, no estado do Maranhão, e atravessa o estado do Piauí passando por Matias Olimpo-PI, cidades de alguns dos entrevistados), que segue até o município de Dom Eliseu-PA de onde desvia o seu traçado para o município de Marabá-PA.

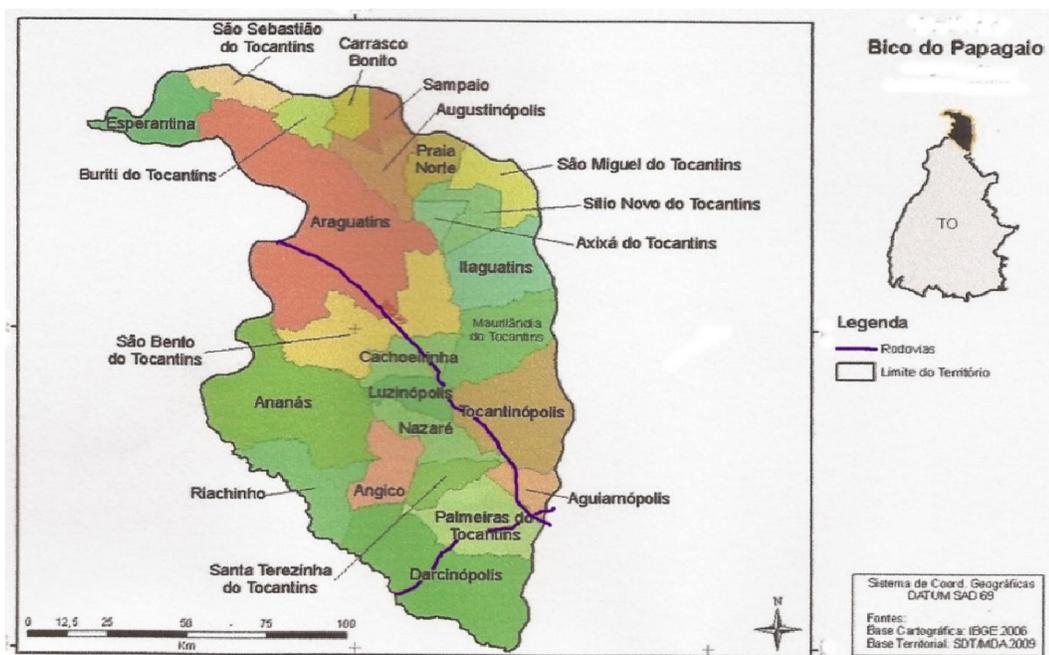


Figura 1: Região do Bico do Papagaio-TO

No início de 1962, o governador Mauro Borges construiu uma estrada ligando os povoados de Mosquito (atual município de Palmeiras do Tocantins) situado na beira da BR-153, com os municípios de Nazaré, Cachoeirinha e Lagoa de São Bento (São Bento). Posteriormente, ligou-se à Transamazônica (BR-230) e aos municípios de Tocantinópolis e de Araguatins, seguindo para o estado do Pará (IBGE, 2013). A construção dessas estradas facilitou o acesso à região, tirando-a do seu relativo isolamento geográfico, pois anteriormente as principais vias de acesso eram os rios Araguaia e Tocantins.

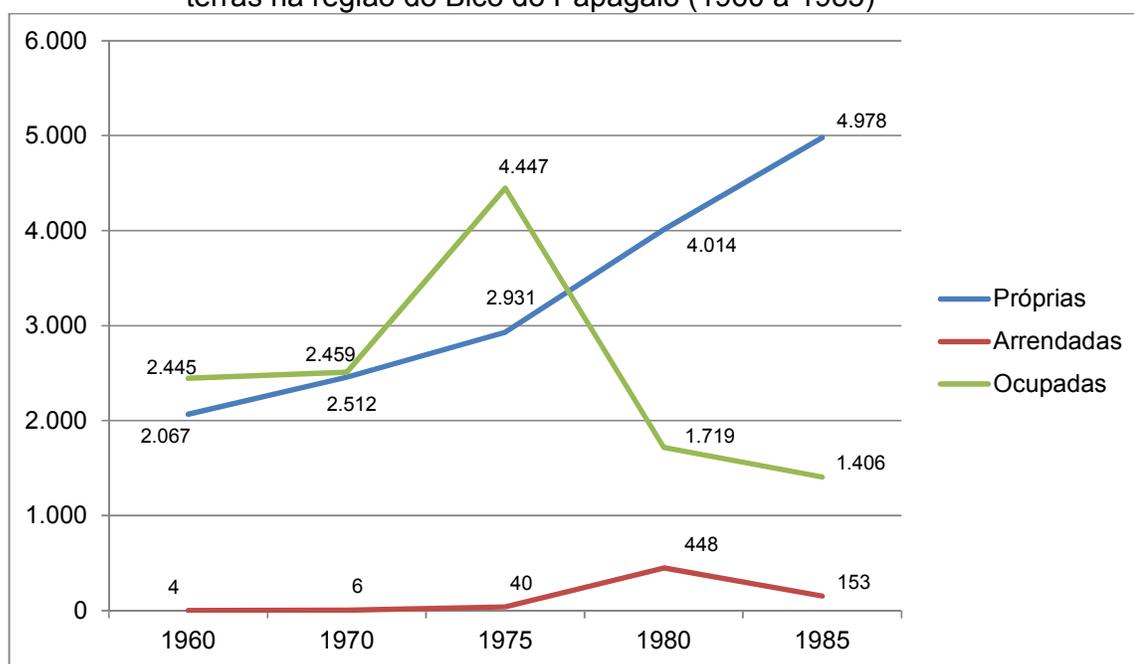
De acordo com Sader (1986), até 1970, grande parte dos municípios e povoados da região se ligava aos outros, por meio de pequenas picadas entre as matas que, praticamente, só transitava a pé ou cavalo. O tráfego nas poucas estradas era apenas no período do verão. As estradas eram tão ruins que “o guia de Goiás de 1970 especifica, por exemplo, que de Itaguatins a Axixá há uma rodovia municipal temporária, de 54 km, vencidos em três (03) horas. O percurso entre Axixá e Sítio Novo, de apenas 18 km, era percorrido em 2 horas” (SADER, 1986, p. 53).

O crescimento populacional da região, à medida que essas estradas foram construídas, foi significativo. Segundo dados do IBGE, a população do Bico do

Papagaio, no período de 1950 a 1980, saltou de 39.352 habitantes para 110.145, o que representa um crescimento de aproximadamente 180%.

Além do crescimento populacional, a região passou por transformações econômicas, principalmente sobre a forma de exploração das terras. Segundo os dados do Censo Agropecuário de Goiás, no período de 1960 a 1975, o número de posseiros era maior do que o número de proprietários, conforme melhor visualizado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução do número de propriedades em relação à condição legal das terras na região do Bico do Papagaio (1960 a 1985)



FONTE: Censo Agropecuário (1960 a 1985)

Observa-se, no Gráfico 1, o aumento de 80% do número de posseiros na região, atingindo um total de 4.447 estabelecimentos em 1975. Nos dez anos seguintes, observa-se uma queda acentuada até atingir 1.406 unidades. Os estabelecimentos declarados como próprios, por outro lado, apresentam uma curva de crescimento constante, mais acentuada a partir de 1975. Eles superaram, em termos quantitativos, os “posseiros” por volta de 1978, totalizando 4.978 proprietários de terras em 1985. Quanto aos arrendatários, observa-se que tiveram um acréscimo no período entre 1975 e 1980 de aproximadamente 1.020% (de um

total de 40 para 448 estabelecimentos). No período seguinte, houve queda de 66%, atingindo 153 estabelecimentos, em 1985.

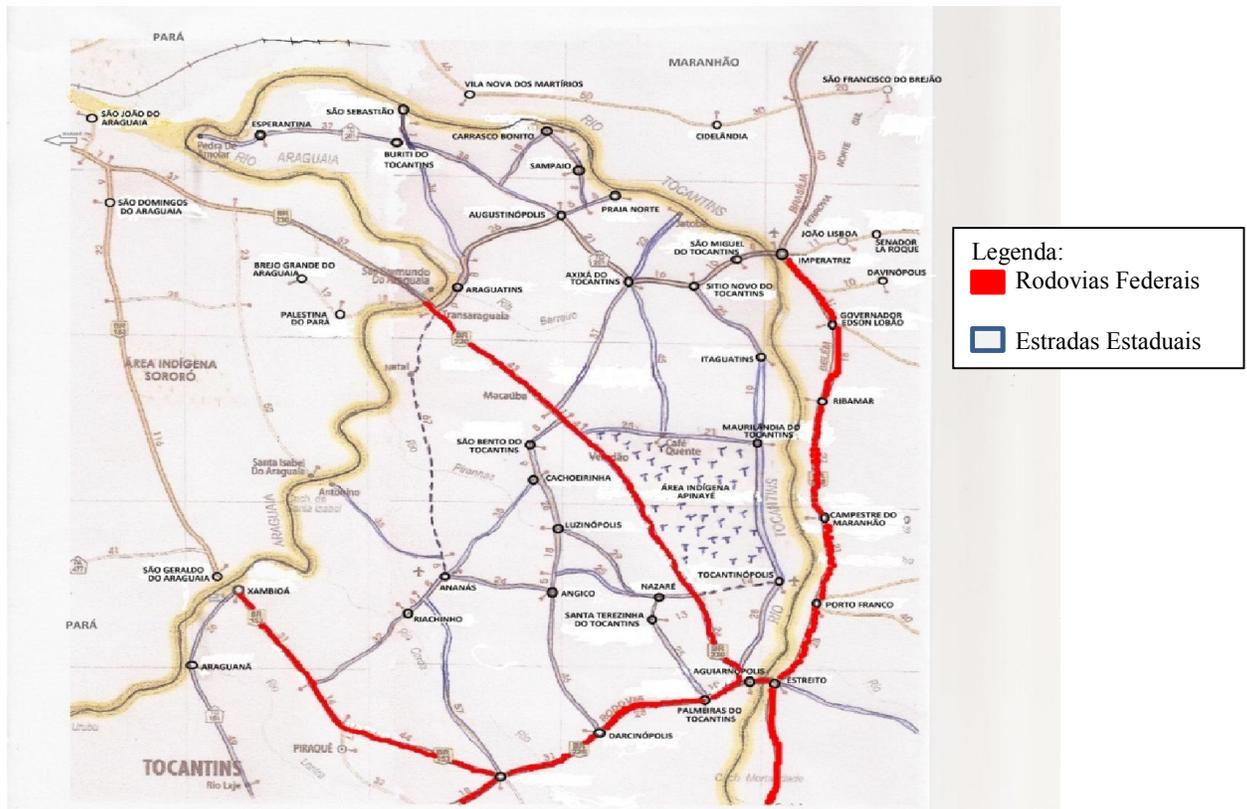
No período de 1980 a 1985, conforme o Gráfico 1, houve mudança de trajetória na curva, que indica o declínio do número de posseiros. Observa-se que, entre 1975 e 1980, o número de posseiros diminuiu em 2.728 estabelecimentos, enquanto que, no período de 1980 a 1985, diminuiu apenas 313 estabelecimentos. Tal fato pode estar relacionado aos conflitos fundiários na região, quando os camponeses começaram a resistência pela terra, principalmente, após a chegada dos missionários da CPT, em 1979 (ALDIGUIERI, 1993).

A partir desses números, é difícil especificar quantas dessas posses se transformaram em propriedades privadas e quantos pequenos produtores foram expulsos dessas áreas. Fazendo uma estimativa simples (mesmo com todas as ressalvas possíveis), considerando que, em 1975, havia 2.931 estabelecimentos próprios e que a diferença do número de posseiros, entre 1975 e 1985, é de 3.041 unidades, ao somarmos, obteremos 5.972 estabelecimentos. Esse seria o total a ser atingido se todos os posseiros permanecessem na região e se transformassem em proprietários. Como em 1985, havia 4.978 estabelecimentos declarados como próprios, pode-se supor que 994 camponeses ficaram sem terra.

Importante destacar que, nesse período, houve um grande fluxo migratório para a região, ao tempo que, quase na mesma proporção, ocorreu a emigração de pessoas para fora da região. Cunha e Baeninger (1999), do Núcleo de Estudos de População da UNICAMP, destacam que a região do Bico do Papagaio no Tocantins recebeu, de 1970 a 1980, um total de 20.161 imigrantes, ao tempo que saíram 17.022 emigrantes, ficando com saldo migratório de 3.138 pessoas. Na década de 1980 a 1990, observou-se um saldo migratório negativo de 882 pessoas, resultado da imigração de 26.508 pessoas contra a emigração de 27.390 pessoas.

Os autores chamam a atenção para a origem e destino desse processo. 74% (sendo 62% do Maranhão) dos imigrantes são oriundos do Nordeste, enquanto que o estado do Pará era o principal destino da emigração, em torno de 50%, seguido do Maranhão (32%). Embora os autores não abordem os motivos desse processo migratório, embasado em outros estudos de Velho, Sader e Martins, sabemos que ele era motivado pela existência das “terras livres”, localizadas nas regiões de fronteira amazônica.

Após a publicação do Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, observa-se um acelerado avanço sobre a ocupação das áreas do Bico do Papagaio. Conforme podemos verificar no mapa (Figura 2, toda a região do Bico do Papagaio estava sob o raio de 100 km das margens das rodovias federais, passíveis de regularização fundiária).

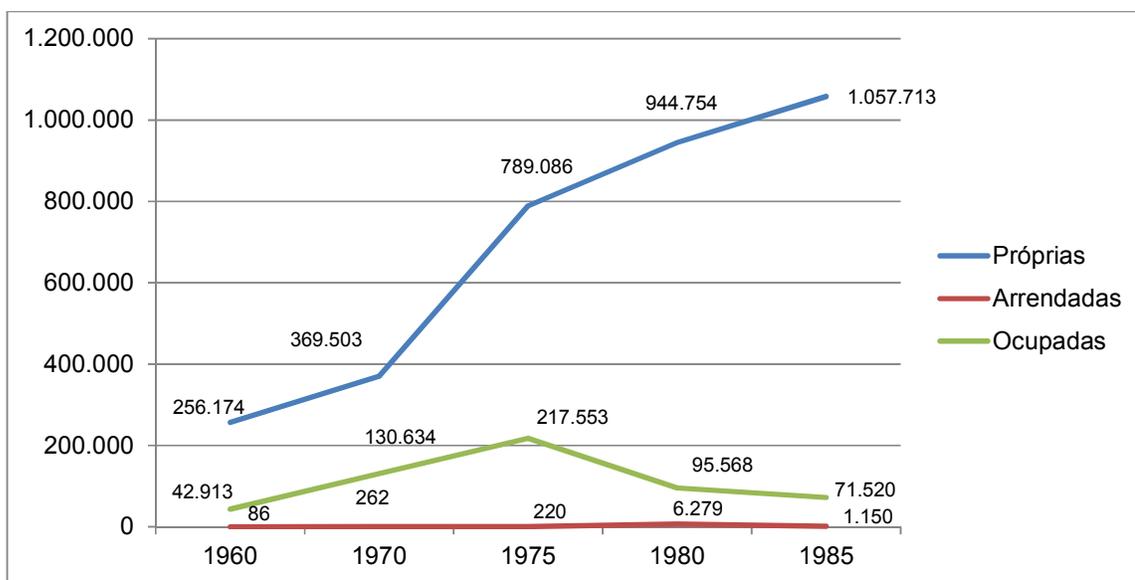


FONTE: Brasil Rodoviário (2011)

Figura 2: Mapa rodoviário da região do Bico do Papagaio

Em 1960, embora os posseiros existissem em maior quantidade, eles ocupavam apenas 42.916 ha, cerca de seis vezes menos que terras declaradas como próprias (256.177 ha); e cerca de seis vezes maior do que as áreas arrendadas (86 ha). No mesmo ano, apenas 299.179 ha estavam sob algum tipo de domínio particular, declaradas como próprias, arrendadas ou ocupadas. Havia, portanto, uma grande área de “terras livres” disponíveis para o avanço da frente de expansão camponesa. Esses dados são melhores visualizados, no Gráfico 2.

Gráfico 2: Evolução da ocupação das áreas (ha) em relação à condição legal das terras na região do Bico do Papagaio (1960 a 1985)



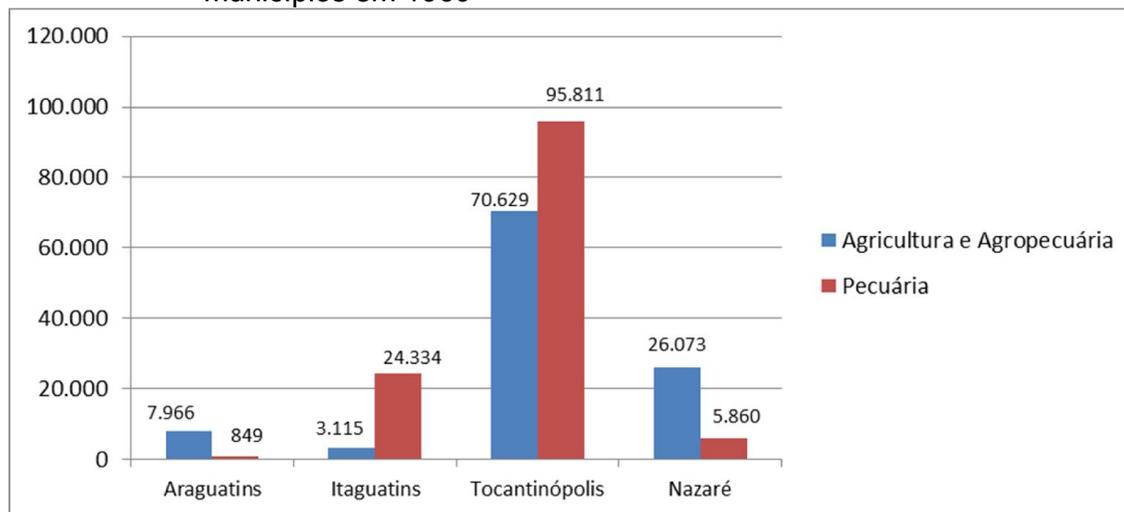
FONTE: Pesquisa de Campo (2013) e Censos Agropecuários (1960/1975/1985).

Após 1970, observa-se um ritmo acelerado de ocupação da área, principalmente com as terras se tornando propriedades privadas. Em 1985, as propriedades declaradas próprias ocupavam 1.057.713 ha, que correspondem a 93,5% do total, diante de 71.520 ha (6,3%) declaradas como posses e cerca de 1.150 ha (0,2%) declaradas como arrendadas. Verifica-se que quase toda a área da região do Bico do Papagaio se transforma em propriedades particulares em 1985, tendo em vista que a superfície terrestre de toda a região é da ordem de 15.768,499 km², aproximadamente, 1,6 milhões de hectares. Se somarmos as áreas produtivas que estavam declaradas como próprias, arrendadas ou ocupadas, chegaremos a um total de 1.130.383 ha (72%) da superfície do território, faltando somar a esse quantitativo as áreas relativas aos perímetros urbanos, margens de rios, e outras áreas inaproveitáveis para exploração agropecuária.

A forma de ocupação produtiva dessas áreas, a partir de 1970, está diretamente relacionada ao avanço das frentes de expansão camponesa, seguida do avanço da frente pioneira, notadamente, pecuarista que a princípio se concentrava nas áreas do município de Tocantinópolis-TO, localizada próxima à rodovia Belém-Brasília. Essa ocupação avançou à medida que as estradas foram construídas e novos povoados foram fundados sobre as áreas de matas rumo ao encontro das águas dos rios Araguaia e Tocantins.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário, a atividade pecuária, em 1960, se concentrava nos municípios de Tocantinópolis e Itaguatins. Os dois municípios somavam uma área de 120.145 ha ocupada com a pecuária, equivalente a 95% do total utilizado na atividade (Gráfico n 3). Nota-se que, nesse período, as áreas exploradas com agricultura e agropecuária totalizavam aproximadamente 235.000 ha.

Gráfico 3: Utilização econômica das terras em área (ha) do Bico do Papagaio por municípios em 1960



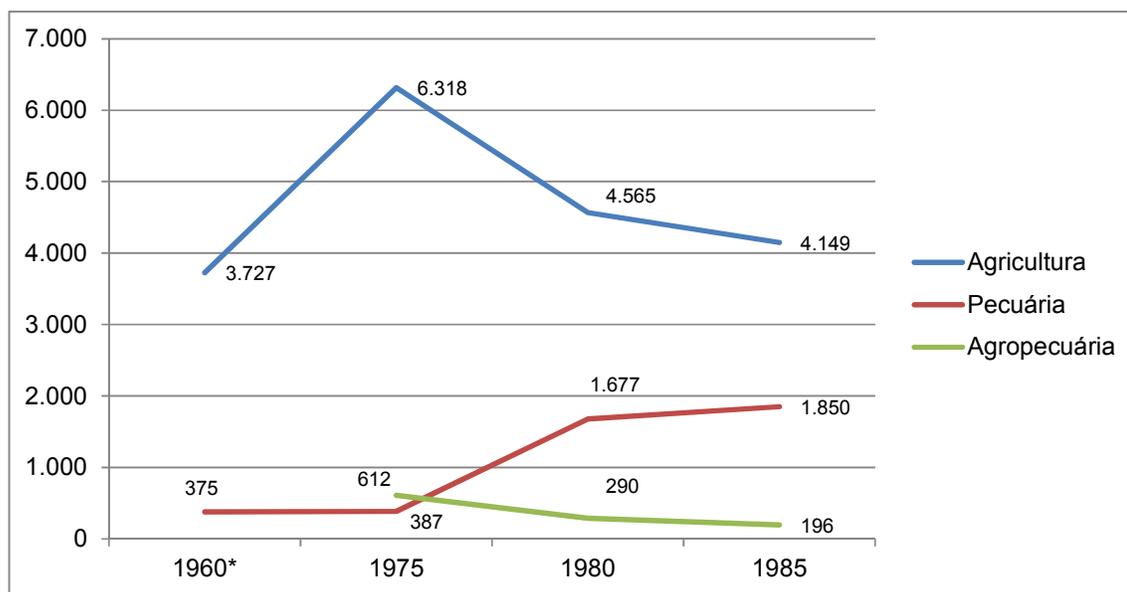
FONTE: Censo Agropecuário (1960)

A grande maioria das áreas de terras devolutas, inexploradas estava situada em locais afastados das margens das rodovias e do rio Tocantins. Contudo, aos poucos foram integradas à economia da região pela formação de diversos centros e povoados, que mais tarde originaram os municípios “ruas”, sendo Nazaré o primeiro deles, localizado a 32 km de Tocantinópolis.

O município de Tocantinópolis, até o final da década de 1950, era o principal ponto de entrada dos migrantes nordestinos oriundos do Maranhão. A construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153) e da ponte sobre o rio Tocantins, em 1960, deixou o município em posição geográfica privilegiada, fundamental para seu crescimento populacional e econômico. Em 1950, Tocantinópolis concentrava 73% da população do Bico do Papagaio, em 1960, 36% e, baixando para 25% em 1980. Permaneceu mais populoso da região, mesmo com o desmembramento do município de Nazaré de seu território.

Comparando os dados disponíveis pelo IBGE entre 1960 e 1985 (Gráfico 4), verificamos a transição de grande parte dos estabelecimentos agrícolas para a pecuária e, com isso, redução dos estabelecimentos que se dedicavam somente à agricultura e à agropecuária (agricultura e pecuária).

Gráfico 4: Evolução do nº de estabelecimentos de acordo com a utilização econômica das áreas na Região do Bico do Papagaio (1960 a 1985)



FONTE: Pesquisa de Campo (2013) e Censo Agropecuário (1960; 1975; 1980; 1985)

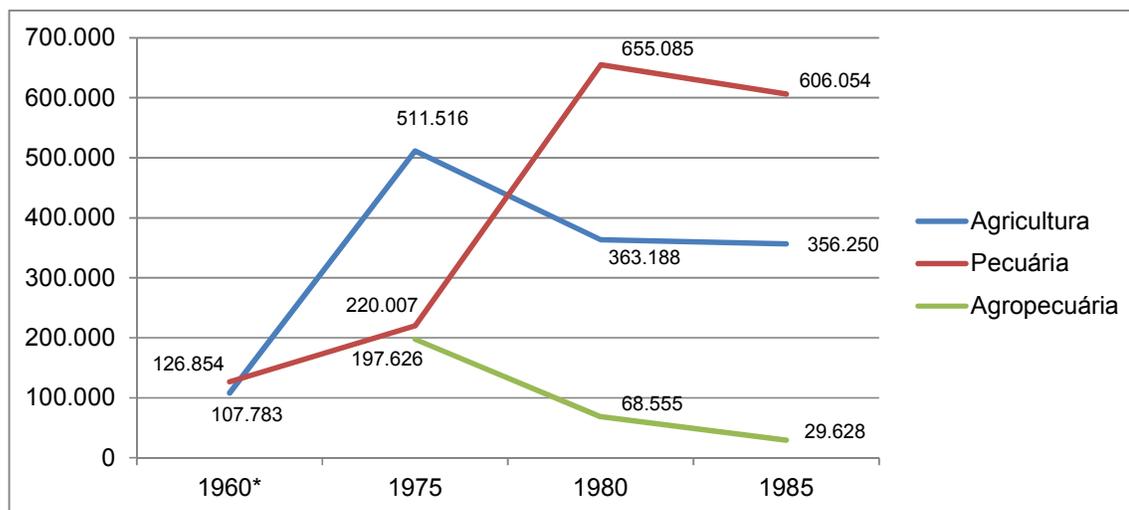
* Em 1960, os dados relativos às propriedades agropecuárias eram somados às propriedades agrícolas.

A atividade pecuária demanda áreas extensas e, historicamente, sobre a fronteira provocava a desapropriação de terras dos camponeses e sua conversão em rebanhos. O Gráfico 4 nos leva a confirmar esse fato. No período de 1975 a 1985, há diminuição de 2.169 estabelecimentos agrícolas e redução de 68% no número de estabelecimentos agropecuários, ao tempo que se observa um acréscimo de 1.463 estabelecimentos pecuários. Se levarmos em consideração que as pastagens artificiais sucediam as lavouras itinerantes, podemos concluir que os estabelecimentos agropecuários representavam uma transição para a formação das fazendas pecuaristas, tendo em vista que, em 1975, esse tipo de estabelecimentos ocupava 21% da área produtiva (197.626 ha). Em 1985, somente 3% (29.628 ha) contribuíram diretamente na formação e ampliação das fazendas de gado sobre as terras da região.

Os dados do censo agropecuário, infelizmente, não permitem explorá-los com exatidão, qual a participação da mão de obra camponesa na formação dessas pastagens e nem quantificá-las. De acordo com os estudos de Sader (1986), a participação dos camponeses na condição de reideiros era determinante para implantação da infraestrutura das fazendas e na formação das pastagens. Pela exploração do trabalho da família camponesa, os grileiros transformavam as áreas de matas em fazendas de gado, com dispêndios de poucos recursos.

O avanço da pecuária na ocupação do espaço territorial, de 1975 até 1985, se expandia tanto sobre as “terras livres” quanto sobre as áreas de exploração mais antigas, ocupadas pelas atividades agrícolas e agropecuárias. Esse fato pode ser verificado no Gráfico 5. Nota-se que, enquanto as terras ocupadas pela atividade agrícola e agropecuária decrescem, se aumenta a área ocupada pela atividade pecuária. Se somarmos as respectivas redução dessas duas áreas (áreas agrícolas e agropecuárias) e subtrairmos do crescimento da área ocupada pela pecuária, no período de 1975 a 1985, haverá um saldo de 62.783 hectares.

Gráfico 5: Evolução da exploração econômica em hectares (ha) das terras na região do Bico do Papagaio no período de 1960 a 1985



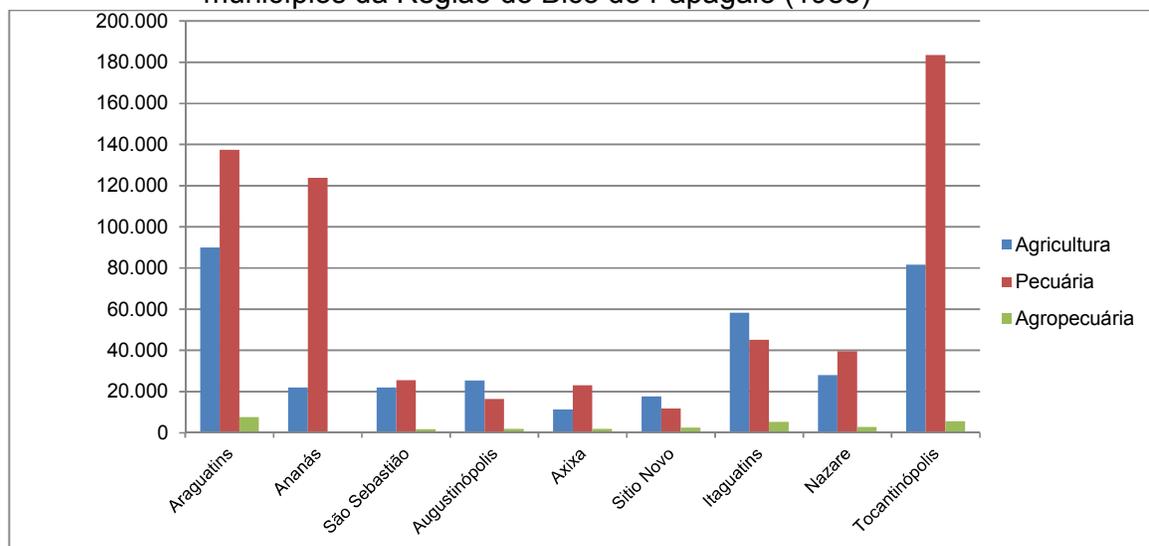
FONTE: Pesquisa de Campo (2013) e Censo Agropecuário (1960; 1975; 1980; e 1985).

O avanço da pecuária sobre as terras da região torna-se evidente quando comparamos a evolução das áreas de pastagens artificiais e naturais. Segundo dados dos Censos Agropecuários do estado de Goiás, as áreas de pastagens artificiais na região do Bico do Papagaio expandiram de 119.655 ha em 1975 para

435.844 ha em 1985, crescimento de mais de 260%. Ainda nesse mesmo período, a utilização de áreas para pastagens naturais também ampliaram de 87.424 ha para 233.297 ha (IBGE, 1975; 1985). Por outro lado, o efetivo bovino cresceu de 132.853 cabeças para 572.818 cabeças nesse mesmo período. O avanço da atividade pecuária não significava uma exploração econômica efetiva da área. Os índices de lotação das pastagens (naturais e artificiais) eram baixíssimos, menor que 0,5 cab/ha. No entanto a grande maioria dessas áreas é ocupada pela grilagem, cuja finalidade era assegurar a posse para obter o título da área, conforme já apresentado na seção anterior.

A expansão das pastagens sobre a superfície da região, por outro lado, indicava o cercamento das “terras livres” e pressionava os camponeses à “sujeição” nas fazendas de gado e/ou a sua expulsão da área. O avanço da pecuária aconteceu a partir de municípios localizados às margens ou às proximidades das rodovias federais, construídas a partir da década de 1950. Dos nove municípios do Bico do Papagaio, em 1985, sete eram predominantemente pecuaristas (Gráfico 6).

Gráfico 6: Exploração das terras (ha) de acordo com as atividades econômicas nos municípios da Região do Bico do Papagaio (1985)

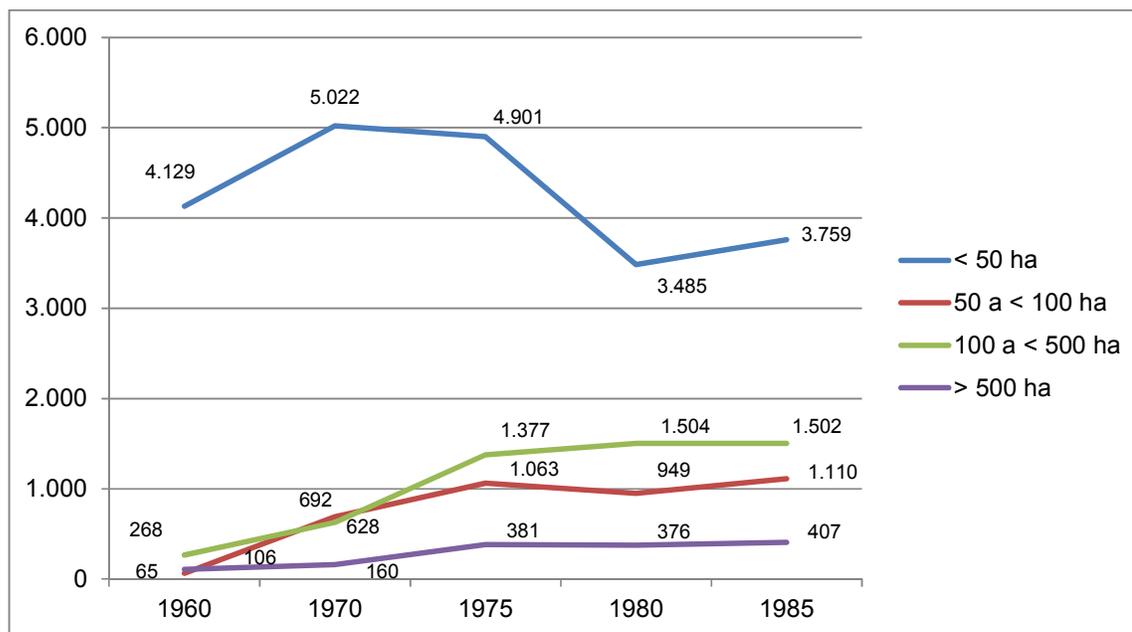


FONTE: Censo Agropecuário (1985)

O município de Itaguatins, cuja sede municipal ficou deslocada após a conclusão dessas rodovias, passou por esse processo, mas não fica evidente no Gráfico porque foram desmembrados de seu território os municípios de Axixá, São Sebastião, Sitio Novo e Augustinópolis.

A partir de 1970, as pequenas propriedades eram as mais pressionadas no processo de concentração fundiária, provocado pela grilagem e avanço da pecuária. No período de 1975 a 1980, quando se intensificaram os conflitos na região, essas propriedades sofreram uma redução de 28,8%, baixando de 4.901 unidades para 3.485 estabelecimentos. Nesse mesmo período, observa-se um aumento de propriedades entre 100 e 500 hectares e dos estabelecimentos acima de 500 hectares, assim como uma leve diminuição, cerca de 10%, nos estabelecimentos entre 50 e 100 hectares, conforme pode ser verificado no Gráfico 7.

Gráfico 7: Avanço da concentração fundiária de acordo com o tamanho da propriedade (ha) na Região do Bico do Papagaio no período de 1960 a 1985



FONTE: Censo Agropecuário (1960, 1975, 1980 e 1985).

O Gráfico 7 demonstra a interrupção do declínio das propriedades abaixo de 100 hectares após 1980. Podemos considerar a retomada do aumento de estabelecimentos abaixo de 100 hectares como consequência dos primeiros efeitos da organização dos camponeses, em reação ao processo de grilagem das terras e o “fechamento das terras livres”, transformadas em “terras de gado”. Se o fechamento das terras livres significava o fim das “terras livres” ou “terras de trabalho”, restavam aos camponeses lutarem por seus espaços.

3 A BUSCA POR TERRAS LIVRES: FARTURA E SOBREVIVÊNCIA

Neste capítulo, apresentamos a trajetória dos assentados pela reforma agrária no PA Grotão e PA Buriti, no estado do Tocantins. Inicialmente, apresentamos a trajetória social dos camponeses desde os locais de origem até chegarem à região do Bico do Papagaio, sua condição de vida e como eles se fizeram produtores de alimentos no povoado Morada Nova. O segundo momento consiste na demonstração do avanço da frente pioneira, provocando o cercamento das terras; a cobrança da renda da terra; a exploração da força de trabalho dos camponeses e a expropriação das terras de forma violenta, por meio da grilagem. E, por último, abordamos a luta de dois grupos de camponeses em sua conquista da terra em período de graves conflitos fundiários, período em que a reforma agrária acontecia, de forma acelerada, na região do Bico do Papagaio.

3.1 As experiências anteriores

Os assentados pela reforma agrária pesquisados são camponeses nordestinos oriundos dos estados do Maranhão, do Piauí, da Paraíba, do Ceará e uma minoria de descendentes nascidos no Tocantins. Eles possuem em comum a origem camponesa e a trajetória marcada por inúmeras migrações internas, seja dos locais de nascimento rumo à região amazônica em busca de “terras livres” ou por buscar melhores condições de trabalho. Outro traço comum observado é que 90% dos entrevistados são naturais do Maranhão ou tiveram esse estado como última etapa migratória antes de vir para o estado do Tocantins.

Eu nasci em Barra do Corda – MA. De lá, meu pai veio para Tocantinópolis, que naquela época era chamada de Boa Vista, parece que em 1950. Agora de lá, meu pai veio para Itaguatins que, antigamente, se chamava Santo Antônio. Ficamos aqui, sempre trabalhando de roça. (EN1)

Quando eu saí de Assaré no Ceará, vim para um povoado de nome Sarau no Maranhão em 1958. De lá fui para Santa Inês no Maranhão

e depois para a cidade de Bom Jardim. De lá fui para Bacabal, era solteiro ainda, e em 1968 vim para Axixá. (EN26)

Eu saí de Barra do Marataoan (PI), com sete anos (1941), a pé pedindo esmola com meus pais. Nessa saída, nós fomos para o município de União-Piauí. Cheguei ao Goiás no ano em que mataram Baltazar, prefeito de Axixá, em 1968, se não me engano (EN44).

Eu vim de Fortaleza do Gustavo Cardoso no Maranhão, trabalhava de roça e não tinha pai. Fui criado só com minha mãe, não gosto nem de lembrar disso. Passamos 23 dias de viagem de lá para cá, viemos a pé. Dormia na beira da estrada, não era uma estrada era uma vereda, uma estrada de boi, né?! (EN21)

Nasci no município de Lagoa Verde da Paraíba e fui para o Piauí. Nesses locais, a gente vivia mexendo com rocinha, tinha um burrinho naquela época e assim vim jogando até chegar aqui hoje. [...] chegamos em 1968, nesse tempo era Goiás. [...] trabalhava naquele centro, Morada Nova (EN39).

A vida da grande maioria desses migrantes é marcada pela pobreza e pela precariedade das condições de vida devido à constante perambulação em busca de terras de trabalho. A saída de seus locais de origem remetia-os para as áreas localizadas a oeste, conforme se observa nos depoimentos.

A chegada ao Bico do Papagaio é uma longa marcha que, para muitos, levou mais de 10 anos, conforme o depoimento do 2º e do 3º informantes. Nesse intervalo de tempo, passaram por diversos locais, sobrevivendo, essencialmente, de suas pequenas roças de subsistência que permitiam “vim jogando até chegar aqui”, conforme o último depoimento.

A grande mobilidade empreendida nos deslocamentos desses migrantes chama atenção. Apesar de não migrarem diretamente para o município de Axixá do Tocantins, percorreram mais de 1.000 km. Usando como exemplo os relatos acima, o município de Lagoa Grande-PB a Axixá do Tocantins distante mais de 1.300 km, atravessando os estados do Ceará, do Piauí e do Maranhão.

As constantes mudanças de moradia, quase sempre em regiões isoladas, e uma vida voltada pela busca imediata de recursos para suprir as necessidades básicas, conferem à grande maioria dos entrevistados alta taxa de analfabetismo, apenas 30% afirmam que têm capacidade de ler e escrever,

Não tive essa oportunidade. Até o tempo que eu vivi com o meu pai era só trabalhando de roça! Aqueles velhos quase não se ligavam de colocar os filhos para estudar, eram coisas deles! Era mais levar a

gente para a roça, quase não tive tempo de estudar! Desde os meus cinco anos que eu ia para roça com meu pai, juntar uns gravetos. (EN33)

Na minha época era mais difícil, sei assinar meu nome. Hoje, está mais fácil, uns anos atrás, era mais difícil, tinha que ir para escola a pé e quando era tempo de cortar o arroz, tinha que faltar... (EN10)

A unidade familiar inicia a transferência do saber e dos valores das tradições camponesas aos filhos na fase infantil, de 5 a 7 anos de idade. O relativo isolamento, em áreas desassistidas pelos órgãos públicos, se traduz pela falta de escola e de transporte escolar, causas da baixa alfabetização, conforme os depoimentos dos entrevistados. Há de se acrescentar ainda que, nessa época, não havia a obrigatoriedade de matricular as crianças nas escolas.

Para os pais, a tradição e os valores camponeses são ensinamentos transmitidos no próprio estabelecimento familiar, no qual os filhos são preparados para se tornarem futuros agricultores (WOORTMANN, 1990, p. 43; WANDERLEY, 2009, p. 160). Portanto, a transmissão de seu modo de vida e forma de trabalhar a terra era tudo que o filho necessita para a garantia da reprodução social.

A migração para o município de Axixá do Tocantins foi a continuidade de uma luta para manter a condição de camponeses, revelando-se na busca de um local para trabalhar livre da “sujeição”, ou seja, em áreas de terras devolutas, “terras livres”, que lhes conferisse liberdade e autonomia sobre os resultados do fruto de seu trabalho e sobre os recursos da floresta.

Eu nasci em Matias Olimpo – PI. Minha família trabalhava o tempo todo de roça, trabalhava como agregado, era uma humilhação muito grande! Você trabalhava na terra de dono e quando a roça dava muito ou dava pouco, ele não confiava ainda no que você falava, entrava na casa para reparar o que tinha lá dentro! [...] nem era vontade sua de cair fora, mas o patrão lhe jogava fora! Meu pai não aguentou a humilhação e resolveu ir embora! Fomos para a baixada do Mearim, próximo a Bacabal. Lá, naquela época a terra não era de dono. Você botava a roça, tirava coco, madeira, onde você imaginava. A partir dos anos de 1950 para cá, as coisas foram se modificando, os cabras que tinham um pouquinho de recurso tiravam madeira e cercavam um quadro de terra e ia aumentando, cercado de arame e chegava outro e fazia a mesma coisa. Eu disse: - meu pai, vamos formar um direito aqui no fundo da casa, senão amanhã ou depois pode chegar um sujeito mais esperto, cercar e nos obrigar a sair daqui! Ele não acreditou! E quando nós saímos de lá, para você tirar uma palha precisava pedir, porque se você não pedisse, eles tinham uma conversa contigo! Povo tudo fraco, tudo à toa, não

sabia de nada... Aí com aquela humilhação foi saindo um, saindo outro, até que viemos aqui para Goiás, nessa época não era Tocantins! Aqui a terra, nessa época, também não era de dono! (EN2).

Esse relato nos mostra como os camponeses foram forçados a mudar para outras localidades na condição de moradores em fazendas de criação extensiva de gado. A palavra *humilhação* aparece três vezes no relato, fazendo alusões às situações de constrangimentos: a “entrada na casa”, afronta à honra do pai de família e a última relativa à expulsão da terra: “povo tudo fraco, não sabia de nada”. Essa última demonstra crítica à impotência dos camponeses em face das ações truculentas dos grileiros.

A migração para fugir da sujeição remete-os a novos lugares de terras livres, mas, com o tempo, as mesmas condições que deixavam para trás voltavam a impulsioná-los, novamente, para outras regiões. A fronteira aberta, com abundância de terras, criava o mito da “terra livre” inesgotável. Para alguns chefes de família, a ideia de apropriar-se de uma porção de terra exigiria um aumento da autoexploração do trabalho familiar, a fim de acumular recursos para ser imobilizado na infraestrutura de uma propriedade – “formar um direito”. No entanto era considerado um esforço desnecessário, embora os camponeses que assim procediam, permaneciam com a posse da terra, podendo enraizar-se no local, enquanto os outros migravam novamente.

Eu nasci em Vitorino Freire (MA). Papai trabalhava de roça e, naquela época, vinha muita gente para aquela região. As pessoas do local não tinham ganância por terra, mas os que vinham do Piauí e do Ceará tinham experiências das terras de lá, que já era tudo de dono. Os maranhenses não tinham essa experiência. Esse pessoal de fora ia encostando, trabalhando, comprando arame e cercando as terras. “Os cabras” que queriam ir embora, eles indenizavam e aos poucos eles foram cercando a terra. Depois começou a criaçãozinha de gado e quando demos fé estava tudo tomado pelos de fora. Nós ainda trabalhamos lá por dez anos arrendado! Eles plantavam capim e iam assim, queimando e plantando capim e jogava a gente para frente... Aí foi obrigado a vir para Goiás em 1970! Ficamos sem terra para trabalhar, não ia mudar de profissão! Quando eu cheguei aqui a terra era liberta, você antes de colher as coisas, você já iniciava a outra roça, sem problema. (EN10)

As expressões desse segundo relato: “estava tudo tomado”, “jogar para frente” e “foi obrigado vir pra cá” são alguns indicativos que a migração era, na

maioria das vezes, a única saída. Revela-se, nesse depoimento, o avanço do capital sobre a frente de expansão camponesa. A apropriação das terras devolutas, por meio do cercamento das propriedades, por pessoas vindas de outras regiões, que acumularam reservas e revertiam compra de posses e investimento na atividade pecuária.

A frente pioneira é representada nesses casos pela frente pecuarista, avançava sobre as áreas desmatadas pelas roças itinerantes da frente de expansão e, principalmente, onde houvesse estradas. Quando a terra passava a ser de “de dono”, mesmo de forma ilegal, sem um documento que legitimasse a posse, os camponeses tinham de sujeitar-se ao pagamento da renda, sob pena de impedimento do acesso à terra e aos recursos naturais da floresta. Essa renda variava de um saco/linha de roça (área equivalente a 55 m X 55m = 3.025 m²) a até 50% da produção do arroz ou até mesmo de todos os produtos explorados na terra, inclusive oriundos da atividade de extrativismo do babaçu.

Eu não sei por que achava ruim. A gente reclama com coisa que a gente planta e água, mas uma coisa que a gente não planta e nem água, eu tenho para mim que é da nação, é de qualquer um pobre que precisar. (EN41)

A cobrança de renda sobre a extração da castanha do coco babaçu é uma situação inversa à ética camponesa, que considera que “o homem torna-se dono legítimo da terra somente através do trabalho” (WORTMANN, 1990, p. 18), o que não se aplica aos produtos nativos. Tal fato não só gerava estranhamento nos entrevistados, como também era parâmetro para demonstrar o grau de exploração a que eram submetidos em algumas regiões do estado do Maranhão.

Eu saí de Barras – PI com dois anos e fui para o povoado do Centro dos Teles, município de Bacabal-MA. Lá, a gente trabalhava em terra de alugado, até o coco era de meia. A gente cortava o coco na meia e nesse tempo tinha um fazendeiro que até a casca do coco era na meia. Aqui, o coco era nativo para todo mundo, lá era na meia. (EN4).

[...] meu irmão mais velho foi embora para onde estavam outros irmãos lá em Peritoró-MA. Lá, era lugar de fazendeiro ruim. Humilhavam demais, tudo que fazia era de metade, a roça era de metade. Quando quebrava o coco tinha que vender para aquele dono, tudo o que fazia dentro era obrigado vender para aquele dono.

Aí ele veio embora para Morada Nova (TO) e depois veio meu pai. Ele veio em 1971 e nós em 1973 (EN7).

Para os camponeses entrevistados, trabalhar em “terras de dono” é uma situação de humilhação, seja pela falta de liberdade, seja pela não autonomia para produzir e dispor da própria produção, sendo obrigados a vender para o próprio patrão além de pagar a renda da terra. Além disso, o camponês ainda ficava na dependência do patrão ceder ou não uma área para o estabelecimento da roça de subsistência ano a ano, sob o risco de ser expulso a qualquer momento, inclusive de forma violenta.

Rapaz, naquele tempo as coisas eras difíceis! Eu chorando com pena da minha mãe, que ficou com medo do primo matarem eles lá em Bacabal – MA, falaram ainda, sabe! Se meu pai não saísse da terra, matava meu pai. Aí o papai dizia: - rapaz, espera! Rapaz, me dá vontade de chorar quando a gente não tem nada. Aí o papai dizia: - Espera que meus filhos foram brocar roça, eles vêm me buscar. (EN23)

Além da falta de liberdade e de autonomia sobre o trabalho, o camponês perdia o acesso aos meios de vida em virtude da expropriação da terra. Somada a esses problemas ainda tinha sua produção expropriada.

Trabalhava de roça pagando renda, só dava para o dono da terra. Para cada linha a gente pagava dois sacos de arroz. Meu pai botava cinco linhas, a base de cinco a seis que ele aguentava de mexer. Era assim, ele arrumava um saco de arroz emprestado para nós pagar dois depois. Quando comecei entender mais um pouquinho falei: – pai, vamos embora caçar outro canto para viver, rapaz! Aí viemos para Goiás. (EN32).

[...] A gente trabalhava muito e não dava para tirar as despesas do ano. Quem trabalhava de roça, antigamente, vendia arroz era na palha. Quando começava plantar arroz, a gente já estava na precisão e já começava a vender arroz. Você ia a quem tinha dinheiro e pegava o tanto que você quisesse vender de arroz. A vantagem era sempre do comerciante porque quando vendia na palha o preço era pela metade, a sua vantagem era que você supria a necessidade! Tinha vezes que só fazia era pagar, e caso não pagasse ficava para o outro ano e era dobrado. Muitas vezes era o com dono da terra ou com o comerciante que a gente fazia isso! (EN4).

O endividamento nas quitandas, localizadas nos povoados, estava relacionado ao esgotamento dos estoques de alimentos (principalmente o arroz),

voltados para o “gasto da casa” e/ou falta de excedentes para comercializar e adquirir os produtos para o consumo doméstico. A entressafra era o período crítico do camponês, quando então recorreriam aos comerciantes para empréstimo de arroz ou dinheiro para suprir alguma necessidade familiar, como, por exemplo, o pagamento de trabalhadores para auxiliá-los na colheita, compra de remédios etc.

Essas dívidas eram quitadas somente em produto (arroz) a uma taxa média de 100% de juros. Tanto o dinheiro quanto cada saca de arroz emprestada era considerada uma compra antecipada de arroz “na palha” ou “na folha”, que seria quitada quando o camponês terminasse a colheita. Nesse caso, o preço do arroz “na palha” era equivalente a 50% do preço de mercado. Se a dívida ficasse para a safra seguinte, poderia chegar a 300% de juros, já que a taxa de juro era dobrada.

Alguns desses comerciantes eram camponeses que cultivavam áreas com mão de obra familiar e estavam em processo de diferenciação, acumulando reservas originárias do comércio e investindo na infraestrutura da propriedade e formação de pastagens. O relato do genro de um comerciante da baixada do Mearim elucidava esse fato:

Meu sogro comprava uns dois, três mil sacos de arroz, pois lá produzia muito, sabe! Jogava na balsa e mandava para Pedreiras. Ele tinha um comércio. Eu não vendia meu legume cedo, só vendia no tempo. Cedo é quando o cabra, antes de colher, já começa a vender! Eles fazem isso por causa da falta de condição financeira, da pobreza. O comerciante ganhava dinheiro, pagava muito barato e vendia no preço. Era assim, o pessoal vendia um saco, dez sacos, cem sacos. Ele comprava pela metade do valor, entendeu? Vida de gente pobre era assim. (EN11)

Diante de tanta exploração e expropriação era, praticamente, impossível para os camponeses entrevistados produzirem excedentes suficientes para suprir as necessidades da família e sair da condição de vida precária em que se encontravam.

A busca por um novo lugar era o caminho procurado por essas famílias quando vieram para a região do Bico do Papagaio. Nessa busca, as informações repassadas por parentes e amigos sobre as localidades em que estavam morando serviam de estímulo às famílias para reaproximarem-se, reestabelecendo os antigos vínculos desenvolvidos em localidades anteriores.

Nós viemos embora dia 18 de junho de 1968. Nós ouvimos falar do Goiás! Tinha um compadre de minha mãe que veio embora para cá. Ele disse: - comadre, vá embora para Goiás que lá vocês vivem. (EN23)

Goiás era muito bom, diziam uns conhecidos meus aí, né! Eu vim e arrumei essa mulherzinha e pronto! Aí, arrumei uma família e me aquietei, não mudei mais! Isso foi em 1973 quando eu tinha 20 anos. (EN27)

O problema da seca no Nordeste é apontado por alguns como causa da migração para o Bico do Papagaio, região de duas estações, composta por um período chuvoso e outro seco.

Saímos de São Domingos (MA) montados em jegue direto para Sitio Novo (TO). Em 1958, não teve inverno, meu pai veio trabalhar e disse que no Sitio Novo chovia muito. Foi lá e pegou a família e trouxe para Sítio Novo/TO. A terra não tinha dono nessa época, as pessoas botavam roça onde queriam. (EN14).

Sou natural do Ceará, de São Bernardo, perto de Acopiara, Iguatu. Saí de lá pequenininho direto até chegar ao “beijo” do Mearim, São Luiz Gonzaga. Moramos lá durante uns vinte anos, nos criamos e casamos por lá. Eu só mexia com roça, trabalhava e pagava renda. Em 1983, mudamos para cá porque não tínhamos nada, não tinha terra. Ficamos desgostosos, não choveu e perdemos oito linhas de roça, resolvemos vir para cá (EN35).

A localização geográfica da região em zona climática com estação chuvosa definida era um atrativo importante. Em algumas ocasiões, representava o recomeço após as perdas de colheitas em regiões áridas do Nordeste.

O avanço da frente pioneira no estado do Maranhão intensificou-se após a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153) ainda na década de 1950. À medida que implantavam outras estradas, ligando essa rodovia ao interior do Estado, a grilagem de terras avançava em direção à abertura dessas novas áreas. Conforme analisado por Asselin (1982), a partir de Imperatriz-MA, localizada às margens do rio Tocantins em direção ao interior do estado, a grilagem de terras envolvia grandes áreas. Práticas fraudulentas em cartórios falsificavam títulos em favor de políticos, empresários, juízes, grandes fazendeiros, empresas de colonização, comerciantes etc., transformando o Maranhão em um grande foco de grilagem, envolvendo as áreas em torno das regiões do Pindaré, Santa Luzia, Bacabal, locais de origem dos migrantes que vieram ao Tocantins, justamente a partir dos anos 1960.

À medida que a frente pioneira avançava no estado do Maranhão com a implantação de fazendas de gado, o cercamento das terras, o desmatamento e o avanço das pastagens aumentava o fluxo migratório dessa população para outras regiões como São Félix do Araguaia-MT, Conceição do Araguaia-PA, Marabá-PA e Bico do Papagaio. Esses locais foram focos de grandes conflitos fundiários e já foram objetos de pesquisas de outros autores como Yanni (1981), Esterci (2009), Guerra (2001), só para citar alguns.

A abundância de matas na região do Bico do Papagaio se traduz em áreas férteis, boas para o cultivo de suas roças itinerantes, ao contrário das áreas desbravadas de “mato fino” do Maranhão ou já formadas de pastagens era um dos atrativos para a migração para a região do Bico do Papagaio.

O pessoal dizia: rapaz, o Goiás é bom, tem muita mata! E lá no Maranhão, o mato era pouco, fininho. Os donos já tinham tomado de conta e não queriam dar para os pobres botar roça, sabe! Mas diziam que Goiás era bom, tinha muito mato (EN25).

Em 1976, a gente veio para cá procurando um lugar melhor. Primeiro vieram umas pessoas de lá e diziam que aqui era bom, tinha muito mato de fazer roça, né?! Ninguém pagava renda. As terras de Goiás (Tocantins) eram de dono, mas, ninguém pagava renda... (EN6)

Nós vivíamos de roça no Maranhão. Possuímos uma terra que compramos com muita luta, um pedacinho de terra, pequena que gente pobre nunca tem condição de fazer muita coisa. Aí o negócio foi “aperreando”, sem mata para plantar. A terra estava ruim pra trabalhar, dava muito mato, a terra estava dura e, mato grosso ou meio grosso, não tinha para fazer roça e tivemos que vir para cá. (EN3)

A vinda ao Bico do Papagaio era, portanto, uma busca por “terras livres”, sinônimo da liberdade e autonomia em que a reprodução social da família poderia se dar livre da “sujeição”, do trabalho agregado, da humilhação de não poder realizar-se plenamente como um “homem liberto”, que tem controle sobre a terra, o trabalho e o próprio tempo.

3.2 O estabelecimento precário na região do Bico do Papagaio: trabalho penoso e subordinação mercantil

A vinda para a região do Bico do Papagaio, para aqueles que chegaram antes do final da década de 1970, mesmo enfrentando a falta de estradas em busca de terras livres, era exitosa. A região tinha o básico para a sua subsistência. Além das matas para a implantação das roças, havia outros recursos naturais.

Tínhamos muita fartura em casa, criação de galinha, mandioca, não era muito porque gente pobre não planta muito, tinha muito peixe, eu gostava de fazer engancho, pescar... vivia de barriga cheia (ESPOSA DO EN8)

Quebrava coco, muito coco. Tinha aqueles “gongos” aqueles bichinhos que tem no pé do coco, aquilo nós tirávamos era muito, chegava jogava na panela comia com farinha, era bom (risos). Meu pai gostava e eu também! Assim a gente ia levando o tempo, né?! Eu sei que escapamos. (EN4)

A fartura é sempre relatada aos primeiros anos na região, quando a terra era liberta, abundante. As safras de arroz, feijão, fava, milho, mandioca e a exploração livre do babaçu eram revertidas para a própria reprodução familiar.

Durante um longo período, o acesso à terra livre se resumia a seguir pela floresta em busca de um local para a implantação dos centros e iniciar a derrubada da mata, com o intuito de plantar as pequenas roças itinerantes. Os locais escolhidos, geralmente, eram próximos a uma fonte d'água, onde pudessem construir as casas de taipa cobertas de palha de babaçu, ou não raramente toda de palha de babaçu. Ao invés de formar um núcleo de povoamento, instalavam-se em algum centro ou povoado já existente. Os agricultores entrevistados mudavam para o povoado de Morada Nova, Santa Luzia e São José, localizados nas proximidades do município de Axixá do Tocantins, cujas terras ainda eram devolutas até o ano de 1970.

Diziam que as terras do Goiás não tinham dono, trabalhavam onde queriam. Meu pai disse que juntou várias famílias e encheram um caminhão e vieram para Goiás. Eles passaram oito dias, vindo do Maranhão. Eles ficaram no povoado chamado Centro dos Quirino. Meu pai não tinha ambição, dizia que a terra não tinha marca, não tinha arame, não tirou pedaço para ele não (EN18).

Em 1966, nós pegamos essa estrada de boiada e chegamos aqui no Goiás. Chegamos aqui, meu irmão produzia muito legume e as terras era toda devoluta, não tinha dono. Era só brocando roça e plantando, não tinha competição. Você derrubava, brocava, queimava, plantava e só colhia, não dava mato. (EN21)

O sistema de produção característico desse campesinato era realizado com uso de equipamentos manuais, sob uma área de matas, em que tudo estava para ser desbravado. Era um sistema de produção demandante de mão de obra, praticamente impossibilitava que um camponês contasse, ao longo de uma safra, somente com familiares para a realização de todas as atividades agrícolas. A vida em comum nos centros e povoados fortalecida pelas relações de amizade, compadrio e parentesco era determinante para o estabelecimento de cooperações vicinais nas atividades comuns das lavouras. A partir da sociabilidade desenvolvida nos centros e povoados, formavam-se grupos para a realização de trabalhos.

A gente sempre brocava em mutirão, né?. Sempre ia de oito, dez para um e passava para o outro e, era assim. [...] A gente fazia mutirão porque para fazer roça no mato grosso é muito ruim para trabalhar sozinho. Passava um mês brocando, não tinha mesmo outra coisa para fazer! (EN6)

Aqui era de mutirão. Hoje nós saíamos daqui para roçar para o senhor, vamos supor, mas todo mundo junto. Nesse tempo tinha muito mato bom, né! Amanhã era para mim e assim por diante... eram de quinze a vinte trabalhador. (EN3)

Nossa roça era separada, cada um tinha sua rocinha. Agora quando era marcado um mutirão, nós largávamos nossa roça e ia, e cada um levava o seu de comer. [...] tinha vez que nem todos queriam trabalhar no mutirão, nesse caso, ficava trocando dias. (EN17).

O mutirão era formado para realizar o “broque”, atividade que exige muito esforço físico. Iniciava-se nos meses de maio a junho e terminava somente quando “brocavam” a última roça demarcada. Geralmente, esse período era todo reservado para essa atividade. Há alguns que realizavam trocas recíprocas com grupos menores.

Eu trabalhava sozinho. No tempo do broque, eu tinha companheiro. Eu trocava diárias com meus dois primos. Eu trabalhava aquelas duas diárias lá e ganhava outras duas e realizava aquele broque, sabe? (EN47)

Outros entrevistados não gostam de realizar trocas de dias de serviço, recorrendo à outra maneira de suprir a falta de braços na família para as atividades da roça.

Não, às vezes aqui, acolá... meu pai não gostava de trocar diária de serviço, ele dizia assim: - eu vou trabalhar para fulano hoje, aí amanhã ele vai para mim. No dia que trabalho para ele, não vou para mim! Ele não gostava de trocar diária de serviço. Ele preferia fazer o serviço dele, quando, às vezes, tinha um dinheirinho, pagava uma diária, quando não tinha levava nós dois. (EN33)

A questão de assalariar trabalhadores da comunidade para auxiliá-los não pode ser interpretada como falta ou negação de reciprocidade. Nesse sentido, Garcia Jr. (1983) observou o esforço de agricultores nordestinos em reservar fundos para pagar diária de trabalhador, visando suprir a carência de mão de obra na família e/ou aliviar a autoexploração do trabalho sobre membros da família. Sabourin (2009), por sua vez, observa que, no campesinato nordestino, troca e reciprocidade coexistem, produzindo complementariedades ou tensões.

Embora alguns agricultores morassem dentro de uma posse, afastados dos centros e dos povoados, o recurso às solidariedades vicinais era comum. Verificamos um camponês que chegou ao município de Axixá do Tocantins em 1977 e comprou uma posse de 24 alqueires para trabalhar com um irmão, ambos eram pais de crianças ainda pequenas para a lida da roça, portanto, recorriam ao mutirão com moradores dos povoados da proximidade da sua terra.

Quando chegamos aqui, em 1977, ninguém tinha terra demarcada, todo mundo era posseiro. Esse pessoal mais antigo entrava na mata, quando o velho morria passava para outro, depois para outro. [...] Aí meu pai veio e negociou uma terra. [...] Eu trabalhava sozinho com os meus meninos. Eles eram pequenos nessa época, o mais velho tinha doze anos, mas eu dava conta! Brocar, nós brocávamos juntos. A gente chamava uns trinta homens e fazia a roça tudo num dia! Vamos supor que eu fosse o primeiro, aí nós passávamos um mês, todo dia brocando até acabar. Todo dia era uma roça, dependendo da roça, tinha vez que brocava duas num dia! Para plantar a gente também plantava de monte! (EN12)

A grande maioria dos entrevistados deixa evidente que acessava a terra somente como um instrumento de trabalho e ano a ano mudava o local das roças itinerantes, não, necessariamente, dando sequência a uma área contígua ligada à

lavoura anterior. A partir da década de 1970, já havia na região, por parte principalmente das pessoas mais antigas do local, a demarcação de divisas de propriedade particular com simples piques, demarcados no próprio chão, determinando as variantes da propriedade, conforme o depoimento anterior e os que seguem.

[...] chegamos aqui tinha muito mato, eu estava com quinze anos. Éramos bem uns quatro, começamos a trabalhar e fazer fatura, né?! Fazer fatura. A gente não pagava renda ainda. Tinha aquele negócio do cara botar uma roça e dizer: - é meu aqui. Aí a gente saía daquele que estava marcado com um risco e ia para frente. A gente podia marcar para frente, daqui a uma légua se quisesse. Aqui tinha muito coco também e, era de graça! (EN4)

De verão em verão, de inverno a inverno, ia só botando para frente, né? Nesse ano aqui e noutra para frente e com muitos anos, voltava lá atrás para começar tudo de novo! Nessa época todo mundo trabalhava assim. Quando o roceiro vivia lá dentro, ele não cercava, só fazia um “aceirozinho” e fincava um pau nos cantos e dizia aqui é minha terra, né! Ninguém tinha gado, não tinha nada, né! Só a rocinha mesmo... (EN21)

Apesar da existência de algumas áreas demarcadas esparsamente, cercadas com arame, entre as terras de matas “não havia confusão, tinha terra pra todo mundo”, afirma EN23, que chegou à região em 1968. A única regra para implantar as roças era deixar a “frente livre”, ou seja, as pessoas podiam fazer roças ao lado da área do outro, desde que deixassem um dos lados da lavoura com saída para a mata, para que no próximo ano, pudessem reiniciar todo o ciclo novamente. Dessa forma, ao mesmo tempo em que iniciavam uma nova roça, continuavam o cultivo das lavouras anteriores, até terminar a colheita das culturas de ciclo mais longo, a exemplo da mandioca. Após as colheitas, essas roças se transformavam em áreas de capoeira e ficavam em repouso para recuperar a vegetação, “virar mata novamente” (período de cinco a sete anos), recompor a fertilidade e para serem utilizadas como roças novamente.

A posse do camponês, caso ele decidisse continuar a safra seguinte na “frente livre”, ficava composta por três áreas: de mata que seria a roça do ano seguinte; de roça onde estavam instaladas as culturas; e de capoeira, onde já havia

colhido a safra e estava em pousio⁴⁹. Levando-se em consideração essas características e os ciclos das culturas, a área mínima a ser utilizada por cada família que cultivava em média 5 a 10 linhas de roça em sistema de rodízio, com período de descanso de 5 a 7 anos, seria de aproximadamente 10,5 ha a 30,25 ha se considerarmos que esse mesmo camponês fosse sobreviver apenas das roças itinerantes.

As atividades agrícolas se iniciavam com o brocamento das áreas no mês de maio a junho, queima e encoivamento no mês de agosto e setembro (antes das chuvas) e plantio no mês de novembro e dezembro. Tudo tinha de ser realizado na época certa, pois o atraso, em uma ou outra atividade, poderia comprometer o plantio das culturas, ou no caso de algum imprevisto climático, por exemplo, as chuvas iniciarem no período mais cedo comprometeriam o plantio porque o mato não era queimado e, conseqüentemente, todo o serviço do “broque” era perdido. O calendário era, portanto, bastante intenso durante o ano.

Você broca ela no mês de julho, agosto e queimava em setembro. No mês de outubro chovia e você fazia os primeiros plantios. Plantava arroz, feijão e milho juntos, plantava mandioca. Plantava tudo numa salada só e de tudo colhia um pouco. No verão, começava de novo. [...] Foíce, machado, facão, sacho, cutelo... eram essas ferramentas... (EN21)

No mês de maio, terminava de colher o arroz, batia, botava no saco e colocava em casa para gente comer. E aí, começava a trabalhar outra roça... terminando agora em maio, já começa a brocar outra roça. (EN47)

As lavouras se caracterizavam pelo policultivo, consorciando várias culturas em uma área durante o período das águas (outubro-março) e o plantio de feijão no período da seca (abril-maio-junho).

Você planta o arroz primeiro, antes dele nascer, planta o milho, 2 metros de largura de uma cova para outra. No mês de novembro, plantava a fava nos pés do toco... 3 caroços em cada cova. Em março, começa a colher o arroz, a fava já tá florando, saindo por cima do arroz. Aí vai catando cacho por cacho. Quando dava agosto, setembro colhia a fava. O milho que estava fora da casca ia quebrando, aquele que estava por debaixo, somente depois que apanhava a fava que quebrava. [...] Era a vida que nós tocávamos.

⁴⁹ Esse sistema é denominado de três folhas (SADER, 1986).

[...] o feijão, plantava depois que cortava o arroz, nessa época cortava em março, abril. Aí, plantava na palhada, plantava e capinava por cima. [...] nessa época, não dava muito trabalho. Você capinava era no cutelo mesmo, às vezes dava 03 capinas para colher (EN33)

Brocava no mês de julho, agosto e no mês de outubro queimava, encoivarava e plantava. Nessa época, não tinha mato, não precisava de veneno, era só com cutelo. Colhia pelo cacho. Uma linha de arroz sendo bom é preciso de 10 pessoas para colher uma linha em um dia. Plantava o arroz primeiro e depois o milho. O milho ficava e a gente quebrava só em julho. O feijão plantava depois do arroz no mês de maio e depois colhia em junho/julho. O feijão basta umas três chuvas para colher ele. (EN50)

A gente plantava a mandioca separada. Aquele talhão em que a gente plantava mandioca, a gente plantava por último. No outro ano, a gente tornava a roçar e limpar. Aquele talhão da mandioca dava umas quatro linhas e ficava empatada durante uns dois anos (EN37)

Junto com essas culturas, plantavam alguns pés de melancia, quiabo, maxixe, abóbora etc. A mandioca era cultivada em uma área separada. O consórcio de culturas otimiza o aproveitamento da área de cultivo; o tempo de trabalho na área diversifica a produção. No caso de associar ao plantio de arroz a fava, por exemplo, pode ser benéfico porque as leguminosas fixam nitrogênio do ar atmosférico no solo, um elemento químico importantíssimo para o arroz.

À primeira vista, um plantio consorciado com tantas plantas diferentes denota uma desorganização, mas, verificando o relato acima, observa-se uma adaptação das práticas culturais aos ciclos das culturas. Primeiro se colhe o arroz e se planta feijão. Tecnicamente, esse processo é adequado por realizar a rotação de culturas sobre uma área, variando tipos de plantas de famílias diferentes, no caso gramínea x leguminosa.

A colheita do milho podia ser realizada tardiamente ou aos poucos de acordo com a necessidade de consumo e de disponibilidade de tempo para realizá-la. É uma maneira natural de armazenamento no campo, podendo ficar até o fim do período do verão. A colheita do feijão ocorria, praticamente, no mesmo período que iniciava a colheita da fava, geralmente nos meses de maio e junho. Quanto à mandioca, a partir de um ano de idade, iniciava-se a colheita, após o plantio do feijão da safra seguinte, podendo ser colhida aos poucos ou de uma vez toda para a fabricação de farinha de mandioca.

A partir dos depoimentos dos entrevistados, montamos o calendário agrícola, praticado pelos camponeses no período das “terras livres” quando ainda não pagavam renda.

Quadro 1: Calendário agrícola dos moradores de Morada Nova nas “terras livres”

Atividades	Período					
	Jul/Ago	Set/Out	Nov/Dez	Jan/Fev	Mar/Abr	Mai/Jun
Preparo do Solo						
- Broqueamento	XXX XXX					XXX
- Queima/Encoivamento		XXX XXX				
Arroz/Milho						
- Plantio		X	XXX XXX			
- Capinas		X	XXX XXX	XXX		
- Colheita Arroz					X	XXX XXX
- Colheita do Milho	XXXXXX					XXXXXX
Fava						
- Plantio			X XXX	X		
- Colheita						XXX XXX
Feijão						
- Plantio					XXX XX	
- Capinas					XXX	
- Colheita	XX					X XXX
Mandioca						
- Plantio			XXX XXX	XXX		
- Capinas			XXX	XXX XXX		
- Colheita*						XXX XXX

Fonte: Pesquisa de Campo (2012)

* Colheita realizada a partir dos 12 meses, no ano seguinte.

X – Período de 10 dias

Todas as atividades eram desempenhadas com a participação da mão de obra familiar de acordo com a capacidade de trabalho peculiar à idade e ao sexo. Os filhos são, aos poucos, introduzidos para desempenhar atividades consideradas mais pesadas:

Aos quinze anos, tomei conta de uma casa. Nessa época, eu já fazia de tudo, fui cuidar sozinho da roça. Desde desse tempo, venho me virando. Minha mãe e minha irmã quebravam coco e me ajudavam na época da “panha” do arroz. (EN52)

Meus meninos, desde miudinhos, trabalhavam comigo. Meu menino mais velho mora, atualmente, em Augustinópolis com a esposa. Quando eles eram menininhos, cansei de levá-los para roça dentro de um jacá. Mas quando eles começaram a me ajudar, eles tinham a base de 10, 11 anos (EN15)

As mulheres cuidavam da casa e da quebra do coco babaçu. As colheitas de cereais eram atividades desempenhadas por todos da família, independentemente do sexo.

A colheita do arroz exige muita mão de obra e rapidez na execução, sob pena, de perdas ocasionadas pelas chuvas ou desprendimento dos grãos dos cachos, quando muito maduros. A forma de colheita praticada pela grande maioria dos entrevistados era cortando os cachos e amontoando em galpões. Após 30 a 45 dias armazenados, atingia o teor de umidade ideal para realizar a “bateção”, operação que separa os grãos dos cachos. Depois disso, ensacavam para transportar para a casa e armazenar definitivamente. Quando a lavoura era relativamente grande e a mão de obra familiar não era suficiente para realizar a colheita, recorriam a duas formas de contratação de trabalhadores.

Nessa época, eu plantava de oito a dez linhas. Eu trabalhava mais sozinho, não tinha família. Na colheita era obrigado pagar. Ou pagava ou dava de terça, de meia... A terça é assim, se você apanhar três “paneros” de arroz, dois é da gente, um é do apanhador. A gente fazia assim porque às vezes o dinheiro era curto, mas compensava para nós. Já meia, se o apanhador catar dois “paneros” um é meu e outro dele. Nesse caso é assim, a gente começava pagar de terça e depois se o arroz tivesse bem maduro a gente passava a pagar de meia. (risos) Ou dava ou perdia! (EN38)

A contratação de trabalhadores dependia da disponibilidade de dinheiro que, no caso, seria oriundo de algum fundo de reserva, guardado para essa finalidade, ou da venda do arroz “na folha”. O pagamento de trabalhadores em produto no sistema de terça ou meação para auxiliar na colheita do arroz era considerado, pelos camponeses, mais vantajoso do que recorrer aos empréstimos dos comerciantes. É o que explica o relato abaixo.

[...] é porque se for vender o arroz que você ainda vai colher, você vai “vender na folha”. Quando ainda está na folha para apanhar ele é baratinho. Um saco que você tá vendendo na folha é preciso apanhar outro saco para pagar. Então já vai o dinheiro de todo esse aqui, não tem rendimento. Então, igualdade é você dar de metade. Você dá de metade e não tem o trabalho de apanhar e entregar. Você entendeu? (EN47)

O cálculo do camponês, nesse caso, leva em consideração a economia de tempo, do esforço físico para a colheita e do transporte do arroz (além da despesa do frete, caso não possuísse animal de carga) até o estabelecimento do comerciante. Dessa forma, o pagamento em produto é mais satisfatório tanto no sistema de terça, quanto na meação. Quanto a quem se submete a tais

remunerações em produtos é uma forma de suprir as necessidades para a sua subsistência.

[...] eu perdi minha roça, não queimou. Aí, entrei nessa “ripada” todinha. Quando chegou a colheita do arroz fui ajudar a cortar o arroz do pessoal e eles me davam um de terça. Ajudava os outros e ganhava o meu também. Graças a Deus consegui o arroz desse jeito. Naquela época nós estávamos muito fracos e foi o jeito fazer isso. (EN47)

A contratação pelos sistemas de “terça” e “meia” é vista como uma relação de reciprocidade e não de exploração da mão de obra alheia. Mesmo que possamos inferir que o pagamento no regime de terça ou meia permite a exploração da mão de obra dos trabalhadores, gerando mais valia, no caso 50% ou 67% do arroz colhido, tanto quem “paga” quanto quem “recebe” acha que está sendo beneficiado, porque ambos precisam de ajuda para garantir o provimento da família. A remuneração era uma “ajuda” ao invés de assalariamento (WOORTMANN, 1990).

Se a redução das colheitas de arroz deixava os camponeses com estoques abaixo dos níveis necessários para a subsistência da família, viam-se obrigados a recorrer aos empréstimos de arroz dos comerciantes para completar o “gasto da casa”. As condições para o pagamento do débito eram as mesmas que muitos já haviam vivenciado no Maranhão: tomavam emprestado um saco de arroz para pagar dois ou três sacos na safra seguinte.

O arroz você tirava uns 60 sacos e era o jeito você vender quase todo. Já começava você colher do começo, né? Tomava emprestado um saco de arroz velho para dar dois e meio, no tempo que eu tirasse o outro da roça. Rapaz, isso aí matava a gente, né!? Pois era assim, a gente ia seguindo no sofrimento. (EN47)

Emprestava um volume por dois, você pegava um e pagava dois. E tinha mais, o pessoal emprestava se a sua roça fosse boa, se não prestasse, não emprestava. O negócio era sério, moço! Eles eram donos de usina, compravam e botavam no depósito (EN24)

[...] um cabra com 10 linhas de roça, às vezes, não dava para ele tirar dez sacos de arroz de dentro do paiol. A gente tomava arroz emprestado nessa época. Às vezes eu pedia 10 sacos e pagava 20, não dava para o gasto. O rapaz não vendia, fazia era emprestar. (EN23)

O arroz era o principal excedente comercializado com a finalidade de adquirir outros itens não produzidos na lavoura: café, carne, açúcar, querosene etc.

Os altos juros pagos aos comerciantes relativos ao empréstimo de arroz subtraíam grande parte da produção, comprometendo a subsistência da família pela redução do estoque do arroz, que seria reservado para o consumo. Outro detalhe é que tais produtos eram comprados a prazo junto aos comerciantes e quitandeiros estabelecidos nos povoados em que moravam ou circunvizinhos, cuja dívida era quitada em produto, convertendo o montante da dívida em sacas de arroz.

Você começava a mexer na roça agora, né? Aí daqui a cinco meses, quatro meses que o arroz estava maduro, você ia cortar ele. Quando estava com um mês, batia ele. Depois ia pagar para carregar. Aí quando estava em casa, ia pagar o que estava devendo na quitanda. Ah, o saco de arroz de cinquenta, de oitenta sacos, você ficava com vinte sacos, o resto ficava com o comerciante (EN15)

[...] porque a gente ia pegando bagulho para gente comer, né? Café, açúcar essas coisas assim. Aí tirava dinheiro para comprar carne dia de sábado, porque ele arrumava até dinheiro para comprar a carne e quando dava tempo de somar a conta estava alta... (ESPOSA DO EN15)

Aqui tinha um comerciante. A gente que era meio fraco trabalhava o ano todinho comprando na quitanda dele e só pagava no final do ano. Ele sustentava o povo durante o ano inteiro. Todo mundo pagava quando apanhava o arroz. Aí ele juntava, somava tudo e dizia é tanto saco de arroz e nós colocávamos lá! (EN4)

As dívidas assumidas junto aos comerciantes, além de comprometer os excedentes das lavouras temporárias dos camponeses e até mesmo o autoconsumo da família durante o ano, transformavam-se em círculo vicioso, que se repetia ano a ano, impossibilitando para a grande maioria a acumulação de reservas. Em busca de realizar o equilíbrio entre o trabalho e o consumo da família, os camponeses tentavam complementar os “gastos da casa” com outras atividades.

A gente passava muita dificuldade, às vezes, tinha o que comer, mas não tinha dinheiro para comprar um remédio! Você adoecia, não tinha. Aquele período que estava trabalhando na roça, muitas vezes precisava do dinheiro que a mulher arranjava quebrando coco para comprar óleo, açúcar e por aí. Porque você planta arroz e só vai produzir com cinco meses. E esses cinco meses como é que você ficava? Se não tem emprego, né? Aí, era nesse modelo, você tinha que trabalhar dois, três dias, quatro na roça e arrumar um meio de trabalhar para alguém ou quebrar coco. [...] aqui o meio de vida era coco mesmo! Porque tinha bastante. (EN6)

Tinha vez que terminando de brocar a roça, a gente ia trabalhar para fora, na juquirá em Açailândia no Maranhão, enquanto a roça estava brocada. Ficavam uns dois meses para lá e a mulher ficava em casa quebrando coco. Era esse o jogo da vida. Trazia um dinheirinho e comprava as coisas para casa, as coisas de mais necessidade... até que chegava à época de queimar a roça e esperar a primeira chuva para plantar. EN22)

O babaçu é chamado por eles como “a mãe de todos”. Dessa palmeira eles aproveitam tudo. As folhas servem para fazer desde artesanato, cestos, balaios e até mesmos as casas, portas, janelas e cobertura. Até a década de 1990, a grande maioria das casas nos povoados era construída de parede de barro, cobertura de palha de babaçu e piso de chão batido, e por vezes, totalmente de palha (paredes, janelas, portas e telhado), “o cabra morava era de palha, agora não, o cabra só quer morar debaixo de casa de telha” (EN15).

No período em que realizamos a pesquisa de campo, esse tipo de habitação ainda era vista nos povoados e zona rural dos municípios da região. Elucidativo desse fato é o depoimento de um dos entrevistados, que assumiu um cargo eletivo, e após comprar uma geladeira em uma loja na cidade de Imperatriz, enfrentou problemas no momento da entrega do produto.

Quando o pessoal da loja veio entregar a geladeira, eu não estava em casa. Eles perguntavam e o pessoal apontava minha casa. Eles não acreditavam que o endereço estava certo. Minha casa era um barraco de taipa que ficava por detrás de outras num lugar alto. Para a geladeira entrar tiveram que quebrar a parede... (EN19)

O principal produto do babaçu é a castanha, a qual serve para extrair azeite e óleo para utilizar como condimento ou fabricar sabão. Da casca, fazem o carvão para venda ou consumo. Além de toda essa importância para a economia doméstica, o principal objetivo de explorá-lo era gerar dinheiro para compra de produtos para casa.

O cabra quebrava coco e ia comprando aquelas coisinhas, né?! Eu não tinha tempo de quebrar coco. Era a mulher que ia quebrando e naquela época tinha que comprar óleo para iluminar. Azeite, a gente não comprava, era azeite de coco mesmo. (EN15)

Eu passei cinco anos mais essa velha quebrando coco, porque não tinha onde botar roça. Cinco anos juntando coco, quebrando coco, fazendo carvão. Trabalhava dia e noite fazendo carvão. Eu juntava

coco para ela quebrar, meus meninozinhos foram crescendo e foi ajudando ela quebrar. Eles de sete anos para frente já começavam a quebrar coco. Os meninos viam a gente quebrando, logo entravam no ritmo também (EN20)

A atividade do extrativismo do babaçu tornou-se importante alternativa de renda na região. A participação das mulheres no equilíbrio da economia doméstica era fundamental. Eram elas (esposa e filhas) que, geralmente, dedicavam à atividade extrativista, mas às vezes envolvia toda a família. Os homens “quebravam coco⁵⁰” quando não estavam ocupados nas atividades de roça ou quando não encontravam serviços temporários para trabalhar. Entre os entrevistados, a maioria dos homens (chefes da família) revela que quando quebrava coco, a situação da família era de penúria.

Até o dia que cheguei nesse lugar (1977), eu nunca tinha achado na condição de ter que quebrar coco para os meus filhos não passarem fome! Eu cansei de quebrar coco! Eu dizia para minha mulher: - Eu vou quebrar coco hoje, quando chegar, vou vender lá no comércio para comprar o arroz. Na hora que eu juntava o coco, começava a chover... aí eu parava... ai eu tornava a começar, tornava a chover... era obrigado quebrar chovendo mesmo, para não ficar sem comprar o de comer... Aí eu chegava em casa com 2 kg, 3 kg... é o que eu fazia por dia! Quando comecei a quebrar coco, eu quebrava um kg, e fui aumentando... quando parei quebrava sete quilos, oito quilos. A gente trocava por comida, vendia por dinheiro, mas comprava o de comer no mesmo lugar. Até hoje o homem só vai quebrar coco se tiver muito apereado. Ou ele vai ou não come! (EN12)

Há, nitidamente, nos depoimentos a adoção de uma “dieta mínima” (CANDIDO, 2001) no cotidiano das pessoas, que, basicamente, se centrava em labuta diária de trabalho no campo em busca da subsistência familiar.

Quando eu estava grávida de meu menino, cansei de ir para o mato. O dia que tinha um cafezinho para eu tomar e uma farinha, cansei de ir, nunca senti nada. Quebrava coco o dia todinho. A tardezinha quando chegava fazia um arrozinho de noite e comia misturado, às vezes puro... Era ele todo dia trabalhando na roça e eu quebrando coco para gente comprar as coisinhas para casa, né? [...] Só nunca

⁵⁰ A atividade extrativista do babaçu consiste em colher frutos da palmeira, que, quando maduros, caem ao chão, juntá-los em um local para extrair a castanha do coco. A extração da castanha é um processo manual em que a pessoa sentada no chão segura com uma das mãos o coco sobre o corte de um machado que está apoiado para cima com a ajuda de um dos pés e com a outra mão golpeia o coco com um cacete de madeira, por isso falam “quebrar coco”.

sofremos foi fome de dizer assim: - hoje não comi. Comia ruim, mas comia (Esposa do EN8).

A longa jornada de trabalho exigia o deslocamento até o centro da lavoura. O homem trabalhava no roçado, mas antes coletava cocos para a esposa realizar a extração da castanha e fazer o carvão. Nessa lida diária, nem sempre levavam os mantimentos para cozinhar ou as marmitas com o alimento pronto. A refeição usual no almoço se resumia a

[...] farinha, sal e uma pimenta e a água, era o almoço! Vivemos desse jeito uns cinco a oito anos. Passei fome demais, moço. O povo ia porque tinha que ir mesmo, mas não era fácil não! [...] quebrava coco, passava fome. A pessoa saía bem cedo e bebia um cafezinho velho. Aí você jantava só quando chegava do mato... era só a janta mesmo! Porque a gente ia para o mato, eu e a mulher, os meninos ficavam com minha mãe. (EN15)

A pobreza relativa a esse período é caracterizada nos depoimentos por meio da pouca disponibilidade de recursos, para adquirir outros itens básicos para uso no dia a dia.

Nesse tempo, eu urinei na rede e tinha acendido um fogo de madrugada para esquentar. Eu coloquei o calção para secar no fogo e o calção queimou, fiquei nu. Aí de manhã, corri enrolado num pano e minha mãe disse: - cadê o calção menino? (- Queimou, mãe). Agora ficou feio, só tinha um! Nessa época, minha mãe quando perdeu papai era tão pobre que não tinha condições nem de morrer. (EN44)

A grande maioria dos entrevistados vivia em dificuldades para garantir a subsistência familiar, na penúria. No entanto havia alguns camponeses que eram comerciantes, possuíam posses de terras devolutas em processo de implantação da infraestrutura para a criação de gado.

Eu pegava emprestado de meu tio, né? Um saco de arroz velho para dar dois e meio, no tempo que eu colhesse minha roça né? Era o meu tio quem me arrumava terra para eu plantar. Eu trabalhava trocando diárias com os dois filhos dele. [...] E assim a gente ia seguindo. (EN47)

Na época a gente vendia para o Manuel Bemaqui. Nessa época se precisasse de dinheiro, ele emprestava! Aí depois pagava em produto, em arroz, milho. Você comprava café, açúcar, e ele anotava

no caderno. Na hora de pagar, ele somava e descontava do preço do arroz, de acordo com o preço da tabela. (EN6)

Tais comerciantes faziam o papel de intermediários nas negociações dos produtos da região com as redes de comércio regional, localizadas principalmente na cidade de Imperatriz-MA. O arroz, por exemplo, comprado por esses comerciantes, era transportado para as usinas beneficiadoras em Imperatriz-MA, e com isso entrava no circuito comercial das regiões Centro-Sul e Nordeste. O babaçu seguia para usinas de esmagamento e extração de óleo, depois era comercializado com redes de indústrias de cosméticos, sabão, azeite e condimentos. Dessa forma, mesmo com toda a deficiência de infraestrutura de transportes, a região integrava-se à economia nacional via capital mercantil, por meio dos comerciantes locais.

Com a construção da BR-230 (Transamazônica) nos anos 1970, o fluxo migratório para região se intensificou, e a ocupação do território passou a ser exercida pela frente pioneira, trazendo consigo a grilagem e o fechamento das “terras livres”. O modo de ação dessa frente pioneira em nada diferenciava do que, comumente, acontecia em outras regiões e não era estranho na trajetória de grande parte dos camponeses do Bico do Papagaio.

3.3 Grilagem e a subordinação camponesa no povoado Morada Nova

A disputa pela terra no Bico do Papagaio levou ao cercamento das terras em 1985. Da mesma forma, que ocorreu em outras regiões, a disputa pela terra se configurou como uma luta pelo espaço, em que os camponeses entraram em violentos conflitos com os grileiros, procurando assegurar a posse sobre as propriedades, para fins de regularização e também como vimos anteriormente, retomar as terras de onde foram expulsos.

Mesmo com a intensificação dos conflitos a partir de 1974, a migração continuava a ocorrer no período. À medida que essas pessoas chegavam, iam se ajustando entre as terras que encontravam disponibilidade de área para iniciar as suas roças.

Quando cheguei (1978) tinha essa fazenda Babaçu que pegava daqui até o São José e aquela estrada. O pessoal todo trabalhava lá dentro, humilhado, tudo humilhado. O fazendeiro era muito perigoso, nessa época. Aí o pessoal trabalhava muito cativo, pagava renda! E o jagunço andava atrás para receber a renda. Não dava para mim não... Aí eu botei minha rocinha na terra do Alcione, ele está até hoje na Santa Luzia. (EN37).

Chegamos em 1973, essas terras, nessa época, eram dos posseiros daqui do Jatobá, trinta seis quilômetros do Axixá. Aqui tudo era posseiro. Eles deixavam produzir na terra deles sem pagar renda. Era uma terra sem cerca, só com os variantes, só algumas tinham cerca. Eles faziam as veredas e aí esse era de fulano, ciclano. Era uns com 10 alqueires, outros 20. Eles davam terra para gente trabalhar, não cobrava renda. O coco era por conta, diferente do Maranhão, né? (EN7)

A preocupação inicial do grileiro era demarcar a propriedade. Visitava os camponeses e fazia propostas para comprar suas posses, adquirindo-as a preços irrisórios “era a troca de pacote de fumo, bicicleta velha”... (EN15). A maioria dos camponeses não tinha a terra como uma mercadoria, apenas o trabalho realizado sobre a terra é que poderia ser negociado, era uma indenização do serviço realizado sobre a terra (WOORTMANN, 1990). Uma capoeira, por exemplo, apesar de estar livre da mata e exigir menor esforço para a formação de pastagens, para o camponês, não tinha grande valor, dependendo do período que estivesse em repouso para reutilizá-la. E, como eram poucas as pessoas que tinham alguma benfeitoria que aumentasse o valor da indenização, as áreas foram aos poucos sendo desapropriadas pelos grileiros, principalmente os que detinham disponibilidade de recursos e intenção de se estabelecer na área, como, por exemplo: “Chico Babaçu era um homem com recursos. Em 1974, ele veio com um caminhão cheio de mantimentos e peões arrumando a estrada para o caminhão entrar” (EN23).

Os posseiros vendiam ou eram obrigados a vender suas terras. Às vezes, quando a relação era pacífica, permaneciam na área por um determinado período, mas com o tempo o destino era a “porta da rua”, como podemos observar nos dois relatos a seguir.

O pessoal era desinformado, medroso, saía. Todo mundo saía. Eles iam tirando assim devagarzinho, numa boa. Aqueles que eram

valentes, eles ameaçavam, diziam que eles tinham que sair de qualquer jeito. E assim ficou ruim. (EN15)

Eu roçava e ficava trabalhando lá dentro como morador. Empreitava todos os anos os piques, 4, 5 km. [...] Ele não teve má querência com ninguém. Eu vivia lá dentro, fui o derradeiro que saiu. Tirou todo mundo tranquilo, foi saindo um, saindo outro. Eu fui para rua, passei 14 anos em Axixá, sempre trabalhando nas fazendas. Cansei de carregar um volume de arroz na cabeça por 4, 5 km, para comer morando na rua. (EN16)

Antes de 1970, um camponês, que vendesse sua pequena posse, tinha a possibilidade de abertura de nova área devido à disponibilidade de terras devolutas. Com a chegada dos grileiros, elas se tornavam cada vez mais escassas, porque as terras livres ou “soltas” eram cercadas.

[...] eu conheço esses pés de paus daqui desde muito tempo. Então era assim, o Dr. João comprava um lote aqui para o caminho, vamos supor que era cinco, seis alqueires, saia aqui e cercava tudo! Era assim, comprava um do meio, enquanto não tinha casa, era dele. [...] Ele comprou e laçou para acolá, se fosse trabalhar lá, tinha que pagar renda, era um saco por linha. (EN3)

O camponês era duplamente expropriado: ao vender a posse e não poder mais abrir uma nova. Essa situação não era percebida por ele, porque a fazenda em formação necessitava de seu trabalho e ele permanecia na área subordinado como “rendeiro”, realizando o plantio de roças itinerantes, pagando renda com a prestação de serviços.

A terra dele era cercada e ele tinha um encarregado da Morada Nova que ficava lá: - Olha, nós vamos colocar o gado em tal quarteirão e na época de roça, nós cercávamos a área. Aí a renda que nós pagávamos era isso, fazia a cerca para o gado não comer a roça⁵¹. Mas a gente plantava o arroz, milho e a fava. Ele era um fazendeiro sangue bom, o Chico do Coco! (EN12)

Nós pegávamos a roça, uma área de mato grosso, assim!. Plantava arroz, milho, feijão e fava, tudo junto. Quando o arroz estava grande entrava plantando mandioca. Quando colhia o arroz, entrava roçando a palhada de arroz e a mandioca subia. A gente ficava um ano com a terra, às vezes ficava um resto de mandioca para trás, mas era um

⁵¹ Nos conflitos fundiários ocorridos no Maranhão grande parte deles era devido à invasão do gado nas lavouras dos camponeses, em que os fazendeiros estrategicamente deixam o gado solto para expulsarem os posseiros das áreas (SANTOS, 2010).

ano que ficava com a terra. No outro ano já passava para frente... Ai aquela área já ia gramando também. Às vezes, éramos nós mesmo que gramava. Ele dava a semente para plantar no meio do arroz (EN20)

Quando os fazendeiros concluíam o cercamento das propriedades, passavam a exigir o pagamento da renda em produto. Aqueles que ainda tinham posses dentro da área e não aceitavam pagar renda em produto foram obrigados a se retirar da propriedade, com ameaças, humilhações e até expulsão, seguida de queima de suas casas.

Eu estava na Morada Nova na casa de um chegado lá. Aí chegou a notícia que fulano de tal estava botando fogo em roça e em casa na Santa Luzia. Eu corri para minha casa e quando cheguei o fogo estava queimando bem aqui no canto e arrodando umas casas que tem para o outro lado. O fogo já tinha queimado minha roça. “Chafurdou” não prestava mais para tratar a roça! (EN2)

A volta à “sujeição” fica evidente para a maioria dos entrevistados a partir do momento que o grileiro exige pagamento da renda em produto, pois significa a expropriação da produção, o fim da fartura, que em outras palavras, representa a diminuição do excedente e coloca em risco a subsistência da família. O pagamento da renda em produto não era bem aceito pelos camponeses e foi implantada usando-se de meios coercivos.

Agora quando foi para pagar renda, menino, deu uma confusão danada! Gente que não queria pagar, aquele rolo e o cara... nessa época começou a andar pistoleiros por aquele mundaréu todo, para obrigar o pessoal pagar (EN15)

Aí tudo mudou quando o Dr. Joao comprou essa terra. Quando era para nós colocar roça, ele chamava todo o pessoal da Morada Nova, fazia a reunião e aquele que não aceitasse pagar renda, não plantava, tá entendendo? Você tinha que deixar assinado quantas linhas você queria, se eram 10 linhas; 5 linhas; 1 linha; tinha que assinar no papel. No dia da renda, ele levava o papel lá. (EN23)

A redução do excedente ainda se daria mais acentuadamente com a proibição de plantio de culturas de ciclo longo, limitando praticamente ao plantio de arroz e milho consorciado. As culturas de ciclo longo não eram permitidas porque o fazendeiro queria a área de volta para aproveitar os restos culturais da lavoura para alimentar o gado, e/ou formar as pastagens.

Aí começou a ficar ruim, o pessoal arrendava e a gente não tinha direito de plantar nem um pé de macaxeira para comer. Às vezes quebrava o milho antes do tempo, começou a ficar ruim. [...] A gente colocava a roça, mas sabia que era só o tempo de colher o arroz e o milho. Era só isso que nós plantávamos. (EN40)

Eu botei uma roça de quase dez linhas. Aí plantei o arroz e a fava, né? Ai depois de certo tempo, quando a fava estava toda bageando, eles botaram o gado dentro. Eu fiquei desgostoso, sabe?! A gente sem terra! O gado comeu tudo, não deu tempo de nada (EN38).

Com o tempo, a pastagem passou a ser semeada durante o ciclo cultural do arroz, primeiramente pelos empregados da fazenda e, posteriormente, passou a ser uma tarefa do próprio camponês.

A gente brocava, queimava, plantava arroz, feijão e milho. A mandioca não podia, na hora que a gente colhia, eles já iam botando o gado para comer a palhada e aquelas coisa ali. Depois começaram plantar capim nas roças, antes de você colher. No início eles jogavam a semente uns trinta dias depois que você plantava, outras vezes, eles mandavam semear junto com o arroz (EN4)

Segundo alguns relatos, com a realização da semeadura das pastagens juntamente ou próximo do plantio das lavouras do arroz⁵², houve diminuição da produção, em virtude da competição das culturas por água e nutrientes do solo,

Teve um ano que nós queimamos a roça e eles jogaram a semente de noite na nossa roça. E quando a gente foi tratar das roças, eles não queriam que você cortasse um pé de capim. Aconteceu que nós tiramos o arroz misturado com capim, só um pouquinho de arroz e ainda tinha que pagar renda. Não tinha gerente bom, não! A gente sofria mesmo (EN20)

De acordo com os informantes que trabalhavam como rendeiros, a relação era pacífica, apesar dos empregados da fazenda andarem armados. Quanto ao pagamento da renda em produto, alguns dizem que, às vezes, chegavam a

⁵² O plantio consorciado de arroz ou milho consorciado com pastagem foi uma técnica desenvolvida pela Embrapa Arroz e Feijão, sediada em Goiânia, na década de 1980. Essa técnica consiste em plantar arroz ou milho consorciado com semente de pastagem em solos devidamente corrigidos com calcário e seguindo recomendações técnicas de adubação e cultivo, o que não era o caso das lavouras na região (YOKOYAMA et al., 1998).

dispensar ou cobrar menos se por acaso o plantio não rendesse bons resultados. Mas, com o passar do tempo, a renda era obrigatória, independente do resultado.

Eu não gostava de pagar renda. A renda tinha que pagar de todo jeito, se tivesse arroz pagava e se não tivesse tinha que pagar também. Nesse caso, pagava em serviço em alguma coisa, mas tinha que pagar. Não para o fazendeiro, mas para o encarregado dele. (EN4)

Eram cinco linhas de roça, mas se não desse aquele total você tinha que pagar. Você podia ficar sem nada, mas tinha que pagar a renda. Quando não dava você ia trabalhar, não tinha jeito. O fazendeiro ajeitava um serviço para você na juquirá, tinha que pagar não tinha jeito. (EN20)

Apesar de ser possível a exploração do sobretrabalho dos camponeses nas tarefas de desmatamento e formação de pastagens a um custo reduzido, o fazendeiro necessitava de mão de obra para manutenção das instalações, que, dependendo das situações, seriam custeadas pelo infortúnio dos camponeses em anos de más colheitas.

O pagamento da renda em produto era considerado pelos camponeses um tributo que desequilibrava o cálculo específico do camponês, comprometendo a subsistência da família. Se as condições de vida nos povoados já eram precárias, com a exigência do pagamento da renda em produtos se tornaram ainda piores.

Ora, quando a gente pagava dez sacos da renda e pagava vinte do empréstimo (quitanda), o paiol da gente ficava baixo, acabava, ficava pouco. Nós donos de casa não tinha nada não. Só tinha mesmo a noite, o dia e a rede de dormir! (risos) (EN23)

O desequilíbrio entre consumo e os resultados do trabalho familiar na lavoura levava o camponês a alugar sua força de trabalho em fazendas da região, ou

[...] às vezes que a roça não dava nada, o negócio pegava. Era o jeito quebrar coco e se virar para manter a família. Às vezes, trabalhava para ganhar umas diárias com o próprio fazendeiro. Tinha que se virar, sofrer. Passava fome, às vezes, não tinha o que comer. O cabra ter uma “renca” de filhos, a carteira não ter nada, dentro de casa não ter nada... ir para labuta de manhã... não... (lágrimas). Vivemos muitos anos assim (EN44)

A gente empreitava uma juquirá para roçar em fazendas da Bananal para cá. Trabalhava o ano todo até chegar o tempo das roças.

Quando não queria ir, caía no coco, cansei de quebrar 6 kg, 7 kg por dia e vender. Quando chegava o tempo de brocar, se socava lá de novo na fazenda do Dr. Joao Batista (EN46)

A exploração de babaçu, nos momentos de crise, tornava-se a única fonte de renda. Era dela que se obtinha dinheiro para comprar o alimento do dia a dia. O babaçu era explorado livremente pelas mulheres, porém alguns fazendeiros começaram a exigir que as mulheres realizassem a quebra do coco e a “caieira⁵³” do carvão fora da propriedade, ou onde não havia gado. Eles alegavam que as cascas do coco machucavam as patas dos animais e as caieiras, além de espantar o gado, poderiam provocar incêndios. O transporte do coco para ser quebrado fora da propriedade exigia um grande esforço físico dado o peso do fruto e longas caminhadas dentro da mata.

Nesta época não tinha essas estradas que vinham para cá (povoado Santa Luzia), nem essas que vai para São José, era mato mesmo! Essa estrada aqui é nova, não tem nem sete anos ainda! Nosso transporte nessa época era jumento, carregava tudo no jumento (EN12)

As cercas de arame das propriedades eram um obstáculo a mais para ser superado, e o avanço da pecuária põe em risco as matas de cocais, pois eram abatidas para a implantação das pastagens.

Outra possibilidade para os trabalhadores complementar renda e manter a subsistência da casa era trabalhar nos garimpos do Pará e Mato Grosso, principalmente, na Serra Pelada, especialmente na década de 1980. As pessoas entrevistadas que foram ao garimpo, nesse período, viviam em uma situação de muita necessidade. Para a maioria, terminou em fracasso a busca de recurso que pudesse trazer melhorias na situação precária de vida que eles estavam passando.

[...] Minha mãe ficou aqui quebrando coco. E de lá o dinheirinho que eu ganhava partia no meio e ia mandando para ela, para ajudar a se manter. Ela só quebrava coco mesmo. E meus tios quando colhiam, cada qual dava um volume, dois de arroz e mais o dinheirinho que eu

⁵³ Caieira é o local onde o extrativista de babaçu queima as cascas do coco para fazer o carvão. As cascas são colocadas em um buraco no chão, atea-se fogo e cobre-se com areia para ir queimando aos poucos até transformar-se em carvão (cerca de 4 a 5 dias).

mandava, ela ia se mantendo... Nesse período, eu passava seis meses lá e seis meses aqui. (EN28)

Eu queria ganhar dinheiro, ficar rico, homem de Deus! Não ganhei nada! Passava de quinze dias a um mês para lá e metia a cara nesse troço aqui. Essa mulher era quem aguentava o batistério! Ficava quebrando coco, todo dia, o tempo todo. Lá se vai essa luta, eu na serra e ela em casa... passava mal. (EN11)

O trabalho no garimpo era regido pelo ciclo das águas. Era possível alternar entre o trabalho no garimpo na época seca e o plantio dos roçados no período chuvoso. Na maioria das vezes, as pessoas desistiam devido a problemas de saúde com doenças típica dessas regiões.

Eu era rapaz solteiro, não ligava muito para roça. Fui dar uma volta no garimpo em Mato Grosso – Peixoto de Azevedo. Eu fiquei somente seis meses porque lá dava muita malária (EN50).

Eu durava pouco porque lá me dava malária. Da última vez que eu fui já estava aqui. Mas eu ainda estava com invenção de garimpo. Aí fui para o garimpo, num passei um mês, a malária quase me mata. Aí voltei, era 1983. (EN8)

A migração para os grandes centros não foi uma alternativa viável para algumas pessoas. Não significou a proletarização definitiva, pois a volta à região para trabalhar nas terras, mesmo como rendeiros, ainda era possível.

Fui morar na capital (Teresina). Lá eu trabalhava de ajudante de pedreiro e não gostei. Eu não gostei porque quando nós morávamos aqui tinha muita fartura em casa, criação de galinha, mandioca. Lá era o contrário, trabalhava e tinha que comer do trabalho que a gente fazia. O ganho era pouco demais. Aí voltei de novo... (EN8)

A comparação da vida no campo com a vida na cidade era inevitável. Na zona urbana, tudo depende de recursos financeiros, e os rendimentos alcançados nas atividades de baixa qualificação profissional eram insuficientes para a subsistência.

A permanência na região, sob a condição de rendeiros, era uma situação de instabilidade e precariedade, que, dificilmente, alcançava o equilíbrio doméstico sem a necessidade de alugar a força de trabalho e dedicar-se ao extrativismo do babaçu. Sem contar que, à medida que as áreas de pastagens avançavam, as “terras de trabalho” se transformavam em terra de gado.

As perspectivas de permanência na região não eram das mais animadoras. Só começaram a mudar a partir de 1979, com a chegada da equipe da CPT à região.

3.4 A luta pela terra no povoado Morada Nova

Nesta seção, resgatamos como ocorreu a conquista da terra pelos camponeses do Assentamento Grotão, que, após serem expulsos da terra, contaram com o apoio da CPT e se mobilizaram para retomá-la e se transformar em um dos primeiros assentamentos de reforma agrária da região do Bico do Papagaio. Posteriormente, resgatamos a conquista da terra de outro assentamento, PA Buriti, na década de 1990, quando a reforma agrária estava em um período de grande impulso no Brasil e na própria região do Bico do Papagaio.

3.4.1 O projeto de Assentamento Grotão

A publicação do Decreto Federal nº 1164, em 1º de abril de 1971, previa a titulação das terras localizadas na faixa de 100 km das margens das rodovias federais, a quem comprovasse posse efetiva de uma propriedade, caracterizada pela existência de moradia habitual e cultura efetiva há pelo menos um ano. Essas pessoas teriam a preferência para a aquisição de um lote da dimensão de um módulo rural, respectivo à região onde estiver localizado (Estatuto da Terra no art. 97, parágrafo II). Contudo a grande massa de camponeses da região desconhecia esse Decreto. Isolados em pequenos povoados, a vida dos camponeses se resumia ao trabalho, à terra e às inter-relações com a comunidade local e, portanto, o acesso à informação era limitado ao universo desses camponeses.

A porção geográfica de toda a área da região do Bico do Papagaio fica na área de abrangência das rodovias federais BR-226, BR-153 e BR-230, que foram construídas a partir da década de 1960. A rodovia 230, concluída em 1972, corta a região ao meio, o que contribuiu para a migração de pessoas, principalmente, da

frente pioneira. Apesar de algumas referências apontarem para o início das grilagens de terras antes do final da década de 1960, por volta de 1967 e 1968 (SADER, 1986, p. 158; SOARES, 2009, p. 106), é justamente após a conclusão da BR-230 que a grilagem de terras intensificou-se na região do Bico do Papagaio.

Tradicionalmente, a grilagem de terras aconteceu somente onde havia duas condições básicas para o grileiro: a existência de estradas e áreas desmatadas (SANTOS, 2010) ou se preferir uma conceituação mais capitalista, já beneficiada, livre da presença de matas, livre do custo operacional de torná-la nua para realizar os investimentos. Para o campesinato da fronteira, ao contrário, a existência da mata era determinante para o estabelecimento da roça itinerante, a garantia de safras fartas, local do trabalho livre e autônomo.

Eram duas concepções diferentes, no entanto. Historicamente, para o capital se realizar na fronteira, era fundamental a participação camponesa que cumpria, segundo Martins (1975), dois importantes papéis: expandir a frente demográfica para onde o capital ainda não apresentava condições de se realizar e produzir excedentes que cujas trocas, mesmo visando à reprodução social de seus grupos familiares, promovem a circulação de mercadorias e servem de elos com a expansão capitalista, que com o tempo aproximava-os, provocando proletarização, expulsão ou migração e, principalmente, a violência provocada pelo choque de alteridade, de visões de mundo diferente.

O choque de alteridade, para Martins (1996), acontece quando, por alguma razão, sujeitos históricos têm visões de mundo diferentes. A questão da terra na região da fronteira é uma das diferenças. Enquanto o camponês da fronteira, para se realizar como produtor independente, livre e autônomo, necessita que a terra seja livre para reproduzir-se socialmente, o capitalista da frente pioneira, ao contrário, tem de privatizar o uso da terra, cercá-la, torná-la mercadoria, objeto de troca. Desse desencontro resultava o processo de grilagens de terra e, não raro, o apelo à violência, como sucedia em todas as regiões do Brasil e não, diferentemente, do povoado Morada Nova, localizado no município de Axixá do Tocantins.

A luta pela terra, que culminou com a implantação do atual Projeto de Assentamento Grotão, é uma extensão das lutas pela democratização do acesso à terra empreendida pela Igreja Católica, em defesa dos posseiros da Amazônia,

desde a década de 1960. Foi a partir da chegada da equipe da CPT à região, em 1979, que os camponeses se mobilizaram de forma organizada para lutar pela terra.

As terras que formam hoje o Projeto de Assentamento Grotão foram griladas, a princípio, por um fazendeiro conhecido como VM, que esteve envolvido em várias grilagens no Brasil (SADER, 1986, p. 158). “Grileiro profissional”, ele não tinha nenhuma intenção de permanecer na área e pouco se comenta sobre o modo de ação dele. Mas a terra foi repassada para outro grileiro conhecido por “Titon” e o relato abaixo descreve a sua chegada.

A gente teve notícia que chegou uma pessoa, que era dona da terra, mas logo foi embora. Em seguida, apareceu esse outro que veio no nosso povoado, chamado Titon. Ele fez uma reunião lá na casa de um compadre para dizer que era dono daquela terra. Eles tinham que assinar um papel reconhecendo que ele era dono. Eles nem leram, nem sabia que era. Aí quando ele foi embora meu pai disse assim: - “aquele homem veio para nós assinarmos que somos agregados dele”. (EN18)

O Titon foi até bom, ele deixava fazer roça, né! A diferença é que, por exemplo, se tivesse dez moradores, era para fazer roça tudo num lugar só! Nós não trabalhávamos assim. Antes, um ia fazer do lado do outro e via que aquela terra estava mole, ia para outro rumo e era assim, ficava todo mundo longe. Ele não queria assim! No sistema do Titon, ele queria que fizesse tudo emendado, tanto ruim como bom, o pessoal não queria assim. (EN10)

Ele chegou e foi dividindo a terra, foi aí que começou a briga da terra! E tinha um negócio de ter o lugar de trabalhar, começou a luta. A luta era que ele queria tomar as terras. (EN1)

O modo de operação, de uma forma geral, para aqueles que pretendiam regularizar a terra era similar. Eles buscavam implantar alguma infraestrutura na propriedade, livrar-se dos posseiros que estivessem dentro da área de forma pacífica (compra da posse) ou violenta (ameaças ou expulsão), para caracterizar a posse mansa da propriedade. A perda de autonomia do camponês para escolher a área do plantio das roças, conforme relato acima, já era um início de resistência, mas não foi única. A área pretendida pelo grileiro era relativamente grande, sendo a maioria de mata e sem estradas no seu entorno, o que dificultava o controle e a vigilância da entrada de outras pessoas para abertura de roças sem seu consentimento. No entanto a principal resistência eram alguns camponeses que não quiseram vender as posses.

Depois de certo tempo, começou chegar uns fulanos que compravam capoeira aqui e outra ali. Depois saíam no meio falando que isso aqui era dele e o cabra tinha que desocupar a terra, se não saísse, ele ia cercar. O pessoal era desinformado, medroso, saía tudo. E ia cercando, sei que ficamos do lado de fora. (EN4)

Aí tem muitos que venderam as casinhas. Eles começaram cercando tudo. Compravam a casinha e ficavam governando de longe. As casas eram longe uma das outras, não tinha vila não. Aí teve os que não foram embora, os que não quiseram vender. O Titon foi o primeiro que veio. Teve muitos que não quiseram ir embora e ficaram bravos (EN14)

O fato é que, diante da resistência encontrada, esse grileiro também logo foi embora, sendo sucedido por outro de nome Crispim. Com a vinda desse novo grileiro, a situação passou a tornar-se mais perigosa e violenta, pois sua intenção era “limpar a área”, tirar todos os camponeses de dentro da área. As narrações abaixo são relativas à chegada desse grileiro no povoado de Morada Nova. Estimase que ele chegou por volta de 1975 a 1976.

Inclusive, eles ainda derrubaram casas aqui. Amarravam o boi e puxavam, derrubando tudo. Sei que nós ficamos aqui junto da Morada Nova, e eles queriam cercar essa área aqui. Aí, foi a hora da confusão. (EN1)

Aí quando veio esse Crispim, ele veio mais valente, veio com mais autoridade. O povo que não queria ir embora, ele amarrava o boi assim no canto da casa e derrubava a casa. Se o dono não quisesse que a casa caísse por cima dele, era sair de baixo. Aí, nós fomos embora para Sítio Novo, viemos lá pelo olho d’água andando, aqui no Bacuri perto do Grotão, e fomos ficando pelos arredores (EN14)

Os que estavam dentro vendiam para ele. Ele indenizava, dava um jeito de comprar, não tinha jeito, tinha que vender! Ele obrigava e a pessoa tinha medo de morrer! Ele humilhava a pessoa, ou vendia ou perdia! Eles cercou uma área muito grande aqui de aceiro, fizeram as veredas e era grande. (EN10)

Agora com o Crispim o negócio piorou. Piorou porque nós não podíamos mais botar roça e essa era a maior área da região. Do outro lado, era do Lamartine. Teve um homem na Santa Luzia que botou uma roça, lá no começo das casas que você passou ali. Os cabras o pegaram e deram uma “pisa” desgraçada, bateram nele (EN7)

Diante do histórico exposto anteriormente, podemos afirmar que a resistência às ações dos grileiros iniciou-se antes da chegada dos missionários

enviados pela CPT à região do Bico do Papagaio, em 1979. Contudo, foi a partir daí que os camponeses se organizaram e a luta ganhou mais intensidade. Anteriormente, os camponeses viviam em pequenas comunidades isoladas e, mesmo que as questões fundiárias da região fossem comuns a todos, não havia nenhuma mobilização coletiva.

O povo não sabia de nada... Eu dei graças a Deus que esse povo veio, o frei Henrique, mais essa Lurdinha... era a Lurdinha! Foi esse povo quem orientou todo mundo. E todo mundo entrou com coragem e Graças a Deus, agora tem onde plantar um pé de feijão. (EN3)

O primeiro integrante da Comissão Pastoral da Terra a chegar à região foi o missionário italiano Nicola Arponi em 1979. Ele foi enviado pela prelaia de Conceição do Araguaia-PA, com o apoio do Bispo de Porto Nacional-TO, para atuar na região com o objetivo de levar adiante os trabalhos definidos pela CPT. Seu trabalho consistia em visitar povoado por povoado, reunindo-se com as comunidades locais para esclarecê-las sobre a importância de permanecer nas terras, resistindo às pressões dos grileiros e, ao mesmo tempo, realizando um trabalho de conscientização política, identificando e preparando as lideranças locais para a mobilização da luta e fundação de sindicatos de trabalhadores rurais (ALDIGHERI, 1993).

Com a influência de Nicola Arponi, em 1980, também chegaram à região, oriunda do Rio Grande do Sul, a freira Lourdes Lucia Góí, conhecida como Lurdinha; o advogado Frei Henri de Roziers (conhecido por Frei Henrique) e três freiras francesas que eram conhecidas por Bia, Mada e Nicole. Esses religiosos intensificaram suas ações em toda a região do Bico do Papagaio. Uma das primeiras conquistas foi a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Sebastião em 4 de outubro de 1981. A meta era criar um sindicato para cada município (AGUIAR, 2010).

Frei Henrique [...] a Nicole também. Nicola... tinha Nicola homem também, viu!?. A Nicole trabalhava junto com a Lurdinha, o Nicola foi embora. Chegou Frei Henrique, ele e Nicole trabalharam juntos e depois chegou Josimo. A Lurdinha passou a trabalhar junto com Josimo, era uma missionária, hoje mora em Brasília, é formada! (EN11)

Entre esses nomes, acrescentamos o professor Elias, pessoa não muito conhecida na bibliografia sobre a região. Contudo aparece nas entrevistas como uma das figuras centrais na luta pela terra nos povoados de Morada Nova, Santa Luzia, São José e Juverlândia.

E o Elias que também era de frente. Quando ele chegou aqui já foi caçando esse tipo de coisa, né!? Ele morava na Palestina. Lá na Palestina, ele já tinha mexido com negócio de guerrilha, já sabia muito mexer com esse tipo de gente, gente ruim! Ele chegou aqui através da igreja.” (EN11)

O professor Elias é destacado pelos entrevistados como principal líder. Ele mobilizava os camponeses dos povoados Morada Nova e Santa Luzia. Em 1980, ensinou as crianças do povoado a ler e escrever. Apesar de sua importância na luta pela terra, pouco se sabe sobre ele, sua origem e sua história anterior sua chegada ao município de Axixá.

O trabalho da CPT consistia na mobilização dos camponeses, mantê-los na luta dentro da terra; esclarecê-los sobre a situação das terras na região do Bico do Papagaio; denunciar os abusos para as autoridades; prestar assessoria jurídica e entrar na luta política fundando, em alguns locais, diretórios do Partido dos Trabalhadores, partido de esquerda que surgia naquele momento como um dos defensores da reforma agrária e das causas trabalhistas.

Aí, as pessoas diziam para gente se organizar que a terra era nossa, não era para sair da terra. Eles diziam para gente resistir, se organizar e fundar o sindicato. Aí quando foi na época de 80, começou chegar gente de fora dizendo para nós fundarmos um partido, que era o PT, Partido dos Trabalhadores (riso), aí foi misturando sindicato com partido. (EN18)

É atribuída ao professor Elias a organização da primeira ação contra o grileiro Crispim no povoado Morada Nova e Santa Luzia. Incentivado por ele, mais ou menos 20 camponeses entraram na área do grileiro para realizar o brocamento⁵⁴ da área para formar suas roças. Ao fazer a denúncia, o grileiro conseguiu uma

⁵⁴ Brocamento: refere-se a uma fase do sistema tradicional de preparo do solo utilizado por esses camponeses, que consiste no brocamento ou desmatamento da área seguido da queima e, posteriormente, o plantio da lavoura realizado de forma consorciada.

ordem judicial do juiz, João Batista de Castro Neto, para intimar os lavradores no dia 10 de setembro de 1980 (RODRIGUES, 1997).

Eles chegaram lá e prenderam as vinte pessoas. Levaram lá para sede, sei que tinha um monte de gente presa. Prenderam de manhã e soltaram de tarde, não fizeram nada, não! Só prenderam para ameaçar e avisar para não ir mais para lá, né? - Estamos só prendendo para avisar, se vocês voltarem as coisas vão ficar difícil para vocês! Eles não trataram a roça. Tinha ameaça de todo jeito, pistoleiros estavam brincando por aí. (EN4)

A intimação expedida pelo juiz foi lida por um oficial de justiça, na qual ordenava que todos os detidos na fazenda assinassem uma declaração de que não mais entrariam na terra, reconhecendo, dessa forma, que a terra pertencia ao grileiro. Além dessa ação, outras semelhantes já tinham sido realizadas em outros locais da região e eram conhecidas como Operação Limpeza⁵⁵ (RODRIGUES, 1997). Tal juiz aparece em relatórios da CPT expedindo ações como essa, tendo, inclusive, se apropriado de duas áreas na região do Bico do Papagaio: a fazenda do grileiro Chico Buriti, no povoado Morada Nova em Axixá, e a Fazenda Jussara no povoado de Sete Barracas, município de São Miguel do Tocantins.

Para evitar represálias como a mencionada anteriormente, as ações dos camponeses passaram a ser articuladas coletivamente em toda a região. Para dar mais autonomia e mobilidade ao movimento, foram criadas coordenações sindicais com representantes de cada município, mesmo aqueles que ainda não haviam fundado sindicatos. As coordenações tinham a função de reunir as lideranças dos povoados para, rotineiramente, discutir os problemas e planejar as ações e mobilizações na região.

Nós não tínhamos sindicato, era uma coordenação! As coisas tinham que ir à coordenação e tiravam encaminhamento para levar para ao governo do estado, para Brasília, para botar na mão de deputado. Às vezes precisava de assinatura para pôr na mão daquele deputado que estava do lado do trabalhador... (EN8)

⁵⁵ Ordem assinada, no dia 25 de agosto de 1980, pelo juiz João Batista de Castro Neto determinava a intimação de quatro lavradores no povoado Sumaúma (Sítio Novo). No entanto a polícia prendeu 22 homens e uma mulher, derrubou casas, prendeu armas de caça, proibiu os posseiros de voltar ao trabalho nas plantações e coagiu as pessoas a assinar a intimação, mesmo o nome não constando no documento. Nesse mesmo dia, operação similar foi realizada no Centro dos Mulatos, município de São Sebastião e em Feira do Socó, município de Araguatins (RODRIGUES, 1997).

Aqui mesmo, quando tinha reunião, o povo da Juverlândia, das comunidades, sabe, nessa época chamava comunidades. Quando precisava a gente ia para lá... quando precisavam eles vinham para cá... precisava para dar mais força, ter mais gente para não “esmorecer”. Vamos supor que, às vezes, tinha até policial naquela reunião... (EN3)

Os conflitos fundiários eram divulgados nacionalmente por meio da CPT e cada dia fortalecia-se a luta pela terra. As pessoas tomavam conhecimento da ilegalidade das ações dos grileiros, bem como da importância de permanecerem unidos na luta pela terra.

Até o bispo teve aqui, o Bispo de Porto Nacional! A reunião era sobre direito, né? Que ele [grileiro] chegava com papel falso e o povo besta acreditando... e ele cercando, tomando de um e cercando. E como seria o jeito de retomar isso de volta? Aí, a CPT dizia: vocês têm que se unir, fazer grupos para entrar na terra, fazer mutirão para entrar na terra. E depois, era para permanecer trabalhando unido, que eles não teriam mais como nos expulsar. (ESPOSA DO EN11)

O modo de operação dos grileiros, de certa forma, seguia um roteiro objetivando duas metas: manter a “posse mansa e pacífica” da área, mesmo com o recurso da violência; implantar um mínimo de benfeitorias, como cercas, casas, pastos, áreas de capoeiras e gado. Tais metas faziam parte das exigências mínimas para atender os requisitos exigidos, para fins de regularização da área que seria demarcada após as vitórias da equipe do GETAT. Os grileiros que conseguiram manter a posse pacífica e implantar a infraestrutura foram beneficiados com a regularização fundiária, tendo sua terra demarcada pelo GETAT. As terras dos grileiros Chico Babaçu e Lamartine foram uma das beneficiadas, assim como outras fazendas, citando a Fazenda Santa Barbara, descrita abaixo.

Aí quando foi em 71, 72 chegou um homem lá de cima medindo as terras, chamado de Zé Barbosa. Ele enganou todo mundo. Chegava e dizia: eu comprei essa terra há tantos anos, e mostrava o mapa. O povo tão besta que acreditava que aquilo era um documento. Ele cercou a terra foi ligeiro. Aqueles que tinham um engenho, uma coisa assim, ele dava uma gorjeta. Ele [...] tirou todo mundo tranquilo, foi saindo um, saindo outro.” (EN16)

O lado perverso da grilagem da terra, além da violência explícita em muitos casos, era a pressão contra a qual os camponeses não podiam se opor; e ainda a

violência simbólica⁵⁶ do arrendamento que os colocava a serviço do grileiro na implantação de infraestrutura da propriedade – desmatando, plantando pastos, construindo cercas – pagando renda, caracterizando a posse mansa e pacífica da área. Somente com a chegada da CPT é que eles descobriram que tinham direito de reivindicar o título das posses, ou seja, o mesmo direito que os grileiros alegavam que tinham.

Frei Henrique ficava incentivando, era uma pessoa que entendia das coisas. Era um direito nosso, que nós tínhamos, mas não sabíamos! A pessoa que trabalha na terra um ano e um dia tem todo o direito de trabalhar nela de novo, usucapião da terra. Nós não sabíamos principalmente que eles não tinham o documento da terra, que era grilada, estavam tomando. Era roubo o que estavam fazendo! Aqui os fazendeiros eram assim, quase todos eles, até o Dr. João! (EN3)

As reuniões da CPT estimulavam as pessoas a manterem-se na área e/ou voltarem para a terra de onde haviam sido expulsas. Nas celebrações das missas, os camponeses eram estimulados a voltar para a terra, como as canções entoadas demonstravam essa intenção.

Comunidade, vamos comunidade unir-se com a nossa igreja, vamos todos rezar. Pedir ao nosso Senhor do Bonfim para eu não ser cavalo, para não comer capim. Nós somos batizados, não somos cavalo não! Para que trabalhar tanto e viver na escravidão? Mas a saudade que o passado se tem, que arrumava a roça sem pagar renda a ninguém...” (EN3 - autoria atribuída ao prof. Elias).

Já chega de tanto sofrer... já chega de tanto esperar... a terra é para quem trabalha na lei ou na marra, nós têm que ganhar... (EN3 - autoria atribuída a Frei Henrique).

A possibilidade de não pagar renda, ter liberdade e autonomia para plantar eram motivos fortes para alguns camponeses se engajarem na luta pela terra. A terra do fazendeiro Crispim, entre as terras griladas no entorno do povoado Morada Nova, não tinha infraestrutura e nem benfeitorias, era praticamente toda de mata, segundo os entrevistados, motivos que os levaram a invadir a terra do Crispim.

⁵⁶ Violência simbólica é uma violência que extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em crenças socialmente inculcadas (BOURDIEU, 2011, p. 171).

Aí inventaram esse negócio de invadir essa terra aqui em 1981. Aqui, não tinha onde trabalhar e era tudo mato, mata virgem, boa de fazer roça, daqui até chegar ao povoado Morada Nova. Essa terra era de um senhor chamado Crispim (EN15)

Com a invasão, os camponeses estavam conscientes que deviam se preocupar não somente em cultivar, mas se fazia necessário, para a segurança de todos, manterem-se em mutirão em todas as operações do cultivo. A regra era trabalhar em grupo, a fim de não possibilitar a aproximação de estranhos inesperadamente. Devido à presença constante de pistoleiros na região, a espingarda passou a ser uma ferramenta indispensável.

O povo reuniu umas quarenta pessoas, se juntaram o povo da Juverlândia, da Morada Nova e Santa Luzia aqui. Formaram um mutirão de gente, sabe? Aí foi umas sessenta pessoas, era cinquenta trabalhando e uns dez vigiando com uma vinte (espingarda)! Aí botamos a roça e acho que ele ficou com medo. Aí, nós tocamos fogo e começamos a trabalhar. (EN15)

Aí depois dessa época juntou o povoado de Morada Nova, Santa Luzia, São José e Juverlândia para ajudar no mutirão. Aí quando tinha mutirão lá, os daqui iam para lá para ajudar eles, era assim. Ficaram dois grupos de roças, um lá e outro de cá. Eram todos juntos, três anos juntos. (EN11)

As ameaças de destruição das roças eram constantes, sendo necessário até montar guarda nas lavouras e nos galpões de arroz armazenado, na área, após a colheita.

Lá a gente dormia com a cartucheira pronta do lado da rede e os cartuchos em cima da cadeira, ninguém saía de noite, nem entrava... Nesse tempo, eram muitos que dormiam lá... Aí tiramos fora, foi luta, foi com muito medo... No primeiro ano foi o mais perigoso, no segundo ano ainda fizemos mutirão, mas foi indo... foi indo... esfriou todo mundo e ficou só nós trabalhando, não houve morte, não! (EN3)

O recurso à violência era uma necessidade, a pressão sobre os líderes do movimento, chamados de “cabeças”, era frequente. Eles passaram a ser perseguidos por pistoleiros e pela polícia militar. Ordens de despejo eram realizadas de forma violenta pela polícia militar.

Aqui tinha um homem que dirigia. Ele foi o primeiro camarada que mexeu aqui no São José, não sei como se chamava, mas ele perdeu até a família. Ele sumiu no mundo, a polícia queria pegar ele para matar. Quem trouxe o recado do sargento fui eu. Eu botei para ele ir embora: - vai embora porque tu vai morrer (EN16).

Aqui só apanhava quem não fazia mal ao outro. O finado Cicinho morreu com as costelas quebradas no hospital de Augustinópolis. Eu vi a polícia quebrar duas costelas dele. Finado Zé, toraram o braço dele. Eu vi na hora que arriou, ele estava escorado no braço, que velho não tem firmeza, o sargento veio e chutou o braço dele. Isso foi nas eras de 1984 (EN16).

Nesse período, para nós, a polícia, a federal, o GETAT, os pistoleiros e os grileiros eram a mesma coisa. Sempre que estavam a minha procura, eu corria para o mato. Eu era magro, magro, nessa época. Tinha um compadre meu que sempre mandava me avisar quando alguém estava atrás de mim, eu corria para o rancho dele no mato (EN19).

Centros e povoados, localizados no interior de alguma propriedade em disputa para regularização, tinham seus moradores como alvos de despejo, sendo em alguns casos totalmente destruídos ou esvaziados.

Nós morávamos no Centro dos Quirino, lá tinha uns 08 moradores. Ele [VM] falou para todo mundo que tinha que desocupar, mas ele ia dá uma indenização porque tinha sítio. Ele deu uma “mixaria” que não deu nem para comprar uma muda de roupa. A gente veio para Santa Luzia que era outro povoadozinho (EN18).

Nós éramos 33 moradores aqui, a polícia arrojou e só ficaram sete companheiros, os outros voaram. Um jornalista, na época, me perguntou se tinham ficado os sete mais valentes, eu respondi que eram os mais medrosos, que ficavam escondidos. Os valentes a polícia pegou. (EN16).

O povoado Centro dos Canários tinha uma base de 50 famílias. O Palmeri queria limpar o lugar, levou a polícia e fez o despejo, arrumou um carro em Augustinópolis, tocou fogo nas casas e mandou levar todo mundo para o meio da rua (EN17).

As atividades dos pistoleiros e dos grileiros eram monitoradas pelos camponeses. A articulação entre os camponeses era regional, os passos dos grileiros eram vigiados, bem como identificavam os pistoleiros a fim de antecipar as ações violentas.

Apareceu uma história de que vinham uns pistoleiros para matar o professor Elias a mando de grileiro. Nós estávamos no meio e tínhamos que ajudar. Fizemos uns piquetes, mas o bicho não passou... (risos). A luta foi difícil, arriscando morrer qualquer hora ou matar! Mas graças a Deus não precisou disso, não! (EN3)

Nessa época, as pessoas de frente, não só daqui, como na região, eram visadas para morrerem. Os pistoleiros andavam atrás. Mas só que nessa região inteira, a gente se comunicava também! Qualquer coisa que existia, a gente sabia! O problema não era daqui, era da região toda. A gente sabia de tudo, de tudo! (EN4)

Não ficou claro nas entrevistas em qual ano o senhor Crispim se afastou da área, se foi indenizado ou não. Em entrevista realizada com funcionário do INCRA, que atua na região desde à época, tivemos a informação de que a propriedade não continha, praticamente, nada de benfeitorias. O quadro de conflito existente na área contribuiu para a não caracterização da “posse mansa e pacífica”. Dessa maneira, pode-se supor que não houve motivos para a indenização da área.

Antes mesmo do Crispim se afastar definitivamente de Axixá, os camponeses ocupantes da área resolveram demarcar o perímetro da propriedade que, supostamente, pertencia ao grileiro. A ideia era demarcar a área para fins de regularização via reforma agrária, uma das bandeiras do movimento em toda a região do Bico do Papagaio.

Nós juntamos uma base de 10 homens para arrodar, fazer um círculo ao redor. Nesse período, era uma turma fazendo pique e outra armada, uma para trás e outra para frente. Aí quando nós circulamos, fizemos o pique todo, rasgamos aqui e saímos bem no começo da Morada Nova. (EN17)

O período de 1984 a 1986 foi de conflitos generalizados em toda a região do Bico do Papagaio, inclusive com assassinatos de camponeses, jagunços, fazendeiros e do líder da Comissão Pastoral da Terra: Padre Josimo Moraes Tavares, assassinado em 10 de maio de 1986, na sede da CPT na cidade de Imperatriz-MA.

Nas entrevistas, os informantes fazem referências aos assassinatos na região, mas citam apenas os ocorridos fora da área pesquisada. No entanto, em alguns depoimentos, fica claro que, diante da necessidade, estavam dispostos a se defender. O clima na região era de guerra, os camponeses passaram a revidar as violências sofridas. Os primeiros alvos foram os pistoleiros.

Os pistoleiros estavam procurando gente para matar. Eles ganhavam cinquenta reais por cada cabeça de gente. O pessoal já conhecia uma parte que andava no meio, era muito valente. Mas em meio a muitos homens, tem muita gente perigosa, os pistoleiros começaram a morrer. O certo é que os pistoleiros morreram tudo. Aí foi o momento que começou a esfriar, a manejar. (EN17)

Aqui nunca participamos de morte nenhuma não! Não ajudei matar ninguém! Nós tínhamos um grupinho lá que era perigoso! Nós sabíamos! Eles arrumavam tudo e avisavam que ia haver mortes nesses dois dias, vão matar! Hum! Era dito e feito. (EN11)

Os grileiros da região passaram a sofrer represálias, inclusive alguns foram vítimas de emboscadas ou forçados a abandonar as áreas.

O Zé Palmeira tinha uma terra pregada com a do Crispim, mais adiante, que pegava o povoado de Centro dos Canários. Tinha umas 27 famílias lá! Zé Palmeira inventou de expulsar esse povo de lá todinho. Nessa época, o Juiz João Batista, de Araguaína, fez uma liminar para o Zé Palmeira e a polícia foi lá e botou fogo, queimaram o centro dos Canários todinho! Eu fui sábado bem cedo para Axixá e vi o Zé Palmeira. Eu olhei para ele assim e pensei, esse aí morreu. Dito e feito, não passaram oito dias! Fizeram uma tocaia e mataram ele e a mulher dele. O “cabra” que fazia um serviço daquele, naquela época, no sufoco que estava aqui, morria, não tinha jeito (EN11).

Lorimar Lobo tomou de conta do povoado Camarão. Um dia, nós juntamos 40 mulheres e 80 homens e fomos para lá. Ele tinha jagunços, entre eles, um tenente velho que tinha tomado de conta do Espírito Santo, povoado mais na frente assim. Quando Lorimar Lobo chegou com o carro cheio de criação, as mulheres riscavam a cara dele com facão e o chamavam de ladrão, não sei o que e nós tudo lá. Aí foi um bocado buscar o tenente no Espírito Santo. Ficaram os homens tudo na vinte (espingarda) aqui e quando o Lorimar Lobo chegou ficou com o carro ligado, tremendo! Tinha bem uns trinta com espingarda em riba dele, mas ninguém atirou. Quando passou um pedaço, chegou um bocado com o tenente. Ele com o carro fervendo. Depois desse episódio, Lorimar foi embora e até hoje existe o povoado lá. (...) Nunca mais pisou lá menino! O Geraldo Rosa, que era outro grileiro, saiu de lá para Goiânia e nunca mais voltou (EN5).

Aí foi matando gente, para lá e para cá e os cabras foram se afastando. Deram um tiro num ricão que tinha na Juverlândia, na descida daquela ladeira que tinha acolá, era o Valdivino, mas ele não morreu. Levaram para o hospital e tiraram os caroços de chumbo. Aí desse tempo para cá começou a mudar... (EN15)

As datas desses acontecimentos não são determinadas com clareza pelos entrevistados, no entanto a violência atingiu seu ápice quando os grileiros, agindo com a força, tornaram-se também alvos. Quanto ao grileiro Crispim,

O Crispim “aporrinhou” muita gente. Fizeram duas tocaias para ele, não deu certo! Ele era danado, era espertinho, Graças a Deus, ninguém matou ele. Ele ia morrer. Ele foi embora. Morreu outros mais afoitos de que ele, né? (EN11)

Apesar das repressões por parte da polícia e das autoridades locais, foram realizadas, nesse período, várias movimentações em prol dos camponeses, em nível regional, a favor da reforma agrária.

Eu me lembro de um 1º de maio que nós fizemos uma manifestação em Axixá, foi em 1985. Aquele grupo de gente, umas 150 pessoas na rua cantando com a bandeira. De repente, o delegado atirou no meio de nós... (risos). Ele agarrou na bandeira do Brasil e atirou... menino foi um sufoco. Tinha “nego” que corria naquelas esquinas que a camisa enchia de vento... (risos). Ele agarrou no pau da bandeira e deu dois tiros assim... nós fomos para a igreja, a nossa salvação era a igreja. (Esposa do EN11)

Alguns informantes passaram a participar de encontros regionais em outras cidades brasileiras para falar sobre os problemas fundiários do Bico do Papagaio e trocar experiências sobre a luta pela terra, principalmente, após a morte do padre Josimo. A luta no campo político precisava de apoio e mobilização local, regional e nacional.

Essa mulher [esposa], meu amigo, quando a gente começou essa grande luta, foi uma das mulheres líderes daqui que nem dona Raimunda, Maria Senhora, ela também foi, né?! Ela só vivia em Brasília, Goiânia, nesse meio de mundo (EN11).

Eu fui para uma reunião com outros colegas em Araguaína. Lembro que comi só um pão de massa grossa com água durante um dia! [...] A polícia chegou lá e fechou, não tinha como a gente sair. O INCRA era em Araguaína e tinha um casarão, era dos padres, lá! Não era gente só desse assentamento, tinha cento e oitenta pessoas (EN12)

O sindicato dos trabalhadores de Imperatriz ficou pelego, virou pelego! O presidente de lá estava servindo só para grilagem de terra. Ocupamos e afastamos o presidente e colocamos outro. Na época, se não me engano, era o vereador Valdinar Barros, hoje ele é Deputado Federal (EN7).

A pressão pela reforma agrária na região surtiu efeito somente após a extinção do GETAT, em 5 de maio de 1987, pelo Decreto-Lei nº 2328 (PLANALTO, 2013), quando o INCRA demarcou o perímetro da área em favor dos camponeses, oficializando o assentamento no dia 28 de agosto de 1987. Apesar de não ser parcelada em lotes individuais, os camponeses permaneceram na área com o aval do órgão, prosseguindo suas atividades. Esse acontecimento foi um marco na região do Bico do Papagaio, pois, juntamente com essa área, que passou a ser chamada de Assentamento Grotão. Foram criados o Assentamento Camarão (município de Praia Norte, próximo ao povoado de Juverlândia) e o Assentamento Montes Altos (Município de Sitio Novo do Tocantins), todos próximos e que, a exemplo das comunidades de Morada Nova, Santa Luzia, São José e Juverlândia estavam em conflito.

A área do Assentamento Grotão ficou como uma propriedade coletiva, deixando algumas questões a serem resolvidas pelos próprios camponeses: a quem afinal pertencia a terra? Quem eram os donos? Mesmo resolvendo essa questão, a posse da terra permaneceria coletiva, comum a todos ou parcelada em lotes individuais? A primeira divisão foi setorizada de acordo com as divisas dos quatro povoados (Morada Nova, Santa Luzia, São José e Juverlândia). Posteriormente, a decisão da posse levou em consideração o grau de envolvimento dos camponeses na luta pela terra, a divisão em lotes individuais seguiu uma proporcionalidade de acordo com o tamanho da família e foi realizada pelos próprios assentados.

Nós combinamos: São José e Juverlândia ficam daquele variante para cá. Para lá, fica Santa Luzia e Morada Nova. Cortamos outra variante no ponto que findou aqui. A parte que ficou com o povo de São José era onde ficava o povoado de São José. [...] Aí foi dividido e ficou cada qual trabalhando na sua parte e os fazendeiros se afastaram... (EN7).

O GETAT entrou e mediu o perímetro ao redor em 1987, mas não cortou a terra. O INCRA pediu ao perito. Nós ficamos lá em cima, eu tinha cabeça e disse: se vocês quiserem, eu corto a terra todinha. Aí acreditaram em mim e eu cortei lote por lote e entreguei para cada um (EN16).

Nas suas respectivas parcelas, conquistadas com essa luta, os camponeses puderam retomar as atividades do calendário agrícola que praticavam no tempo das “terras livres”, seguindo o mesmo sistema de produção anterior, diferentemente dos

camponeses que se submeteram ao regime de exploração imposto pelos grileiros. Alguns, com o tempo, cederam áreas para trabalhadores, que estavam sem terra, para formar suas lavouras, cobrando renda de um saco de arroz por tarefa de roça.

Em 1997, essa área foi novamente dividida pelo INCRA em parcelas de 5 alqueires, ampliando-se o número de loteados para um total de 66 trabalhadores. Houve, inicialmente, algum descontentamento, pois o INCRA, mesmo procurando respeitar ao máximo a demarcação antiga realizada pelos próprios posseiros, diminuía a área do lote de alguns, além da mudança dos limites dos lotes de outros e necessidade de total remanejamento da área de algumas pessoas.

A possibilidade de receber o título definitivo da terra por meio do INCRA, além de outros benefícios da política de reforma agrária, convenceu-os a acatar as propostas de redivisão dos lotes. Nessa demarcação, o INCRA demarcou a área para a construção de duas agrovilas: São José, no povoado São José, e São Francisco, entre os povoados de Santa Luzia e Juverlândia. Política do órgão para viabilizar a implantação das obras de infraestrutura: construção de casas, implantação de rede de energia, água encanada, construção de estradas etc.

A conquista da terra, por outro lado, não significou que a luta terminara, havia muitas áreas em disputa na região e muitos camponeses ainda em situação de precariedade e risco. Como resultado de uma luta iniciada em 1983, a criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Axixá finalmente se tornou uma grande conquista, em 1988, juntamente com diretório municipal do Partido dos Trabalhadores – PT.

Os líderes dos camponeses passaram a ocupar os cargos de diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Axixá e do diretório do PT. Juntaram-se às demais instituições para a realização da reforma agrária na região e no próprio município que, aos poucos, foi implantada, principalmente nas regiões de conflitos há vários anos. Os sindicatos assumiram um papel fundamental na organização dos camponeses para a conquista das terras nos períodos subsequentes.

Graças a Deus, depois que nós ficamos lá, foi que nasceu a Babaçu, Buriti, Santa Juliana, Najá, Santa Bárbara e Mamede. Então, é desse assentamento que nasceu todos esses outros. Criamos um bocado de assentamentos com esse assentamento! (EN4)

3.4.2 O projeto de Assentamento Buriti

O assentamento Buriti é formado, em sua grande maioria, por camponeses que trabalhavam como rendeiros, formando ou reformando pastagens em fazendas da região, principalmente, na Fazenda Babaçu, propriedade do juiz de direito, João Batista de Castro Neto. O trabalho como agregado nessa fazenda durou até 1992, quando, em virtude dos vários projetos de assentamentos, que estavam em implantação na região do Bico do Papagaio e das pressões por invasões de terra, levou-o à decisão de não ceder terras para ninguém plantar a partir daquele ano, deixando um grande número de famílias sem terra para trabalhar e em situações de dificuldades.

A gente ficou sem roça, ficou trabalhando de juquirá, de diária, escapando, comprando um arroz, uma carne... Ele não deixou ninguém botar roça, mas não empatava as mulheres de quebrar coco, não! (EN28).

Nós passamos 05 anos quebrando coco, fazendo carvão. Eu tinha uma jumenta, fazia carvão e levava para rua, lá vendia o carvão e já trazia bagulho para comer, entendeu? A mulher ficava em casa quebrando coco e, assim, a gente ia escapando, ia vivendo... Teve um dia que eu comi lá em casa porque minha mãe deu um litro de arroz para gente cozinhar na janta. Quando você chega sem nada, e os meninos te arroteiam te pedindo as coisas, tem vez que chora... não pode dar um jeito. Pois é, uma vez aconteceu isso lá em casa.(EN20).

Grande parte dos camponeses trabalhava desde o final da década de 1970 nessa fazenda. A perda do acesso à terra levou-os a uma situação de penúria, dependente da extração de babaçu e de sua força de trabalho como diaristas nas fazendas da região. Alguns obtiveram a oportunidade de continuar trabalhando como arrendatários em outras terras da região, inclusive dentro do próprio assentamento Grotão, em que alguns assentados cediam terras para viabilizar a implantação das pastagens, ou em outras pequenas propriedades da região.

Eu vivia era quebrando coco e pedindo um corte de roça para um e outro, para poder escapar. A minha esposa quebrando coco. Quando chegava vendia o coco, e aquele salarinho que eu pegava na diária, já dava de comprar coisas para casa, para nós escaparmos. Fazia

roça na base de quase todo mundo lá, pagando renda. Eles todos eram assentados, em vista da condição que eu estava, eles eram fazendeiros. Eles tinham a terra deles, eu vivia me humilhando para eles (EN24)

[...] quando eles viram que o pessoal começou entrar nas terras, porque naquele tempo, eles entravam mesmo, né!? Mas aí nós dissemos que podia ficar tranquilo que nós não éramos disso não! Até hoje, eles estão com a terra, a fazenda do Barroso é de 60 alqueires e do Pai Senhor era de 112 alqueires. Essa terra nós formamos toda, de ponta a ponta, só ficou uma reserva, porque ficava em cima de um alto e ele não quis desmatar as serras (EN37)

O trabalho no interior das propriedades alheias, como rendeiros, já se mostrava cada dia mais escasso e a desconfiança dos fazendeiros contra possíveis invasões contribuía, ainda mais, para isso. Diante da dificuldade de terem acesso à terra para realizar o plantio das roças, alguns moradores, juntamente com as lideranças do povoado realizaram, no final de 1997, uma reunião com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Axiá, na expectativa de conseguir uma terra para trabalhar. Nessa negociação, os camponeses destacam a figura de um homem conhecido como Bolero, jovem de muito prestígio no povoado Morada Nova. Na época, ele fazia parte da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Axiá e, desde que foi convidado para uma reunião, assumiu a mediação dos camponeses junto ao INCRA na busca de uma terra para assentá-los,

Chamamos Bolero e outras pessoas do Sindicato, porque Dr. João não deixava mais botar roça e era muita gente, né!? Pedimos uma sugestão sobre o que a gente podia fazer. A gente já estava tendo um anúncio que essa terra, a Babaçu, e outras estavam em processo de desapropriação com o INCRA. Então decidimos nos reunir e ir ao INCRA para ver o que é que fazia. Enchemos um caminhão e fomos para lá, isso foi em 1997 (EN28)

Na unidade do INCRA, na cidade de Araguatins, os camponeses foram informados pelo chefe da unidade que havia duas fazendas em processo de desapropriação: fazendas Babaçu e Najá. No entanto eles precisavam aguardar a conclusão das negociações porque, se houvesse algum movimento caracterizado

como invasão, o processo poderia ser suspenso⁵⁷. A morosidade do processo no órgão trouxe mais um ano de dificuldades para os camponeses. Em julho de 1998, os trabalhadores do povoado Morada Nova, os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Axixá, CPT, CUT e CONTAG acamparam na sede da unidade do INCRA de Araguatins. Dessa vez, levaram uma pauta de reivindicação, solicitavam cadastramento a fim de priorizar o assentamento em uma das áreas que estavam sendo desapropriadas; e autorização para, em comum acordo com os fazendeiros, deixá-los utilizar uma área de mata ou capoeira, com a finalidade de implantar suas roças, enquanto era efetivada a desapropriação.

Levamos a pauta junto com o pessoal do sindicato, da FETAET, da CPT que foram com a gente, né!? Passamos três dias. Não foi só a gente de Morada Nova, não. Tinha muita gente que sabia que estava havendo muita desapropriação. Foi muita gente, acho que lá tinha umas duas mil pessoas. (EN28)

Então nós vamos lá para o INCRA, vamos arrumar uma carrada de gente e vamos lá. Enquanto eles não despacharem nós para algum lugar já negociado, a gente não sai de lá. (EN27)

A mobilização durou três dias na sede do INCRA. Os camponeses desacamparam após a informação de que o processo de desapropriação da Fazenda Buriti estava em estágio avançado. A condição para eles entrarem na propriedade era que ficassem isolados, permanecendo apenas em uma área da fazenda, onde formariam suas lavouras, e deixassem intocáveis todas as instalações, máquinas, equipamentos e animais, bem como mantivessem distanciamento da sede e de residências dos trabalhadores da fazenda. Diante dessas condições, em agosto de 1998, um grupo de 70 trabalhadores, composto somente por homens, entrou na fazenda Buriti com a intenção de brocar as roças e aguardar o cadastro do INCRA. Esse acontecimento contou com o consentimento do capataz da fazenda.

Sei que nós chegamos por volta de uma hora da tarde, às cinco horas, todo mundo já tinha o seu barraco para dormir, sem ser no relento. A água para cozinhar e beber era do açude. A água, o cabra

⁵⁷ Durante o mandato de FHC, visando barrar a onda de invasões de terra, o governo editou a MP 2183-56 de 24 de agosto de 2001 que ficou conhecida como Lei anti-invasão. No entanto, já deveria ser norma do órgão tal procedimento.

bebia porque não tinha outra opção. Nós cavamos um poço mais afastado do açude para não pegar água do açude e já vim filtrada um pouco, porque era o gado bebendo no açude direto. (EN43)

O grupo tinha o objetivo de formar roça, assegurar o direito de se cadastrar para fins de receber o lote. Durante o período do acampamento, os camponeses mantinham dupla jornada. Nos dias úteis da semana, trabalhavam acampados na área e nos finais de semana iam para o povoado Morada Nova, para junto da família. O trabalho familiar era fundamental nesse período. Quando estavam ociosos, procuravam trabalhos nas fazendas para ajudar na manutenção da casa e na compra de mantimentos, para se manter no acampamento. A participação das esposas era fundamental.

O dinheiro era o seguinte, as mulheres é que ficavam quebrando coco durante a semana, para no final da semana comprar uma carne, tomate, cebola. Nós ficávamos aqui... aqui também tinha o Cicero Lagoano que empreitava juquirá para roçar, porque, às vezes, a velha não dava conta, né!? (EN28)

Nessa época, a gente gostava de comprar era “fussura” de gado, bofe, meio mundo de coisa que era barato. Hoje uma “fussura” grande é quinze contos, bota na balança dá oito quilo, e rende! Era barato, comprava mais era isso. O resto era caça que matava por aí (EN28).

Eu chegava lá (Morada Nova) sábado à tarde. Domingo, enquanto o pessoal ia para feira, eu ia para o mato juntar coco para deixar para ela no decorrer da semana (EN48).

Um momento de tensão ocorreu na área quando surgiu um novo grupo de trabalhadores, oriundos do município de Augustinópolis-TO, reivindicando uma área para formar lavouras. Eles alegaram que a fazenda ficava nos limites territoriais do município deles, portanto, tinham direito à área. Esse impasse foi solucionado por meio de negociações entre os sindicatos de trabalhadores rurais dos dois municípios e o INCRA. Definiram que o assentamento seria composto por 48 famílias do povoado Morada Nova e 25 do município de Augustinópolis. O parcelamento e a distribuição dos lotes levariam em consideração a procedência dos dois grupos de trabalhadores. Após a resolução dessas tensões, ficaram as expectativas quanto à desocupação da fazenda, ao parcelamento da propriedade, ao cadastramento dos trabalhadores e à definição do INCRA sobre quem permaneceria na área e os

respectivos lotes dentro do assentamento. Todo o processo em si foi considerado rápido pelos entrevistados. A desocupação da fazenda ocorreu dias após esse impasse.

A definição dos parceiros do projeto de assentamento da área foi deliberada três meses após a entrada na propriedade, realizada de acordo com os parâmetros do cadastro do INCRA (Nota Técnica), que, entre os critérios, levavam em consideração o tempo de trabalho em associação, o tempo de sindicalismo, a experiência na agricultura e o tamanho da família, contrariamente ao que achavam a maioria dos trabalhadores e representantes dos sindicatos. Eles acreditavam que o critério seria somente o tamanho da família. Os trabalhadores não contemplados com o lote permaneceram no cadastro do INCRA para serem assentados em outros projetos que estavam em andamento no município, como de fato aconteceu, segundo os entrevistados.

A medição da área, para fins de parcelamento dos lotes, contou com a ajuda dos trabalhadores que estavam dentro da área.

Eles chegaram com os topógrafos. Eles mediram o lote de cada um e numeraram tudinho. Quando os topógrafos chegaram, nós íamos fazendo os piques na frente e eles balizando atrás. Passou um bocado de tempo para ajeitar (EN32)

O topógrafo veio e cortou todinha. Eles colocavam os marcos e depois os assentados mesmo faziam o variante. Nós dividimos em grupo e ia fazendo o que desse num dia. Ele enumerou os lotes para fazer o sorteio. (EN43)

Primeiramente, foi demarcada a área de reserva legal, localizada em uma das extremidades da área com aproximadamente 700 ha, equivalente a 35% da área. No cálculo da reserva legal, o INCRA informou que foi descontada uma área equivalente de dois alqueires por assentado. Em virtude disso, cada assentado receberia lote de 3 alqueires (14,52 ha) que poderia ser totalmente desmatado, sem a necessidade de deixar uma área de reserva legal dentro do lote para obedecer à legislação ambiental. Depois, descontou-se a área correspondente à previsão da construção das estradas vicinais, e o restante da área foi dividido em 73 lotes, separados em dois grupos (48 parcelas para os trabalhadores oriundos de Morada Nova e 25 para os de Augustinópolis), conforme acordo anterior. Dessa forma, cada assentado teria direito a um lote de três alqueires (14,52 ha), outro lote individual de

4 linhas (1,21 ha) na área de lavouras comunitárias, um lote para a construção da residência na área reservada para a implantação das Agrovilas. Além disso, reservaram-se áreas para outros usos comunitários, como áreas de lazer, construção de igrejas, escolas, sede da associação etc. Na prática, observa-se que houve a implantação de dois projetos de assentamentos, um composto por 48 assentados e outro com 25 assentados, cada grupo com previsão dos respectivos lotes individuais e áreas comunitárias para as agrovilas, lavouras e outros usos coletivos.

O pessoal de Augustinópolis ficou numa área separada. Os vinte e cinco lotes deles ficaram no caminho da estrada para o Assentamento Três Irmãos, desde o começo combinaram isso (EN28).

Foi feito o sorteio do pessoal de Augustinópolis separado! E a área era separada também. A divisa do município era o córrego que chamam de “Caixa de Fósforo”. Assim eles ficaram no setor de Augustinópolis e nós para cá (EN43).

É evidente, nos discursos, uma discriminação em relação ao pessoal de Augustinópolis, os sentimentos de pertencimento e o interconhecimento do grupo desde Morada Nova e identificados como de “cá”; e de “lá” o “setor de Augustinópolis”. Nas entrevistas, é comum afirmarem com veemência que,

Aqui quase todo mundo é meu parente, não dá nem para contar. Esse aqui é tio meu; aquela casa é sobrinho; aquela de lá é de um tio meu; aquela é minha prima; essa outra é de uma tia minha; aquela lá da rua da bandinha, o EN23 é meu tio. Minha família é a maior que tem aqui (EN28).

Só tenho um tio. E compadres para danar, são seis filhos são seis compadres e comadres (EN37).

Acho que tudo é parente (riso), tudo de uma família só. Aqui o que não é primo, é primo distante, é sobrinho distante, tio distante, é assim... tem muito compadre aqui (EN42).

A definição dos lotes de reforma agrária em lote de área comunitária e lote para a construção da casa na Agrovila foi realizada por meio de sorteio. Vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas apenas com os assentados provenientes do povoado Morada Nova.

A mobilização para a conquista da terra do assentamento Buriti foi a extensão das lutas anteriores das lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Axixá do Tocantins, que ainda faziam parte da diretoria do sindicato. A diferença era que o Brasil passava por um novo momento histórico, marcado pela aceleração da implantação da reforma agrária, principalmente nas zonas de maiores tensões, em que a principal arma foi a articulação e a negociação política junto às instituições de representação.

O assentamento de reforma agrária, após anos de luta pela terra e de submissão ao trabalho arrendado nas fazendas da região, inaugura uma nova fase na vida desses camponeses que, pela primeira vez na trajetória de suas vidas, terão oportunidade de viver e trabalhar com liberdade e autonomia em situação de estabilidade na posse das suas terras, bem como beneficiários do programa de reforma agrária brasileira. Uma relação diferenciada com o Estado, em que tudo está para ser construído e, dessa situação, tratamos no próximo capítulo.

4 A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO LUGAR: ASSENTAMENTOS GROTÃO E BURITI

O assentamento de reforma agrária representa o êxito da luta para o acesso à terra e um “ponto de partida” para uma nova condição de vida. Na maioria das vezes, tudo está por fazer, desde a organização do lote, construção da moradia, infraestrutura coletiva e de serviços (escolas, postos de saúde, áreas de lazer etc.).

O assentamento inaugura para os camponeses da região uma relação diferenciada com o Estado. Antes marginalizados pelas políticas públicas, passam a ser beneficiários do programa de reforma agrária, no qual caberá ao governo, além da responsabilidade de implantação da infraestrutura, viabilizar a produção agropecuária dentro dos lotes, por meio das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, como crédito e assistência técnica que podem gerar melhores condições de produção e maior inserção no mercado regional. Por outro lado, os assentamentos se transformam em espaço de permanente demanda de serviços públicos. O Governo Federal e outras esferas institucionais dos estados e municípios exigem que os assentados mobilizem-se internamente, de forma organizada, para negociar a instalação da infraestrutura, acesso a créditos e serviços públicos, necessários à organização social e econômica do assentamento nem sempre livre das tensões, das ingerências e burocracias inerentes às entidades públicas.

Os assentados têm a oportunidade de retomar e recompor os laços de amizade, parentesco e vizinhanças de antigos locais de moradia para o interior dos assentamentos, no qual desenvolverão formas de sociabilidade embasadas na relação face a face, importantíssima para a integração social do grupo. São essas relações de vizinhança, parentesco, amizades e compadrios que podem gerar outras formas de relações de trabalho, participação religiosa, política e sindical.

Neste capítulo, abordamos como os assentados organizaram-se e quais as relações estabelecidas interna e externamente voltadas à reprodução social das famílias ao longo do tempo.

4.1 Caracterização geral dos Assentamentos Grotão e Buriti

4.1.1 Características dos lotes

As características dos lotes são bastante diversificadas. Diferem quanto à localização dentro do assentamento (próximo da agrovila, das estradas, da reserva legal) existência de cursos d'água, textura, fertilidade, tipo de vegetação dominante (mata, capoeira, pastagem), pedras, topografia, tipos de solos etc. Esses elementos tornam impossível uma descrição detalhada para esse estudo. Procuramos descrever algumas peculiaridades existentes entre os assentamentos que surgem como diferenciais, que impactaram de alguma forma nos resultados do trabalho dos assentados na nova realidade.

A característica desejada pelos assentados era a existência de mata ou capoeira e solos de textura média, condições ideais para o plantio de suas roças, principalmente o cultivo de arroz, produto essencial para o consumo familiar. O assentamento Buriti foi implantado em uma área de fazenda em formação, em que alguns lotes ficaram localizados em áreas formadas com pastagens mecanizadas e outra parte em áreas de capoeiras e uma pequena parcela de pessoas em lotes com alguma vegetação de mata.

Essa é uma diferença muito significativa. No assentamento Grotão, o estabelecimento na área consistiu na continuidade do sistema tradicional de produção em área de matas ou capoeiras (broca – queima – plantio – colheita), enquanto os assentados de Buriti tiveram de adaptar o modo de produção tradicional para o plantio em terra mecanizada, por não haver área de capoeira ou mata no lote da maioria dos assentados, implicando em algumas mudanças nas práticas camponesas.

Outra diferença entre os dois assentamentos é quanto à demarcação da reserva legal. No PA Grotão, a reserva legal é individual. Cabe a cada assentado determinar a localização da reserva legal dentro do seu lote.

Ficaram cinco alqueires para cada um. O nosso assentamento não tem reserva legal. Tem assim, cada um deixa um pedaço de mato

dentro do lote. O nosso tem 20 linhas de mato que nós criamos abelhas e fica num pedaço de mato mesmo. Tem muita gente que tem um pedaço de mato, mas nosso assentamento não teve reserva legal (EN18)

No PA Buriti, a reserva legal é coletiva, foi descontada do lote de cada assentado uma área equivalente a dois alqueires, para compor a reserva legal. Dessa forma, cada lote ficou com três alqueires (14,52 ha) disponíveis para o plantio.

O INCRA chegou aqui, fez uma reunião e decidiu: - vai ser cinco alqueires, mas dois alqueires vão ser reserva legal e três alqueires para vocês fazerem roças. Trouxe o demarcador e botou a gente aqui dentro. A mata ficou para lá, ela é intocável, né!? (EN27)

Eles cortaram cinco alqueires, mas ficou na verdade somente três alqueires, porque dois são reserva legal. A área para lá é para quando precisar tirar uma madeira para fazer uma cerca, casa, uma porta... (EN51)

Essa é uma diferença que impacta na maior disponibilidade de recursos naturais no PA Buriti, tendo em vista que a reserva é de uso coletivo, importante para exploração de madeira, do babaçu e de outros frutos nativos. Essa realidade não ocorre no PA Grotão, porque a reserva é individualizada. Como alguns não obedeceram à legislação, hoje reclamam que não têm madeira para construção de benfeitorias no lote, como a reforma das cercas, por exemplo.

No PA Grotão, com a reserva em anexo, cada parcela individual, sem que os obedeça à legislação, torna a área produtiva relativamente maior, cerca de 25 hectares a serem trabalhados no sistema de roças itinerantes e formação de pastos. No PA Buriti, esse rodízio também acontece, porém a área disponível é relativamente menor, cerca de 14,5 hectares, em que podemos observar casos de assentados que ao priorizar a formação de pastagens no lote, ficaram sem terra suficiente para realizar os plantios de roças itinerantes.

Em ambos os assentamentos, as parcelas de terras são menores que um módulo fiscal (80 ha para a região) e, portanto, são insuficientes para a manutenção familiar ao longo do tempo, principalmente mantendo o sistema de roças itinerantes, que preveem no máximo 1/5 ou 1/7 da exploração da área.

Embora tenhamos discriminado algumas características peculiares dos dois assentamentos, não estamos interessados em realizar um estudo comparativo entre eles, apenas destacamos algumas distinções a fim de contextualizar um ou outro aspecto, que pode esclarecer algumas estratégias que foram adaptadas pelos camponeses.

4.1.2 Instalação nas áreas

A entrada nos lotes torna o assentamento um espaço de permanente demanda dos serviços públicos. Cabe aos assentados organizarem-se, internamente, por meio da constituição de associação, elegendo representantes que possam lutar pelas políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento da qualidade de vida dos mesmos. Além da divisão dos lotes, compete ao INCRA construção das estradas vicinais, construção das moradias, perfuração de poços artesianos e implantação de rede de distribuição de água e de energia elétrica. A infraestrutura nos dois assentamentos pesquisados ainda não foi totalmente concluída pelo INCRA, conforme pudemos observar em nossa pesquisa de campo.

Os primeiros anos no assentamento são considerados os mais difíceis pela maioria dos entrevistados, pois mudar para a área significava muito sacrifício. As estradas que davam acesso aos assentamentos ainda eram de leito natural, intransitáveis durante o período do inverno, dificultando tanto o acesso, como a saída das pessoas.

Nós tiramos muita gente doente em rede por essa estrada aqui (PA Grotão) num percurso de 5 km. Comprei muito sal e bagulho indo para Axixá a pé. (EN16)

Começamos trabalhar e não tinha estrada, sofremos muito. Saía daqui para a rua com lama na cintura, chovendo. Eu trazia 30 kg de arroz pilado na cabeça. Eu chegava dez, onze horas da noite (EN33).

Diante das dificuldades iniciais, alguns preferiram manter a residência da família, durante alguns anos, nos próprios povoados de Morada Nova e Santa Luzia. Alguns construíram casas nos lotes, para passar os dias da semana trabalhando nos

roçados e nos finais de semana retornavam para os povoados para compra de mantimentos e passar o final de semana com o restante da família. As casas construídas nos assentamentos seguiam os padrões de construção que tradicionalmente utilizavam.

Esse povo que ganhou essa terra no PA Grotão morava aqui (Morada Nova) e na Santa Luzia. A gente fez um barraco lá, uma casinha que meu marido tampou de barro. Era até para mudarmos para lá, minha menina mais velha era pequena ainda, mas nossa terra era de brejo, na época do inverno a casa ficava só a lama (EN18).

No primeiro ano veio somente eu, para fazer a casa, organizar as coisas. No segundo ano, ela veio. (EN29)

Até hoje, tenho o jumento que eu andava por aqui. Todos os dias de manhã botava a cangalha, montava no jumento e voltava de tarde. Aí fizemos um barraco, uma casa de palha, parede de barro e fizemos um poço. Aí ficamos morando e trabalhando lá (EN15).

A associação entre “morar e trabalhar” conforme observado por Wanderley (2003) nos assentamentos de reforma agrária Pitanga I e II, em Pernambuco, se traduzia numa concepção de família, uma forma de produzir e uma forma de viver em sociedade. Era a forma social que assegurava a produção dos meios de vida e o próprio ritmo da ida cotidiana da moradia para o roçado, cuja centralidade é dada pela atividade produtiva. Morar e trabalhar para a autora representa social e culturalmente uma forma de pertencimento e integração a uma sociedade camponesa de um determinado local.

Nos assentamentos pesquisados, em nosso estudo, a associação entre morar e trabalhar no lote é um ideal valorizado pelos assentados pela proximidade entre o local de moradia e trabalho. Alguns se mudaram definitivamente logo no início da implantação. Pelas dificuldades iniciais, os assentados deixaram parentes nos povoados de origem, até que houvesse um mínimo de condições de acesso e moradia dentro dos assentamentos.

Quando ganhei o meu lote, sofri muito mais essa mulher! Daqui até o meu lote dá sete quilômetros. Eu cansei de sair de lá e deixar ela com meus meninos pequenos numa casa de talo em pé, tapada de barro. Era uma casa de palha dentro do mato, que só escutava a cantiga de macaco. (EN12)

Fiz um barraco lá, cerquei um quarto de palha e soquei para o meio do mato com minha velha lá dentro do lote, né!? Foi sofrido, mas foi bom! Nós chegamos, nossos meninos eram pequenos. Nós deixamos com a vovó deles na Morada Nova e ficava eu e minha velha aqui lutando. Só trouxe minha menina pequena que ainda mamava no peito. Ficava fazendo carvão. Eu plantei o arroz sozinho e a mulher ajudou a colher. A minha esposa ficava perto do paiol quebrando coco e eu mais longe na roça. (EN32)



FOTO: Frank Tamba (2012)

Figura 3: Casas construídas nos lotes pelos assentados

Alguns assentados do PA Buriti ficaram morando, temporariamente, com suas famílias nas dependências das próprias instalações da antiga sede da fazenda.

Eu trouxe minha família para cá. Ficamos morando na sede, já na segunda roça que plantamos aqui. Lá na sede, moravam outras famílias além da nossa. Eu morei uns seis meses lá, até fazer uma casa de taipa no lote. Eu estava com plano de fazer minha casa no lote, mas a água não prestava, por isso resolvi fazer a casa na Agrovila mesmo. (EN28)

As condições de moradia e trabalho dentro do assentamento só foram melhorar com a aplicação dos recursos para a construção das casas, das estradas, implantação de rede de água e energia elétrica. No entanto a política do órgão não levou em consideração o desejo do camponês, quando priorizou a instalação da infraestrutura somente nas agrovilas. Dessa forma, muitos assentados decidiram transferir-se para as agrovilas, mesmo contra a vontade.

Eles [INCRA] nos humilharam porque disseram o seguinte: - Se tiver 51% de vocês morando nas casas que vamos construir nas duas agrovilas, São José e São Francisco, virão outros benefícios como o salário fomento e o PRONAF A. O povo não queria, mas foi o jeito. Eu na Santa Luzia lutando lá, disse: - Gente, vamos embora senão não vamos ganhar nada! Eu vim embora para cá. Eles fizeram as casas aqui e fizeram algumas nos lotes, mas só fizeram porque nós viemos para cá (EN7).

[...] tinha muita gente que botou na cabeça que queria a casa no lote. Só que quando eu ia fazer a reivindicação lá no INCRA, eles diziam: - rapaz, se vocês não fizerem a agrovila, vão ter problema para arrumar a infraestrutura de vocês lá para dentro. Eu voltava, fazia reunião e dizia: - se não fizer agrovila, as coisas vão demorar. Aí consegui botar na cabeça do pessoal de fazer a agrovila, por isso eu mesmo vim morar aqui (EN28).

Enquanto a área do PA Grotão fica nas imediações dos povoados, o assentamento Buriti, ao contrário, distancia-se 18 km. A maior distância do PA Buriti ao local de origem dos assentados influenciou para que o camponês fosse residir dentro do assentamento. A implantação das obras de infraestrutura foi realizada em etapas, não seguiu planejamento prévio. As ações aconteceram de forma alternada.

[...] depois veio energia, depois veio a água (faz uns três anos) e pela FUNASA veio o banheiro que a gente não tinha. E daí por diante tudo já foi melhorando, construiu a casa, a energia. O pessoal já começou a comprar televisão, uma geladeira para tomar uma água fria, já conservando as coisas, né!? (EN43)

Através do INCRA veio o fomento, veio habitação (2003 mais ou menos). Essa estrada de acesso, que aqui não tinha estrada, só entrava trator. A energia foi através do programa Luz para Todos. E não demorou, não... nós inauguramos em junho de 2006, se não me engano. A água veio logo depois. (EN28)

Conforme os depoimentos, apesar das casas no PA Buriti serem construídas em 2002/2003, foi somente em 2007 que o INCRA concluiu as obras das redes de energia e água na agrovila, em intervalo próximo de oito anos após a fundação do assentamento.

O PA Grotão manteve-se em condições precárias de moradia por um período maior de tempo, apesar de estarem, definitivamente, na área, com o aval do MIRAD em 1987. As obras de infraestrutura nas duas agrovilas (São José e São

Francisco) só foram implantadas após a virada do milênio, a partir dos últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso.

[...] a energia chegou agora no programa *Luz para Todos*, tem uns cinco anos. Eu fiquei sendo o presidente do assentamento indo para o INCRA, prefeitura, para Palmas, até que eles fizeram o poço. Aí o que temos de obra do Governo Federal aqui é a água, a energia. No São José, tem treze famílias desde o começo do assentamento que moram dentro do lote e não têm energia e nem água tratada (EN7).

As casas (assentamento Grotão) foram feitas em 2001, a energia em 2002, e em 2004 chegou a água (EN14).

A demora do INCRA em viabilizar a aplicação dos recursos fez com que alguns assentados do PA Grotão permanecessem morando nos povoados até a atualidade. A proximidade dos limites territoriais do assentamento Grotão com os povoados de Morada Nova e Santa Luzia, provavelmente, foi um dos fatores a mais que contribuíram para a decisão de não mudarem para a agrovila e insistirem para construir as casas do crédito para habitação nos próprios lotes. Algumas famílias que mudaram para o lote com o tempo retornaram para o povoado de origem, motivadas pelo futuro profissional dos filhos.

O INCRA construiu as casas, fez a vila lá na beira dessa estrada. Como nossa terra era na beira da estrada, fizemos nossa casa dentro do lote. Quando construíram as casas, o povo foi embora, umas famílias daqui (Morada Nova) e da Santa Luzia para a agrovila, e outros ficaram para lá e para cá (EN18).

Quando minha menina mais velha, que está em Parauapebas – PA, e um punhado dos meninos ficaram mais velhos, precisando estudar, nós mudamos para cá, para essa casa, e ficava indo na segunda feira e voltava na sexta feira enquanto minha menina ficava cuidando dos meninos! Nesta época, não tinham essas estradas, era mato mesmo! (EN12).

As casas construídas pelo INCRA (Figura 4), por meio do crédito habitação, são compostas de cinco cômodos (dois quartos, sala, cozinha e banheiro) de aproximadamente 60 m², paredes de tijolos sem reboco, contra piso de concreto, cobertura de telha de barro e portas e janelas de Metalon.

Os banheiros internos não foram concluídos. Os assentados tiveram de adaptar banheiros para tomar banho fora da casa e construir “casinhas” para fazer as necessidades fisiológicas.

Nessa época deixaram só a área. Agora, eu vou mandar fazer, porque não tinha água naquele tempo, não tinha como ter banheiro dentro de casa, ficava fora mesmo. Vamos fazer agora que tem água. (EN1)



FONTE: Frank Tamba (2012)

Figura 4: Casas construídas nos assentamentos – Agrovila São José

Em 2007, o INCRA construiu banheiros externos com chuveiros, pia, vaso sanitário e fossa sanitária nas residências de todos os assentados do PA Buriti. Foi colocada também uma pia na cozinha. “Quando veio a água tratada já melhorou muito, né!? Depois veio o banheiro que você não precisa mais ir para o mato fazer precisão para o bicho, né! Tudo já melhorou bastante (EN43)”.



FONTE: Frank Tamba (2012)

Figura 5: Ampliação das residências com material tradicional – PA Buriti

Devido à morosidade do órgão, com o tempo, os próprios assentados realizaram a ampliação e acabamento das casas, bem como instalação dos banheiros. Na maioria das vezes, a ampliação das casas foi realizada com materiais que, tradicionalmente, são utilizados: taipa e palha (Figura 5).

Algumas casas mantêm o modelo implantado pelo INCRA, com a utilização de materiais de acabamento industrial como o cimento, azulejos e telhas de barro.

Tenho um banheiro para banhar dentro de casa porque eu gastei mais de três mil contos. Troquei essas portas que era de “flande” velho. Botei uma pia lá fora. (EN15).

[...] fizeram essas casas aqui, porta velha de ferro que não valia nada! Eu e outros daqui trocamos por nossa conta mesmo, demos uma arrumadinha na casa (EN26).



FONTE: Frank Tamba (2012)

Figura 6: Reforma da casa com material industrial - Agrovila PA Buriti

Apesar da iniciativa de alguns assentados em ampliar e reformar as casas com recursos próprios, essa é uma das ações que o INCRA não cumpriu até o momento.

Nós estamos esperando as reformas da casa, né!?... Porque quando fizeram as casas, parece que os pedreiros estavam aprendendo. O material foi de terceira, não foi nem de segunda, material ruim tudo estragando. Tem casa rachada, essa minha tem um rachão bem aqui na porta (EN14).

As casas tiveram esses banheiros bem depois. Para concluir falta muita coisa ainda, né!? Falta a varanda da casa. A reforma das casas foi outra coisa que prometeram e até agora nada (EN51).

As estradas de acesso às agrovilas foram abertas pelo INCRA em parceria com a prefeitura municipal de Axixá. Com nossa permanência na região, tivemos a oportunidade de transitar por grande parte delas, exceto pela estrada vicinal que liga as duas agrovilas do PA Grotão (São José a São Francisco), que, pela aparente falta de manutenção e pouco tráfego de carros, estava tomada de mato, dificultando o deslocamento de veículo de pequeno porte.



FONTE: Frank Tamba (2012)

Figura 7: Estrada entre as agrovilas São José e São Francisco

Essa estrada parece que foi feita em 2010. Fizeram a estrada passando dentro dos lotes até a São José, e de lá, sai na beira da pista que vai para Augustinópolis. Os lotes estão cheios de estrada, quem quiser ir para dentro da roça de carro ou moto vai. O INCRA fez em parceria com a prefeitura (EN18).

As estradas de acesso que ligam as sedes das agrovilas ao município de Axixá apresentavam boas condições. No mês de maio de 2012 houve um mutirão no assentamento para manutenção da estrada, quando foram recuperados os trechos que estavam mais danificados por conta das chuvas ocorridas na região. O mutirão

contou com a colaboração de cerca de vinte assentados e da prefeitura municipal de Axixá, que enviou um trator com carreta e tratorista.

A complementação das estradas vicinais, dentro dos assentamentos para facilitar o acesso aos lotes e escoamento da produção, ainda não foi concluída pelo INCRA nos dois assentamentos visitados. É uma das principais demandas do PA Buriti.

Eu peguei novilhas, tem delas que deram boa de leite, só que não foi todas, né!? Eu fiquei com elas, mas meu lote é muito dispendioso para mexer com leite, porque para lá não tem estrada. O INCRA nunca fez, não tem vicinal, né!? Eu vendi e fiquei só com gado de corte mesmo, gado branco (EN43).



FONTE: Frank Tamba (2012)

Figura 8: Mutirão para recuperação da estrada no PA Buriti

As demandas atuais dos assentamentos ainda se referem à extensão dos benefícios recebidos nas agrovilas até os lotes dos assentados. É o que se verifica nos relatos a seguir.

Agora nos lote não têm energia e os poços são os que nós fizemos mesmo. Estamos lutando pela energia (EN18).

O lote está sem energia ainda, esses dias estavam medindo para lá para passar a rede, e a água também não é boa, é salobre. Aí quando passar a energia, fica mais à vontade para ficar lá. Até que está preparado para criar bode, porco, galinha. Mas tem que está preparado para ficar lá, não pode passar um dia sem ir lá, tem que estar lá... [...] senão desaparece alguma coisa (EN2).

A hora que puxar a energia para o lote, eu vou pular lá para dentro. Eu acho bonito, o que eu quero para minha vida é morar lá. A gente

tem muito prejuízo não morando no lote. Lá é bom de criar galinha, criar porco. Lá tenho fogão, panela, pote, tenho tudo. Ela vai comigo e faz a comida (EN15).

Se as condições de moradia forem estendidas aos lotes, muitos revelam o desejo de morar dentro do lote. O lote é visto como um local de maior liberdade e autonomia, onde pode, principalmente, criar animais domésticos como galinhas e porcos, sem incomodar os vizinhos, e podem tratá-los sem correr riscos de sofrer pequenos furtos.

Uma das carências mais sentidas nas agrovilas é a falta de um colégio. A prefeitura municipal de Axixá do Tocantins mantém em funcionamento, nas agrovilas, salas de aulas em prédios provisórios. É ofertado o ensino fundamental, com quadro de servidores, geralmente, moradores da própria agrovila. Os professores são qualificados, com formação superior. Na agrovila do PA Buriti, as aulas acontecem na sede da antiga fazenda, enquanto que na agrovila São Francisco funcionam em casa cedida por um dos assentados.

[...] A escola é onde era a sede da fazenda, o bicho lá não é bonito não. Os quartos são bem “aperriadim”. Eu acho que o INCRA e o prefeito deviam enxergar isso e fazer um colégio aqui dentro. Aqui tem muita criança estudando, é um dos município que mais tem criança estudando, mas o nosso colégio não agrada, não (EN53).



FONTE: Frank Tamba (2012)

Figura 9: Escola no PA Buriti

Para amenizar as reclamações, a prefeitura disponibiliza transporte escolar para a sede do município. O transporte é para os alunos do ensino médio e para os alunos do ensino fundamental que optarem por estudar nas escolas da cidade, com melhor infraestrutura, recursos didáticos e professores mais qualificados.

[...] Lá na vila [São Francisco], a escola funciona em uma das casas do assentamento, só que a prefeitura manda o carro buscar os alunos da quinta série em diante. Vão para cidade estudar. Todo dia o carro vai até a vila buscar e deixar (EN18).

Aqui funciona até a 8ª série. O ônibus pega os alunos do estado e do município. Ele pega de tarde e à noite. Têm uns que estudam lá, que são da 5ª série, nem precisava, devia estudar aqui (EN36).
Tem ônibus escolar que vem trazer e vem buscar os alunos. Levam de tarde e deixam de noite. É um atendimento bom isso aí. (EN40)

Somente na agrovila São José, há uma escola de ensino fundamental construída pela prefeitura municipal (Figura 10).



FONTE: Frank Tamba (2012)

Figura 10: Escola na agrovila São José – PA Grotão

Mesmo assim, para os alunos que moram nos lotes, próximo à agrovila São José, o acesso à escola exige sacrifício, pois as condições precárias das estradas vicinais dificultam o deslocamento. E para aqueles que estudam em colégios na

cidade de Axixá, o percurso do ônibus é realizado somente entre a sede do município e a agrovila.

De manhãzinha, levo três na moto, quando é 11 horas levo outras duas para pegar o ônibus e trago os que estão lá. Quando é de tardezinha, vou pegar as que ficaram na vila. O ônibus dos estudantes não tá vindo até aqui por conta da estrada. Tenho filhos que estudam no São José e no Axixá. A que estuda no Axixá, eu levo até a vila para pegar o ônibus. Daqui lá, dá 2 km (EN17).

Um dos primeiros benefícios recebidos pelos assentados foi o crédito fomento, que tem por finalidade estimular a instalação na área, por meio da aquisição de ferramentas, máquinas, insumos, animais, além de mantimentos. O assentamento Grotão recebeu tal recurso nos primeiros anos, após o aval do INCRA para permanecer na área.

Nós fomos chamados para uma reunião para tratar do auxílio do governo. Começaram a chamar de um em um e entregava um envelope. Quando abri, eram notinhas bem novinhas, quase R\$ 150,00 reais, naquele tempo era muito. Eu comprei uma vaca, uma bola de arame e ainda sobrou. Eu fiquei admirado, vou criar vaca, já comprei uma! (EN17)

O INCRA deu o fomento e a gente comprou duas vaquinhas e fui cercando a terra, gramando um pedaço, minha terra não tinha nada, só mato bom de trabalhar (EN4).

Para o assentamento Buriti, a liberação do crédito fomento veio nos primeiros meses depois da distribuição dos lotes. No entanto houve uma diferenciação na aplicação dos recursos. Em assembleia da associação, os assentados decidiram que parte do recurso seria para a compra de um trator com carreta e grade no valor de R\$ 55.000,00. Com o restante do dinheiro, cada um deveria adquirir uma vaca de leite e uma cesta básica de R\$ 158,00. “Desde o começo, a decisão era conjunta, de acordo com a vontade da maioria” (EN28). A decisão foi embasada no fato de que o assentamento Buriti estava localizado em uma área desmatada e de pastagens formadas e, portanto, propicia para a mecanização da área. Era uma mudança significativa, implicando na troca do sistema tradicional de preparo do solo para o sistema mecanizado. Isso acarretará uma série de adaptações e problemas para muitos assentados na área, principalmente nos primeiros anos, conforme apresentamos no próximo capítulo.

Na implantação dos assentamentos Buriti e Grotão, houve uma diferenciação: a área comunitária. No assentamento Buriti, há espaços de lazer: uma represa, campo de futebol, salão de festa, uma Igreja Católica e um templo da religião batista, ambas construídas pelos assentados.



FONTE: Frank Tamba (2012)

Figura 11: Campo de futebol – PA Buriti

Além dessas estruturas, os assentados conseguiram, por meio da associação, um financiamento a fundo perdido junto à Fundação Banco do Brasil para a instalação de um projeto de piscicultura, casa de farinha, forrageira para triturar coco para fazer azeite, equipamentos de informática e um caminhão 3/4.

O acesso ao crédito teve a mediação do presidente da associação junto à prefeitura municipal do município de Axixá e à agência do Banco do Brasil, em Araguatins.

[...] Se a associação não fosse organizada, não tivesse o tempo todo correndo atrás, né!? O mais importante para nós foi esse projeto da reestruturação da represa e dos tanques para criação dos peixes. O caminhão é uma coisa de mais utilidade aqui dentro. Foi instalado um escritório para associação: tem computador, máquina digital, data show, caixa de som grande, painéis grandes. Foi 365 mil reais, a associação tem muito trabalho aqui (EN28).

Através da associação, já conseguimos muita coisa. Você sabe, hoje em dia, sem conversar não se consegue nada. Aqui nós temos água, tem energia, essa piscicultura, tem aquela represa grande, abelha

para quem gosta de mexer, foi tudo através desse nosso presidente aqui. Ele é gente corredora mesmo (EN40).



FONTE: Frank Tamba (2012)

Figura 12: Represa – PA Buriti

As pessoas que compõem a diretoria da associação do assentamento Buriti, sucessivamente, se alternam na presidência da entidade. São pessoas de maior liderança do grupo, inclusive o atual presidente que sempre fez parte da diretoria da associação. A liderança do presidente da associação é positivamente avaliada pela grande maioria dos entrevistados. Além de fazer parte do grupo familiar de maior número de parentes dentro do assentamento, ele já foi candidato a vereador no município de Axixá do Tocantins, tendo em algumas ocasiões, ocupado a cadeira em virtude do afastamento do titular da pasta.

As principais lideranças do assentamento Grotão, por um bom período de tempo, revessaram-se entre a diretoria da Associação e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Axixá do Tocantins. Tiveram papéis destacados não apenas nessas instituições, às vezes, elegendo-se para cargos eletivos no executivo (vice-prefeito) e legislativo municipal.

Eu, desde a fundação em 1988, só passei um mandato sem ser da direção. De lá para cá, eu faço parte da direção o tempo todo. Nós conseguimos reunir os nove presidentes de sindicatos, a hora que precisava. Nós ocupamos o INCRA de Araguatins em 2005 por aí

assim. Passamos uns três dias lá, todos os sindicatos da região, a CPT, todo mundo ajudava... (EN4).

A participação política dos líderes em vários episódios, antes mesmos da data anterior à entrada nos lotes, foi um dos pontos positivos a ser destacado, pois a luta por reconhecimento dos direitos tem se mostrado permanente, mesmo após a entrada nos assentamentos. As entidades de classe fundadas, ao longo desse processo, são importantes vias de promoção e mediação entre as instituições, para assegurar os benefícios dos associados. As associações e Sindicato garantem os benefícios previdenciários do trabalhador rural.

Tem a associação do sindicato e a associação do assentamento. A gente paga os dois. O benefício delas é só participar, o sindicato ainda tem mais benefício que é para se aposentar, alguma coisa, o assentado tem mesmo que participar do sindicato. (EN12)

O sindicato é bom porque na hora de aposentar, ele tá junto. (EN33)

4.2 A vida social nos assentamentos

Os camponeses dos assentamentos Grotão e Buriti já possuíam, anteriormente, vínculos de parentesco e vizinhanças. “Já eram meus vizinhos, morava lá onde eu morava” (EN45). Essa aproximação facilitou a integração deles à vida comunitária dentro dos projetos de assentamentos.

Esse povo aqui é quase todos meus parentes. Só aqui mesmo morando perto de mim têm seis filhos, sobrinha. Mais lá para cima, tem meu primo que é o pai dela, tem o EN28 que é meu parente. Nessa rua aqui, só não é parente essa menina que mora aqui perto de mim e outro. O restante é tudo (EN41).

Eu tenho parente aqui no assentamento Babaçu, no Grotão, no Buriti. Nós somos dezessete irmãos. E aqui nós temos uns dez, só nos assentamentos! Mas graças a Deus de irmãos sobrinhos tá quase todo mundo assim. (EN4)

No meu lote estava outro rapaz que morava comigo, sabe!? Hoje ele está no PA Buriti porque quando cortou a terra, ele ficou de fora. Ele ficou assim, nervoso. Quando o sindicato levantou essa terra lá no

PA Buriti, na época o presidente era daqui, ele arrumou para ele ir para lá. (EN12)

Nota-se que há um bom relacionamento entre os assentados, geralmente, ao entardecer, sentam para conversar com os vizinhos e amigos nos bancos da porta das casas, para falar sobre suas vidas e suas lutas.

A relação é boa demais. Os vizinhos, eu visito todos! Tem dia que não vai nem uma hora, eu visito todos, é conversando direto (EN48).

A gente vai à casa do outro, conversa, proseia, é a vida. É uma comunidade unida. Dos assentamentos da região, esse é primeiro lugar. Aqui não tem violência, aqui é bom! (EN21)

O convívio na agrovila com as vizinhanças próximas e o relacionamento face-a-face do dia a dia favorece o interconhecimento do grupo. Todos se conhecem, compartilham uma vida de valores, costumes e uma trajetória de vida semelhante. A solidariedade está presentes no dia a dia, há monitoramento contínuo da vida de um e do outro⁵⁸ que fortalece o convívio com as vizinhanças.

Teve um dia que eu não tinha nada aqui, moço. Quando dei fé chegou um pessoal aqui dizendo: - Nós estamos aqui pedindo uma ajuda para uma família que está necessitada. Eu não tinha nada para dar, né? Eu cheguei até a chorar naquele dia. Quando eu soube que era para mim! Rapaz, mesmo quando tu não tem, né? Eles me arrumaram um bocado de coisa, um bocado de coisa... Além d'eu não ter nada para os meninos comer, ainda estava meio adoentado, sem quase poder trabalhar. Aqui é o seguinte, você precisou de alguma coisa a comunidade toda se junta para ajudar... (EN34)

Quando uma pessoa adocece, às vezes, por exemplo: quebra uma perna ou quebra um braço, e fica impossibilitado de colher, junta a comunidade todinha para colher o arroz dele e coloca lá. É fácil, rápido. (EN51)

Tal solidariedade gera uma dívida moral que os assentados esperam ser retribuídas quando também estiverem em uma situação semelhante. As relações sociais dentro do assentamento selam a amizade entre as famílias, parentes e vizinhanças e expandem a reciprocidade. É praticamente impossível, como analisou

⁵⁸ Reflexividade: Antony Giddens (2009) define como o monitoramento contínuo da ação humana levando-se em conta que o outro também assim procede em relação ao outro.

Candido (2001), que um camponês não necessite recorrer a solidariedades vicinais durante o transcorrer de um ano do calendário agrícola, para atender a demanda de mão de obra dentro do lote.

[...] no tempo do broque, você leva dois adjuntos para ajudar. Adjuntos que eu digo é assim, é de cinco pessoas! Você leva de cinco a primeira vez e depois leva mais cinco. São dois dias para cada linha, se o mato for bom! Se for ruim, leva três dias (EN34).

O cabra não pode viver sem parceiros! Todos nós que vivemos em cima dessa terra deve arranjar parceiros, tem que arrumar amizade não inimizade, né! Aqui, acolá quando alguém aperreia vai cobri uma casa, vamos ajudar; rebocar uma casa, vamos ajudar! Aqui, acolá quando alguém adocece e não pode botar uma roça, formamos um mutirão e vamos lá fazer uma roça para ajudar, né! Aqui já aconteceu muitas vezes! Graças a Deus, comigo ainda não aconteceu (EN27)

As relações de parentesco e vizinhanças se ampliam também pelo compadrio. Os assentados selam as relações de confiança, afeto e solidariedades. É uma relação como se fosse uma extensão da família “[...] considero que nem parente, são todos conhecidos” (EN45). Os compadres são pessoas que podem auxiliar na orientação dos filhos ao longo da vida deles e geralmente são da própria comunidade com os quais o assentado pode contar nas horas de alguma necessidade.

A consideração, o respeito, a comunicação e pela consideração de família também, né!? Tanto eles como nós, assim do jeito que eu escolhi, eles também me escolheram (EN43).

[...] A gente tem atenção pelo afilhado e pelo compadre, porque a gente tem o afilhado como filho... o que a gente faz com o filho, faz com o afilhado (EN33).

Eu por exemplo, cuido do gado da minha comadre, só por consideração mesmo! Não cobro nada, porque os meninos dela tão pequeno ainda. O marido se separou dela e ela tem 4 filhos: duas meninas e dois meninos (EN43).

Além do batismo dos filhos pelo qual os assentados tornam-se “compadres de almas”, há também outra forma de consagrar a amizade. Simbolicamente, em noites de fogueira, no período das festas juninas, se tornam “compadres de fogueira”. O ritual é descrito a seguir.

Uma comparação faz de conta que nós vamos passa fogo, né? Atravessa um tição ali e damos as mãos por cima do fogo. Aí, nós dizemos: - São João disse, São Pedro confirmou. Nós há de sermos compadres, Jesus Cristo mandou! (EN21)

Apesar de ser um ritual simbólico, o compromisso assumido é levado a sério pela maioria dos assentados. É bastante comum ocorrência desse tipo de compadrio.

Compadres eu tenho. EN53, EN42, EN36 e EN21 são compadres de alma mesmo. (EN52)

Tenho um compadre, só. Esse compadre é de fogueira, passamos o fogo e nos chamamos de compadre até hoje! (EN38)

O clima harmônico dentro dos assentamentos não significa dizer que, esporadicamente, não haja algumas desavenças entre vizinhos e entre os assentados. Foram relatadas, por exemplos, algumas intrigas devido à criação de galinhas que ultrapassam os limites do terreno da casa do outro, o que gera confusão na hora de distinguir de quem é a posse de um ou outro galináceo, ou o mau cheiro exaurido pela criação de suínos no fundo do quintal.

Crio umas galinhas aqui no quintal, cercadinho. Não crio porco porque os vizinhos implicam. Tem um vizinho ali que tem um chiqueirinho no fundo da casa dele, quando dá a boca da noite só falta matar a gente (EN48).

Se o seu bicho entrar no quintal da minha casa e eu como ou boto num saco e vou vender na rua? Achei melhor acabar logo com as galinhas do que ficar desgostoso. É um problema grande o vizinho atrapalhar a gente nesse ponto de vista, né!? (EN47)

As pessoas entrevistadas que moram nos povoados, na maioria das vezes, não criam galinhas nem suínos nos lotes, pois alegam que as criações sofrem ataques de animais silvestres ou são furtadas quando elas não estão presentes, mostrando preocupações quanto a questões de segurança e o aumento de ocorrências de pequenos furtos, geralmente realizados por pessoas de fora do assentamento.

Eu tinha ovelha, porco. Os bichos estavam comendo. Fiquei desgostoso e acabei. Eu tinha pato e não sei se foi jacaré ou os

porcos, porque um apareceu só os “cacrejos” e outro com a pata quebrada... Aí desgostei porque eu não estou mais vivendo lá. (EN22)

Eu moro dentro da minha roça. Eu não quis acolá. Porque interessa meus bichinhos. Por aqui eu crio minha galinha, meus capotes, meus patos, tudo sossegado. Se fosse lá, eu não criava minhas coisinhas. (EN24)

Eu acho bom demais morar aqui. A gente cria os bichinhos, sossegado. Não está perturbando a gente. Fiz a casa bem no meio do lote, as minhas galinhas não vai para os vizinhos, meus porcos, nada... (EN32)

A associação é reconhecida como órgão de regulamentação interna das relações entre os indivíduos que compõem o assentamento. Entre as regras estabelecidas de forma coletiva, estão: o uso comunitário dos espaços coletivos; a exploração da madeira da reserva legal; as regras de funcionamento das máquinas, equipamentos e veículos etc. A maioria dos entrevistados reconhece a importância da associação como órgão mediador entre as questões de interesse dos assentados junto às outras instituições e a coletividade dentro do assentamento.

[...] tudo que foi entrado aqui dentro foi através da força da associação: estrada, energia, água, as casas, o projeto daquele açude, os tanques, o telefone... é força da associação. Se não tiver uma associação bem unida, legalizada, e um presidente que corra atrás das coisas, não entra. Esse tempo todinho, o presidente estava em cima. (EN33)

Nós somos sócios, pagamos R\$ 60,00/h que é para manutenção do trator. Ai o terceiro que não é sócio paga R\$ 120,00/h. Uma hora de trator se a terra já foi arada, ele faz duas linhas (EN47)

A associação é boa! As coisas vieram para nós porque a nossa associação tá em dias e as coisas aqui são bem combinadas. Tem que ser todo mundo contribuindo com as coisas. Todo mundo é sócio, todo mundo não joga pedras para um lado e para o outro. (EN25)

Há dentro dos assentamentos espaços de lazer para os moradores da agrovila, como, por exemplo: campos de futebol, salão de festas, escolas, igrejas etc. O PA Buriti possui uma estrutura que oferece melhores opções de divertimentos para os jovens, servindo de pontos de aglomeração e interação ao entardecer, nos finais de semana e feriados.

[...] tem aquele banho ali no açude, um divertimento muito bom ali. Final de semana é lotado de gente, todo final de semana (EN46)

A minha diversão mais é jogar bola. Aqui nós temos um time dos “cabras” novos e dos mais idosos (EN43)

Quando o menino faz uma festa no balneário, a gente dá uma balança boa por ali. É um divertimento bom!.(EN52)

Alguns eventos festivos organizados em finais de semana e feriados atraem a participação de amigos e/ou parentes localizados nos assentamentos da região, que aproveitam o dia de folga para diversão. Durante o período que estivemos realizando as entrevistas, ocorreu uma festa no assentamento Buriti, vieram pessoas de outras comunidades da região para participar de um torneio de futebol durante o dia, com festa dançante no período da noite.

As pessoas mais idosas, geralmente, preferem ficar em casa, entretidas com os programas de televisão. Já os jovens podem participar de festas dentro ou fora do assentamento.

A diversão é festa por aí, mas eu não gosto não. Aqui, anoiteceu aquieta-me no meu canto! Assisto uma tv, boto um dvd para assistir e vou passando o tempo. (EN27)

Diversão por aqui é pouca! A idade também chegou! Agora é jogar um baralho, assistir TV, essas coisa. Agora, para as meninas tem muita diversão, tem festas toda hora, aqui ou na cidade. (EN4)

A diversão é a gente ir para roça. Chega, janta e vai dormir. Os meninos ficam assistindo televisão. Festa para eles, só finais de semana (EN13)

A religião é um fator de integração nos assentamentos da região. Em todas as localidades visitadas, sejam agrovilas ou povoados, há igrejas e templos levantados com esforço e contribuição da própria comunidade. A única exceção é a agrovila São Francisco que ainda está construindo uma Igreja Católica.

A primeira igreja foi construída onde morava um filho do seu Raimundo. Aí, o nome de nosso padroeiro ficou sendo São Raimundo. Aquela igreja todo mundo ajudou construir. Todo mundo comprava um saco de cimento e ajudava fazer. Hoje ela tem ventilador, banco, tudo foi nós que fizemos. (EN52)

[...] colocamos o nome de São Francisco para ele cuidar desse lugar. A igreja só está com as paredes levantadas, falta cobrir, com fé em

Deus. Nós realizamos o festejo no terreiro, mas dá bom. A missa é realizada na casa de um companheiro, dia primeiro de todo mês. (EN7)

A religião católica é predominante entre os assentados, apesar de haver regularmente apenas uma única celebração mensal nas agrovilas. Tradicionalmente, cada comunidade realiza festejos religiosos de acordo com a data comemorativa dos padroeiros de suas, respectivas, comunidades, assim distribuídas: Festejo de São Francisco (04/10) e São José (19/03), nas agrovilas batizadas com os nomes no assentamento Grotão; São Raimundo (10/08), na agrovila do P. A. Buriti; Santa Luzia (13/12), no povoado Santa Luzia; e São João (24/06), em Morada Nova.

As festas religiosas são os principais motivos para visitas às comunidades de outras agrovilas da região. Cada festejo tem duração de uma semana, é de responsabilidade das comunidades locais organizar as festas, arrecadar prendas, organizar as apresentações artísticas e culturais, promover bingos e leilões. As comunidades, quando prestigiam os festejos de outras localidades, usualmente, contribuem com prendas.

As comunidades vizinhas vêm. Por exemplo, a Babaçu vem de lá e trás uma cesta bem bacaninha para botar no leilão, para ajudar. No mesmo caso é quando a daqui vai para lá, né!? Alguém doa um bode, um frango, uma novilha... para fazer o leilão. Faz um bolo e leva o bolo tudo no festejo, né! No final, junta aquele dinheiro todinho e doa para a igreja fazer melhoria. (EN32)

[...] Aqui festejamos Santa Luzia, em Morada Nova é São João. Acontece de ano em ano. Às vezes mata uma leitoa, chama os amigos, sábado de aleluia! Nossa festa da igreja é em agosto. É animado nosso lugar aqui, graças a Deus é aonde viemos achar o sossego (EN33)

Os evangélicos se fazem presentes em número significativo nos assentamentos visitados. Todas as agrovilas e povoados possuem templos. Suas programações religiosas são os cultos, ações de evangelização e retiros para oração nos períodos de festas pagãs. Chamou-nos atenção a agrovila São José. Lá se concentra uma comunidade de maioria evangélica. Há somente um templo protestante na agrovila. “Nosso divertimento é a igreja. De vez em quando a gente

junta a irmandade e vamos fazer um almoço lá na casa de um irmão. Passa o dia conversando e outras vezes vem para cá” (EN17).

As relações de parentesco, vizinhanças, compadrio e a religiosidade são traços característicos das comunidades assentadas com as quais se forma a teia de sociabilidade e solidariedade que mantém a tradição e cultura camponesa facilitando o convívio e a união dos assentados.

4.3 As relações para além do local

Os assentamentos de reforma agrária da região do Bico do Papagaio foram mecanismos de recampesinação, pois permitiu o retorno dos camponeses, ameaçados de proletarização, ao campo, para retomarem suas trajetórias de vida, em uma situação de estabilidade da posse da terra. Ao observarmos a organização interna dos assentamentos, verificamos que muitos dos aspectos que eles vivenciavam no período anterior ao assentamento foram reproduzidos no novo contexto. As técnicas tradicionais de plantios, as solidariedades vicinais, a forma de exploração dos recursos naturais, o estabelecimento de regras consensuais de convívios, embasadas nos princípios da ética camponesa, são manifestadas nos diversos depoimentos. Apesar de viverem ligados fortemente ao grupo doméstico e às relações de vizinhança, os assentados não vivem isolados da sociedade envolvente, nem ficaram livres de suas influências ao longo do tempo. Nesta seção, abordamos as principais relações estabelecidas no dia a dia entre os assentados e mundo exterior ao assentamento.

No dia a dia, as famílias dos assentamentos vão frequentemente às cidades mais próximas (Arixá do Tocantins e Augustinópolis). As principais motivações dessas idas são: compra e venda de produtos, serviços bancários para receber benefícios como aposentadorias, bolsa família e pagamentos de taxas de serviços, energia elétrica e água tratada.

Muitas vezes eu vou lá para comprar alguma coisa que estou precisando em casa: a carne, o açúcar, o café, biscoito, a pimenta, o alho. Muitas vezes você vai à rua [...] para pagar uma continha, outras vezes para receber a bolsa família. (EN34)

Eu vou para as duas cidades. Eu compro e vendo nas duas feiras. Axixá, eu só estou vendendo banana, boto a banana na moto e deixo para um companheiro revender e em Augustinópolis vendo a mandioca. (EN20)

As idas e vindas à cidade, embora indispensáveis, são limitadas às necessidades da família, e alguns informantes afirmam que não gostam de ausentar-se do lote, preferindo permanecer dentro do assentamento. “Para a cidade, só vou quando tem uma coisa para resolver ou na feira quando precisa comprar alguma coisa. Vou muito pouco porque as coisas que a gente compra dá para um punhado de dias” (EN37).

A deficiência ou ausência de serviços públicos dentro dos assentamentos forçam os assentados a saírem do assentamento. Apesar de contar com assistência médica uma vez por semana, os assentados também vão à cidade para atendimento médico nos casos mais graves, na maioria das vezes, deslocando-se para o hospital regional de Augustinópolis-TO ou para hospitais fora da região.

Eu caminho muito para o hospital porque sou dependente de remédio de pressão alta e coração. Agora meu agente de saúde está trazendo o meu remédio em casa. (EN14)

Eu apresentei uma hérnia, operei em Augustinópolis e depois de uns dias voltou de novo. Eu vendi umas coisinhas e fui para Teresina e deu de me operar. (EN10)

A televisão, antenas parabólicas e o rádio são importantes veículos de comunicação e de integração da sociedade envolvente. As informações de todas as naturezas veiculadas nesses meios repercutem no dia a dia dessas famílias, atualizando-os sobre os acontecimentos do mundo, ajudando a redefinir valores, costumes e comportamentos tradicionais. O hábito de sentar-se à frente da televisão para acompanhar novelas, telejornais, esportes, minisséries, filmes influenciam e subsidiam os diálogos com as vizinhanças.

O rádio também possui uma extensa possibilidade de comunicação com o mundo externo na mesma amplitude que a televisão. Mostra-se mais importante em âmbito regional, pois a programação regional, através das rádios de Imperatriz-MA (AM e FM), trata de assuntos relacionados à política, à economia e a notícias gerais dos municípios do Bico do Papagaio, entre eles o município de Axixá do Tocantins.

Algumas programações da rádio promovem a interação, seja para mandar recados, pedir música, expressar opiniões, realizar denúncias, divulgar eventos etc.

Praticamente, em todos os lares das pessoas entrevistadas, havia a presença dos aparelhos de telecomunicações (televisão, rádio, antena parabólica e telefone celular), bem como outros eletrodomésticos: fogão a gás, geladeira, aparelhos de som, liquidificador, utensílios modernos, que passaram a fazer parte do dia a dia dos assentados, somente, após a entrada nos assentamentos.

Tenho geladeira, TV, fogão, tanquinho de lavar roupa, um banheiro para banhar dentro de casa. (EN15)

Aqui comprei geladeira, fogão, tudo aqui dentro. Comprei minha TV a troco de fava. Lá na Morada Nova não tinha onde plantar. (EN25)

Minha casa hoje tem geladeira, fogão, televisão, sofá, armário, guarda-roupa, cama. Eu não tinha essas coisas antes, o assentamento me deu condição de comprar essas coisas. (EN42)

A aquisição desses bens de consumo duráveis não significa uma ruptura com os costumes tradicionais locais, mas uma adaptação dessas comunidades ao novo contexto.

O acesso à escola é outra forma de ligação dos jovens com a sociedade envolvente, tendo em vista que o ensino médio somente é ofertado na sede da cidade. A vida urbana influencia os filhos dos camponeses, que passam a valorizar os estilos de vida da cidade, a maneira de vestir, de divertir e trabalhar para ganhar os meios de sustento nas cidades. Após a conclusão do ensino médio, geralmente, os jovens partem em busca de empregos com salários fixos para as cidades próximas ou longínquas em virtude da falta de oportunidades na região e dificuldades dos pais em manter a subsistência de todos dentro do lote.

Eles, aqui, não tinham salários, não tinham dinheiro. Quando eles iam para uma festinha não tinha roupa e aquele dinheiro que eu dava para eles era pouco. Eles disseram: - Não pai, eu vou dar uma volta porque aqui está devagar demais. (EN15)

Meus filhos foram saindo porque esse negócio de mexer com roça é de ano em ano e quando dá boa. Eu nunca vou mandar um filho sair. Eu quero que estudem, mas aqui não tem emprego, não tem fábrica. Mesmo que se formem, precisam sair daqui para conseguir um emprego. (EN3)

Eu não dava conta de arrumar o que eles precisavam. Eles que têm que trabalhar para se manterem. Os filhos precisam de tudo, mas, na roça o que se faz é só o de comer, não tem dinheiro. É melhor estudar e trabalhar fora. (EN31)

A proximidade de dois centros urbanos (Axixá do Tocantins e Augustinópolis) facilita a integração com o mundo externo. Além desses dois municípios, pudemos verificar, quando tratamos da migração (temporária ou permanente), que há busca por empregos em locais longínquos, Goiânia e outros grandes centros fora da região. Mesmo com a saída dos filhos, as relações familiares se mantêm, seja pelo envio de recursos financeiros para ajudar na contratação de serviços dos roçados ou na recepção e apoio ao estabelecimento de outros membros da família, quando também migram. Os pais, em alguns casos, saem dos assentamentos para visitar os filhos em seus locais de moradia e têm contato com o mundo exterior, com centros mais desenvolvidos.

[...] tanto é ruim para eles, como para eu, a ausência deles. Eu fui lá (Goiânia), quando eu saí de lá teve deles que não assistiu nem minha saída. É ruim demais (EN29)

[...] tenho três filhos em Parauapebas-PA. São empregados num supermercado. [...] Eu já fui lá visitá-los. O patrão deles elogiou muito, disse que depois que eles chegaram as coisas mudaram. Ele confia muito neles, graças a Deus meus filhos são abençoados! (EN23)

O trabalho externo, quando acontece em atividades agrícolas, geralmente, em fazendas próximas ou distantes da região, os coloca em contato com outras realidades, técnicas de plantio e cultura.

Por exemplo, plantar milho com adubo na matraca é o que mais fazia para os outros. Colocar o milho de um lado e adubo do outro, na matraca, cansei de fazer para os outros. (EN37)

Tenho um filho que trabalha para o governo, na ENGOPA, beirando a Belém-Brasília. Ele planta o arroz, todos tipos de plantas lá. Na sede tem um bocado de caminhão. Ele planta arroz e feijão. (EN5)

Há aqueles que procuram a cidade em busca de entretenimento, aproveitam as saídas ou saem especificamente para distração, visitar amigos como forma de sair da rotina, assistir a jogo de futebol e festas religiosas.

Eu vou sempre para me divertir um pouco e fazer comprinhas. A gente tem que andar para não ficar naquela tristeza. Conversar com um amigo, vê outro e ir passando o tempo, né!? (EN2)

Tem vez que nós saímos para os outros assentamentos para jogar futebol. Nós estamos disputando um campeonato municipal em Axixá. (EN31)

[...] quando tem festejo fora, nós vamos para as comunidades, é animado. A gente sai rodando por aí. É São José, São Francisco, Santa Luzia, é um bocado de Santo (EN52)

Há nos assentados do Bico do Papagaio um forte sentimento de pertencimento ao local. Eles desenvolvem seus projetos de futuro, buscam, permanentemente, melhores condições de vida e de trabalho, possibilitados a partir do acesso regulamentado da terra. A vida em comum de forma igualitária fortalece esses grupos. No entanto isso não significa seu isolamento da sociedade envolvente, afastando-a totalmente de suas influencias.

5 AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

As estratégias de reprodução social possíveis de serem adotadas dentro dos assentamentos são diversificadas. Elas dependem de uma série de fatores internos à família, como condições econômicas, demográficas, culturais, sociais etc. Inclui-se ainda a heterogeneidade de fatores externos, relativos aos contextos em que estiverem inseridos, bem como as condições edafoclimáticas da propriedade. Enfim, as estratégias se traduzem em grande diversidade de possibilidades para traçar a estabilidade e a reprodução social, de acordo com o projeto de futuro de cada unidade familiar.

Nesse sentido, partimos da concepção de que os assentados são sujeitos históricos que possuem uma trajetória de vida anterior, que configura o seu “modelo original” resgatado, neste estudo, a partir do qual cada assentado projeta seu “modelo ideal” oportunizado pela conjuntura do campo⁵⁹ em que estão inseridos. É a partir dessas referências que irão centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementando a renda por meio de outras atividades (agrícolas e não agrícolas) fora do lote.

5.1 Terra, trabalho e família na nova unidade de produção

5.1.1 O lote

A posse da terra assume vários significados: sinônimos de fartura, garantia de subsistência, por meio do trabalho familiar, não submissão ao patrão, liberdade para dispor dos resultados do trabalho de forma autônoma. É um bem que,

⁵⁹ Para Bourdieu (2011), campo é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que coage os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando sua estrutura. Campo, nesse caso, é o “lócus” em que o camponês objetiva o seu projeto para o futuro – modelo Ideal.

praticamente, nenhum entrevistado deseja desfazer-se enquanto estiver em condições de trabalhar. Para a grande maioria, a terra é considerada um local de trabalho e patrimônio familiar a ser transmitido para os descendentes.

Ninguém vende, é para trabalhar, neto e sei lá quem... eu quero isso. O meu testamento era esse. É da minha família, mas não pode vender, é para trabalhar nela. (En4)

Se eu morrer, já disse para os meus filhos, não vendem. Essa terra é para os filhos, netos, bisnetos, tataranetos, mas não é para vender. Porque foi dificultoso para nós possuir esse pedacinho de chão... (EN23)

Essa terra não vendo de jeito nenhum... aqui é o fim da minha "pinicada". Quando eu morrer, tenho o que deixar para os meus filhos. É dela que ando, onde eu vivo e como. (EN45)
Quando eu não aguentar trabalhar mais, vai ficar para o meu filho que tá me ajudando a trabalhar. Quando ele já se entendeu de gente, já comecei a leva-lo para roça. Já sabe o jeito que eu faço. Quando eu morrer, é dele. (EN25)

Há nos depoimentos um forte apego à terra, o desejo de transmitir não só a propriedade como o modo de vida e trabalho. O lote é um local de treinamento, de preparação dos filhos visando à sucessão entre as gerações (WOORTMANN, 1990).

No entanto a venda do lote não é uma alternativa totalmente descartada. Alguns entrevistados apresentam a venda da terra como alternativa aceitável, apenas nos casos de não haver herdeiros na família ou para atender alguma emergência, como tratamento de saúde, por exemplo. No entanto o lote não é valorizado pelo seu valor imobiliário, mas, principalmente, como um local de vida e trabalho, a partir do qual a família busca racionalizar a exploração da mão de obra familiar e a extensão da lavoura, para viabilizar a reprodução social do grupo como um todo, ao longo do tempo.

5.1.2 A família e o trabalho no lote

A partir da análise das entrevistas realizadas nos dois assentamentos, pudemos perceber que há uma clara divisão das atividades realizadas, dentro dos lotes, pelos membros familiares, sendo reconhecida a autoridade do pai e/ou da mãe

como chefes da família. O casal é quem mais se empenha nas diversas atividades diárias, buscando sempre suprir o sustento da casa e educação dos filhos.

As crianças do sexo masculino se iniciam cedo nas atividades agrícolas, a partir dos sete e oito anos, desempenhando tarefas que exigem pequeno esforço físico, evoluindo para outras de maior intensidade e peso, a exemplo do “broque” quando geralmente alcançam os quinze anos de idade. “Meus meninos ajudam em tudo: na colheita do arroz e do feijão; capina, só não broca. Quando os meninos completam quinze anos estão no ponto de começar a brocar...” (EN51)

As crianças do sexo feminino também se iniciam cedo nos afazeres da casa, ajudam as mães nas atividades domésticas, na quebra do coco babaçu e, em períodos de maior demanda de mão de obra, nas lavouras, geralmente na colheita do arroz e do feijão, na fabricação da farinha de mandioca etc.

Na hora, eu vou para roça, elas (esposa e filhas) me acompanham. Lá é fazendo um foguinho para fazer uma boia, apanhando uma farinha ou apanhando um arroz, porque somos da roça. O pesado eu faço só! Mas para apanhar um arroz, colher uma fava, quebrar um milho é mais eu. (EN25)

A mulher quebra coco, a gente faz carvão. Para juntar coco é nas terras alheias, a nossa não tem. As meninas... é mais serviço da casa mesmo. Na roça é só servicinho mais leve... na colheita do feijão vão todos. (EN51)

Esse roteiro de inserção dos filhos nas atividades produtivas é semelhante ao itinerário que os pais também vivenciaram na infância e adolescência. A diferença agora é que os filhos dividem o tempo entre o trabalho e a escola, o que anteriormente não acontecia porque os estudos eram inacessíveis, para a grande maioria das famílias dos assentados.

Ele estuda à tarde... de manhã vai para o curral e tira o leite... tem a caeira. A mãe dele manda fazer, ele enche. Ele não pode mais ir para roça porque quando chega já tá tarde, aí a perde a escola... aí não... o estudo é melhor para ele (EN53)

O menino estuda de meio dia a tarde, o resto é mais eu bem cedo. Ele faz serviço pesado também, nós roçamos, nós quebramos juquirá, milho, quebra tudo! (EN25)

Os meus filhos ajudam pouca coisa mesmo porque estão estudando. Quando eu estou na roça apanhando um arroz, eles têm que ajudar, enquanto não chegar a hora de estudar... (EN32)

O estudo é visto como uma maneira de promover a emancipação dos jovens, preparando-os para a vida fora do lote, como forma de oportunizar um futuro diferente dos pais, em trabalhos menos penosos e de maior remuneração.

[...] a única coisa que eu posso dar de herança é o estudo. Vocês se interessem para nunca ir no caminho que eu estou. Hoje, só ganha dinheiro quem tem estudo. O cabra não vai pensar que juquira dá camisa ao homem, roça também não dá! Isso eu lhe digo, eu estou com 52 anos de idade e comecei a trabalhar na roça aos 10 anos. (EN33)

Eu quero que eles estudem para ter uma vida melhor, né!? Arrumar um emprego para sobreviverem do próprio suor deles. Serviço que não seja muito grosseiro e pesado igual ao meu. Caçar a melhora deles é o que eu desejo muito para eles... (EN37)

Mesmo com o desejo de ver os filhos fora da atividade agrícola, o lote se configura como um local de segurança, caso o projeto de vida fora do assentamento não venha a obter êxito, já que o filho migrante não deixa de ser camponês e voltar à terra é uma das possibilidades.

Eu sempre disse que eles tinham que saber ler e escrever, mas, também, tinha que aprender trabalhar, nem todo mundo que é sabido vive da sabedoria que ele aprende. Às vezes, vai terminar em roça porque não acha um serviço que dá para você! Então tem que aprender trabalhar e estudar porque você vai usar o que achar bom. (EN12)

Para a grande maioria dos assentados, a pequena parcela de terra não oferece perspectiva de permanência de todos os membros familiares no lote. A produção obtida tende a ser insuficiente para suprir a subsistência de todos, ocasionando, para grande maioria das famílias entrevistadas, a migração dos filhos para as cidades.

A falta de oportunidades de emprego e renda na região do Bico do Papagaio força a migração temporária ou definitiva dos jovens para cidades longínquas, como Goiânia-GO, Palmas-TO, Parauapebas-PA. À medida que atingem idades próximas à maioridade, a saída do lote para a busca por emprego na cidade é uma decisão que, geralmente, parte dos filhos e conta com a aprovação dos pais. Diante da pressão demográfica e a dificuldade de manter a subsistência do grupo, os jovens não veem alternativa viável, a curto e médio prazo, de permanecerem na região.

Eu tenho 11 filhos... 5 moram aqui e 6 em Goiânia. A gente não podia dar o que eles precisavam. Se tivesse os 10 filhos dentro de casa, tinha que ser 10 linhas... 01 linha dá pouco dias, né!? (riso). Esse ano, plantei 04 linhas, dando bom dá 60 volumes, dá para a despesa... Quando todos estavam aqui, não dava não... (EN31)

Eu, minha esposa e 11 filhos viemos para o assentamento. [...] A mais velha está em Goiânia trabalhando nas casas, casou por lá. Lá ainda têm mais duas irmãs. Tenho outra filha em Parauapebas e tem o meu rapaz que tá na siderúrgica em Marabá. Todos saíram em busca de emprego porque aqui só dá para ficar que nem eu, né!? Para o jovem solteiro que quer melhorar aqui não dá! (EN49)

É questão de vontade de possuir as coisas. Aqui a gente não pode, aqui não ganha. Eles me ajudam bem, mas aqui só dá para nós sobreviver mesmo do alimento. A gente não tem como vender assim uma safra, aqui um tanto, aqui tanto, não. Aqui é muito do bom, mas se vender o que produzir, volta de novo para a estaca zero... (EN48)

A migração dos filhos, apesar de abaixar a capacidade produtiva da família pela perda de braços para a produção dentro do lote, é uma estratégia para manter o balanço interno da família. Geralmente, a migração de um filho para morar e trabalhar fora motiva a saída de outros, quando eles se estabelecem em algum lugar.

Minha menina foi trabalhar como babá, com um pessoal para Brasília. E de lá foi para Goiânia. Meu menino que é encostado dela foi morar mais ela e aí foi indo de um por um, para onde eles estão... Hoje têm seis morando lá, um pertinho do outro. (EN31).

Na maioria dos casos, a baixa qualificação para o trabalho resulta em atividades de pouca remuneração, como empregados temporários na construção civil, domésticas, atendentes, vendedores e serviços gerais, que possibilitam a eles apenas o próprio sustento.

Eles saíram para Goiânia (três filhas e dois filhos), mas não tão vivendo bem não! Tenho duas meninas que trabalham em fábrica de roupas, tão empregadas. Só o meu filho que tem emprego próprio que é pedreiro e os outros trabalham tudo em fábrica. (EN3)

É comum relatos de assentados que recebem, esporadicamente, auxílio financeiro dos filhos que moram fora do assentamento, para socorrê-los nos momentos de picos de trabalho das lavouras, para contratar mão de obra, para

realização das colheitas, roço de pastagens, contratação de máquinas, para o preparo do solo ou outras necessidades.

O dinheiro, de vez em quando, o meu menino manda para pagar o trator. Esse ano, eles ficaram de mandar de novo. Eles sempre mandam, quando eu estou aperreado. (EN27)

Eles tão ajudando... para comprar remédio para o gado, agora anteontem mesmo o menino ligou dizendo que quando forem roçar os pastos é para avisar que ele vai mandar dinheiro para pagar as diárias. (EN41)

Graças a Deus... Aqui e acolá eles mandam dinheiro, tão todos casados. Eles trabalham em negócio de lavar carro, é serviço maneiro. Eles mandam de R\$ 100,00, 200,00. Eles trabalham de empregado, estão pagando aluguel e já têm família para lá (EN45).

Tal ajuda é importante para a família para aliviar a carga de autoexploração da mão de obra familiar e, principalmente, para os pais que estão em idade avançada ou com poucos braços disponíveis dentro da família. Essa estratégia contribui para a permanência camponesa dos familiares que ficam no assentamento. Na maioria dos casos, a migração dos filhos é definitiva, eles se emancipam após o casamento, passando a ter como prioridade a manutenção da própria família, o que não impede, em algumas ocasiões, enviarem dinheiro para ajudar os pais.

Há casos de assentados que ajudam os filhos que moram distantes e não estão em condições financeiras estabilizadas, como o caso do assentado abaixo, que atualmente vive somente com a esposa, e ambos são aposentados.

Todos os meses eu mando duzentos reais para ele. Tenho mandado até de mil e duzentos, setecentos, quando vendo algum gado. Agora, eu ajudo independente do dinheiro que tiro do aposento. Eu mando porque ele tá pagando a faculdade para a mulher dele e gasta com as despesas de casa. Quando ele era pequeno, a gente não podia comprar nem um pacote de bolacha... (EN8)

A posse do lote revela-se importante na manutenção e construção do projeto de vida dos filhos, mesmo nesse caso, distante do local de origem. O trabalho no lote, além do núcleo familiar, pode também envolver parentes ou agregados. Nesse caso, trata-se de formas de cooperação entre parentes que são vizinhos e não de famílias extensas, pois não residem no mesmo domicílio. Às vezes, devido à carência de braços, o chefe da família recorre ao auxílio de parentes ou “agregados”

de fora do assentamento, como também cedem áreas para que eles plantem seus roçados no interior de seus lotes.

Meu genro veio comigo e ele é da roça também! Ele mora perto, numa casinha de palha ali. Eu dou um pedaço de chão para ele tirar a rocinha dele. Eu tenho outro genro, mas ele tem um lote. Nós somos uma família unida. Não é negócio de pagamento não! Nós somos assim, são três roças, mas é uma só, ajunta tudo! Quando um “aperreia”, nós estamos aqui para “desaperriar”! (EN25)

Geralmente isso acontece quando há falta de disponibilidade de braços na família, casos de aposentados, que devido à idade e à saúde debilitada, buscam o auxílio de familiares, às vezes moradores de outros assentamentos da região que vem cultivar as lavouras dentro de seus lotes.

5.2 Pluriatividade: o trabalho externo dos membros da família

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas dentro e/ou fora do lote de reforma agrária pelos membros familiares é bastante comum de ocorrer nos assentamentos. O chefe da família, como principal responsável pelo trabalho e sustento da casa, geralmente é quem assume maior carga de trabalho dentro do grupo familiar.

A busca por trabalhos fora do lote, como trabalhador “alugado” é uma das formas mais comuns dentro dos assentamentos. De caráter esporádico e temporário, é uma fonte de renda importante em determinados períodos do ano, sendo contratados para diversas atividades.

Às vezes trabalho na diária para fazendeiro aqui perto e outros companheiros mesmo... aposentados pagam diárias. E tem um pessoal que mora aqui perto. (EN31)

Eu mesmo trabalho para um velho ali tirando leite. Ele me paga R\$ 150,00 por mês. Eu acordo cinco horas para tirar leite e sete horas já estou desocupado para ir para o serviço, tiro 50 a 60 litros. Isso ajuda comprar uma roupa, um calçado para o menino. Tem que ser corrido. (EN37)

Aqui dentro mesmo aparece. Além da juquira, um reboco, quando um pedreiro chama e eu vou de servente e ganho a diária (EN42)

A aglomeração de pessoas morando nas agrovilas dentro dos assentamentos gerou algumas oportunidades de prestação de serviços em atividades agrícolas e não agrícolas, conforme ilustrado anteriormente, mas também oportunidades de abertura de pequenos negócios.

Eu também vendo esses botijões de gás, mas o ganho é pouco. Eles me deixam aqui a R\$ 40,00 e eu vendo a R\$ 42,00. [...] Minha esposa é zeladora da escola desde o começo do assentamento, ganha um salário mínimo. (EN42)

[...] depois que adoeci, o médico proibiu de trabalhar. Meu serviço agora é igual a serviço de menino. Quando vou roçar, logo me sento. Para não ficar parado botei essa bodegazinha, mexo com açougue também. Tá bom! Dá para descolar da carne todo final de semana, dá o da boia, tranquilo. (EN46)

Há nos assentamentos outras atividades relacionadas a negócios, como marcenaria, botecos e indústria beneficiadora de arroz etc. Geralmente, esses estabelecimentos são instalados na extensão da própria casa ou à parte no quintal da residência, permitindo que haja o envolvimento de toda a família para atender os clientes e realizar as vendas no dia a dia, apesar do chefe da família ser o principal responsável pela gestão dos negócios.

Tenho essa marcenaria faz cinco anos. Eu vendo porta, cadeira e janela. O tempo que estou vendendo isso aqui é para o menino comprar um livro, um caderno, pagar uma energia ou comprar um quilo de carne. Eles trazem a madeira aqui e eu faço de metade. Eles levam a parte deles e eu vendo a minha. (EN47)

Eu tenho essa beneficiadora de arroz, é minha menina que pila o arroz até meio dia, à tarde ela vai para escola. Essa borracharia é o meu menino que mexe. E nessa vendinha, vendo frango, linguiça, salsicha... Botei essa vendinha para a mulher ir ajudando... Se precisar de um material escolar, pagar uma energia é dali que nós tiramos (EN28)

Esses pequenos negócios desenvolvidos internamente nos assentamentos são considerados complementares para garantir o provimento da família. São receitas que têm como objetivo gerar dinheiro para compra de outros produtos e

pagamentos de taxas de serviços para atender a necessidade da família, como a conta de energia, água, compra de material escolar etc.

A dispersão de pessoas assentadas no PA Grotão que mantiveram a moradia fora do assentamento e das agrovilas permanecendo nos povoados de Morada Nova ou Santa Luzia levou alguns assentados a dedicarem-se também aos negócios fora do assentamento. Nesse caso, os clientes dos estabelecimentos comerciais são moradores desses povoados, além dos assentados.

Os negócios, nesses casos, tendem a assumir maior importância econômica na manutenção das famílias do que a agricultura, permitindo menor dependência da produção de alimento dentro do lote. Entre os entrevistados, o EN10 é um dos poucos que conseguiu acumular recursos a partir da exploração do lote e com o tempo foi diversificando as fontes de renda em negócios fora do lote e do assentamento.

Entramos todos junto, eram oito filhos! Eu trabalhei lá uns dez anos fazendo rocinhas e formando pastos até que formei tudinho. Aí eu já tinha uma sementinha, umas quatro cabeças de gado e quando saiu o dinheiro do PROCERA eu inteirei umas dez. [...] Aí as vacas ia parindo e a gente ia ajuntando! Eu já vendi três vezes. Vendi o arroz e comprei a Nogueira (beneficiadora de arroz) nova! Aí a Nogueira era ruim, rapaz... aí troquei pela Zacarias e voltei R\$ 3.000,00. A Zacarias é grande limpa o arroz bem limpinho. (EN10)

A família numerosa de oito filhos foi uma das prováveis causas dessa acumulação que tinha como estratégia o policultivo combinado com a formação de pastos para gradativamente ampliar a acumulação de reservas por meio da atividade pecuária e, posteriormente, iniciar no ramo dos negócios (máquina de beneficiar arroz). Ao priorizar a exploração da área com a atividade pecuária, com o tempo, deixou de realizar os plantios tradicionais (arroz, feijão, mandioca, fava, milho) ao mesmo tempo em que os negócios se tornaram a principal atividade econômica e passaram a depender menos da produção interna do lote para a subsistência da família.

[...] primeiro eu gramei a terra e aí não tinha mais como fazer roça, né! Quando eu vendi o gado a primeira vez eu comprei uma máquina de pilar arroz. O dinheiro da máquina deu o dinheiro das despesas de casa, as despesas dela e sobrava uma coisinha! As sobrinhas dela eu vou colocando lá na Caixa Econômica! (EN10)

Também é um dos poucos assentados que mantém os filhos morando nas proximidades, com exceção de uma filha que após o casamento mora fora da região do Bico do Papagaio. Todos os filhos contaram com a contribuição direta dele para de alguma forma se emancipar, alguns inclusive permaneceram como agricultores familiares.

Um deles tem um bar, trabalha lá particular, não me ajuda mais na roça. Aí montei um negócio para minha filha, uma venda. Ela vive vendendo frango, carne, uma vendinha aqui no povoado, essa nunca me ajudou na roça não! O rapaz que fica na máquina é que me ajuda cuidar da terra, olha o gado para mim. [...] tem outro morando no assentamento Buriti e três estão numa terra particular que eu comprei de oito alqueires para os três, é titulada! (EN10).

Entre os entrevistados, EN10 é o único que conseguiu nesse período acumular recursos para ampliar a propriedade fundiária da família por meio da aquisição de terras fora do assentamento.

As feiras da região são locais para realizar negócios e comprar, semanalmente, mantimentos para a casa, comercializando o excedente e convertê-lo em outros itens necessários às famílias, mas não produzidos internamente nos lotes. Como local de negócios, não necessariamente, é vendido o que o próprio produtor produz. A feira é predominantemente composta em sua maioria por intermediários que compram mercadorias dos produtores (no atacado), para revender de forma retalhada para os consumidores durante o período de duração da feira⁶⁰, que acontece aos domingos. Há assentados que também atuam como atravessadores e negociantes nas feiras da região, aproveitando-se da pequena distância entre as cidades do Bico do Papagaio, como, por exemplo, EN4, que realiza negócios nas feiras de Axixá do Tocantins e Augustinópolis, distantes 22 km uma da outra.

Quando dá cinco horas da manhã, eu vou para lá (Feira de Axixá) compro por ali e quando dá mais tarde, vou para Augustinópolis. Às

⁶⁰ Garcia Jr. (1989) observa que nas feiras há o predomínio de intermediários. Mesmo os produtores que são feirantes geralmente são intermediários que adquirem produtos de outros produtores para revender nas feiras. Por exemplo: um agricultor levará feijão mulatinho de seu roçado para vender para os negociantes de cereais que retalharão o produto para vender no varejo, enquanto ele irá vender carne de porco retalhada, que ele adquiriu de outro produtor.

vezes eu compro de R\$ 20,00 e vendo de R\$ 25,00 chega até a trinta. Eu vendo as galinhas para fazer a minha feira... riso! [...] Açúcar, café, sal essas coisinhas, de feira mesmo. Arroz, feijão, farinha isso não... (EN4).

A combinação agricultura e negócio, nesse caso, é uma estratégia para manter o equilíbrio entre produção e consumo, visando à subsistência do grupo familiar, cabendo ao chefe da família distribuir seu tempo entre as atividades do roçado e a dedicação aos negócios, sendo que o trabalho no lote ainda ocupa a maior parte de seu tempo.

Há, também, chefe de família que opta para trabalhar em empregos temporários em locais longínquos fora da região, como o EN30 a seguir.

No ano passado, eu fui. É porque a gente estava devendo uma continhas e aqui não tinha como ganhar dinheiro. Por isso, foi necessário sair, minha mulher ficou aqui. A gente sai da casa da gente, mas já é pensando que vai só sofrer. Aqui dentro a gente arrumar três ou quatro mil é complicado. Fora eu chego a ganhar até mil e duzentos, mil e trezentos livre por mês. (EN30).

A jornada não pode ultrapassar os seis meses, pois o calendário agrícola exige que se inicie o preparo do solo antes do início das chuvas, no caso de plantios no sistema tradicional (geralmente no mês de junho/julho para realizar a queima no final de agosto para setembro). Se o plantio for em solo arado, o prazo pode estender-se até final de setembro ou meados de outubro, dependendo do início das chuvas e da disponibilidade de máquinas para alugar.

O extrativismo do babaçu é uma atividade que continua importante nos assentamentos, seja para a geração de renda, ou somente para o consumo no dia a dia dos assentados. Geralmente as mulheres reservam um tempo para a quebra do coco. O marido auxilia na tarefa de “juntar o coco”, transportando-os para os locais onde serão quebrados, geralmente, em barracão construído no lote ou no quintal da casa na agrovila.

Eu levo o babaçu para minha mulher quebrar. Daquele caroço a gente faz o carvão da casca e o coco a gente vende. Tem um comprador que compra a dinheiro, é um real o quilo. Eu levo de 80 a 120 kg. O coco estando juntado numa sombrinha fresca é ligeiro a gente quebra. (EN23)

Quando não sou eu, passo para as meninas quebrar para tirar o coco, fazer azeite, sabão e da casca fazer o carvão para cozinhar o feijão! A gente faz assim mesmo, é nossa base! (EN40)

Os subprodutos do babaçu representam uma fonte de renda e/ou economia de recursos financeiros para a manutenção do lar. Extraem-se as castanhas para a comercialização ou fabricação de produtos condimentares (azeite e leite de coco) e matéria-prima para fabricar sabão; das cascas faz-se o carvão para ser utilizados como fonte de energia para cozinhar os alimentos.

O babaçu é para azeite, leite de coco. A gente vende sabão, que aquilo dá um sabão bom. (EN23)

O Babaçu ela quebra para vender, para tirar azeite, fazer sabão. É para conseguir um dinheiro para comprar as coisas para dentro de casa, uma fruta. (EN52)

A castanha vendo em Augustinópolis para comprar o açúcar, o café, a carne, fazer a feira lá. Porque o arroz tem vez que não dá nem para o gasto... (EN53)

Tiro o azeite, faço sabão, faço carvão e vendo uma parte. Tem um monte ali, estou quebrando para tirar o azeite e fazer o sabão. (EN45)

Praticamente todos os entrevistados possuem fogões a gás em suas residências, mas, por uma questão de economia, utilizam o carvão de babaçu para cozinhar no dia a dia, independente de explorá-los ou não.

Uso o carvão direto. Não largo não, porque o gás é caro demais e aí não tem salário nenhum, né? Um botijão é R\$ 42,00. Eu troco de ano em ano o gás, só passo um café, ferver um leite e pronto. Dura uns nove meses, troco no tempo de Semana Santa que eu troco um bujão... (Esposa do EN15).

O gás a gente compra para fazer assim um café mais rápido. O feijão a gente cozinha mesmo é no carvão no fogareiro porque se cozinhar tudo no gás, o botijão vai embora logo! (EN40)

O babaçu coletado nem sempre é oriundo do próprio lote do assentado, pois muitos deles não possuem palmeiras em suas áreas e para “juntar coco”, precisam coletá-los nas áreas de reserva legal, fazendas da região ou até lotes de outros assentados, principalmente no PA Buriti.

Na minha terra eu cansei de chegar lá e as mulheres coitadas juntando coco para quebrar. Ela vai colher e diz: - lá vem seu EN23! Eu: - não corra não, isso aqui eu não plantei nenhuma, só que eu deixei! Eu não corro com ninguém. – A senhora pode quebrar o coco! (EN23).

O lote é uma propriedade individual do assentado, mas o babaçu é uma palmeira nativa que, na ética camponesa, pode ser explorada livremente, já que não é fruto do trabalho humano, e portanto, pertence a quem colher (SADER, 1986, p. 149).

A colocação em empregos na cidade é possível para algumas pessoas que permanecem na região. As oportunidades se resumem a empregos públicos (temporários ou concursados), empregos domésticos e outras atividades nas empresas privadas como vendedores, atendentes etc. Nesses casos, ao permanecer morando no lote ou em cidade próxima ao assentamento, há a possibilidade de continuarem ajudando os chefes de famílias em algumas atividades agrícolas.

A minha filha solteira está estudando e vende umas joias dessas revistas de São Paulo para as despesinhas dela. Ah, no tempo do feijão ela vai. Ela junta coco também. (EN7)

O outro mora na rua. Ele trabalha na SAAE como funcionário concursado. Ele geralmente tira folga na colheita do feijão todo ano para me ajudar. Quando ele diz: - pai o meu arroz acabou, feijão acabou! - É só colocar na garupa da moto e levar. (EN28)

Ela (filha) é professora... quando não tem aula ajuda também, vai deixar de comer na roça. Quando tiro mel a mulher também ajuda a tirar. (EN36)

A busca por atividades não agrícolas fora do lote, para a esposa, revela-se como uma estratégia para complementar a renda, visando à reprodução social do grupo como um todo e permanecer como camponeses produtores de alimento, conforme se pode verificar no depoimento a seguir.

A minha mulher trabalha de merendeira aqui na agrovila. Ela é concursada! No tempo do feijão ela me ajuda e quebra coco também (EN7)

Minha esposa trabalha, é zeladora da escola desde o começo do assentamento. Quando tem trabalhador na roça ela leva comida, às vezes estou muito apertado e não tem aula, ela vai ajudar também... principalmente na colheita (EN42)

Observa-se que a maioria dos assentados procura sustentar-se economicamente, combinando uma diversidade de atividades agrícolas e não agrícolas, dentro e/ou fora do lote, que são realizadas em função das necessidades e das possibilidades de exploração da mão de obra de cada família. A disponibilidade de mão de obra familiar, a faixa etária e sexo, a necessidade de consumo da família, a dimensão dos lotes e os sistemas produtivos são alguns dos parâmetros que orientam as lógicas de produção das famílias nos assentamentos. A partir da combinação entre os fatores terra x trabalho x família, os assentados traçam suas estratégias visando à reprodução social ao longo das gerações. A diversidade dessa combinação torna-se muito difícil de descrevê-la na totalidade, por isso discorreremos somente sobre as principais atividades desenvolvidas no contexto da região do Bico do Papagaio.

5.3 Capacidade de adaptação: arranjos produtivos e estratégias mercantis

As atividades agrícolas desenvolvidas dentro dos lotes são continuidade do calendário agrícola que praticavam, anteriormente, com algumas adaptações e inserções de novas atividades. Observamos que os assentados praticam uma diversidade de atividades nos lotes: diversificação de culturas (cereais, frutas perenes e semiperenes, leguminosas e mandioca), criação de animais (bovinos de corte e leite, suínos, galinhas caipiras e animais de serviço), apicultura e piscicultura.

Consideramos as residências dos assentados localizadas dentro das agrovilas como uma extensão dos lotes, tendo em vista que no quintal das casas, eles praticam algumas atividades: o plantio de frutas, verduras e a criação de animais de pequeno porte. No caso do assentamento Buriti, também consideramos como lote, a área de quatro linhas que cada assentado possui na área comunitária.

O plantio de arroz e milho continua realizado de forma consorciada, juntamente com a fava no verão, em rotação com o plantio de feijão em uma parcela

da área após a colheita do arroz e o plantio de mandioca realizado geralmente “solteiro” em uma parcela do lote. Algumas adaptações foram realizadas no sistema de cultivo dessas culturas, como a introdução da aração mecanizada do solo, o uso do herbicida e mudança no sistema de colheita do arroz.

O preparo mecanizado do solo não é amplamente utilizado nos assentamentos. A mecanização ocorreu de forma mais significativa e abrupta no PA Buriti, logo nos primeiros anos de instalação, enquanto no PA Grotão foi um processo de adaptação de acordo com as particularidades do contexto ao longo do tempo. De acordo com os assentados entrevistados, fica claro o apego ao sistema tradicional.

Acho que é por falta de costume. Ainda não me acostumei, mas vou ter de me acostumar porque o lugar de brocar acabou. Agora é gradear! (EN48)

Quem quer fazer no arado faz! Quem tem suas pontinhas de mata e quer brocar, broca e queima, senão paga para o trator. A roça no toco eu dou mais valor, a terra queimada tem mais força. (EN34)

A aração do solo incorpora os restos vegetais, descompacta o solo melhorando a aeração, a infiltração de água e inverte a camada da terra, levando para a superfície o húmus do solo. Com o tempo, diminui o teor de matéria orgânica e de nutrientes do solo que, conseqüentemente, exigirá a correção da fertilidade por meio da aplicação de insumos agrícolas (calagem e adubação). Os assentados demonstram que têm esse entendimento.

Quando a gente ara a terra, ela fica dura, e a gente não se cuida para adubar também. Planta sem adubo. Quando a gente ara e joga um calcário por cima, a terra fica mais forte, mas sem botar a terra vai ficando fraca. Todos os anos mexendo sem usar adubo, fica cada vez mais fraca (EN53)

A gente arou um bocado de tempo e não usamos adubo. A terra é fraca, precisa usar, mas não podemos comprar. (EN9)

[...] não usamos adubo, não temos como comprar (EN31)

A falta de recursos financeiros explica em parte porque eles não utilizam insumos nas lavouras (calcário e adubos). A falta de calagem e adubação dos solos

é amenizada porque eles realizam o pousio e a rotação de culturas, que também contribuem para preservar a fertilidade do solo, ao longo do tempo.

Se a gente botar só num lugar, a gente tem que comprar adubo, o calcário para jogar na terra, aí fica pesado. A gente dá um descanso na terra de dois anos para ela ficar mais forte. Quando manda gradear de novo dá o mesmo legume, a produção continua a mesma (EN42)

Eu sempre mudo de ponto, o capim fica fraco, eu vou mudando de ponto. A terra arada é bom porque na terra que o capim tá fraco, ela renova melhor. Aí a gente colhe o arroz e o milho e joga a semente de novo (EN6)

Durante o mês de junho, tradicionalmente, todos os camponeses da região fazem o brocamento das áreas para demarcar os roçados, para posteriormente realizar a queimada (agosto-setembro) e o plantio após as primeiras chuvas (outubro a dezembro). São atividades efetivadas manualmente com ferramentas simples que exigem um grande esforço físico. Os assentados que utilizam o preparo do solo mecanizado, ao contrário, iniciam as atividades mais tarde.

[...] nós passamos a grade em setembro, outubro ou novembro e espera o mato crescer para jogar o veneno (EN31)

Agora quem vai arar, às vezes vai deixar começar a chover. Quando começa a chover a terra fica mais mole e fica mais beneficiada. Vai esperar dar umas duas chuvas para começar a arar (EN43)

Foi bom demais, porque o “nego” larga da foice! (EN21)

Hoje a gente tem menos trabalho porque a gente faz é mecanizada! (EN6)

A gente ganha mais tempo gradeando do que brocando. (EN13)

Apesar das vantagens citadas, a utilização do arado não é uma operação de uso permanente dentro dos lotes. A preferência pelo plantio tradicional leva muitas vezes ao uso simultâneo dos dois sistemas ou a alternância ao longo do tempo.

Eu arei umas duas linhas, mas só no terreno das quatro linhas, né! Lá no lote eu deixo sempre uma tira de mato. São três alqueires, eu deixo meio alqueire para trabalhar. Eu boto duas linhas, três linhas de roça no toco mesmo. Lá a minha área tem uma ponta meio grossinha, já vou brocar esse ano! (EN32)

Tem uns quatro anos que eu boto roça no toco, mesmo. Eu mexo com trator para arar uma terra só para plantar feijão e milho na minha área comunitária. Só que eu aro um ano e outro não, né! Porque a terra arada a gente acha que ela enfraquece muito, né! Então no outro ano, eu dou uma sapecada nela e espero sair o capim para bater o mata tudo e planto o milho nela de novo. (EN43)

A aração mecanizada do solo exige que a área esteja destocada, livre de árvores, troncos e raízes que impeçam o tráfego do trator. Dessa forma, se uma área ficar por um longo período de tempo em pousio, dificilmente poderá ser mecanizada, sem antes fazer o desmatamento e destocamento. Em outras palavras, o uso do arado, geralmente, é utilizado em terras que ficaram por curtos períodos de pousio e/ou em áreas de vegetação rala (capoeira fina) de pequena quantidade de biomassa na superfície do solo. A aração, ao revolver a terra, interfere na estrutura do solo, altera o teor de nutrientes e de matéria orgânica desde a camada superficial até às camadas mais profundas, empobrecendo-o ao longo do tempo. No plantio tradicional, ao contrário, as cinzas resultantes da queima da biomassa da superfície do solo liberam nutrientes para a camada superficial da terra que serão prontamente absorvidas pelas raízes das plantas, enquanto a camada subsuperficial mantém-se preservada (FREITAS et al., 2013, p. 1316). Os efeitos sobre a produção são perceptíveis para a maioria dos assentados, conforme os relatos a seguir.

Brocado eu acho melhor. O arado eu não confio porque mexe com aquela terra do solo, vai deixar embaixo e trás aquela outra. Não sou chegado à terra arada não. Eu acho diferença na produção, a arada é menor (EN48)

A terra queimada mesmo que judia com a terra, o arroz fica mais bonito, o arroz é mais corado, o arroz é mais “vingoso”. Porque a queimada, ela fica no normal dela, não é revirada, tá entendendo? Ela fica mais difícil até do arroz cair, mas, na terra arada não achei bom não. (EN23).

Arroz, feijão e fava eram só o que nós produzíamos! Produzia mandioca, mas, era pouca. E sempre era no broque, até hoje. Esse ano é que estou pensando em mandar arar um pedaço. E também nunca utilizei veneno! Esse tempo todo trabalho do mesmo jeito que sempre trabalhei! Trabalhando da mesma forma, plantando e colhendo do mesmo jeito, só no toco! (EN12)

A grande maioria dos assentados tem um forte apego ao modelo original. É praticamente uma unanimidade o pensamento que “roça que não vai fogo, nada vai para frente” (EN15). Dessa forma, a maioria deixou de utilizar o arado.

Antes, onde a gente morava, plantava só no toco. Entrou para cá, foi o jeito arar um pedaço por causa do capim. Depois que cresceu o mato para nós derrubarmos, deixamos de arar. Não estou mais mexendo com terra arada, não (EN35)

[...] a gente ara a terra e é obrigado deixar o capim sair para plantar o arroz e um ou dois dias depois joga o mata tudo por cima. Aí nos outros anos em diante fui obrigado plantar lá no meu lote. Lá eu não arei, só rocei, broquei e queimei. (EN44)

Eu acho melhor brocar porque muitas vezes chega na hora de brocar a gente não tem dinheiro para arar. No broque não, chegou a hora do cara brocar, ele broca. (EN52)

O sistema tradicional confere maior autonomia ao assentado, livra-o da dependência de recursos financeiros para contratar as máquinas, para preparar o solo ou da prefeitura municipal de Axixá para ceder o trator, para realizar operações de campo de acordo com o cronograma estabelecido pelo órgão responsável.

O sistema de exploração da área por meio do policultivo associado à pecuária, adotado pela grande maioria dos assentados ao longo do tempo, levou à formação de pastagens em sucessão aos plantios das roças de subsistência, similar ao processo de trabalho nas fazendas, quando trabalhavam como rendeiros. Esse processo alterou a recuperação da fertilidade dos solos. Enquanto antes, a reutilização de uma área após o período de pousio (5 a 7 anos) era sobre áreas de capoeiras, agora essa reutilização ocorre sobre áreas de pastagens degradadas. Isso, ao longo do tempo, gerou a necessidade de realizar a aração para descompactar o solo devido à superlotação das pastagens⁶¹. Esses casos foram observados na Agrovila São Francisco, em que alguns assentados trabalharam a área alternando os cultivos de roças e pastagens com rebanhos acima da capacidade de suporte das forrageiras.

⁶¹ Geralmente, pode-se considerar como um excelente índice de lotação de 2 a 3 U.A/ha/ano quando as pastagens são implantadas dentro das recomendações técnicas com uso de corretivos e fertilizantes e manejadas de forma rotativa, que não é caso dos assentamentos, por isso consideramos nesse caso 1 U.A/ha/ano (VEIGA, 2006).

Ficando fracas de tanto fogo que nós queimamos, era no fogo direto! Aí depois do fogo, fomos criar gado, aí endureceu mais! Agora tem que ser arada. (EN7)

[...] ia parindo (gado) e a gente não ia vendendo. Eu vendi tudo porque o pasto estava ruim. [...] Aí eu gramei de novo. Queimei, ajeitei, mandei arar e situei todinha de novo. Lá eu cheguei a 48 cabeças de gado, não pode aumentar acima de cinquenta para riba! (EN10)

A pequena parcela de terra, mesmo se totalmente formada de pastagens, torna-se insuficiente para suportar a lotação citada nos depoimentos. Considerando que os rebanhos envolvem animais jovens (bezerros e garrotas) junto com animais adultos (novilhos(as), matrizes e reprodutores) e que as pastagens possam suportar apenas 1 unidade animal⁶²/ha/ano, o rebanho máximo para essas áreas seriam de apenas 27 UA/ha, que correspondem a 27 cabeças de animais adultos (novilhos(as), vacas ou touros, por exemplos).

Outra implicação direta do sistema policultivo-pecuária foi o surgimento da necessidade de utilizar o herbicida.

O problema foi o capim. A área que a gente tirou para gradear a grade não acaba com o capim. E o capim, vou lhe falar uma coisa, quem está em área mecanizada nunca foi bom porque o capim entra mesmo. Não tinha veneno que matava o capim e deixava só o arroz. Se botasse veneno para mato, matava o arroz também. Esse era nosso grande problema... (EN28)

Rapaz isso foi um problema do capim, lá na minha roça, não dei conta. Eu era manual, no facão, e o capim era demais. O arroz foi pouco, cedo acabou. [...] Aconteceu com muita gente isso, passamos dificuldade porque não dava de colher bastante arroz! Você não dava conta do capim (EN34)

Ao realizar o plantio de arroz em áreas de pastagens que estavam se transformando em capoeiras, as brotações desenvolviam e infestavam, após as primeiras chuvas, os roçados, prejudicando o rendimento das lavouras. A solução encontrada para resolver o problema foi a utilização do herbicida “Mata Tudo” (*Glifosato*), para o controle de capim logo após a semeadura do arroz e milho e do “Grazon” (*Picloram*) para o controle de ervas daninhas de folhas largas depois de

⁶² Uma U.A equivale a um animal de 450 kg de peso vivo. Para fins de convenção, considera-se proporcionalmente igual a 1 U.A cada unidade de cabeça de vaca, touros e novilhas(os); 2 cabeças de garrotes e 3 bezerros(as) (EMBRAPA, 2004).

uns 40 a 60 dias da semeadura, complementada com capina manual quando necessário. Praticamente todos os entrevistados utilizam esse sistema de controle de ervas daninhas nos dois assentamentos e afirmam que outra vantagem desse sistema é a economia de tempo para realizar as capinas, quando comparada com controle somente manual.

Depois que surgiu esse veneno que a gente começou bater, o mata tudo, o negócio melhorou... (EN34)

Eu planto o arroz, já vou comprar o veneno. Eu coloco primeiro o “mata tudo” que ele não atrapalha nada. Até três dias eu posso ainda jogar por cima, é o “Mata Tudo”, para gente manter aquela área que eu plantei. Aí o Grazon é quando ele tá com um mês e quinze dias ou dois meses. Aí quando você joga, além de limpar o arroz, fica só o arroz e o milho, aí até você colhe no limpo. (EN47)

Todos os entrevistados afirmam que usam o herbicida para controle do mato em suas lavouras, fazendo, geralmente, duas aplicações na cultura do arroz e ao menos uma aplicação na cultura do feijão.

As lavouras plantadas nos assentados são de pequenas dimensões de áreas, em média quatro linhas (1,2 ha), raramente ultrapassam dez linhas (3,02 ha). Assim, é possível realizar o plantio mantendo um rodízio de áreas de forma que intercalem período de pousio e plantio.

Eu tenho 1,5 alqueires que é só para roça. Eu não vou brocar ele todo porque eu tenho que tirar só um pedaço dele. Tiro quatro linhas e dou quatro para meu genro. Tem que ir botando aos pouco porque quando chegar lá no final do 1,5 alqueires, nós retornamos aqui e tá com 4 a 5 anos. Não tá grosso não, mas faz quatro anos que foi de fogo! (EN25)

No depoimento acima, há o cálculo subjetivo do camponês que, ano a ano, estima a extensão do roçado de acordo com a necessidade de consumo doméstico, a dimensão da família e o tempo de pousio para recuperar a fertilidade do solo.

A cultura do arroz passou por uma mudança significativa na forma de colheita. Anteriormente, a colheita era realizada “pelo cacho” e a formação de montes em galpões, deixando-os armazenados por uns 60 dias para atingir o teor de umidade ideal, para realizar a “bateção”, separar os grãos de arroz, ensacar, transportar e comercializar. Nos assentamentos, passaram a “cortar no pé”. Quando

os cachos estão maduros, corta-se toda a planta a uns 10 cm do solo e deixa secando durante uns 3 a 4 dias no campo e depois bate e ensaca para transportar e comercializar.

A vantagem é o seguinte: você cortou com 3 dias você bate e pronto! Pelo cacho não, você corta bota ele no monte, aí de maio em diante é que você vai bater, que é o tempo que ele tá seco (EN3)

A vantagem pelo pé e que terminou está feito! Pelo cacho não, para terminar tem que secar, para bater! Ele fica lá uns dois meses no paiol para secar, faz uma cama dessa altura o cacho fica empilhado no galpão secando por 2 meses. No mês de junho é que ia bater o que estava empilhado (EN31)

Apesar de alguns entrevistados dizerem que já realizavam a colheita dessa forma, a grande maioria afirma que, somente dentro do assentamento, desenvolveu a atividade dessa maneira. Há quem prefira realizar a colheita pelo cacho porque

para mim cortando pelo cacho é mais barato, porque cortando pelo cacho, vamos supor que é 5 linhas, muitas vezes você cortando pelo cacho é 20 diárias e aí pelo pé é uma trinta quarenta diárias (EN34)

Colho pelo cacho porque é mais fácil! O “cabra” cortar pelo pé é obrigado muita gente, tem que ser uns cinco a oito pessoas. Colhendo pelo cacho é só eu, minha mulher e meu filho que nesse ano tá operado de hérnia e não ajudou (EN50)

Corto pelo cacho, pego tudo e boto dentro de um rancho e vou bater só lá no mês de agosto, setembro ou outubro. Está lá dentro, enxuto, guardado (EN25)

No sistema pelo cacho, a colheita pode-se prolongar um pouco mais com a mão de obra familiar, que vai colhendo e armazenando em montes dentro de um galpão. Se houver necessidade, pode-se acelerar a colheita por meio da contratação de trabalhadores, pagando-os em dinheiro ou pelos sistemas de terça e meação.

O recurso às solidariedades vicinais ainda é bastante comum nos assentamentos. As “troca de dias” e o “mutirão”, que são formas mais comuns entre os assentados, têm como objetivo atender as demandas por mão de obra, principalmente nos momentos de picos culturais das lavouras como broque, colheita, capinas etc.

Ah, sim, nós trocamos dias! Esse ano mesmo, nós trabalhamos muito assim, cortando arroz. Mas faz de conta que é no da gente mesmo, porque estão pagando para cortar arroz é pelo pé que nós cortamos. Aí corta e faz mutirão... (EN7)

Essas relações são constantes, desde o momento anterior ao assentamento. Podemos dizer que as agrovilas, de certa forma, é a recriação da vida nos povoados de onde eles, originalmente, vieram, já que muitas das relações estabelecidas já eram comuns desde essa época (SADER, 1986).

A cultura do milho é semeada consorciada em fileiras dentro do arrozal. A importância do milho na economia camponesa é servir de alimento para os animais de pequeno porte, criados, geralmente, no quintal próximo à residência do assentado. É uma cultura que permite o armazenamento temporário no campo. À medida que for necessário na propriedade, colhem-se as espigas de milho. Durante o período que permanecem no campo, as espigas são utilizadas como suporte para os plantios de feijão ou da fava e terminam de serem colhidos, simultaneamente, ou após a colheita dessas culturas.

A fava é um produto que também faz parte do hábito alimentar dos assentados e é muito valorizada no mercado regional. Considerada uma cultura de difícil produção, a fava tornou-se, estrategicamente, importante nos últimos anos, para realizar trocas no mercado local, visando à aquisição de mercadorias necessárias ao consumo doméstico.

Agora fava eu colhi uns seis sacos. Em compensação a fava dá para inteirar o arroz que não deu. Aqui vai arroz, moço. A fava deu para recuperar o arroz e o feijão. Um saco de fava está a base de uns quinhentos reais para frente. (EN7)

O relato acima destaca a importância do policultivo, no qual algumas culturas, em determinadas épocas, destacam-se como a principal responsável para gerar o “mais do que o gasto” da casa. Apesar das vendas terem o objetivo de converter produto em moeda para atender necessidades imediatas do consumo familiar, os assentados demonstram conhecimento do funcionamento do mercado e se mantêm informados sobre as flutuações dos preços dos produtos no decorrer do ano.

Quando colhemos, eu separo: aqui vou comer tanto e o resto se sobrar mais na frente vou vender. Se sobrar, eu vendo quando o preço tiver bom. (EN36)

Um prato de fava verde agora no mês de agosto vale R\$ 10,00. Quando você planta ela no mês de junho/julho, ela seca, você bate é R\$ 350,00 a saca, bem ai na feira. (EN25)

A mandioca é um dos cultivos importantes para o consumo doméstico. A partir dos 12 meses, inicia-se a colheita de acordo com a necessidade das famílias, podendo permanecer na terra por mais um ano. Apesar de possibilitar diversas formas de aproveitamento na dieta, como o consumo da raiz, bolos e mingau, a principal finalidade de seu cultivo é fazer a

farinha... só para o consumo, às vezes a gente planta uma linha de mandioca, vai arrancando e fazendo farinha. Arranca ela, descasca e bota na água, com três dias ela está no ponto, joga no britador, do britador vai para o fogo (EN42)

A mandioca faz fartura porque ela dá tudo. Você tendo faz o bolo, mingau, farinha e ai a gente acha que ela assume a vaga de quase toda produção. Aqui é muita gente, quando termina aquele bocadinho de farinha, traz outra e faz de novo. (EN48)

Os cultivos dos assentados são caracterizados pela flexibilidade e alternatividade, servindo tanto para o consumo como para a venda. A comercialização dos excedentes é realizada nas feiras dos municípios de Axixá e Augustinópolis. Na maioria das vezes, a venda está associada à necessidade de aquisição de algum item do consumo doméstico. O dia que o assentado diz:

- Eu vou levar um saco de milho para feira. Ele está imaginando: vou comprar isso ou então, pagar uma conta que já está devendo lá na rua (EN48).

A gente vende uma coisa e já compra outra, por exemplo: milho se a gente puder levar eles compra lá (Feira), senão, eles compram aqui, mandam buscar! (EN37)

Na hora que eu estou precisando de uma coisinha, eu pego uma galinha, um porquinho e vendo na feira de Axixá ou em Augustinópolis. Aí, faço uma feirinha e volto para casa. A minha feirinha é carne, cebola e tomate. (EN25)

As vendas são realizadas a granel, sem retalhamentos, para atravessadores, donos de barracas nas próprias feiras ou comércios das proximidades onde realizam suas compras semanais.

É aqueles marreteiros lá (risos). É aqueles comerciantes ali do redor. Eles compram baratinho, vai lá hoje, que não é dia de feira para ver. (EN48)

Se vender na feira, acontece de vender mais para os feirantes ... leva um saco de milho, um saco de arroz, saco de feijão... (EN33)

A maioria dos assentados orienta a produção do roçado voltada para o autoconsumo, com pequena venda de excedente.

Às vezes, a gente vende um pouquinho, mas não pode vender muito, senão vai faltar depois. A gente vende o arroz e o feijão, caso vê que não vai faltar depois. Vendo mais o milho, não tem muita galinha para comer! (EN31)

Nós nunca compramos feijão. Nós deixamos o feijão para comer porque se a pessoa produzir, melhor ele deixar do que comprar lá na frente. Ele já não tem? Guardar para comer, não é não? (EN23)

Depois que eu mudei para cá, nunca mais comprei feijão, nem arroz. A farinha, eu compro muito porque tem ano que não planto, ou às vezes planta, mas custa a fazer ela! Arroz e feijão, todo tempo, têm com fartura, graças a Deus (EN28)

Em alguns casos, o milho é semeado “solteiro”, fora da parcela onde é cultivado o arroz. É um excedente, previamente, calculado com a finalidade de comercialização, convertê-lo em moeda para aquisição de mercadorias ou despesas com pagamento de taxas e serviços.

Planto outra área de mais ou menos nove linhas de milho, só de milho. Só vendo o milho solteiro que a gente planta. Agora arroz, feijão, e mandioca só mesmo para o consumo. (EN48).

No ano passado mesmo, eu tirei oitenta sacos de milho de lá. [...] O milho é de grande importância para mim. Vendo na feira. (EN28)

Nesses casos, esses cultivos assumem o papel de “mais do que o gasto” já observado por Garcia Jr. (1983), entre os camponeses nordestinos, que cultivavam

roçados para o mercado, e por Queiroz (1973), entre os camponeses que cultivavam algodão em Leme.

Uma atividade importante desenvolvida por alguns assentados e que permite maior nível de ganhos monetários é a fabricação de farinha de mandioca. Essa é a principal atividade desenvolvida entre os moradores da agrovila São José. É da comercialização dela que tiram o sustento da casa.

A venda aqui no São José é só farinha. Na época da colheita toda semana vendemos 5, 6 sacos. Somos nós mesmos que fazemos. O preço do saco aqui tá cento e trinta reais, se levar fora fica cento e quarenta. Você planta 4 linha de mandioca e dá quase 200 sacos de farinha. Agora para tratar tem que trabalhar. (EN16)

Eu vendo farinha. Essa semana era para ter começado mexer com farinha, aqui é região de farinha. Esse povoado é pequeno, mas tem de 8 a 10 fornos. A farinha daqui vai para Palmas, Imperatriz. Eu faço e dou de meia, também. A farinha tá sendo vendida a R\$ 140,00 o saco. E a farinha é boa. Todo sábado vem comprador de Imperatriz (EN17).

A comercialização é realizada diretamente para atravessadores que buscam o produto na própria propriedade e exportam para outras localidades próximas ou fora da região.

[...] a farinha daqui sai todinha para Axixá, Augustinópolis e para capital, Palmas. Não é só um dia que tem para vender não, é todo dia. (EN16)

Essa semana era para ter começado mexer com farinha, aqui é região de farinha. Esse povoado é pequeno, mas tem de 8 a 10 fornos. A farinha daqui vai para Palmas, Imperatriz. (EN17)

Nesse caso, a fabricação de farinha tornou-se um produto democrático que, com pouco investimento, possibilitou aos assentados da agrovila São José aumento de renda significativa e maior estabilidade financeira devido à maior inserção no mercado. No entanto dependem da comercialização da farinha de mandioca para adquirir outras mercadorias, deixando inclusive de plantar alguns produtos que tradicionalmente cultivavam.

No início a gente produzia muito arroz e vendia para comprar outras mercadorias. Planto mandioca, faz dois anos que deixamos de plantar arroz. E não é só nós não, são todos daqui! Mas estamos

abrindo os olhos, ter cuidado que esse negócio não está dando certo não (riso)! (EN16)

A mandioca tem um ciclo cultural longo de no mínimo um ano, podendo prolongar-se por até dois anos e, com isso, ao priorizar o seu plantio, pode-se reduzir o período de pousio entre os plantios dos roçados ou diminuir a área disponível para a produção de outras culturas. Verifica-se, segundo o depoimento de um dos entrevistados, que a continuidade do plantio da mandioca ano a ano na área começou a apresentar alguns problemas fitossanitários.

A gente ara a terra e agora tá apresentando na mandioca também, apodrecendo. A gente planta a mandioca, quando ela começa a engrossar aparecem uns furinhos. Aí, nós estamos dizendo que é por causa da terra. (EN1)

O uso intensivo do solo com baixa rotatividade de culturas e período de pousio sem a respectiva utilização de insumos modernos começa, nesse caso, a apresentar as limitações de sustentabilidade ao longo do tempo. No caso acima, a pressão demográfica dentro do lote pode ser uma das causas da alteração da estratégia de exploração da área. O grande número de filhos (oito no total nesse exemplo) trabalhando dentro do lote, as limitações da extensão da área para plantio de culturas levaram-nos, inclusive, a adotar outras estratégias para manter o funcionamento das casas de farinhas.

aqui todos têm o seu espaço de plantar. Eu disse para eles comprarem o que quisessem... aqui tem 8 motos, tudo do trabalho aqui dentro. A gente está só na farinha. Rapaz tá cento e trinta o saco de farinha. Mandioca aqui não falta. Eles plantam mandioca aqui dentro e planta fora (EN1).

Para suprir a necessidade de mandioca, além de arrendar terras, recebem a matéria-prima de outros assentados para fabricar a farinha na “meia”, ou seja, é estabelecido como contrapartida 50% do produto fabricado.

Nas proximidades e na sede da agrovila São José, segundo os entrevistados, há dez casas de farinhas. São pequenas unidades, geralmente, construídas de madeira, cobertas com palha de babaçu, piso de chão batido, compostas de instalações rudimentares, como máquinas, equipamentos e utensílios simples e artesanais, muitas confeccionadas em madeira, latas e caixas d’águas de

PVC, fazendo, às vezes, de vasilhas e reservatórios da matéria-prima e produtos beneficiados na unidade de processamento.



FONTE: Frank Tamba (2012)

Figura 13: Casa de farinha - Assentamento Grotão (próximo à agrovila São José)

No assentamento Buriti, há uma casa de farinha de uso comunitário que pertence à Associação. O uso das instalações está condicionado ao pagamento de uma taxa de 20% da produção como contrapartida, para custear as despesas de água, energia e manutenção dos equipamentos. A casa de farinha no assentamento Buriti possui melhores instalações, algumas máquinas e equipamentos industriais, embora também não ofereça condições sanitárias apropriadas para a manipulação de alimentos em escala industrial.

Apesar de possuir melhores instalações para a produção de farinha, os assentados do PA Buriti só comercializam pequenos excedentes.

Farinha faz para o consumo... faço dois saco, um saco até três. Eu tenho esse filho, um casal lá no Babaçu e outra filha bem aqui, vou dividindo para todos. O pai tendo, não deixa o filho comprar. (EN23)

Já fiz muita farinha de mandioca. Eu fazia para o meu consumo, mas às vezes você faz e dependendo do seu aperto dá de vender um saco! Mas é só para comer mesmo! (EN27)

Nós temos mandioca, mais a farinha é para o consumo, não é muito. (EN34)



FONTE: Frank Tamba (2012)

Figura 14: Casa de farinha comunitária – PA Buriti

Alguns assentados preferem apenas plantar a mandioca e terceirizar o trabalho de fabricação da farinha.

Quando eu produzo mandioca eu dou para o pessoal fazer farinha na meia. Eu não faço não, estou com problema de vista e pega muita fumaça. (EN50)

[...] quando a mandioca tá no ponto eu dou para o pessoal fazer para nós repartirmos a farinha (EN21)

Farinha que a gente faz para comer. Esse ano eu não fiz. Dei para o meu vizinho fazer e fiquei com uma parte e estou comendo. (EN29)

O acesso ao crédito foi importante para a introdução de algumas atividades produtivas dentro dos assentamentos. A principal forma de acesso ao crédito, para fins de investimento em atividades produtivas, foi proveniente das linhas de crédito disponibilizadas pelo Governo Federal, por meio do PROCERA e PRONAF. Essas

linhas de créditos foram importantes para a implantação da atividade nos assentamentos.

Com o PROCERA eu comecei a arrumar a terra. Comprei uma vaquinha, uma bola de arame e outras coisas. O dinheiro era só para comprar gado! Cerquei um pedaço e comprei três vaquinhas. Aí depois apareceu o negócio de PRONAF. Eu fiz dois ou três PRONAF. (EN11)

Aí depois disso, eles ajudam nas coisas assim de financiamento para comprar as coisas. Já veio muitos financiamentos. Eu fiz o PROCERA paguei; fiz o cadastro para plantar feijão, paguei; eu fiz outro PRONAF A, paguei; agora estou pagando outro de seis mil. (EN10)

Para a grande maioria, o crédito foi fundamental para a implantação da atividade pecuária, pois dificilmente teria condições financeiras de viabilizar a infraestrutura do lote. Alguns assentados já foram contemplados mais de uma vez com financiamentos para essa atividade.

Eu peguei o Procera e paguei. Peguei o Pronaf A e paguei, mas não paguei o complemento, ele tá vencido (EN14)

Procera, Pronaf e peguei a complementação. Comprei gado, arame, estaca. Fiz açude, plantei capim e venho mantendo esse negócio (EN10)

Apesar da importância para alavancar a atividade pecuária que faz parte do projeto camponês, embasado no sistema policultivo-pecuária, em alguns casos, o acesso ao crédito gerou inadimplência do financiamento. A pecuária que, tradicionalmente, é vista como uma importante forma de reserva e acumulação, nos momentos de crises ocasionadas por “causas aleatórias⁶³”, se transformava na única fonte de recursos para suprir a necessidade familiar. Consequentemente,

A dívida do banco ficou atrasada. Era para eu ter mais gado, mas adoeci. Eu fiz tratamento e vendi gado, para poder me tratar. Eu ainda paguei nove parcelas. Eu agora tenho quatro vacas, duas garrocinhas e estou esperando elas parirem para aumentar. (EN40)

⁶³ Causas aleatórias: efeitos de intempéries ou das implicações das relações político-sociais dominantes (WANDERLEY, 2009, p. 161).

O gado a gente foi vendendo também, né! Porque a gente assim... aqui, acolá tem que vender. Senão, vai suprir com o que, né? Ai, num lugar que não tem renda, nem nada, aquele gado que tinha, ia vendendo, ia vendendo... Eu estou devendo, faltam umas três parcelas. (EN30)

A dívida atrasada é uma situação constrangedora para os chefes da família, que, na maioria das vezes, não veem perspectivas de acumular recursos com a venda de pequenos excedentes ou trabalho alugado, para quitá-la e possibilitar uma nova oportunidade.

Estou devendo o banco ainda, não paguei. Eles falam que não posso ter outro crédito. Só se eu ganhasse na tele sena (riso) ou fizer um projeto maior que nós fizemos, que daí pagava o velho (financiamento) e ia trabalhar para pagar o outro (EN31)

[...] se der para pagar eu vou pagar. A minha esperança é que agora que eu acabei de cercar, pegar mais dinheiro para comprar o gado para deixar lá. Ai eu ia gramar mais o lote. (EN47)

Muitos dos casos de inadimplências, no PA Buriti, foram ocasionados pelos problemas de adaptação do sistema de cultivo tradicional sob as áreas de pastagens e da adaptação do uso do arado.

Nós plantávamos e o capim subia junto com o arroz, o braquiário, tomava de conta. Nessa luta, colhi somente uns 10 volumes de arroz. O arroz deu para comer uns meses e depois o cabra teve que se virar! Alugar um pasto, vender gado... aí fiquei devendo (o banco). O gado que ia vendendo eu ia pagando mas teve um tempo que não deu, estou devendo umas três parcelas, ainda! (EN50)

O gado acabou. A gente começou a colocar umas roças, e as roças não dava arroz, a gente não sabia mexer. Botava e só dava capim. Nós não sabíamos tratar das roças, e os filhos eram muitos, foi vendendo (o gado) até acabar. A condição já era fraca, as roças não davam para as despesas. O jeito que tinha era vender, não ia deixar as meninadas morrer de fome. Agora ficou pior porque não paguei o banco ainda... (EN31)

Os assentados que obtiveram êxito na criação do gado conseguem manter um bom nível de renda com a comercialização do leite para laticínios da região ou para pequenas fábricas de queijo. Vale lembrar que ainda podem comercializar os animais (bezerros, garrote, novilhas e vacas).

Hás três laticínios sediados no município de Augustinópolis (Laticínio 2000, Veneza e Leite Carinho). Eles mantêm tanques resfriadores em funcionamento nas proximidades das agrovilas e povoados da região, concorrendo pela compra do leite nos assentamentos. O leite também é muito utilizado para o autoconsumo familiar. No entanto observamos que um número significativo de assentados tem se beneficiado da concorrência dessas agroindústrias na região.

Eu vendo leite para o laticínio de Augustinópolis que tem um tanque aqui. Eu entrego uns 38 litros de leite por dia. Aí desse dinheiro, eu compro a carne e umas coisinha para casa que eles me pagam de quinze em quinze dias. E aí eu compro as coisas para esses quinze dias. Paga uma energia, água, compro carne! (EN15)

A gente tira 30, 40 litros e vende todo dia, aqui mesmo no resfriador. Aqui no assentamento a gente vende lá. (EN42)

Meu menino vende para o caminhão todo dia. Aí quando o leite tá produzindo pouco, eu não deixo tirar para não faltar para o bezerro. Vendo 20 litros, 30 litros, 15 litros. Agora mesmo, é só para o nosso consumo. (EN23)

No período do verão, o preço do leite tende a se elevar devido à diminuição da oferta do produto, provocada pela escassez de pasto na região. No entanto a grande maioria dos assentados não se aproveita do momento, por falta de estratégias para alimentação do gado na estação seca, falta implantação de capineira e instalação de equipamentos para triturar a forrageira ou a produção de silagem. Essas alternativas geram custos relativamente altos (compra de equipamentos, plantio de forrageiras, construção de cochos e insumos minerais) e exigem a introdução de novas técnicas no processo produtivo, que estão aquém da capacidade técnica e econômica dos assentados.

Houve alguns casos de assentados que, com o tempo, mudaram o plantel leiteiro para gado de corte. Entre os motivos, são citadas as dificuldades iniciais de escoamento da produção do lote até o ponto de entrega do leite, falta de mão de obra familiar para manutenção da atividade leiteira e até mesmo falta de aptidão de alguns assentados para lidar com gado leiteiro.

A criação de gado de corte exige um mínimo de tecnologia considerada simples, como a aplicação de vacinas, manejo da pastagem, suplementação mineral e estratégias de alimentação no período seco (aluguel de pastagens). Os custos

dessas tecnologias são cobertos pelo próprio retorno econômico da atividade, em que é possível, antecipadamente, planejar a reserva de dinheiro para quitar as despesas, por meio da venda de bezerro, novilhas ou descarte de vacas. É uma atividade considerada relativamente simples, pois

Gado de corte não dá quase trabalho, não! Ali tendo pasto, água boa, sal e remédio. Aplica a vacina na época, compra remédio para carrapato, sal mineral que é muito bom também! Não dá carrapato, não dá bicheira no gado (EN46).

A comercialização do gado de corte é para abate, cria ou cria de acordo com o desenvolvimento do plantel. A comercialização é realizada dentro do próprio assentamento, diretamente para açougues da sede ou povoados do município de Axixá do Tocantins. O gado é muito importante para gerar receitas, para atender as necessidades do dia a dia.

Agora, gado é por ano! A gente vende cinco, seis na faixa de três mil, três mil e quinhentos para ajudar nas despesas de casa. A gente vende para açougueiro ou bezerros para comprador daqui mesmo. O ano passado, vendemos oito gados. (EN7)

Lá eu cheguei a 48 cabeças de gado, não pode aumentar acima de cinquenta para riba! A gente tem que vender. Agora mesmo, eu vendi dez vacas, sete garrotes e cinco bezerros machos para comprar um carro (EN10)

Eu já tive até sessenta cabeças nessa terra. Eu estava alugando pastos e matando para elas comer, né! Eu alugava pastos e vendia uma, duas três cabeças para pagar o pasto. Aí, eu diminuo, quando chega entre 40 a 45 eu vendo dois, três, por aí. (EN15)

A pequena porção de terra apresenta-se como fator limitante nos casos acima, já que o rebanho não pode ultrapassar o limite de 50 animais e, conseqüentemente, a atividade não é suficiente, para manter a subsistência da família, necessitando a complementação, por meio do policultivo ou de outras atividades não agrícolas dentro ou fora do lote.

Os assentados, que desfizeram seus rebanhos nos assentamentos em virtude de dívida junto às instituições bancárias ou outros problemas particulares, podem obter renda com o aluguel de pastos que eles mantêm na expectativa de reiniciar. Nesse caso, alugam os pastos para outros criadores que estão com

dificuldades de alimentar os rebanhos em virtude da queda de produção das forragens no período seco (junho a setembro), gerando pequenas receitas.

Alugo pasto e com o dinheiro do aluguel, a gente roça o pasto, conserta um arame... (EN26)

Pela vista de primeiro, mudou um bocado de coisa, não ganhava nada onde eu morava. Aqui pelo menos tenho um aluguel de pasto para eu apurar um dinheiro, aqui é bem melhor de viver. (EN50)

Eu alugo o pasto de vez em quando, para tirar um troco para ajudar no sustento da casa. Tenho mais de 02 alqueires. (EN31)

E ai todo mundo tem três alqueires e quando deixam comer tudo eles pedem para deixar uns dias, 10 a 15 dias no meu pasto e me dão um agrado. Se eles botam 20 gados, eles dão R\$ 300,00. Se eles botar 10 eles dão R\$ 150,00, outras vezes tão apertados dão R\$ 100,00 e a gente vai zelando. Já serve para comprar um remédio... (EN25)

O aluguel de pastos acontece no período seco de entressafra (julho a setembro), tornando-se importante fonte de renda nessa época do ano, quando todos já brocaram as terras e estão preparando os aceiros para realizar as queimadas e, posteriormente, o plantio quando iniciar o período chuvoso.

A inadimplência junto às instituições bancárias bloqueia os assentados ao acesso a novos financiamentos. Há assentados que reiniciaram suas atividades, realizando parceria com produtores no sistema de “primeira cria” ou “meia”. Nesses sistemas, um produtor rural, externo ao assentamento, repassa um determinado número de cabeças de bezerras ou garrotas para que outro assentado recrie, até transformá-las em vacas, recebendo como contrapartida a “primeira cria” (bezerro ou bezerra) desmamada ou recebendo um rebanho composto de vacas e reprodutores para repartir as crias, respectivamente.

Peguei um gado de meia e fui ganhando aquelas criazinhas. Fui deixando virar vacas e hoje tenho muito mais do que foi comprado pelo PRONAF. Poderia aquele que comprei com o PRONAF estar muito, mas para mim foi uma lição! Eu mesmo não acabo mais e nem deixo acabar. Hoje eu tenho dezoito cabeças (EN48)

Eu acabei com o gado. Acabou por causa da precisão, era oh... (sinal de comer). Depois disso, eu trabalhei com um rapaz onze anos criando gado na meia. Aí desses onze anos eu ganhei mais trinta gado, mas vendi e paguei a minha conta no banco. Agora tenho vinte e uma cabeças! Dez vacas são de primeira cria e as outras dez são de meia e mais um boi, inteira os vinte e um (EN24)

O produtor que repassa o gado diminui a pressão de pastejo na sua área, livra-se dos custos de manutenção dessas cabeças e recebe uma matriz nova para substituir a vaca, que será descartada do rebanho. Por outro lado, o assentado que recebe as bezerras para “primeira cria” pode iniciar/reiniciar na atividade sem a necessidade de desembolsar recursos na aquisição de animais. Essas parcerias, geralmente, são pautadas pela reciprocidade: quem recebe as vacas para “primeira cria” sente-se na obrigação de honrar o compromisso como forma de retribuir a confiança recebida “essa responsabilidade é grande, se eu não pegasse essa comissão e os bichos não vingasse o que eu ia fazer depois?” (EN39).

Criação de gado é uma importante forma de acumulação e poupança. Com as vendas de gado, os assentados conseguem investir na melhoria das condições de moradia nos povoados.

[...] vendi o gado e construí essa casa aqui [Morada Nova]. (EN13)

[...] Faz anos que a gente vem construindo essa casa [Santa Luzia]. Eu sei que fomos comprando de pouquinho... vendemos umas vacas, pegou um empréstimo e completou. Não está boa, mas, devagar a gente ajeita. (EN2)

Tenho uns doze ou treze gados, tinha mais, mas aí eu fiz essa casa [Morada Nova]. Eu estou ficando velho. Fiz essa casa para morar debaixo até descansar. Tenho essa casa e outra no lote. (EN3)

Sem contar que o negócio passa a ser um dos principais meios de levantar recursos para cobrir custos emergenciais.

Eu doente não aguentei mais, vendi o gado todo. A cirurgia não foi de graça, o SUS para quem tá perto de morrer, não vai longe não. Paguei sete mil. O dinheiro foi do gado que vendi. (EN39)

Acabei viajando agora para o rumo de Goiânia para me tratar, fiz três cirurgias! Eu tinha uns quarenta gados e fui vendendo para me tratar. Agora tenho só duas vaquinhas. (EN5)

Eu e ela adoecemos e gastamos 45 cabeças de gado. Eu adoeci em 2000 e passei quatro anos sem trabalhar, comendo e me vestindo tudo de lá, né! Ai quando eu comecei a trabalhar, ela adoeceu, fez duas cirurgias no olho. Gastei muito dinheiro, graças a Deus eu tinha para vender, senão, tinha sofrido muito. (EN4)

A implantação da pastagem é de baixo custo e baixíssimo uso de tecnologia pois,

Para formar pasto a gente roça e bota semente, planta o arroz e faz a pastagem. A gente também renova, agora mesmo está bom de roçar para reformar porque deu um mal, uma tal de cigarrinha, o pasto fica com uma espuma. (EN9)

Eu trouxe a semente de capim e plantei junto com o arroz, toda roça eu gramava. Cada roça que eu formava, passava cerca, ali era a divisão. Aí, a vaca ia aumentando e o pasto também. Quando pensei que não, terra estava toda gramada. Agora a terra tá dura (EN17)

A implantação das pastagens segue o mesmo sistema de quando eles trabalhavam como reдеiros, antes de entrarem para o assentamento. A reforma do pasto, dependendo do aumento do rebanho acima da capacidade de suporte, pode levar a compactação e necessidade de arar o solo, conforme dissemos anteriormente. Mas, no sistema tradicional, os custos da implantação das pastagens podem ser reduzidos, em caso de seguir os exemplos abaixo de EN8 ou EN47.

Eu já dei terra para outras pessoas fazerem suas rocinhas. Não cobro renda, Deus me livre, não cobro. Quando eu dou uma terra, eu digo: - rapaz é o seguinte, eu só quero é plantar a semente, o capim. Eu dou a troco do capim (EN8)

Eu quero dar para os meus amigos plantarem. Quando o arroz tiver grande, eu vou comprar umas sementes de capim para eles colocarem porque meu plano é gramar. Só que não é para maltratar o arroz deles não. Se o arroz tiver por aqui assim (altura da cintura) você vai e planta ele. Aí você vai e colhe o arroz todinho que ele (capim) vai deste tamanho, não dá um palmo (EN47).

Outra forma de acesso ao crédito, para a instalação de atividades produtivas nos assentamentos, foi por meio da mediação da Associação de Produtores Rurais dos Assentamentos junto às instituições beneficentes de apoio a projetos sociais. A associação do PA Buriti conseguiu, por intermédio da Secretaria de Agricultura do Município de Axixá do Tocantins, um crédito, a fundo perdido, no valor de R\$ 380.000,00 junto à Fundação Banco do Brasil S.A. O objetivo desse projeto era estimular a produção interna do assentamento, de forma coletiva, com atividades voltadas ao mercado: a casa de farinha com plantio comunitário de mandioca, criação de peixes para comercialização no mercado regional e a casa de mel para

processamento e embalagem do mel dentro do próprio assentamento e um caminhão $\frac{3}{4}$ para transporte dos produtos.

A apicultura teve um crescimento na região por meio da Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio – ABIPA, fundada em 1990 e sediada no município de Axixá do Tocantins, que fomentou e organizou a comercialização até 2010. A sede da Associação era localizada no município de Axixá do Tocantins, onde funcionava uma marcenaria para a fabricação de caixas de abelhas e processamento de produtos apícolas, como a lâminas de cera para as melgueiras, processamento e comercialização do mel. Apesar de estar praticamente inoperante, atualmente, ainda há alguns associados produzindo nos assentamentos e comercializando, individualmente, no mercado local.

Eu tinha 05 caixas de abelha, agora só tenho duas. É falta de cera. Nós tínhamos a casa de mel, mas foi por água abaixo e agora não tem cera. (EN13)

Eu tenho 03 caixas de abelhas, fornecia mel para a ABIPA. A associação comprava material e fornecia para gente... macacão, fumegador, cera, a cartilha, a massa para tirar o mel. A gente ia pagando pouco a pouco com a produção... (EN36)

Com o fechamento da ABIPA, a atividade apícola está decadente na região, pois ela fomentava atividade e centralizava a compra e venda do mel no mercado regional, inviabilizando a produção para a grande maioria dos associados, como, por exemplo, o primeiro relato acima.

Os assentados do PA Buriti possuem uma centrífuga para processamento e engarrafamento de mel, possibilitando a continuidade da atividade dentro do assentamento. Para esses assentados, a produção de mel é um complemento de renda por meio da comercialização direta no próprio município de Axixá do Tocantins.

Mexo com criação de abelha, mas o processo de tirar o mel, envasilhar, deixar no jeito de comercializar é as meninas que fazem (EN28)

Eu tenho uma caixa de abelha ainda! Ano passado tirei doze litros e vendi, os meninos comeram mais a velha, né! (EN32)

Estou com fé de produzir pelo menos 100 litros de mel esse ano. Nós éramos sócios da ABIPA, produzia aqui e deixava na ABIPA para

vender, mas ela faliu. Agora a gente vende clandestino mesmo! Aqui tá de R\$ 15,00 a R\$ 20,00/litro depende da precisão do comprador. (EN48)

A criação de peixe, mesmo desenvolvida de forma coletiva (grupo de 11 assentados) no assentamento Buriti, passa por problemas de ordem técnica, econômica e de mercado. A assistência técnica resumiu-se ao primeiro ano da implantação da atividade, quando os assentados receberam o primeiro lote de peixes e a ração por meio do projeto financiado pela Fundação Banco do Brasil S.A. A atividade contou, inicialmente, com mais de 40 sócios, somente enquanto durou o estoque inicial da ração, suficiente para as duas primeiras despescas. A partir do momento que era necessário adquirir a ração e alevinos para a engorda de novos lotes de peixes, o grupo foi diminuindo, pois

as coisas estava ficando pesadas, muito dispendiosas. Quando a gente tirava o peixe, a gente já descontava o tanto da ração do peixe e mais os alevinos... (EN40)

Mexi também com o peixe, mas dava muito trabalho e não dava nada, então saí. Quando somava tudo e dividia, davam cem reais para cada um, não adianta não, muita gente! (EN50)

A atividade demanda trabalho e tempo para manter os tanques limpos, alimentar os cardumes, manter vigilância contra predadores e furtos. Toda a produção é voltada para a comercialização, exigindo-se que faça a contabilidade entre a entrada de receita da venda do peixe, menos os custos estimados de engorda do próximo lote (ração, alevinos e frete da ração), para então dividir o saldo restante entre as pessoas do grupo. É uma conta ao contrário, em que “mais do que o gasto” não passa pela mesa do assentado, mas o resultado do trabalho (venda do peixe) é apropriado, antecipadamente, pelos custos de manutenção da atividade (ração, alevinos e frete). A sobra é divisível entre os sócios, levando em consideração a participação individual nas tarefas que foram distribuídas ao longo do ciclo de engorda do cardume. Apesar do camponês não visar ao lucro, a equação entre o esforço despendido e o resultado do trabalho passa a ser relativizada com o trabalho familiar no lote, em que tem maior autonomia, e a produção permanece indivisível para o bem comum de todos os membros familiares. Assim, embora haja uma forte relação de solidariedade, de amizade, parentesco e compadrio nos

assentamento Buriti (e Grotão por extensão), isso raramente evolui para práticas associativas que visam à produção para o mercado dentro do assentamento.

Eu sou sócio e participava de um negócio de criatório de peixe, mas larguei, não dei mais conta, não. Porque era muita coisa para mexer e eu sozinho quase não saía, desisti (EN27)

Peixe... comecei mexer, mas parei... o povo tem o dizer e é certo: panela que todos mexem ou sai salgado ou sai insosso. Você tem uma opinião, outro vem ali e dá outra, outro dá outra, aquilo "chafurda" muito as coisas. Sai por causa disso. (EN33)

Sai porque não tinha vaga, trabalhava na minha roça e não dava tempo de estar ali. (EN38)

A piscicultura é a atividade de maior dependência externa nos assentamentos. Praticamente, tudo que se necessita para a criação dos peixes é adquirido externamente: os alevinos, a ração, a assistência técnica e a comercialização. Os custos de aquisição da ração no mercado regional é um dos fatores limitantes à atividade no PA Buriti, tendo em vista que pesa muito no orçamento dessas pessoas, que têm como principal objetivo a reprodução social do grupo doméstico. Além disso, há carência de uma orientação técnica para estudarem formas alternativas de alimentação dos peixes, bem como de realizar o acompanhamento do desenvolvimento do cardume (mortalidade, ganho de peso, necessidade de ração, crescimento etc.). Um dos problemas verificado foi quanto à alimentação dos peixes. A ração não era fornecida na quantidade correta e os peixes apresentaram baixo ganho no peso, "esse ano parece que o peixe não vai ser vendido, ele não cresceu, aqui acolá, arranja um peixe que dá um 1 kg" (EN46).

Além disso, a comercialização do peixe no mercado regional está impossibilitada pela falta de licenciamento ambiental expedida pela NATURATINS, que até a atualidade eles ainda não conseguiram viabilizar junto à instituição e, conseqüentemente, a comercialização está restrita ao assentamento.

A piscicultura corre risco de ser abandonada dada à fragilidade dos assentados em conseguir manter os custos da ração e de alevinos, para superar a restrição de mercado imposta pelo órgão ambiental, mesmo possuindo uma estrutura de represa e tanques instalada no assentamento.

Apesar das dificuldades e dos bloqueios, a atividade de piscicultura é a única que continua sendo desenvolvida de forma coletiva. As demais atividades do projeto não seguiram o planejamento previsto.



FONTE: Frank Tamba (2012)

Figura 15: Projeto de piscicultura – PA Buriti

A Associação do Assentamento Grotão por sua vez não conseguiu nenhum outro financiamento, além dos já mencionados, apesar dos esforços em busca de outra entidade de apoio e fomento às atividades: “A Associação... ela luta por um bocado de coisa. Por exemplo, a gente tem um projeto de um ‘girico’ (trator) encrencado que faz anos que tá para sair a fundo perdido e nunca saiu” (EN4).

Há de destacarmos ainda outra forma de fomento. A atividade produtiva nos assentamentos advinda da prefeitura municipal de Axixá do Tocantins que mantém em funcionamento, por meio da Secretaria de Agricultura, um conjunto de máquinas agrícolas, para realizar o preparo do solo nos assentamentos da região. O benefício é, regularmente, oferecido aos assentados, cobrando como contrapartida o combustível gasto nas operações de campo.

Lá tem um baixão que quero arar, se arrumar um trator na prefeitura. (EN12)

A prefeitura ajuda na gradeação. A gente compra o óleo e eles gradeiam para nós, no tempo de plantar arroz e feijão. (EN31)

Tal apoio revela-se fundamental, além de possibilitar o preparado do solo, liberando a mão de obra familiar da tarefa mais pesada (broque no mês de junho e julho), ainda barateia o custo do aluguel da máquina. Dificilmente a maioria dos assentados conseguiria contratar máquinas de terceiros, devido à pequena parcela que cultivam, “particular você não arruma, porque o cabra não vem pouca hora, só vem de trinta horas para frente” (EN7). Tal fato gera dependência dos assentados à continuidade dessa política municipal ao longo do tempo.

O PA Buriti também está nessa dependência institucional da prefeitura, tendo em vista que seu trator e equipamentos já têm mais de dez anos de uso, acima da vida útil, tecnicamente, considerada viável para utilização nas operações agrícolas. Esse fato foi observado no campo, pois o trator estava parado há algum tempo para reparos mecânicos na sede da cidade de Axixá do Tocantins, o que exigia o recurso ao trator da prefeitura municipal de Axixá do Tocantins.

A associação tem um bocado de coisa boa. Tem trator, esse trator parece que não vai mais ajeitar ele. Tem meio mundo de gente precisando dele e quando então foi obrigado a dar um pulinho na prefeitura para mandar um trator para beneficiar a terra do povo né! (EN49)

A prefeitura arruma os tratores para mecanizar terras, mesmo com o nosso aqui. O custo de nosso trator é maior que o da prefeitura. Sai mais barato usar o da prefeitura. A prefeitura nunca refugou! O outro prefeito também era do mesmo jeito. (EN28)

Outras formas de captação de recursos utilizadas para fomentar atividades produtivas e custear despesas do “gasto da casa”, referem-se aos repasses institucionais do Governo Federal, principalmente a aposentadoria e programa Bolsa Família.

Há dentro dos assentamentos uma grande quantidade de assentados em idade avançada para o trabalho agrícola e que recebem aposentadoria. O salário mensal é visto como uma “graça alcançada”, a partir do qual podem garantir a subsistência e, em algumas ocasiões, pagar mão de obra de trabalhadores para compensar a diminuição do ritmo e capacidade de esforço físico nas atividades laborais, em virtude da idade.

Esse ano eu mandei, com o dinheiro do meu aposento, arranjar trabalhador. Naqueles serviços mais pesados, eu não faço! Eu boto o menino mais os trabalhadores para fazer (EN40).

Depois que a mulher se aposentou eu larguei de trabalhar para os outros, mas enquanto ela não era aposentada eu tinha que correr de um lado para o outro. Se eu também fosse aposentado, eu estava “bulhado”! Com o aposento, compro comida para comer! (EN24)

Quem me ajuda sabe quem é? O governo por causa do aposento. Eu recebo o meu e da esposa, isso é que me ajuda. Pago trabalhador, sempre quando o dinheiro dá para pagar (EN22)

A aposentadoria, porém, não significa a paralisação da atividade agrícola dentro do lote, apenas diminui a pressão sobre o esforço familiar para produzir a subsistência. Os assentados, raramente, deixam de trabalhar no plantio de suas roças, somente, em casos de doenças graves, é que isso ocorre.

Eu tenho 72 anos. [...] a gente coloca trabalhador para ajudar, paga a diária. Hoje mesmo, só faço um serviço se eu pagar porque não aguento mais, estou doente. (EN26)

Nunca passei um ano sem botar roça, até hoje com 72 anos de idade. (EN16)

[...] Estou com 79 anos. [...] mesmo trabalhando pouco na idade que eu estou, fica difícil. Preciso plantar meu pé de feijão, meu pé de arroz, mesmo que seja pouquinho (EN40)

Outro benefício importante é o programa Bolsa Família do Governo Federal, que promove o equilíbrio no balanço interno das famílias, suavizando a pressão sobre a mão de obra familiar com a finalidade de aumentar os excedentes ou a busca por serviços temporários fora do lote.

Recebe R\$ 172,00. Esse dinheiro é para comprar as coisas para dentro de casa, material de colégio, roupa, remédio, ajuda demais aqui. (EN33)

A gente recebe R\$ 204,00 todo mês e só dá para os filhos. A gente compra material de escola, sabonete, a pasta, perfume e aí são seis que estudam. Sobra muito pouco, às vezes paga uma energia uma água. (EN2)

Recebemos bolsa família, são R\$ 230,00 (sete filhos menores de 15 ano). Esse dinheiro serve demais, a gente compra o material do colégio dos meninos, calçados e os remédios! Compra carne, açúcar... se não fosse esse dinheiro, eu estava feio demais! (EN34)

Entre os beneficiários do programa Bolsa Família, a grande maioria não possui outra fonte de renda fora do assentamento, mas isso não os livra de, esporadicamente, venderem sua força de trabalho fora do lote para complementação de renda, visando ao sustento da casa.

A assistência técnica e extensão rural são mecanismos importantes de promover a difusão de tecnologias para o homem do campo. Por meio dela pode haver incentivos para intensificação do uso do solo e de insumos modernos, visando à produção para o mercado, que aproximaria a lógica adotada do modelo de agricultor familiar moderno. A assistência técnica nos assentamentos é de responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – RURALTINS. As ações do órgão estadual foram significativas para a operacionalização das linhas de crédito junto aos assentamentos e também incentivaram a adoção de algumas inovações como:

O que eles ensinaram de bom, que eu fiz , foi o negócio de plantio da melancia. Ensinaram como que planta; bota o adubo; arrancar o mato da cova; é dois pezinhos numa cova... (EN23)

Ensinaram o jeito que corta a maniva, não pode colocar em cima de pau, por causa do olho. Veio dar explicação também do negócio do de saber botar o adubo na mandioca, para não botar demais senão mata. (EN25)

O RURALTINS fez uns projetos para gente. No projeto do gado deram assistência, pouca, mas deram. Explicaram a quantidade de semente, plantio de mandioca adubada, sem ser adubada para cá e a outra para ali. (EN29)

Sobre mexer com o peixe, né! Sobre como movimentar com o peixe, dá o de comer! (EN34)

[...] ensinou trabalhar com mel, fazer o manejo na caixa e até fazer remédio. Vieram dar curso de plantar banana. Fizeram experimento de milho e arroz, ensinou botar o adubo no arroz. Qual tempo tem que botar o adubo... (EN36)

Basicamente, as orientações técnicas são no sentido de realizar os plantios em terras mecanizadas, aplicação de herbicida, adubação, plantio de culturas, frutas e hortaliças, seguindo recomendações dos pacotes tecnológicos da agricultura moderna, embasadas na dependência do uso intensivo do solo por meio da mecanização e insumos industrializados. De forma geral, a assistência técnica tende

a ignorar os conhecimentos tradicionais dos camponeses, considerando-os atrasados, de baixo padrão tecnológico e antieconômico. Apesar do esforço do RURALTINS, os assentados adotaram apenas aquilo que lhes interessou e que seja emergencial, o que não implicou em nível de dependência a ponto de lhes comprometer a autonomia, pois

[...] esses negócio deles (RURALTINS) não dava para mim não. Meu trabalho mesmo é grosseiro do jeito que meu pai me ensinou. Eles ensinaram tanta coisa, e eu não! Ensinaram mexer com banana, cupuaçu, abacaxi. Eu cheguei trabalhar um pouquinho aqui na baixa com um negócio de abafar arroz para matar mato, mas não é para mim, não! (EN15)

Com o tempo, o órgão tem se afastado dos assentamentos. As críticas ao RURALTINS são direcionadas à falta de estrutura e técnicos para manterem uma rotina de continuidade nas ações nos assentamentos.

[...] tem uns dois anos que não vem aqui. Só assim, alguma advertência sobre pragas que dá na agricultura, mas na hora de fazer, não chega na hora. Para dizer assim: - Rapaz, vamos para a sua roça! Passar lá para ver a situação, nunca chegou (EN8).

Para ensinar uma coisa, você não pode vir aqui hoje e passar um mês, seis meses sem vir de novo, eu vou aprender o que? Você só aprende se for para o colégio todo dia, senão, não aprende nada, aí foi o nosso caso (EN33)

Diante dessa inconstância das políticas de assistência do órgão, muitos entrevistados afirmam que colocaram em prática algumas inovações simplesmente.

aprendemos por ai com os outros... um foi aprendendo e ensinando para o outro. Eles (RURALTINS) andaram por aqui, mas eu nem lembro mais, faz tanto tempo... (EN52)

Aí um foi fazendo e outro foi vendo, foi acompanhando (EN31)

Tais colocações reforçam o sentimento de localidade nas relações. O que podemos observar nos assentamentos é um forte apego ao modelo tradicional, com uso mínimo de tecnologia, restrito praticamente à mecanização do solo em pequenas parcelas de terra e o uso generalizado de herbicidas em praticamente todos os lotes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção final, retomamos a questão que permeia nossa pesquisa: o que significou para os agricultores entrevistados o acesso à terra obtida no processo de reforma agrária da região do Bico do Papagaio. A resposta para tal questão enquadra-se em um amplo debate de diferentes visões e concepções teóricas que divergem sobre as possibilidades da agricultura familiar, especialmente a camponesa resistir às contínuas mudanças pelas quais o mundo rural tem passado.

A pesquisa exigiu uma análise da história da ocupação do Bico do Papagaio, resgatamos o lugar e o papel do camponês nos diferentes momentos históricos: o período das “terras livres”, o período dos conflitos fundiários e o período após a instalação nos assentamentos de reforma agrária. Além disso, para compreender a atual situação dos assentados, revisitamos o debate teórico conceitual sobre a contraditória permanência do camponês como ator do mundo contemporâneo e suas especificidades na forma de viver e inserir-se na sociedade.

A resposta de nosso questionamento nos remeteu à interpretação de um modo de vida e trabalho diferenciado, que é o campesinato brasileiro gestado no contexto da fronteira agrícola amazonense. Para esclarecer a problemática da pesquisa, entendemos que era central estudar as estratégias de reprodução social desenvolvidas nos assentamentos do Bico do Papagaio.

Assim, o estudo de caso de dois PAs – Grotão e Buriti –, localizados no município de Axixá do Tocantins, implicou, primeiramente, analisar a trajetória de vida de um grupo relativamente diverso de pessoas que possuem em comum a origem camponesa e biografia marcada pelas sucessivas migrações em busca de um local de vida e trabalho, onde pudessem desfrutar de um mínimo de liberdade e autonomia para garantir a reprodução social do grupo familiar.

A busca por terras livres para garantir a reprodução social do grupo a partir da exploração da mão de obra familiar em regiões inóspitas, sem assistência governamental, levou-os ao longo do tempo a desenvolver um modo particular de viver em coletividades avançadas à frente da fronteira econômica, abrindo novas áreas para o avanço da fronteira demográfica do país. Apoiando-se nesses núcleos

de povoamento, desenvolveram formas de exploração e compartilhamento dos recursos naturais, do trabalho e solidariedades, interligadas por laços de parentesco e vizinhanças.

Os camponeses entrevistados vivenciaram, ao longo da trajetória de vida, a transição do sistema de terras livres para o processo de cercamento das terras, a grilagem, a subordinação como “rendeiros”, até que condições precárias forçavam-lhes a migrar, novamente, em busca de “terras livres” ou melhores condições de vida e trabalho. Tal processo levou-os ao município de Axixá do Tocantins, que, até meados da década de 1970, ainda era uma região isolada pelo difícil acesso ao seu interior em decorrência das poucas estradas, bem como das péssimas condições de trafegabilidade na estação chuvosa.

A partir de meados da década de 1970, os efeitos da abertura de novas estradas e novos incentivos governamentais levaram à aceleração desses movimentos da fronteira, ocasionando principalmente a grilagem de terras em praticamente toda a área da Amazônia Legal, principalmente nas áreas próximas às margens dos rios Araguaia e Tocantins. Essas áreas ficaram conhecidas pelos violentos conflitos uma vez que as prelaças da Igreja Católica na Amazônia Legal, liderados por Dom Tomas Balduino, formaram um importante grupo dentro do clero, que denunciava os abusos cometidos pelas grandes empresas e fazendeiros contra a população indígena e camponesa. A interiorização dos conflitos, seguindo às margens dos rios Araguaia e às expulsões de camponeses do interior do Maranhão, convergiu para a região do Bico do Papagaio, que foi, durante as décadas de 1980 e 1990, um dos mais violentos focos de conflitos fundiários do Brasil.

O acesso à terra, nesse período, se resumia à resistência dos posseiros de forma individual ou coletiva (organizada pela CPT), opondo-se às pressões externas dos fazendeiros e conivência dos poderes constituídos ou submissão ao trabalho “sujeito” como rendeiros.

As estratégias camponesas de luta pela terra foram realizadas de forma coletiva, com o objetivo de descaracterizar a posse “mansa e pacífica” dos grileiros, mantendo as áreas em litígio com objetivo de declará-las “de interesse social para fins de desapropriação”, que seriam, então, retalhadas em pequenos lotes para os camponeses.

As mobilizações entre as comunidades dos povoados da região foram determinantes para a expulsão de alguns fazendeiros que agiam de forma violenta. Eles, ao perceberem o clima de insegurança para sua permanência na área, não viram alternativas a não ser evadir-se do local. É importante frisar que a violência empreendida pelos camponeses era sempre em represália aos pistoleiros e fazendeiros que, na concepção deles, molestavam há algum tempo as comunidades, cometendo crimes e aterrorizando pessoas da região⁶⁴. A fundação do Assentamento Grotão foi resultado dessa mobilização, iniciada nos povoados Morada Nova, Santa Luzia, São José e Juverlândia, em 1981, e terminando com a expulsão do grileiro em 1987.

Um ano depois, 1988, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Axixá do Tocantins foi criado. Com a função de manter os direitos e conquistar outros benefícios previdenciários, o Sindicato transformou-se em uma ferramenta de continuação de luta pela reforma agrária na região, determinante para o estabelecimento de outros assentamentos nas décadas seguintes, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando as pressões pela reforma agrária resultaram na implantação de milhares de projetos de assentamentos no Brasil.

A fundação do PA Buriti em 1998, onze anos após a criação dos primeiros assentamentos na região, foi a continuidade do processo de luta pela reforma agrária que passava por um novo momento. Apesar da ocorrência do massacre de Eldorado do Carajás, no vizinho estado do Pará, em 1996, a região do Bico do Papagaio passava por um período de relativa tranquilidade, dado ao grande número de projetos de assentamentos que estavam sendo implantados.

Com o acesso definitivo a uma parcela de terra, os assentados tiveram a possibilidade de organizar a vida e o trabalho em direção a um projeto de futuro, por nós definido como um “modelo ideal”. A construção do “modelo ideal” depende, por um lado, da efetivação das políticas públicas de implantação da infraestrutura dos PAs; da política de crédito rural e da assistência técnica voltada ao fortalecimento da

⁶⁴ Sob esse aspecto, Santos (2010, p. 195) destaca que os camponeses do Pindaré-Mirim no Maranhão somente se envolviam na luta contra um grileiro, quando eram de alguma forma ameaçados por ele. De acordo com as entrevistas, no Bico do Papagaio, os maiores conflitos que resultaram em atos de violência por parte dos camponeses, na década de 1980, foram sobre os grileiros e jagunços que “limpavam as áreas” por meio do uso da força, cometendo assassinatos, despejos, queima de casas etc. Tanto que, nessa época, algumas fazendas foram grilladas e regularizadas sem conflitos, próxima ao povoado Morada Nova.

agricultura familiar e da complementariedade de outras políticas locais e das diferentes estratégias individuais e coletivas desenvolvidas pelos assentados.

No entanto, somente no final do século XX para o XXI, teve início transição nas políticas públicas, abrindo possibilidades para a agricultura familiar se desenvolver no âmbito dos assentamentos da região. A redemocratização do Brasil, com o surgimento de uma sociedade mais compassiva às questões das desigualdades sociais, proporcionou concretização de um ambiente político favorável ao reconhecimento e à valorização da agricultura familiar, disseminação e criação de alternativas para desenvolvimento rural, que beneficiou os assentamentos. Porém, somente após dez anos instalados na área é que os assentados do PA Grotão foram contemplados com crédito do PROCERA, em 1997. Os recursos para instalação de outras obras de infraestruturas só foram liberados após a virada do milênio, deixando-os em situações precárias de moradia e com dificuldades para produzir e escoar a produção.

A construção das casas, de estradas, implantação da rede de energia e de água tratada foram realizadas praticamente na primeira década do século XXI, nos dois assentamentos pesquisados. Mesmo assim ainda há pendências a serem resolvidas pelo INCRA, como, por exemplo, falta de estradas vicinais, reformas das casas, instalação dos banheiros e extensão da energia elétrica para os lotes. Além das pendências gerarem uma relação de demanda permanente com o órgão, também se estendem às esferas dos governos estaduais e municipais. Assistência à saúde, transporte escolar, construção de escolas, implantação de telefones públicos, assistência técnica são alguns exemplos.

Até o momento, os dois PAs não foram emancipados. Nesse aspecto, o presidente do PA Buriti afirma que não aceitará receber os documentos de emancipação do assentamento enquanto o INCRA não concluir as estradas vicinais e demais pendências no assentamento. Nesse mesmo sentido, assentados do PA Grotão afirmam que o lote não é uma propriedade da família, mas apenas um local de trabalho, cuja continuidade dependerá da existência de sucessores na família, sob pena de ter que devolver o lote ao INCRA. Apesar desses fatos, os assentados são unânimes em afirmar que a qualidade de vida e de trabalho melhorou após a entrada nos lotes.

Existem assentados que manifestam o desejo de deixar as agrovilas ou povoados para morar dentro do lote, mas a falta de infraestrutura (energia, água ou estradas) são fatores que os desestimulam. O fato de morar fora do lote, dependendo da distância, prejudica a produção, como, por exemplo, os furtos de pequenos animais como galinhas e suínos, bem como dos cultivos de frutíferas.

As atividades desenvolvidas dentro dos lotes são assumidas pela família, distribuídas de acordo com a capacidade de esforço físico, sexo e idade. Cabe ao chefe da família a responsabilidade de conduzir e tomar as decisões exercendo a sua autoridade na hierarquia familiar. É também ele quem assume a maior carga de trabalho e responsabiliza-se pelo ensinamento e preparação dos filhos para as atividades agrícolas, inserindo-os gradativamente nos afazeres dos roçados, até que tenham capacidade para realizar todas as atividades do campo. As mulheres, comumente, cuidam dos afazeres domésticos, da extração de babaçu e de atividades agrícolas consideradas mais leves, como a colheita de arroz (caso for pelo cacho) milho, feijão etc.

Embora as atividades dentro do lote envolvam familiares, o resultado obtido é indivisível, voltado para a subsistência de todos. Há presente em todas as famílias entrevistadas o cálculo camponês visando equilibrar o esforço familiar, a extensão dos roçados e a produção necessária para a subsistência (consumo e excedentes), que varia de acordo com a dimensão (número de filhos) e composição (sexo e faixa etária) familiar ao longo do tempo.

O recurso às solidariedades vicinais ainda é constante na forma de troca de diárias, trabalho adjunto e mutirão, tendo em vista que nem sempre dispõem de dinheiro para a contratação de terceiros. Tal recurso é de uso corrente dentro do assentamento, embora aqueles que possuem disponibilidade de mão de obra na família ou recursos financeiros provenientes de negócios, aposentadorias ou salários fixos em empregos públicos dentro ou fora do assentamento, tendem a evitar ou reduzir a algumas atividades, geralmente as mais pesadas e/ou urgentes como o broque e a colheita. Essas solidariedades os acompanharam e permanecem dentro dos assentamentos mantendo vivas as redes de sociabilidade e reciprocidade, essenciais para a reprodução social dos grupos familiares. Não foi verificada uma tendência à monetarização dessas relações de reciprocidade. Dentro dos

assentamentos, as relações de troca e reciprocidade coexistem, produzindo complementariedades.

Os cultivos realizados seguem o sistema tradicional de roças itinerantes, sem uso de adubo e um calendário semelhante ao desenvolvido nos anos anteriores ao assentamento, embasados no consorciamento de culturas (arroz, milho e fava), em rotação com o feijão (no inverno) e a mandioca, que também pode ser plantada em uma área separada. O quintal da residência também se cultiva uma variedade de frutas, hortaliças e criação de galinhas e suínos.

A extração do babaçu ainda está presente no dia a dia de grande parte dos assentados, seja na comercialização da castanha ou de seus subprodutos. Nota-se que muitos assentados ainda dependem da extração, da comercialização ou do uso de subprodutos da castanha de babaçu para auxiliar no equilíbrio doméstico. Quanto maior sua importância econômica no balanço interno da família, maior a situação de precariedade da família.

As dependências tecnológicas e de mercado são de baixo impacto nos assentamentos. Há elevado grau de autonomia nos assentamentos com pouca dependência externa, que se caracteriza pelo elevado nível de autoconsumo, baixo uso de tecnologias e venda de pouco excedente no próprio comércio local.

Nesse aspecto, a exceção são os produtores da agrovila São José, que cultivam mandioca para a fabricação de farinha e que apresentam o maior nível de dependência externa. Eles ao priorizarem o plantio de mandioca, deixam de produzir alguns produtos tradicionais (o arroz) e dependem da comercialização da farinha de mandioca para adquirir outros alimentos.

As únicas necessidades de insumos se referem ao uso de herbicidas que foi introduzido de modo generalizado nos cultivos em virtude da introdução da atividade pecuária. Ao implantar pastagens, ao longo do tempo, os cultivos são realizados em áreas de capoeiras, em pastagens degradadas. Ao preparar essas áreas para os plantios de roçados, as brotações e sementes de capim remanescentes na área brotam e infestam as roças com o início da estação chuvosa, provocando perdas de lavouras se não forem controladas.

A mecanização é alternativa ao preparo do solo tradicional realizado de forma manual (broque-queima), que pode diminuir a carga de trabalho na família, porém é utilizado de forma parcial e alternada ou esporadicamente pelos

assentados. A falta de recursos financeiros para pagamento do tratorista e/ou combustível para o trator da prefeitura municipal de Axixá é uma das justificativas para a baixa adoção do preparo mecanizado do solo. Mas a grande maioria prefere manter o sistema tradicional porque acredita que é mais produtivo e confere mais autonomia, sem depender da disponibilidade da máquina e da disposição da prefeitura em atender as demandas na época desejada.

Entre as atividades que apresentam maior dependência (tecnologia, comercialização e crédito), destacamos a atividade de piscicultura desenvolvida de forma coletiva no PA Buriti. Mesmo de forma coletiva, a atividade apresenta problemas para a manutenção ao longo do tempo. A necessidade de reposição dos alevinos e aquisição da ração exigem uma taxa altíssima de reconversão dos rendimentos obtidos a cada despesa dos tanques, sobrando uma margem relativamente pequena para cada associado.

Em relação à comercialização, nota-se avanço da industrialização na atividade leiteira, com a implantação de tanques de expansão nas proximidades dos povoados e agrovilas do município de Axixá. Apesar disso, não há especialização da produção dentro dos assentamentos, como, por exemplo, a utilização de técnicas de manejo visando ao aumento de produção, estratégias de suplementação na estação seca para manter a produção, inseminação artificial etc. A atividade leiteira é importante para a geração de renda em algumas famílias. No entanto é realizada de forma tradicional e fica exposta à sazonalidade da produção. Alguns assentados preferem o gado de corte por entender que demandam menos mão de obra e recursos monetários para manutenção da atividade.

Com relação ao crédito, observa-se que ele foi fundamental para fomentar atividades produtivas que aproximam os assentados do mercado, como, por exemplo: a atividade de pecuária seja leiteira ou de corte⁶⁵ por meio do PRONAF/PROCERA; a piscicultura por meio do crédito a fundo perdido no PA Buriti; a apicultura desenvolvida na região com o apoio da ABIPA. A questão do acesso a créditos como uma política continuada para atividades voltada para o mercado local

⁶⁵ Os projetos elaborados pelo RURALTINS eram para financiar a atividade de pecuária leiteira. No entanto a falta de estradas para escoamento da produção, bem como a pouca aptidão de alguns assentados com a atividade, entre outras, fizeram com que algumas pessoas trocassem as matrizes leiteiras em gado de corte.

e regional tem se mostrado viável nos assentamentos, apesar de algumas inadimplências.

O crédito agrícola, por meio das linhas do PROCERA e PRONAF, foi fundamental para a implantação do sistema tradicional camponês: “policultivo e pecuária”, pois a grande maioria dos assentados não possuía nenhuma cabeça de gado, as “sementinhas” como diz o dito popular dos mesmos.

O gado, geralmente criado com a finalidade de reserva e acumulação, adquirido na forma de crédito bancário, com juros especiais e prazos de carência e de pagamento relativamente longos, em alguns casos, trouxe o endividamento, pois, ao se depararem em situações de dificuldade de “ordem aleatória”, tiveram de dispor dos rebanhos e ficaram impossibilitados de pagar as parcelas da dívida bancária, tendo em vista o baixo excedente produzido nos roçados. Apesar de haver desejo em quitar a dívida, a maioria está em situações de dificuldades, constrangida por estar inadimplente junto à instituição bancária. As expectativas por novas oportunidades de crédito são demandas permanentes dentro dos assentamentos. Mesmo em situações de bloqueio junto à instituição bancária para a obtenção de crédito, os assentados conseguem, por meio de contratos de parcerias junto à sua rede de parentesco e amizade, reiniciar na atividade pecuária por meio de sistema de primeiras crias e meação.

A parcela da terra mostra-se insuficiente para a manutenção familiar ao longo do tempo, principalmente para famílias de maior densidade demográfica. A preparação dos filhos para um futuro fora da atividade agrícola manifesta-se na estratégia de mantê-los na escola, priorizando a formação secundária, revezando entre os horários da escola com os ensinamentos no campo, em que são repassados a tradição e valores camponeses. Ao atingirem a idade de 17 a 18 anos, os filhos migram para locais longínquos à procura de empregos nos grandes centros. Ao mesmo tempo, que desfalcam a família de braços para trabalhar, a migração alivia a pressão por consumo e pode se tornar uma importante fonte de ajuda em algumas ocasiões no envio de recursos para contratação de mão de obra ou máquinas para o preparo de solo. Apesar de estar relacionada ao projeto individual de emancipação dos filhos, a migração não interrompe as relações com a família e nem esporadicamente a ajuda financeira dos filhos, mesmo após o casamento. Dentro dessa perspectiva, podemos destacar que a migração se

constitui em uma estratégia tradicional, historicamente enraizada nas práticas de reprodução das comunidades camponesas dos assentamentos de reforma agrária do Bico do Papagaio.

A sucessão familiar do lote de reforma agrária não é planejada com antecedência. Ela dependerá sempre se haverá ou não a permanência de um descendente dentro do lote, morando e/ou trabalhando com os pais na velhice. A referência na maioria das vezes é relacionada ao filho do sexo masculino que permanece ajudando os pais, mas, na falta dele, pode ser uma filha, um neto etc.

A pluriatividade é uma realidade presente em todos os assentados, relacionada à necessidade de diversificar os rendimentos combinando as atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora do lote, visando à subsistência da família. As formas são diversificadas desde a saída do lote para trabalhar “alugado” em atividades agrícolas; extrativismo de babaçu; estabelecimentos de pequenos negócios, prestação de serviços, beneficiamento de produtos e empregos públicos. A situação econômica das famílias tem se mostrado mais favorável para quem se dedica aos negócios associados ao sistema policultivo-pecuária. Em situação oposta, encontram-se os assentados que não obtiveram êxito na implantação do sistema policultivo-pecuária, permanecendo dependentes da extração de babaçu e/ou trabalho alugado para conseguirem o equilíbrio doméstico. A diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas surgem como resistência ao desenraizamento do campo e à submissão à forma de trabalho exclusivamente assalariada.

É importante destacar a importância dos benefícios sociais, como a aposentadoria rural e o Programa Bolsa Família, que ajudam/garantem o equilíbrio financeiro dos orçamentos domésticos. Essas transferências de renda contribuem direta e indiretamente para o desenvolvimento das atividades produtivas dos assentados.

Quanto à vida social, observamos que famílias não se ausentam da dinâmica interna, que é marcada pelas relações familiares, de vizinhança e de compadrio. O local interno da comunidade é o espaço que marca a permanência do grupo. Assim, mesmo com o crescente envolvimento com a vida externa, seja nas relações de trabalho, estudo, política ou lazer, as famílias locais e seus filhos ainda privilegiam as relações internas, a maioria delas estabelecidas em momentos anteriores à implantação dos assentamentos.

A vida lúdico-religiosa nos assentamentos é um dos momentos de maior integração do grupo, por meio das celebrações religiosas, dos cultos e rituais. As festas religiosas dos padroeiros são as mais populares e esperadas pelos assentados. É na própria comunidade que os assentados organiza a vida social, em termos de lazer, produção, amizades e solidariedades. Todavia faz-se necessária a inter-relação e a inserção na cidade, sobretudo pelas necessidades de acesso a escolas, bancos, igrejas, compras e vendas, entre outras, que como vimos é incipiente nos assentamentos.

Diante do exposto, podemos afirmar que, a partir do modelo de referência, gestado no período anterior e diante dos novos desafios e oportunidades criadas no contexto dos assentamentos de reforma agrária na região do Bico do Papagaio, os assentados traçam suas estratégias e tomam suas decisões visando à construção de um “modelo ideal”, no qual permanece como agricultor familiar de base camponesa, caracterizando-se como um produtor de alimentos com alto nível de autoconsumo, poucos excedentes e que pouco compromete a sua autonomia, em detrimento de uma dependência externa seja relativa à tecnologia, mercado ou crédito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Y. B. *Lurdinha: pelos caminhos do Bico do Papagaio*. Palmas: Usina de Letras, 2010.

ALDIGHERI, M. *Josimo: a terra, a vida*. São Paulo: Loyola, 1993.

ALMEIDA, A. W. B. de. Estrutura fundiária e expansão camponesa. In: ALMEIDA JR., J. M. G. de (Org.) *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 265-293.

_____. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 39-66. v. 2.

_____. Uma realidade desafio. In: ALMEIDA JR., J. M. G. de (Org.). **Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 265-293.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1983.

ASSELIN, V. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Petrópolis: Vozes, 1982.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. *Perfil bibliográfico de Joaquim de Lima Quinta – ARENA*. Disponível em: <<http://al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1805>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

AUED, B. W. Nos caminhos da cissão. In: STÉDILE, J. P. (Org). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 77-101.

AZEVÊDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BERGAMASCO, S. M. P.; NORDER, L. A. C. *O que são assentamentos rurais: organização social, trabalho e política*. São Paulo: Terceira Margem, 1996.

BETTO, F. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.164*, de 1º de abril de 1971. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal e dá outras providências. Disponível em: <[https:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1164.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1164.htm)>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. *Decreto-Lei nº 1.767*, de 1º de fevereiro de 1980. Cria o grupo executivo para regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1767.htm. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. *Decreto-Lei nº 1.799*, de 5 de agosto de 1980. Reestrutura o grupo executivo das terras araguaia-tocantins e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1799.htm>. Acesso em: 9 jul. 2014.

_____. *Decreto-Lei nº 2.328*, de 5 de maio de 1987. Extingue o grupo executivo das terras do Araguaia-Tocantins – GETAT, e dá outras providências. Disponível em: <[https:// www.planalto.gov.br/ccivil-03/decreto-lei/1965-1988/Del2328.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/decreto-lei/1965-1988/Del2328.htm)>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. *Decreto-Lei nº 4.214*, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. *Decreto-Lei nº 4.504*, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da terra, e dá outras providências. Disponível em: <[https:// www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/l4504.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/l4504.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

_____. *Decreto nº 5.254*, de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 20/06/2014.

_____. *Decreto-Lei nº 6.383*, de 7 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6383.htm>. Acesso em: 8 jul. 2014.

_____. *Lei nº 601*, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

CAÍRES, A. C. R. O colonato na usina tamoio. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. de M (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2008. p. 163-184.

CANDIDO, A. *Os parceiros do rio bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CARDOSO, C. F. S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: WELCH, C. A. et. al. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 97-116.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

_____. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *Revista Análise Social Segunda Série*, v. 12, n. 46, 1976. Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/i40045594>>. Acesso em: 19 set. 2013.

CUNHA, J. M. P. da; BAENINGER, R. *Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro Oeste. Sistematização das informações censitárias sobre migração – estado de Tocantins – dados demográficos 10*. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudo de População-NEPO, 1999.

CUNHA, P. R. da. Trombas: um ensaio revolucionário. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 57-70.

DUARTE, L. E. A. M. *Posses e posseiros de pontinópolis: a busca da “terra prometida”*. Campinas: UNICAMP, 1990. (Dissertação de mestrado).

ECKERT, C. O MASTER e as ocupações de terra no rio Grande do Sul. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 71-92.

ESTERCI, N. Campesinato e igreja na fronteira – o sentido da lei e a força da aliança. In: FERNANDES, B. M. et al. (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: UNESP, Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 223-243.

FASE. *Solidariedade e educação*. Suiá-Missu, Mato Grosso - Brasil: sob ameaças os akawe-xavantes retornam a seu antigo território. Rio de Janeiro, Dez, 2003. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/17_041201suiia-issureturnam antigo territorio.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. 28, n. 1, 2 e 3, jan./dez., 1998 e v. 39, nº 1, jan. a ago, 1999.

FIBGE. *Censo agrícola de 1960*. Mato Grosso – Goiás – Distrito Federal. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

_____. *Censos econômicos de 1975. Censo Agropecuário: Goiás*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

_____. *Censos econômicos de 1985. Censo Agropecuário: Tocantins*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

FERLINI, V. L. A. *A civilização do açúcar. Séculos XVI a XVIII*. 2. ed. Brasília: Brasiliense, 1998.

FLICK, U. W. E. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

FREITAS, I. C. de et al. Agrossistemas de produção familiar da Amazônia e seus impactos nos atributos do solo. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, v. 17, n. 12. p. 1310-1317, 2013.

FURTADO, C. *Análise do "modelo" brasileiro*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 2003.

GARCIA JR., A. R. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Universidade de Brasília: MCT-CNPQ, 1989. (Coleção pensamento antropológico).

_____. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *O que é questão agrária?* Brasília: Brasiliense, 2001.

_____. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 2002.

_____. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

GUERRA, G. A. D. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense*. Belém: UFPA/NEA, 2001.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GUIMARÃES, A. P. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros. In: WELCH, C. A. et. al. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 45-56.

HEREDIA, B. M. A. de. O campesinato e a plantation. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. M. A. de (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. Formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2008. p. 137-162.

INCRA. *Estatísticas cadastrais municipais*. Situação 03/04/1998. Base: Recadastramento 1992. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/estat/1998/conc.htm>. Acesso em: 3 ago. 2004.

_____. *Histórico do INCRA*. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/historico-do-incra>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

IOKOI, Z. M. G. *Igreja e camponeses*. Teologia da libertação e movimentos sociais no Campo. Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: HUCITE, 1996.

JULIÃO, F. O que são ligas camponesas. In: WELCH, C. A. et al. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 271-297.

KAGEYAMA, A. A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional. Do mito a realidade*. Trad. Frederic Bazin. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Unicamp, 1993.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura; São Paulo: UNESP, 2004.

LIMA, M. do S. de A. e. *Construindo o sindicalismo rural*. Lutas, partidos, projetos. 2. ed. Recife: UFPE, 2012.

LINHARES, M. Y.; SILVA, C. T. da. A questão da agricultura de subsistência. In: WELCH, C. A. et al. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 117-134.

MAESTRI, M. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária brasileira: o debate na esquerda: 1660-1980*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 217-275.

MARTINS, J. de S. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *O cativo da terra*. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol.*, USP, SP, 8(1): 25-70, maio 1996.

MENDONÇA, M. G. de; PIRES, M. C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENEZES, M. A. de. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do nordeste. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 269-288.

MILANEZ, F. *Suiá Missu, xavantes, invasores e o império da lei*. São Paulo, Carta Capital, 27 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/xavantes-invasores-e-o-imperio-da-lei>>. Acesso em: 12 out. 2013.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

_____. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993. p 21-65.

MITIDIERO JR., M. A. *A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba*. Curitiba: CRV, 2010.

MORBACH, M. R. *A publicidade no período Médice: os efeitos da propaganda de ocupação da Amazônia*. XXIV Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/122003350579377410508479055427843866148.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

MORAIS, C. S. de. História das ligas camponesas no Brasil. In: STEDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MUSUMECI, L. *O mito da terra liberta*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.

NEVES, D. P. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. de M (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2008. p. 137-162.

NEVES, D. P.; SILVA, M. de M (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2008.

NETO, A. J. M. A Igreja Católica e os movimentos sociais do Campo: a teologia da libertação e os movimentos dos trabalhadores rurais sem terra. *Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n 50, p. 331-341, maio/ago. 2007.

OBBERG, K. O campônio marginal no Brasil rural. In: WELCH, C. A. et al. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 181-192.

OLIVEIRA, A. U. de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PALACIOS, G. *Campesinato e escravidão no Brasil*. Agricultores livres e pobres na capitania geral de Pernambuco (1700-1871). Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. In: WELCH, C. A. et al. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 203-216.

PARPET, M. F. G. Mercado e modos de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na plantation açucareira nordestina. In: NEVES, D. P.; SILVA, M. de M (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2008. p. 69-87.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRIORI, A. *A revolta camponesa de Porecatu*. Anpuh, XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH_S25.0428.pdf>. Acesso: 10 out. 2013.

QUEIROZ, M. I. P. de. *Bairros rurais paulistas*. Dinâmica das relações no bairro rural – cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

RODRIGUES, J. S. F. *Sete barracas: em busca de um elo*. O cotidiano do movimento camponês no Bico do Papagaio. Recife, UFPE, 1997. (Dissertação de Mestrado).

SABOURIN, E.; ARON, P. Camponeses e fundos de pasto no nordeste da Bahia. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 89-115.

SADER, M. R. C. de T. *Espaço e luta no Bico do Papagaio*. São Paulo: USP, 1986. (Tese de Doutorado).

SANTOS, Manoel da Conceição. *Chão da minha utopia*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul-RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

_____. Reflexões sobre diversificação e diversificação. Agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010.

SCOTT, R. P. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativo” e o “meio do mundo”. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 245-267.

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS. Tocantinópolis. Disponível em: <<http://www.cultura.to.gov.br/conteudo.php?id=64>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos*. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SOARES, E. L. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SOARES, Z. A. B. *Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na Região do Bico do Papagaio – Tocantins: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UFRJ/ICHS, 2009 (Dissertação de Mestrado).

STANEK, O. O trabalho familiar agrícola e a pluriatividade. In: LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Unicamp, 1998.

STEDILE, J. P. História da questão agrária no Brasil. In: STEDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011. p. 9-31.

VEIGA, J. B. da. *Criação de gado leiteiro na zona bragantina*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2006.

VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

_____. *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: WANDERLEY, M. N. B. (Org.). *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 185-200.

_____. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. In: MARTINS, J. de S. (Coord.). *Travessias. A vivência da reforma agrária nos assentamentos*, Porto Alegre: UFRGS, NEAD, 2003. p. 203-245.

_____. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35. **Anais...** Brasília: SOBER, 1997.

_____. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. In: WANDERLEY, M. N. B. (Org.). *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 155-183.

WELCH, C. A. et al. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, C. A. et al. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 217-238.

_____. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, n. 87, 1990. p. 11-73.

YANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil. In: STÉDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011. p. 127-146.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookmn, 2010.

YOKOYAMA, L. P.; KLUTHCOUSKI, J.; OLIVEIRA, I. P. *Impactos socioeconômicos da tecnologia "Sistema Barreirão"*. Santo Antônio de Goiás: EMBRAPA-CNPAP, 1998.

APÊNDICES

Roteiro das entrevistas aplicadas no campo

Trajatória até a entrada nos lotes

1. O senhor é natural de onde?
2. Qual a idade do Senhor (a)?
3. O Senhor (a) estudou até que série? Sabe ler e escrever?
4. Quais os últimos locais de moradia e como vocês viviam antes de mudarem para Axixá do Tocantins?
5. Por que veio para essa região?
6. Como o senhor sobrevivia nesse período?
7. Como o senhor realizava o plantio de seus roçados durante o ano? Detalhar
8. A quem pertencia a terra que cultivavam antes? Pagavam renda?
9. De que maneira conseguiram esse lote?
10. Houve conflitos? Relate como foram esses conflitos? Por que aconteceu? Quem participou?
11. Como vocês se organizavam para conquistar essa terra? O que queriam com essa luta?
12. De que maneira o senhor (a) participou dessa luta? E sua família?
13. Como o senhor sobrevivia nesse período?
14. Como foram os primeiros anos no assentamento? Quais as principais dificuldades enfrentadas no começo? Como superaram as dificuldades iniciais?
15. O senhor recebeu alguma ajuda nesse começo?
16. O que existe aqui no assentamento para os agricultores: - casa de farinha, escolas, estradas, posto de saúde, telefone, linha de ônibus, energia, água, campo de futebol, lugar para divertimento (salão), capela/templo, o que mais?
17. Como o INCRA tem apoiado os agricultores daqui?
18. O que falta o INCRA providenciar para vocês?

A família e o lote familiar

1. Quem vive com o(a) senhor(a) aqui? Moram todos na mesma casa?
2. Onde estão os outros membros da família (filhos)? Por que eles saíram? O que eles fazem?
3. O que significa esse lote para o senhor? Se recebesse outra terra, sairia daqui? Por quê?

4. Pensa em vender essa terra? Por quê?
5. Outras pessoas da família também receberam lotes?
6. O senhor utiliza mão de obra externa? (trabalhador que não é da família). Quando? Para quê? Por quê? Qual a forma de pagamento?
7. Quais as principais atividades agrícolas desenvolvidas durante o ano?
8. O que o senhor cria dentro dos lotes ou no quintal da casa?
9. Que produtos o(a) senhor(a) utiliza para o gasto da casa e que produtos o senhor vende? Por que vende?
10. Possui outra fonte de renda? Em que atividades?
11. Alguém da família recebe aposentadoria e/ou bolsa família? O que fazem com esses recursos?
12. Quais as atividades desenvolvidas pelos homens, mulheres, jovens e crianças dentro do lote?
13. Alguém da família trabalha fora do lote? Por quê? Em quais atividades? Em quais épocas?
14. O senhor trabalha para outros assentados? De que forma? Qual a forma de remuneração?
15. Faz beneficiamento de algum produto? Onde vende esses produtos beneficiados?
16. O (a) senhor(a) pertence a uma cooperativa ou associação? O que ela faz para vocês?
17. O (a) senhor(a) pertence a um sindicato? O que ele faz para vocês?
18. O que gostaria que seus filhos fizessem no futuro?
19. Gostaria que os filhos (as) continuassem trabalhando na agricultura?
20. Se tivesse recursos, em que investiria?
21. Como vai ficar esse lote, depois que o(a) senhor(a) parar de trabalhar?

As dependências tecnológicas, de crédito e mercado

1. Quais órgãos/entidades que prestam assistência técnica para vocês?
2. O que eles ensinaram? Vocês ainda utilizam o que eles ensinaram?
3. Quais os principais insumos que vocês compram para utilizar nas atividades agrícolas? (adubo, herbicida, inseticida, sementes, vacinas, medicamentos etc.)
4. Vocês já receberam financiamento de alguma instituição de crédito para atividades produtivas nos lotes? (Recursos próprios, PRONAF, bancos, ONG'S outras entidades, parcerias)
5. Quais os produtos que são comercializados pela família no mercado local ou regional? Quais os locais das feiras? Quais os produtos que são comprados fora do lote?

A vida social nos assentamentos

1. O senhor (a) tem algum parente no assentamento?
2. O senhor (a) tem algum compadre no assentamento? Quais os critérios para a escolha dos padrinhos?
3. Como é a relação entre os compadres?
4. Como o(a) senhor(a) se diverte aqui? E os filhos e filhas?
5. Pode contar com seus vizinhos para alguma necessidade de trabalho ou para ajudar alguém da família?
6. Quais os momentos que o senhor vai visitar os vizinhos? Há conflitos? Vocês fazem mutirão?
7. O senhor acha que a agrovila ou P.A melhorou a relação entre vocês?
8. O(a) senhor(a) está ligado a alguma igreja? Qual? O que faz nessa igreja?
9. Quais ações foram realizadas pelos governos (federal, estadual, municipal) no assentamento?
10. Além do INCRA e órgãos de assistência técnica, outras instituições realizam/realizou ações no P.A?
11. Com que frequência vai à cidade/Região? O que faz lá?